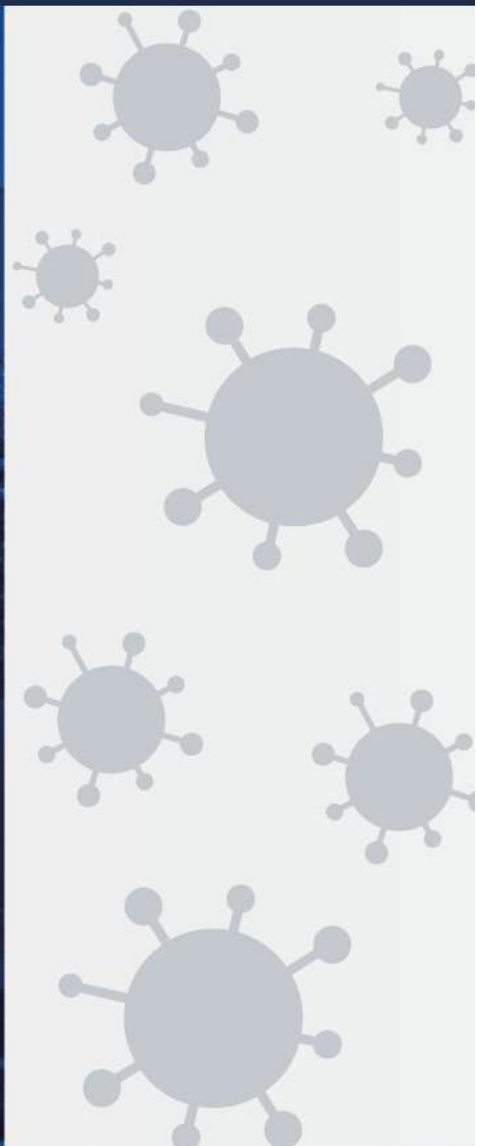


PAINEL DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS



A COVID-19
em Uberlândia



Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Valder Steffen Júnior
Reitor

Instituto de Economia e Relações Internacionais – IERI

Wolfgang Lenk
Diretor

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais – CEPES

Luiz Bertolucci Jr.
Coordenador

Ester William Ferreira
Gerente de Pesquisa

Organizadores do Painel

Capa João Ricardo Oliveira
Publicitário - Diretoria de Comunicação (Dirco/UFU)

Como citar este trabalho:

CEPES, 2020. **Painel de Informações Municipais Uberlândia / 2020: A COVID-19 EM UBERLÂNDIA**. Uberlândia-MG: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais/Instituto de Economia e Relações Internacionais/Universidade Federal de Uberlândia, agosto. p. 269 Disponível em:
<http://www.ieri.ufu.br/cepes/publicacoes/Painel-de-Informacoes-Municipais>.

PAINEL DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS UBERLÂNDIA / 2020

A COVID-19 EM UBERLÂNDIA.

Autoras(es)

Alanna Santos de Oliveira
Carlos Henrique Cássia Fontes
Carlos José Diniz
Graciele de Fátima Sousa
Guilherme Mazaro Delazari
Henrique Ferreira de Souza
Luiz Bertolucci Júnior
Pedro Henrique Martins Prado
Rick Humberto Naves Galdino
Ruth Gabriela Marques Fagundes
Tarcísio Fernandes de Paula
Thais Soares Pellosi
Welber Tomás de Oliveira

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEPES/IERIUFU. É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais não são permitidas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P147i Painel de informações municipais 2020 [recurso eletrônico] : a covid-19 em Uberlândia / Alanna Santos de Oliveira ... [et al.] ; organização de Luiz Bertolucci Junior, Ester William Ferreira. -- Uberlândia, 2020.

Autores: Carlos Henrique Cássia Fontes, Carlos José Diniz, Graciele de Fátima Sousa, Guilherme Mazaro Delazari ... e outros.

Modo de acesso: Internet.

Inclui ilustrações.

Inclui bibliografia.

Disponível em:

<http://www.ieri.ufu.br/cepes/publicacoes/Painel-de-Informacoes-Municipais>

1. Saúde pública – Aspectos econômicos. 2. Uberlândia - Covid-19. 3. Pandemia - Uberlândia. I. Oliveria, Alanna Santos de. II. Fontes, Carlos Henrique Cássia. III. Diniz, Carlos José. IV. Sousa, Graciele de Fátima. V. Delazari, Guilherme Mazaro. VI. Bertolucci Junior, Luiz, (Org). VII. Ferreira, Ester William, 1969-, (Org.). VIII. Universidade Federal de Uberlândia. Centro Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos-Sociais (CEPES)

CDU: 338.465

APRESENTAÇÃO

O **Painel de Informações Municipais Uberlândia**, desde sua primeira edição, no ano de 2003, sempre apresentou dados em detalhes do município de Uberlândia e da região que polariza, inserida ao norte do Triângulo Mineiro, posicionada no extremo oeste do Estado de Minas Gerais.

Nesta 10ª edição, o Painel mantém seu objetivo de divulgar o conhecimento sobre a dinâmica socioeconômica municipal, garantindo o acesso desta publicação a pessoas, instituições e empresas interessadas. Neste ano de 2020, momento histórico e doloroso para a população brasileira, o Painel reúne um conjunto de estudos que destacam a presença e os efeitos da pandemia provocada pela doença Covid-19, por conta da contaminação provocada pelo novo Coronavírus, o Sars-Cov-2, no município, e, por isso, intitula-se **A COVID-19 EM UBERLÂNDIA**. Nesta data, em que compomos esta apresentação, o novo Coronavírus já contaminou 18.852 pessoas e já ocorreram 363 mortes confirmadas, resultantes da Covid-19, no município, conforme apresenta o Boletim Municipal Diário divulgado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Como nas edições anteriores, o Painel de Informações Municipais prioriza apresentar, de maneira sistematizada, dados e informações que permitam o conhecimento sobre alguns aspectos que se pretendem explicitar, não objetivando uma acentuada revisão da literatura ou de pesquisas similares realizadas. Usualmente, o Painel, ao utilizar-se de dados instigantes, sugere para a continuidade de uma agenda de pesquisa em relação aos temas abordados.

Esta 10ª edição do Painel de Informações Municipais de Uberlândia, ao lembrar o 132º aniversário do município uberlandense, é mais uma contribuição da Universidade Federal de Uberlândia e de seu Instituto de Economia e Relações Internacionais, por meio de seu Centro de Pesquisa, o CEPES, na discussão do difícil contexto histórico no âmbito de suas linhas de pesquisas em demografia, saúde, emprego, crédito, preços e finanças públicas.

O primeiro capítulo deste Painel, intitulado **Uberlândia-MG: impactos da Pandemia Covid-19 na Demografia Regional**, faz um pequeno resgate histórico sobre a população uberlandense e

brasileira em dois momentos históricos, distanciados pelo período de cem anos, nos quais experimentou pandemias, os anos de 1920 e 2020, e informa sobre os efeitos parciais, até o fechamento desta edição, da contaminação provocada pelo novo Coronavírus sobre a mortalidade, a letalidade e a incidência da doença Covid-19. Obteve-se estas medidas resumo considerando a população residente estimada no município, em 2020, por grupo etário, sexo e raça/cor. Como a pandemia encontra-se em franca expansão, os resultados parciais também são analisados em relação ao que se observa no Estado de Minas Gerais, no país, bem como na Região Geográfica Intermediária polarizada por Uberlândia, considerando a média móvel para o número de casos e óbitos confirmados. Ao final, relaciona-se as medidas adotadas pelo poder público municipal no gerenciamento dos efeitos pandêmicos na saúde, educação, economia, comércio e serviços, logística e para a área social.

O segundo capítulo, **O Sistema Único de Saúde em Uberlândia**, caracteriza a oferta e a demanda por serviços hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Uberlândia. Evidencia que a infraestrutura hospitalar, medida pelos leitos de internação e complementares, em 2019, estava dentro dos parâmetros de adequação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS). A pandemia da COVID-19 trouxe esforços no sentido de aumentar a quantidade de leitos no município. Pelo lado da demanda, reforça-se a importância da demografia do município e dos municípios em que a população se desloca para Uberlândia em busca de internações no planejamento do sistema.

O terceiro capítulo, nominado **A crise da Covid-19 em meio à crise do trabalho no país**, destaca que a chegada do novo Coronavírus ao Brasil teve diversas repercussões no plano econômico e, neste sentido, é evidente que o mercado de trabalho não passaria impune. Um ponto crucial, para o qual se chama atenção neste texto, diz respeito ao fato de que esse mercado já se encontrava em situação bastante fragilizada no país, demonstrada por sua dificuldade de retomada do emprego aos níveis observados anteriormente à crise político-econômica de 2015-2016 e pela flagrante desestruturação ocasionada pelo crescimento latente das ocupações informais e precarizadas. É neste contexto que se menciona que a crise da Covid-19 ocorre em meio à crise do trabalho. Situado o debate em seu devido lugar, o texto apresenta uma análise dos primeiros impactos da crise pandêmica no país, no estado de Minas Gerais e no município de Uberlândia, evidenciando a forma desigual com que

esta incide sobre os trabalhadores. Tomada essa perspectiva, realiza-se, então, um esforço de mapeamento das principais características dos trabalhadores mais duramente afetados.

No momento atual, em que se observa uma redução abrupta do fluxo de renda das empresas e das famílias, em função dos impactos econômicos da pandemia da Covid-19, o *acesso ao crédito* torna-se algo primordial, sobretudo àqueles que não possuem estoque de riqueza para se salvaguardarem. As instituições financeiras, por sua vez, comportam-se como agentes capitalistas tradicionais na busca por lucro, que, em tempos de maior instabilidade e incerteza, tendem a preferir ativos mais líquidos, em detrimento de ativos mais ilíquidos/arriscados, como os empréstimos. Todavia, vários estudos têm enfatizado a capacidade dos bancos públicos contrapor essa lógica. Destarte, o capítulo IV, **Dinâmica do Crédito Bancário em Tempos de Instabilidade: perspectivas sobre o município de Uberlândia frente à Coronacrise**, analisa a estrutura e a dinâmica do crédito bancário no município de Uberlândia (total e por instituição), principalmente em relação ao comportamento do crédito nas duas últimas crises econômicas que o Brasil enfrentou (em 2008 e 2015/2016), para, então, observar o comportamento do crédito naquele município e na presente crise, e realizar algumas reflexões.

O quinto capítulo, intitulado **Trajetória dos Preços do Grupo Alimentação e Bebidas e do Grupo Saúde e Cuidados Pessoais no Primeiro Semestre de 2020 em Uberlândia-MG**, objetiva examinar mais detalhadamente a evolução dos preços de alguns bens e serviços essenciais nos primeiros meses de pandemia de COVID-19 e de isolamento social em Uberlândia. Assim, no capítulo são abordados os produtos dos grupos “Alimentação e bebidas” e “Saúde e cuidados pessoais”, que compõem a estrutura do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia (IPC-CEPES). A análise revela como os preços na economia de Uberlândia e o próprio dinamismo de consumo das famílias uberlandenses estão sendo impactados pela crise sanitária, causada pelo novo Coronavírus, e pelas medidas de prevenção à doença.

O sexto capítulo, **Painel das Finanças Públicas da Prefeitura Municipal de Uberlândia, uma análise das receitas, despesas e endividamento (janeiro de 2016 a junho de 2020)** é fruto do trabalho da equipe do Observatório de Finanças Públicas Municipais, que atualmente está envidando esforços na construção de um amplo banco de dados sobre o tema. Para tanto, optou-se por construir um texto

dividido na forma clássica, ou seja, em três eixos temáticos: receita, despesa e endividamento. Na subseção em que a Receita Pública da Prefeitura Municipal de Uberlândia é apresentada, além de serem demonstradas todas as espécies de receitas e suas respectivas dinâmicas, o estudo demonstra claramente a origem do surpreendente aumento observado nas receitas do município recentemente. Na subseção da Despesa Pública são apresentados os diversos estágios pelos quais essa categoria passa e a dinâmica recente do comportamento das diversas espécies de despesas. O leitor notará que é essencial diferenciar o estágio de planejamento do estágio de execução, e que, em Uberlândia, há uma tendência à superestimação das despesas na fase do planejamento. Na subseção cujo enfoque é a Dívida Pública será apresentada a trajetória do estoque de dívida em relação à capacidade de geração de receitas pelo município. Todavia, também é observado que o estoque da dívida está relativamente controlado. Assim, a seção visa oferecer ao leitor um panorama recente das finanças públicas da Prefeitura Municipal de Uberlândia e apresentar análises sobre suas dinâmicas nas três dimensões - receita, despesa e endividamento - e, também, conjecturar sobre o impacto da pandemia da COVID-19 nas finanças da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Certamente, ao final deste ano, diversas informações aqui debatidas serão atualizadas, pois, estima-se que os efeitos sanitários e socioeconômicos da pandemia, provocada pelo novo Coronavírus, continuarão impactando fortemente sobre a população, a economia e em outros setores da sociedade brasileira, não somente, até meados do ano seguinte, mas com reflexos nas gerações atual e futuras.

Uberlândia, Minas Gerais, 25 de agosto de 2020.

Organizador(a) e autoras(es).

PAINEL DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS 2020

A COVID-19 EM UBERLÂNDIA

SUMÁRIO

I - Uberlândia-MG: impactos da Pandemia Covid-19 na Demografia Regional.	11
1 – Introdução	11
2 - A pandemia da Covid-19 na população de Uberlândia em 2020.	15
3 - Dinâmica da pandemia da COVID-19: Brasil, Minas Gerais, Região Geográfica Intermediária de Uberlândia e no polo Uberlândia.	32
4 – Iniciativas adotadas para o manejo da pandemia por Covid-19.	43
5 - Considerações finais.	54
II - O Sistema Único de Saúde em Uberlândia.	58
1 – Introdução	58
2 - O Sistema Único de Saúde	58
3 - Banco de Dados.	60
4 - O SUS em Uberlândia-MG	61
4.1 - Leitos de internação hospitalar.	62
4.2 - Leitos complementares	66
5 - Demanda pelo SUS em Uberlândia.	70
6 - Saúde e regionalização.	76
7 - Considerações finais	79
III - A crise da Covid-19 em meio à crise do trabalho no país	82
1 - A situação no Brasil já era grave, antes mesmo da pandemia	82
2 - Alguns dos primeiros impactos da pandemia, sobre os quais já se pode falar	84
3 - A crise da Covid-19, assim como qualquer crise, reforça assimetrias estruturais.	91
4 - Traçando um perfil dos principais trabalhadores afetados: enfoque em Uberlândia	94
5 - Considerações finais.	103
Referências	105
IV - Dinâmica do Crédito Bancário em Tempos de Instabilidade: perspectivas sobre o município de Uberlândia frente à Coronacrise.	106
1 – Introdução	106
2 – Dinâmica do crédito bancário no Brasil nos anos 2000	108
3 – Medidas adotadas pelo Governo na atual pandemia para estimular a liquidez da economia	112
4 – Brasil: Crédito bancário na Pandemia	117
5 – Estrutura do setor bancário no município de Uberlândia	121

6 – Dinâmica do crédito bancário no município de Uberlândia nas crises de 2008 e 2015/2016 no Brasil	127
7 – Movimento do crédito bancário na Coronacrise em Uberlândia	133
8 – Considerações Finais	138
Referências	141
V - Trajetória dos Preços do Grupo Alimentação e Bebidas e do Grupo Saúde e Cuidados Pessoais no Primeiro Semestre de 2020 em Uberlândia-MG	144
1 - Introdução	144
2 - Evolução dos Níveis de Preços do Grupo “Alimentação e Bebidas” no Primeiro Semestre de 2019 e de 2020 em Uberlândia	148
3 - Evolução dos Níveis de Preços do Grupo “Saúde e Cuidados Pessoais” no Primeiro Semestre de 2019 e de 2020 em Uberlândia	161
4 - Considerações Finais	177
Referências	180
VI – Painel das Finanças Públicas da Prefeitura Municipal de Uberlândia, uma análise das receitas, despesas e endividamento (janeiro de 2016 a junho de 2020).	182
1 – Apresentação	182
2 – Receitas Orçamentárias	183
2.1 - Introdução	183
2.2 - Receitas Orçamentárias de Uberlândia: janeiro de 2016 à junho de 2020	184
3 - Despesa Orçamentária	234
3.1 - Conceitos	234
3.2 - Aplicação de recursos do município	235
3.3 - Despesas correntes	239
3.5 - Classificação Funcional	243
4 – Despesas com pessoal e Restos a Pagar	245
4.1 - Despesas com pessoal	245
4.2 – Restos a Pagar	247
5 - Trajetória da Dívida da Prefeitura Municipal de Uberlândia entre 2016 e 2020	249
5.1 - Considerações Preliminares	249
5.2 - O Anexo 02 do Relatório de Gestão Fiscal	249
5.3 - As limitações da razão DCL/ RCL na análise da trajetória da dívida.	253
5.4 - A trajetória do estoque de dívida da Prefeitura Municipal de Uberlândia.	255
6 - Considerações Finais	261
Referência bibliográfica	265

PAINEL DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS – 2020 A COVID-19 EM UBERLÂNDIA

Resumo

O **Painel de Informações Municipais Uberlândia**, desde sua primeira edição, no ano de 2003, apresenta dados em detalhes sobre o município de Uberlândia, localizado no extremo oeste do Estado de Minas Gerais. Nesta 10ª edição, o Painel mantém seu objetivo de divulgar o conhecimento sobre a dinâmica socioeconômica municipal, garantindo o acesso desta publicação a pessoas, instituições e empresas interessadas. Neste ano de 2020, momento histórico e doloroso para a população brasileira, o Painel reúne um conjunto de estudos que destacam a presença e os efeitos da pandemia provocada pela doença COVID-19, por conta da contaminação provocada pelo novo Coronavírus, o Sars-Cov-2, no município, e por isso, intitula-se **A COVID-19 EM UBERLÂNDIA**. Ao lembrar o 132º aniversário do município uberlandense, o Painel é mais uma contribuição da Universidade Federal de Uberlândia e de seu Instituto de Economia e Relações Internacionais, por meio de seu Centro de Pesquisa, o CEPES, para o entendimento e a discussão do difícil contexto histórico atual, de crises sanitária e econômica, no âmbito de suas linhas de pesquisas em demografia, saúde, emprego, crédito, preços e finanças públicas.

Palavras-chave: Pandemia; Covid-19; Uberlândia.

MUNICIPAL INFORMATION PANEL - 2020 COVID-19 IN UBERLAND

Abstract

The Uberlândia Municipal Information Panel, since its first edition, in 2003, presents data in detail about the municipality of Uberlândia, located in the extreme west of the State of Minas Gerais. In this 10th edition, the Panel maintains its objective of disseminating knowledge about the municipal socioeconomic dynamics, guaranteeing the access of this publication to interested people, institutions and companies. In this year of 2020, a historic and painful moment for the Brazilian population, the Panel brings together a set of studies that highlight the presence and effects of the pandemic caused by the COVID-19 disease, due to the contamination caused by the new Coronavirus, the Sars-Cov-2, in the municipality, and for that reason, it is entitled **A COVID-19 IN UBERLÂNDIA**. In recalling the 132nd anniversary of the municipality of Uberlândia, the Panel is yet another contribution from the Federal University of Uberlândia and its Institute of Economics and International Relations, through its Research Center, CEPES, for understanding and discussing the difficult context current history of health and economic crises, within the scope of its research lines in demography, health, employment, credit, prices and public finances.

Keywords: Pandemic; Covid-19; Uberlândia.

JEL: E30; E60; H81; I00; J10; J20.

I - Uberlândia-MG: impactos da Pandemia Covid-19 na Demografia Regional.

Luiz Bertolucci Jr.¹
Guilherme Mazaro Delazari²
Ruth Gabriela Marques Fagundes³
Thais Soares Pellosi²

“Ora, a gripe foi, justamente, a morte sem velório. Morria-se em massa. E foi de repente. De um dia para o outro, todo mundo começou a morrer. Os primeiros ainda foram chorados, velados e floridos. Mas quando a cidade sentiu que era mesmo a peste, ninguém chorou mais, nem velou, nem floriu. O velório seria um luxo insuportável para os outros defuntos. Era em 1918. A morte estava no ar e repito: — difusa, volatizada, atmosférica; todos a respiravam. Na minha janela, da rua Alegre, eu olhava a rua. As casas, tristes, inconsoláveis.”

Nelson Rodrigues.
Trecho da memória 11 do livro *A menina sem estrela: memórias* (Ed. Companhia das Letras, 1993).

1 – Introdução

Neste ano de 2020, de novo as cidades, as ruas e as pessoas que nelas vivem experimentam as aflições, as tristezas inconsoláveis como registrou Nelson Rodrigues, e lidam com as mortes que ferem diversas famílias e que, também, abalaram o mundo há mais de cem anos.

Superado o século em que o mundo sofreu com a conhecida “gripe espanhola”, em dezembro de 2019, a metrópole de Wuhan, localizada na província de Hubei da República Popular da China, se deparava com a identificação de um novo vírus respiratório em circulação, denominado Sars-Cov-2. De maneira surpreendente, a contaminação se disseminou rapidamente por toda a China, levando ao adoecimento de um número expressivo de pessoas, em larga medida sendo internadas para o

¹ Economista – IERI/UFU e Doutor em Demografia CEDEPLAR/UFMG. Pesquisador no CEPES/IERI/UFU e orientador da ICV (PIVIC/CEPES/2020) – área Demografia. Contato: bertolucci@ufu.br

² Graduandos em Relações Internacionais – IERI/UFU. Pesquisadores em Iniciação Científica Voluntária de Graduação ICV (PIVIC/CEPES/2020).

³ Graduanda em Estatística – FAMAT/UFU. Pesquisadora ICV (PIVIC/CEPES/2020).

tratamento da doença deste novo Coronavírus, nominada como Covid-19. Neste mesmo mês, a população residente em Uberlândia, esta metrópole localizada no interior do Estado de Minas Gerais - Brasil, e com uma população quinze vezes menor que o total de residentes naquela cidade chinesa, mantinha-se despreocupada, mas já recebia fartas notícias em torno da apreensão que o povo chinês experimentava, por meio das mídias sociais e pelas reportagens jornalísticas nas TV e outros meios de comunicação. No entanto, os uberlandenses nem de longe cogitavam que esta crise sanitária e de saúde coletiva não seria apenas chinesa, mas atingiria rapidamente o mundo todo, inclusive, de maneira avassaladora, o Brasil e todos os seus mais de cinco mil municípios, a maioria pequenos municípios localizados no interior do país.

Muitos uberlandenses, durante o mês das festas natalinas de 2019, julgavam que as medidas adotadas pelo Governo central chinês, como o distanciamento social, a testagem em massa, o isolamento de casos suspeitos, a quarentena e o fechamento de cidades inteiras, impedindo a livre movimentação de pessoas, seriam exageradas.

Alguns advogavam que o mundo já tinha experimentado, nos anos recentes, duas síndromes graves causadas pelo vírus da família Sars-CoV, mas que não se configuraram numa grande pandemia: a síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV), em 2002, e a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV), em 2012. Nem de longe se imaginava, ao final de 2019, que o mundo concluiria a Década de 2010-2019 tendo de lidar com a disseminação de três Coronavírus de alto poder contaminante e com expressiva letalidade (SARS-CoV, MERS-CoV e SARS-CoV-2)⁴.

Em 11 de março de 2020, dia em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou a Covid-19 ao *status* de pandemia, devido ao seu elevado estado de contaminação geográfico, já constatado em 114 países, o mundo contabilizava quase 120 mil casos e, aproximadamente, 4,5 mil mortes devido a esta grave doença com efeitos que extrapolavam o aparelho respiratório, mas com impactos deletérios em vários órgãos do corpo humano⁵.

⁴ **Manual Msd.** Merck Sharp & Dohme Corp. *Website* mantido por Merck Sharp & Dohme Corp. Disponível em: https://www.msdmanuals.com/pt/casa/infec%C3%A7%C3%B5es/v%C3%ADrus-respirat%C3%B3rios/coronav%C3%ADrus-e-s%C3%ADndromes-respirat%C3%B3rias-agudas-covid-19-mers-e-sars#v47616268_pt. Acesso em 01/08/2020.

⁵ Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde. **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia.** Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812#:~:text=11%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020,agora%20caracterizada%20como%20uma%20pandemia. Acesso em 01/08/2020.

Os primeiros indícios da pandemia podem ter chegado ao Brasil em 26 de fevereiro de 2020 com a confirmação do primeiro caso em São Paulo, capital⁶, e em 06 de março seria confirmado o primeiro caso em Minas Gerais⁷, segundo estado mais populoso do país. A primeira morte registrada no Brasil como consequência da Covid-19 ocorreu em 17 de março e, no mesmo, dia foram registrados os primeiros casos de transmissão comunitária, quando não é possível identificar a origem da contaminação, nas capitais Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte⁸. Durante as primeiras semanas da pandemia, Minas Gerais aparentou manter números baixos de casos confirmados e óbitos em decorrência da Covid-19 em comparação a outros estados, mantendo também uma baixa taxa de ocupação dos leitos de UTI, com a possibilidade de que o baixo número de casos registrados seria consequência de subnotificação⁹. Entretanto, os bons índices não foram sustentados e o crescente número de casos ultrapassou 150 mil em 8 de agosto, mesmo dia que o Brasil atingiu a marca de 3 milhões de casos e 100 mil óbitos, destes, 3.449 mortes ocorreram em Minas Gerais.

Em Uberlândia, no dia 21 de março ocorreu a publicação do primeiro Boletim Municipal Diário¹⁰, intitulado *Uberlândia contra o Coronavírus*, em que se divulgou a confirmação de três casos confirmados da Covid-19, enquanto que 14 pacientes estavam internados com suspeita da doença e 188 casos estariam ainda na categoria de suspeitos. Nessa data, ainda não se registrava nenhum óbito pela Covid-19 na cidade. No país, já somavam quase 20 mortos e mais de 1.200 infectados em 26 estados e no DF, sendo a maior parte dos mortos observada no Estado de São Paulo.

Em março, a municipalidade de Uberlândia ainda considerando o risco baixo de contaminação, adota não somente as ações que indicavam o distanciamento social seletivo básico, mas, além disso, antecipa medidas em uma situação de risco

⁶ MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Brasil confirma primeiro caso da doença**. Disponível em: www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus. Acesso em 12 ago. 2020.

⁷ SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. **Confirmação do primeiro caso de Coronavírus em Minas Gerais**. Disponível em: www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/12233-confirmacao-do-primeiro-caso-de-coronavirus-covid-19-em-minas-gerais. Acesso em 12 ago. 2020.

⁸ SANAR SAÚDE. **Linha do tempo: A evolução do novo Coronavírus no Brasil**. Disponível em: www.sanarsaude.com/blog/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil. Acesso em 13 ago. 2020; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus: 1 morte e 291 casos confirmados**. Disponível em: www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46552-coronavirus-1-morte-e-291-casos-confirmados. Acesso em 13 ago. 2020.

⁹ CANOFRE, Fernanda. **MG faz poucos testes de coronavírus, mas se beneficia de isolamento**. Folha de São Paulo. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/mg-faz-poucos-testes-de-coronavirus-mas-se-beneficia-de-isolamento.shtml. Acesso em 13 ago. 2020.

¹⁰ PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Boletim Municipal Diário: Uberlândia contra o Coronavírus**. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/coronavirus/boletim-municipal-informe-epidemiologico/>

moderado, em que também aulas em escolas e universidades são suspensas (veja quadros de medidas na Seção 4). A Universidade Federal de Uberlândia, no dia 13 de março, cria o Comitê de Monitoramento à Covid-19, por meio da Portaria nº 305, com diversos objetivos, entre eles, analisar os dados e as informações a fim de subsidiar as decisões dos gestores universitários para o enfrentamento das emergências apresentadas e a proposição de medidas preventivas ao contágio. No dia 16 de março, é tomada, pela Reitoria, a Decisão Administrativa Nº 1/2020 deliberando pela suspensão de aulas e atividades acadêmicas da UFU a partir de 18/03/2020, e replanejamento de atividades administrativas, como medida de prevenção à Covid-19¹¹. Esta decisão administrativa teve um impacto direto no afastamento de aproximadamente 22 mil pessoas, entre estudantes, professores e técnicos administrativos de seus *campi* em Uberlândia, e de mais 4 mil pessoas nos *campi* fora de sede, localizados nas cidades de Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas. A maior parte da comunidade universitária passou a realizar trabalho remoto, ainda que de forma precária, ou atividades presenciais, com maior atenção para a segurança e higiene visando conter a contaminação por este novo Coronavírus.

Em Uberlândia, os primeiros óbitos foram registrados nos boletins epidemiológicos em 03 de abril, data em que o boletim registrou duas mortes confirmadas e seis suspeitas. Desde as primeiras semanas, Uberlândia se manteve como segunda cidade no estado com maior número de casos, com exceção de um breve momento na segunda quinzena do mês de junho, após registrar 539 casos em um único dia¹², tornando-se a cidade mineira com maior número de casos confirmados da doença¹³. Em 09 de agosto, Uberlândia permanecia na 2ª colocação do estado, atrás apenas da capital, Belo Horizonte, e posição 133 no Brasil¹⁴.

A gravidade desta crise multifacetada já se evidenciava em 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, quando diversas entidades sociais e científicas assinaram o “Pacto

¹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Relatório de Ações de Transição | COVID-19 | UFU** 1a versão: junho de 2020. Disponível em: http://comunica.ufu.br/sites/comunica.ufu.br/files/conteudo/noticia/anexo_relatorio_de_acoes_emergenciais_ou_transicao_uvu.pdf. Acesso em 01/08/2020.

¹² PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Boletim Municipal – Informe Epidemiológico**. Disponível em: www.uberlandia.mg.gov.br/coronavirus/boletim-municipal-informe-epidemiologico/. Acesso em 13 ago. 2020.

¹³ CNN BRASIL. **MG: Uberlândia passa Belo Horizonte em número de infectados pela Covid-19**. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/06/16/mg-uberlandia-passa-belo-horizonte-em-numero-de-infectados-pela-covid-19. Acesso em 13 ago. 2020.

¹⁴ FIOCRUZ. **Monitora Covid-19: Relatório Municipal – Uberlândia MG**. Disponível em: bigdata-api.fiocruz.br/relatorios/Uberla%CC%82ndia%20MG.html. Acesso em 13 ago. 2020.

pela Vida e Pelo Brasil”, alertando a sociedade brasileira sobre a crise de múltiplas dimensões que avançava no país — não apenas sanitária, mas social, econômica e política. Naquela oportunidade, diversas autoridades e instituições de saúde já alertavam que os números reais da doença provocada pelo novo Coronavírus Sars-Cov-2 devem ser maiores, em razão da falta de testagem em larga escala e da subnotificação de casos e óbitos relativos à Covid-19¹⁵.

Agora, no dia 13 de agosto, quando escrevemos esta seção de demografia que comporá o Painel de Informações Municipais de Uberlândia, ano 2020, o Brasil chora seus mais de 105 mil mortos pela Covid-19 e lida com os efeitos dos mais de 3,2 milhões de casos diagnosticados. A disseminação desta doença continua impactando fortemente sobre a saúde das pessoas, mas também definindo um quadro de recessão econômica e crise social, escancarando as desigualdades sociais e promovendo efeitos terríveis sobre as famílias vulneráveis devido à baixa renda, à perda de emprego, insuficiente escolaridade, baixa qualidade dos domicílios e, entre outros fatores, à falta de acesso à água e condições inadequadas de higiene e saneamento.

Este capítulo sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 em algumas variáveis demográficas, que definem a população uberlandense, está estruturado nas seguintes seções: 2 – A pandemia da Covid-9 na população de Uberlândia em 2020; 3 - Dinâmica da pandemia da Covid-19: Brasil, Minas Gerais, Região Geográfica Intermediária de Uberlândia e no polo Uberlândia; 4 - Iniciativas nacionais e locais para o manejo da pandemia por Covid-19 e, por último, na seção 5, são relacionadas algumas considerações finais sobre o exposto.

2 - A pandemia da Covid-19 na população de Uberlândia em 2020.

Conhecer o tamanho da população que está sendo afetada por uma pandemia com a intensidade da Covid-19, bem como a configuração desta população por idade e sexo é de fundamental importância para a tomada de decisão no presente e para aferir as possíveis consequências demográficas pós-pandemia.

Neste momento, para maior conhecimento da população brasileira, o país deveria estar realizando um grande esforço censitário para a virada da década,

¹⁵ Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Pacto pela Vida e Pelo Brasil**. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/pacto-pela-vida-e-pelo-brasil/> Acesso em 01/08/2020.

implementando o Censo Demográfico de 2020, que, devido à pandemia, foi adiado para o ano de 2021. Também no século passado, o Recenseamento do Brasil, realizado na data de referência de 1º de setembro de 1920, encontrou enormes dificuldades por conta do reflexo da pandemia mundial experimentada em 1918, a “gripe espanhola”, em que milhares de brasileiros morreram. Naquele ano, o Brasil contava com 30,6 milhões de habitantes, sendo que os homens representavam 50,4% da população, e deve ser por esta ligeira maioria masculina, que se comparou o total desta população censitada nos diversos recenseamentos realizados, anteriormente, por meio de figuras masculinas (Figura 1). O recenseamento, daquele ano, confirmou o Estado de Minas Gerais, com 5,9 milhões de residentes, como o mais populoso das unidades da federação, posição já observada nos censos anteriores.

Figura 1 – Ilustração do tamanho da população brasileira, em diversas épocas, inserta na publicação do Recenseamento do Brasil de 1920.



Fonte: Recenseamento do Brasil, Volume IV, 1ª parte, 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística, 1926.

Cem anos depois, a população brasileira já conta com quase 212 milhões de residentes¹⁶, sendo agora composta por maioria de mulheres, distribuídas em mais de 5 mil municípios. Minas Gerais reúne a expressiva população de 21,3 milhões de habitantes, sendo o segundo estado brasileiro mais populoso, superado apenas pelo vizinho estado de São Paulo.

Uberlândia, naquele setembro de 1920, ainda designado como Uberabinha, tinha superado 32 anos com o *status* de município, comemorados no dia 31 de agosto, data marcada pela Lei nº 4.643 de 1888, quando foi criado o município. Nos anos 20 do Século XX, Uberabinha fazia parte dos 1.304 municípios brasileiros e reunia 22.956 habitantes¹⁷. Somente com a Lei Estadual n.º 1.128 de 19/10/1929, o município de Uberabinha adotaria o nome de Uberlândia.

Tabela 1 – Uberlândia-MG: População Estimada por grupo etário e sexo, julho de 2020.

Grupo etário sexo	População Estimada 2020			Participação Relativa (%)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 - 4	21.750	20.730	42.480	3,1	3,0	6,1
5 - 9	21.614	20.860	42.474	3,1	3,0	6,1
10 - 14	23.913	23.114	47.027	3,4	3,3	6,7
15 - 19	26.911	25.815	52.726	3,8	3,7	7,5
20 - 24	28.775	27.686	56.461	4,1	3,9	8,0
25 - 29	28.846	28.299	57.145	4,1	4,0	8,1
30 - 34	30.067	29.811	59.878	4,3	4,2	8,5
35 - 39	28.960	29.579	58.539	4,1	4,2	8,3
40 - 44	26.375	27.634	54.009	3,8	3,9	7,7
45 - 49	22.431	24.141	46.572	3,2	3,4	6,6
50 - 54	20.802	23.261	44.063	3,0	3,3	6,3
55 - 59	18.393	21.531	39.924	2,6	3,1	5,7
60 - 64	15.006	18.226	33.232	2,1	2,6	4,7
65 - 69	11.479	13.692	25.171	1,6	2,0	3,6
70 - 74	7.706	9.570	17.276	1,1	1,4	2,5
75 - 79	4.954	6.324	11.278	0,7	0,9	1,6
80 e mais	5.223	8.274	13.497	0,7	1,2	1,9
Total	343.205	358.547	701.752	48,9	51,1	100

Fonte: Estimativa Populacional 2020 - CEPES com base na Estimativa Populacional 2019/IBGE e Estimativas preliminares 2000-2019 elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

¹⁶ IBGE. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock. Acesso em 01/08/2012.

¹⁷ Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil**: realizado em 1 de setembro de 1920: população / Directoria Geral de Estatística. - Local: Rio de Janeiro Editor: Typ. da Estatística Ano: 1926, 883p. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/> Acesso em 01/08/2020.

Neste 2020, quando o município de Uberlândia comemora seu 132º aniversário de criação, estima-se que sua população esteja em, aproximadamente, 702 mil habitantes (Tabela 1), reunindo agora um contingente populacional 30 vezes maior que o que residia na pequena Uberabinha de 1920. A estimativa populacional, realizada a partir da estimativa populacional de 2019¹⁸, considerou que a população deste município aumenta à taxa de crescimento anual (TC) de 1,55% ao ano, ritmo mais lento se comparado às TC observadas em anos censitários anteriores: em 2010, TC de 1,88% a.a., inferior à TC de 3,56% a.a. calculada para a população censitada em 2000. Importa considerar que apenas teremos a população real que reside no município, com os detalhamentos necessários, quando da realização do Censo Demográfico.

Conforme apresenta a Tabela 1, a pandemia atual encontra Uberlândia com uma população estimada predominantemente feminina e nos grupos etários jovens adultos, nas idades entre 20 e 39 anos. O grupo etário mais populoso deve encontrar-se nas idades de 30 a 34 anos, reunindo quase 60 mil habitantes, 8,5% da população residente, composto em maioria por homens: 30,1 mil, número este superior às 29,8 mil mulheres nas mesmas idades.

Nesta estimativa, se até a idade de 34 anos a população uberlandense está composta por maioria de homens, nos grupos etários adultos e nas idades mais avançadas as mulheres contam com as maiores participações relativas em relação à população total. No total, as mulheres representam 51,1% da população em 2020.

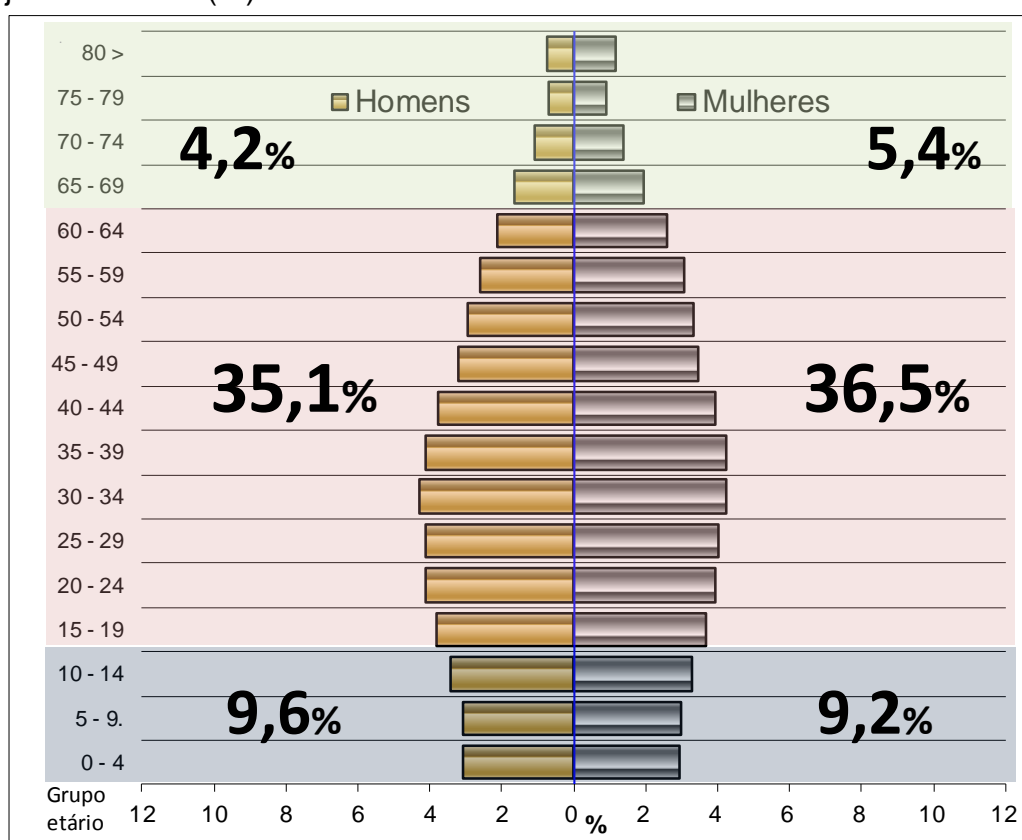
O Gráfico 1 apresenta uma forma bojuda para a estrutura etária e por sexo da população uberlandense estimada em 2020. A pandemia gerada pelo novo Coronavírus encontra uma população com menor número de crianças em sua base e com ainda pequena participação relativa de pessoas nas idades do topo, acima de 65 anos. A forma desta pirâmide populacional indica a concentração de população nas idades consideradas produtivas, em que a maior parte dos residentes, idealmente, poderiam estar ativos no mercado de trabalho, completando o ensino médio ou já qualificados em nível superior.

Observa-se, no Gráfico 1, que 36,5% da população estimada em 2020 para Uberlândia são mulheres nas idades ativas entre 15 e 64 anos. Os homens apresentam

¹⁸ IBGE. **Estimativas de população enviadas ao TCU, 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados> Acesso em 05/07/2020.

percentual menor, de 35,1% nas idades ditas produtivas. Esta maior concentração de pessoas, nestes grupos etários, reflete, em boa medida, o crescimento vegetativo das décadas anteriores, mas, também, o saldo migratório positivo que tradicionalmente o município apresentava em relação às demais regiões brasileiras, captado pelos censos demográficos, e que promoviam ganhos líquidos populacionais advindos da migração de jovens e adultos, atraídos por fatores relacionados à maior disponibilidade de emprego e de oportunidade de educação neste município mineiro.

Gráfico 1 – Uberlândia-MG: População Estimada por grupo etário e sexo, julho de 2020 (%).



Fonte: Elaboração CEPES/IERI/UFU com base na Tabela 1.

Importa considerar que o Gráfico 1 sugere um momento demográfico importante para o município, uma janela de oportunidade demográfica para o seu desenvolvimento caso consiga promover a inserção deste contingente de jovens e adultos em educação técnica e superior com qualidade, bem como oportunize a criação de empregos formais com remunerações condizentes e que supram as necessidades requeridas por uma família. Mas, também, indica que a população poderá lidar, nas próximas décadas, com

o envelhecimento populacional mais intenso, quando os percentuais de homens e mulheres nas idades acima de 65 anos serão bem maiores.

E, frente a esta conjuntura pandêmica, o Gráfico 1 leva a especular sobre os possíveis impactos da epidemia nos três grandes grupos etários: como ficarão as crianças e adolescentes, nas idades abaixo de 14 anos, ainda importante grupo populacional em Uberlândia, quase 19% do contingente populacional, na situação de isolamento social e distanciamento, num longo período, por conta da contaminação provocada pelo novo Coronavírus, sem a experiência escolar, sem a possibilidade de acessarem os equipamentos sociais de creches, centros de formação? As crianças e adolescentes pertencentes às famílias pobres, crianças que não contam com *Internet* e os necessários equipamentos de comunicação para participarem de aulas remotas, serão excluídas do ensino, perdendo um ano inteiro em seu ciclo de vida escolar? As desigualdades sociais poderão se acentuar, distanciando ainda mais a escolaridade e a formação das crianças ricas das crianças pobres no município, considerando que, anteriormente, em “tempos normais”, as crianças e jovens pobres já estudavam menos que as crianças pertencentes às classes média e rica? As(os) adolescentes, afastados da escola, assumirão ainda mais as atividades domésticas, em prejuízo do tempo dedicado aos estudos?

Ainda questionando, a preocupação se acentua com relação ao grande grupo de idades de 15 a 64 anos, tendo em vista que, se a pandemia promove acentuado recuo das atividades econômicas, levando ao fechamento de inúmeros postos de trabalho, à falência de diversas empresas pequenas e médias, qual será o comprometimento dos postos de trabalho deste contingente de homens e mulheres que contabilizam mais de 70% dos residentes?

E, por fim, como será o impacto deste vírus nas pessoas em idades mais avançadas, com 65 anos e mais, quase 10% do total de uberlandenses, pessoas que contribuíram por décadas para o desenvolvimento regional e que, agora, encontram-se vulneráveis, mas não “descartáveis”, diante de uma doença que apresenta quadros infecciosos mais graves para os idosos?

A Tabela 2 já nos introduz no contexto da pandemia atual, em Uberlândia, e justifica em parte as preocupações expostas anteriormente, ao apresentar os óbitos notificados pela doença Covid-19 até a data de 13 de agosto de 2020. Os dados permitem verificar que, dos quase 300 mortos por esta doença, a grande maioria encontra-se nos grupos etários com idades acima de 55 anos. Se considerados os

sexos, os homens são aqueles que, até a data de referência, estavam morrendo mais pelos efeitos deletérios da doença provocada pelo novo Coronavírus. Do total de mortos, quase 64% eram homens, enquanto as mulheres somam 36% dos óbitos.

Vale mencionar, conforme destaca a Tabela 2, que, apesar dos grupos etários infantis ainda não contabilizarem mortos, os grupos de idades adultas também foram afetados por significativa mortalidade de seus membros, principalmente nas idades de 40 a 44 anos - 4,8% do total de óbitos, sendo que 3,7 p.p. foram de óbitos masculinos.

Se estudos demográficos já apontaram a sobremortalidade masculina nas idades adultas, por causas de mortes diversas, destacando-se aquelas ligadas a doenças cardiovasculares, respiratórias, degenerativas e, também, por causas externas como os acidentes de trabalho, acidentes de trânsito, violências e suicídios, a Covid-19, ao levar a complicações em diferentes órgãos do corpo humano, promove, de igual maneira, maior número de óbitos masculinos.

Tabela 2 – Uberlândia-MG: Óbitos por Covid-19 e participação relativa (%), por grupo etário e sexo, até 13/08/2020.

Grupo etário sexo	Número de Óbitos por Covid-19			Participação Relativa (%)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 - 4	-	-	-	-	-	-
5 - 9.	-	-	-	-	-	-
10 - 14	-	-	-	-	-	-
15 - 19	-	1	1	-	0,4	0,4
20 - 24	-	-	-	-	-	-
25 - 29	-	-	-	-	-	-
30 - 34	-	1	1	-	0,4	0,4
35 - 39	5	3	9	1,8	1,1	2,9
40 - 44	11	3	14	3,7	1,1	4,8
45 - 49	12	-	12	4,0	-	4,0
50 - 54	8	3	11	2,6	1,1	3,7
55 - 59	15	10	25	5,1	3,3	8,5
60 - 64	13	10	23	4,4	3,3	7,7
65 - 69	22	10	31	7,4	3,3	10,7
70 - 74	34	16	50	11,4	5,5	16,9
75 - 79	21	17	38	7,0	5,9	12,9
80 e mais	48	32	80	16,2	11,0	27,2
Total	187	107	294	63,6	36,4	100

Fonte: SIVEP GRIPE / MS, Painel de Monitoramento dos Casos Coronavírus - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Boletim Municipal Diário / Prefeitura Municipal de Uberlândia 13/08/2020. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Aqui, vale considerar que a Covid-19, pelo menos até a data de referência deste estudo, se diferencia da “Gripe Espanhola”, a gripe de 1918, cujo aparecimento possivelmente se deu por conta de uma nova cepa de vírus *influenza*, detectada em 1916 e que, por meio de mutações graduais e sucessivas, assumiu sua forma mortal em 1918¹⁹. Naquele distante ano, a gripe matou, em sua maioria, crianças de 0 a 4 anos e homens nas idades produtivas de 20 a 44 anos, conforme relatou a pesquisadora Maria Alice Ribeiro²⁰. De acordo com a pesquisadora, sobre a crise de 1918, os estudos futuros certamente confirmarão que as duas pandemias, derivadas de gripes mortais, impactaram com maior intensidade e prejuízos nas famílias pobres, com piores condições de moradia, que vivem em domicílios com alta densidade populacional, que contam com escasso acesso à água e esgoto e sem o adequado saneamento básico, ou seja, grupo de pessoas que sobrevivem em precárias condições de higiene e alimentação.

Tabela 3 – Uberlândia-MG: Mortalidade por Covid-19 por grupo etário e sexo, até 13/08/2020, por 100 mil habitantes.

Grupo etário	sexo	Mortalidade por Covid-19 / 100 mil hab.		
		Homens	Mulheres	Total
0 - 4		-	-	-
5 - 9		-	-	-
10 - 14		-	-	-
15 - 19		-	4	2
20 - 24		-	-	-
25 - 29		-	-	-
30 - 34		-	4	2
35 - 39		19	11	15
40 - 44		41	12	26
45 - 49		53	-	26
50 - 54		36	14	25
55 - 59		82	45	62
60 - 64		86	53	68
65 - 69		188	71	125
70 - 74		435	169	288
75 - 79		415	273	335
80 e mais		911	392	593
Total		54	30	42

Fonte: Elaboração CEPES/IERI/UFU com base nas Tabelas 1 e 2.

¹⁹ **FIOCRUZ, 2020. Invivo. História. Pandemia de gripe de 1918. Disponível em:** <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=815&sid=7> . Acesso em 05/08/2020.

²⁰ **UNFPA e ABEP, 2020. Webnário Pandemias e epidemias da história. Disponível em** <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/assim-como-nas-pandemias-da-hist%C3%B3ria-desigualdade-social-%C3%A9-um-grande-obst%C3%A1culo-para-o> . Acesso em 29/07/2020.

A taxa de mortalidade devido à Covid-19 (TMC), por 100 mil habitantes, permite verificar o impacto dos óbitos relativos a esta doença em populações de diferentes tamanhos e composições por idade e sexo. Importa levar em conta que as taxas de mortalidade específicas, apresentadas a seguir, não foram padronizadas por idade e estão sujeitas à influência da real estrutura etária da população, o que somente será obtida por meio dos dados captados pelo Censo Demográfico, pesquisa esta de fundamental importância para o conhecimento da população brasileira.

A Tabela 3 deixa claro que, até 13 de agosto deste ano, data de referência dos dados utilizados neste estudo, os grupos etários em idades avançadas apresentaram alta mortalidade, principalmente os grupos de idades de homens mais envelhecidos, com 70 anos e mais. O grupo etário de 70 a 74 anos, no total, apresentou 288 mortes/100 mil habitantes, enquanto o grupo etário de 75-79 contou com 335 mortes/100 mil habitantes (100mh), e o grupo de pessoas com idades de 80 anos e mais apresentou uma taxa de mortalidade muito expressiva, 593 mortos para cada grupo de 100 mil uberlandenses. Como a mortalidade foi menor nos grupos etários das idades adultas entre 30 e 54 anos, a mortalidade em Uberlândia gerada pela Covid-19 ficou, na data de referência, em 42 óbitos/100mh.

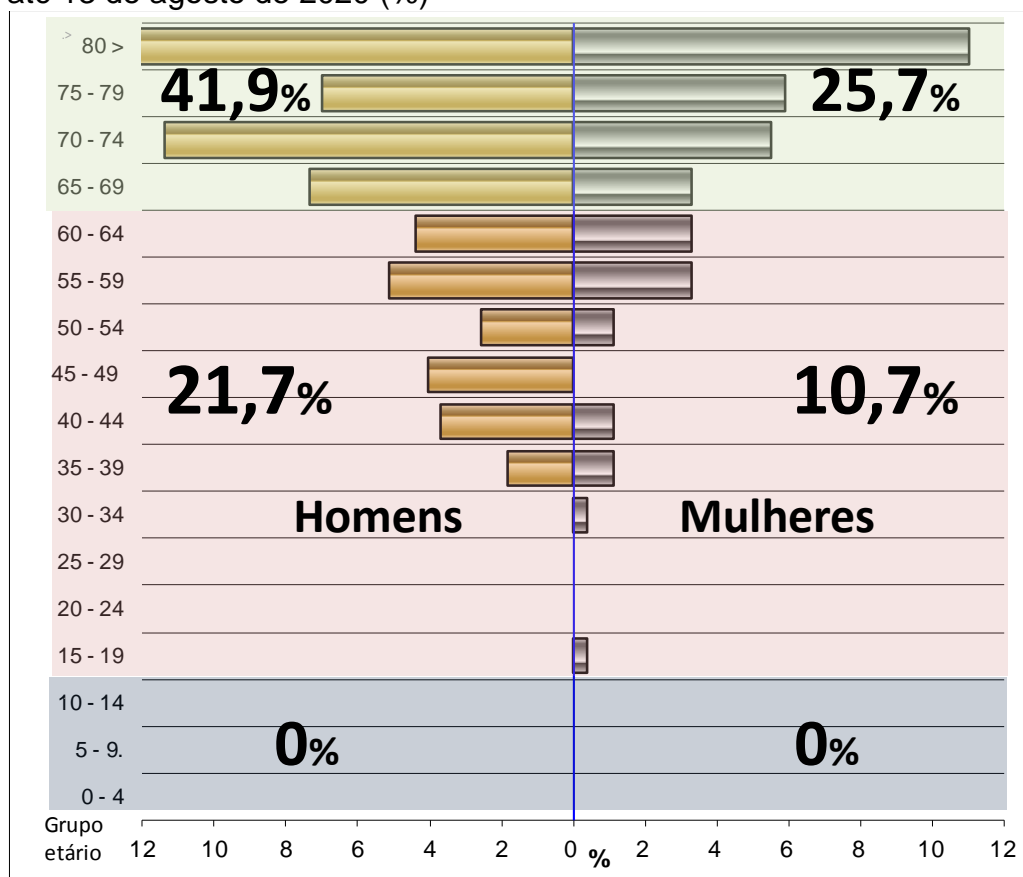
Para efeito comparativo, em 13/08, a mortalidade por Covid-19 (TMC) em Uberlândia superava a observada na capital do Estado, Belo Horizonte, que apresentava TMC de 30 mortes/100mh.

De igual modo, a mortalidade experimentada pelos uberlandenses estava mais alta que a observada em outros municípios de perfil demográfico semelhante, tais como: São José dos Campos (SP), TMC de 38 mortes/100mh; Feira de Santana (BA), 25 mortes/100mh, Londrina (PR), com mortalidade em 23 mortes/100mh ou Juiz de Fora (MG), com TMC em 24 mortes/100mh.

Por outro lado, a mortalidade em Uberlândia estava em nível mais baixo que a observada no epicentro da pandemia no país, a cidade de São Paulo, que, na mesma data contava com TMC em 86 mortes/100mh, enquanto a cidade de Ribeirão Preto, com tamanho demográfico similar e que se posiciona a meio caminho entre Uberlândia e a capital paulista, apresentava TMC de 68 mortes/100mh²¹.

²¹ Dados de municípios obtidos na **Rede Análise Covid-19**. Disponível em <https://redeaanalisecovid.wordpress.com/dados/>. Acesso em 05/08/2020.

Gráfico 2 – Uberlândia-MG: Óbitos por Covid-19 por grupo etário e sexo, até 13 de agosto de 2020 (%)



Fonte: Elaboração CEPES/IERI/UFU com base na Tabela 2.

O Gráfico 2 ilustra, de maneira contundente, a concentração de óbitos masculinos por Covid-19 nas idades mais altas da estrutura etária. 41,9% dos mortos no município são homens com idades acima de 65 anos, enquanto as mulheres que morreram nestas idades por conta deste novo Coronavírus representavam 25,7% do total de óbitos. De igual modo, o gráfico destaca maiores barras relativas às mortes masculinas nas idades entre 35 e 64 anos, 21,7% do total, em relação às mortes femininas, que, para estas mesmas idades representavam, 10,7% dos óbitos.

Quanto ao número de casos confirmados por Covid-19, até a data de 13/08, o município de Uberlândia contabilizava 15,8 mil contaminados pelo novo Coronavírus (Tabela 4), ou seja, aproximadamente 2,3% da população residente. Observam-se casos confirmados em todos os grupos etários e em números similares, quando comparados os sexos.

Tabela 4 – Uberlândia-MG: Número de casos confirmados por Covid-19 e participação relativa (%), por grupo etário e sexo, até 13/08/2020.

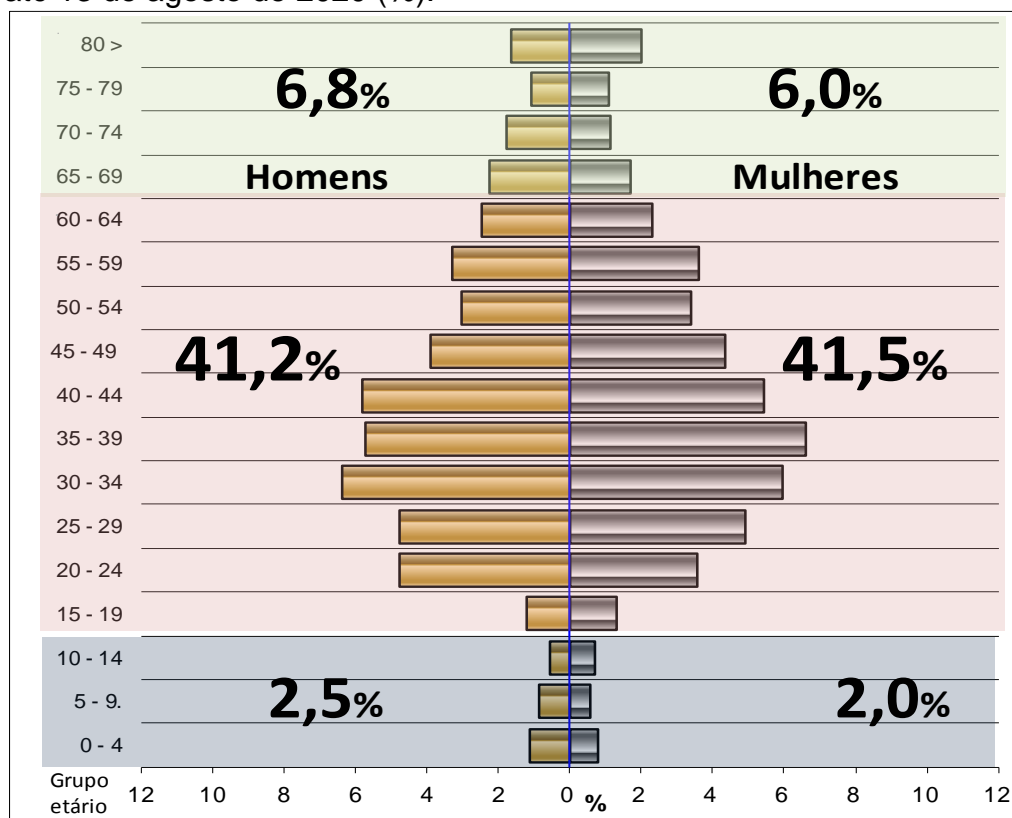
Grupo etário	Número de casos confirmados de Covid-19			Participação Relativa (%)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 - 4	175	123	297	1,1	0,8	1,9
5 - 9	134	88	222	0,8	0,6	1,4
10 - 14	88	110	198	0,6	0,7	1,3
15 - 19	192	206	398	1,2	1,3	2,5
20 - 24	748	567	1.315	4,7	3,6	8,3
25 - 29	748	776	1.524	4,7	4,9	9,7
30 - 34	1.005	941	1.946	6,4	6,0	12,3
35 - 39	903	1.043	1.947	5,7	6,6	12,3
40 - 44	916	856	1.772	5,8	5,4	11,2
45 - 49	611	686	1.297	3,9	4,3	8,2
50 - 54	474	536	1.010	3,0	3,4	6,4
55 - 59	518	569	1.088	3,3	3,6	6,9
60 - 64	388	368	756	2,5	2,3	4,8
65 - 69	357	271	627	2,3	1,7	4,0
70 - 74	278	182	460	1,8	1,2	2,9
75 - 79	171	171	343	1,1	1,1	2,2
80 e mais	261	319	580	1,7	2,0	3,7
Total	7.968	7.811	15.779	50,5	49,5	100

Fonte: Painel de Monitoramento dos Casos Coronavírus - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Boletim Municipal Diário / Prefeitura Municipal de Uberlândia 13/08/2020.
Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observa-se, ainda, na Tabela 4, que, nos grupos de idades infantis e jovens, com idades de até 19 anos, as participações relativas de contaminados pelo novo vírus, em relação ao total do número de casos, são baixas, quando comparadas com os percentuais de pessoas contaminadas nos grupos de idades entre 20 e 59 anos, grupos etários que concentram o maior número de casos de Covid-19.

Para as idades mais avançadas, ainda que em níveis menores, os percentuais de pessoas contaminadas nas idades acima de 60 anos são inferiores aos percentuais de casos observados para as idades adultas, porém, observam-se percentuais mais altos de casos confirmados de Covid-19 para os idosos que os casos relativos às crianças e adolescentes.

Gráfico 3 – Uberlândia-MG: Estrutura etária e por sexo dos casos por Covid-19, até 13 de agosto de 2020 (%).



Fonte: Elaboração CEPES/IERI com base na Tabela 4.

Se o gráfico que apresenta a distribuição dos óbitos por Covid-19 nos diferentes grupos etários e por sexo (Gráfico 2) retrata uma pirâmide invertida, com forte concentração de óbitos nas idades do topo da estrutura etária, o Gráfico 3, ao apresentar a distribuição de casos confirmados de Covid-19 na população uberlandense, por idade e sexo, denota uma forma bojuda similar à observada para a pirâmide elaborada para a população total (Gráfico 1). Praticamente os casos confirmados de contaminação pelo novo Coronavírus se concentram nas idades centrais, entre 20 e 59 anos. Se considerados todos os grupos etários que compõem as idades ativas, entre 15 e 64 anos, notam-se participações relativas no total de casos em percentuais praticamente iguais entre os sexos: 41,2% dos casos são homens e 41,5% são mulheres impactadas pela Covid-19.

As informações de casos confirmados e de óbitos por Covid-19 permitem calcular a taxa de letalidade para a população em geral, e para os grupos etários e sexos, em específico. De igual modo, permitem auferir a incidência da doença na população, estratificada por idade e sexo.

A Tabela 5 denota que a taxa de letalidade, obtida pela relação entre óbitos e casos confirmados, mostra que, para cada 100 casos, ocorre o óbito de aproximadamente duas pessoas na população total do município. Porém as pessoas mais idosas enfrentam uma taxa de letalidade muito superior à observada para a população em geral. Para as pessoas com idades entre 60 e 64 anos a letalidade praticamente dobra, tendo em vista o óbito de 3 pessoas para cada 100 casos confirmados. A taxa de letalidade continua expressiva e atinge a significativa marca de quase 14 óbitos por 100 casos para as pessoas com 80 anos e mais, sendo que, para os homens, a letalidade da Covid-19, nestas idades avançadas, atinge a marca de 18 óbitos por grupo de 100 casos confirmados.

Tabela 5 – Uberlândia-MG: Letalidade por Covid-19 (%) e Incidência da Covid-19 em 100 mil habitantes, por grupo etário e sexo, até 13/08/2020.

Grupo etário	Letalidade por Covid-19 (%)			Incidência Covid-19 em 100 mil hab.		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 - 4	-	-	-	803	593	700
5 - 9	-	-	-	618	424	523
10 - 14	-	-	-	370	476	422
15 - 19	-	0,53	0,27	713	797	754
20 - 24	-	-	-	2.600	2.048	2.329
25 - 29	-	-	-	2.593	2.742	2.667
30 - 34	-	0,11	0,06	3.341	3.156	3.249
35 - 39	0,60	0,31	0,44	3.119	3.527	3.325
40 - 44	1,18	0,38	0,79	3.474	3.097	3.281
45 - 49	1,95	-	0,92	2.725	2.840	2.784
50 - 54	1,60	0,61	1,07	2.280	2.303	2.292
55 - 59	2,92	1,71	2,29	2.819	2.643	2.724
60 - 64	3,34	2,65	3,00	2.586	2.017	2.274
65 - 69	6,06	3,60	5,00	3.108	1.976	2.492
70 - 74	12,05	8,90	10,80	3.609	1.903	2.664
75 - 79	11,98	10,09	11,04	3.459	2.710	3.039
80 e mais	18,23	10,16	13,79	4.994	3.856	4.296
Total	2,35	1,37	1,86	2.322	2.179	2.249

Fonte: Elaboração CEPES/IERI com base nas Tabelas 1, 2 e 4.

Também pode ser observada a distribuição da incidência desta doença sobre a população por idade e sexo na Tabela 5.

A incidência relaciona o número de casos confirmados por Covid-19 à população total, obtendo-se uma medida em relação a 100 mil habitantes, para efeitos comparativos entre diferentes populações. Observa-se que a incidência da doença se apresenta entre 422 e 754 casos para grupos de 100 mil pessoas nos grupos etários entre 0 e 19 anos. A incidência praticamente triplica para os grupos etários adultos, nas

idades entre 20 e 64 anos, com aumentos significativos nas pessoas que usualmente estão mais expostas no mercado de trabalho e na vida em sociedade, entre 20 e 49 anos. Para as idades avançadas, a partir dos 70 anos, e principalmente para os idosos com 80 anos e mais, a incidência se torna preocupante, atingindo as marcas de quase 5 mil casos em 100 mil homens e quase 4 mil casos para os grupos de 100 mil mulheres. Para a população total, a incidência da Covid-19 atinge, em 13/08/2020, 2,2 mil casos para cada 100 mil uberlandenses, sem expressiva diferença entre os sexos, ainda que a incidência da Covid-19 seja maior para os homens em geral.

Até o momento presente, denota-se que a Covid-19, ao promover o adoecimento dos residentes no município de Uberlândia, leva a uma sobremortalidade masculina a partir das idades adultas de 35 anos, acentuando-se este efeito deletério sobre as vidas das pessoas nas idades mais avançadas, afetando mulheres e homens, ainda que, para estes últimos, a letalidade da doença seja mais expressiva.

Na Tabela 6, estima-se a população uberlandense para julho de 2020 considerando a distribuição por raça/cor e sexo. E aqui vale lembrar que esta estimativa será corrigida por ocasião do acesso aos dados demográficos de 2021.

Nesta estimativa, as pessoas brancas representam 55% dos residentes, ou seja, 385,7 mil habitantes, sendo a maioria de mulheres, 28,9 p.p., enquanto os homens brancos representam 26,1% dos residentes no município de Uberlândia. As pessoas pardas representam 35,3% da população total, com percentuais praticamente iguais entre homens e mulheres, somando 247 mil residentes nesta categoria. As pessoas pretas contam em 8,5% dos residentes, com participações relativas aproximadas entre homens e mulheres, estimadas em 8 mil habitantes. As pessoas de raça/cor amarela somariam 8 mil residentes, representando 1,1% do total. Os residentes indígenas representam 0,2% dos residentes, sendo a maioria composta por mulheres, somando 1,1 mil habitantes.

Com esta estimativa da população por raça/cor e sexo poder-se-á obter uma *proxy* (estimativa) da mortalidade por Covid-19, assim como a letalidade e a incidência desta doença, considerando as categorias adotadas e verificando se estes indicadores apresentam diferenças relevantes entre os residentes no município por raça/cor e sexo.

Tabela 6 – Uberlândia-MG: População Estimada e participação relativa (%) por raça/cor e sexo, julho de 2020.

Raça/Cor	sexo	População Estimada 2020			Participação Relativa (%)		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
BRANCA		183.216	202.556	385.771	26,1	28,9	55,0
PARDA		125.342	122.044	247.387	17,9	17,4	35,3
PRETA		30.710	28.727	59.437	4,4	4,1	8,5
AMARELA		3.538	4.498	8.036	0,5	0,6	1,1
INDIGENA		399	722	1.121	0,1	0,1	0,2
Total		343.205	358.547	701.752	48,9	51,1	100

Fonte: Estimativa Populacional 2020 - CEPES com base na Estimativa Populacional 2019/IBGE e Estimativas preliminares 2000-2019 elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Se na composição populacional dos residentes em Uberlândia as pessoas brancas representam a maioria, no número de casos confirmados por Covid-19, 15,8 mil, as pessoas pardas representam 51% dos contaminados, seguidos por aproximadamente 39% de contaminados brancos e 6% de pessoas pretas (Tabela 7). Se considerados os sexos, as mulheres brancas apresentam maior número de casos de pessoas contaminadas por Covid-19 em relação aos homens brancos. Já os homens pardos estão em maioria entre os casos de contaminação em relação às mulheres categorizadas na mesma raça/cor. Entre os homens e mulheres pretas observam-se números aproximados de contaminados, situação semelhante observada entre as pessoas identificadas pela raça/cor amarela.

Tabela 7 – Uberlândia-MG: Número de casos de contaminação por COVID-19 e participação relativa (%), por raça/cor e sexo até 13/08/2020.

Raça/Cor	sexo	Número de Casos por Covid-19			Participação Relativa (%)		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
BRANCA		2.976	3.142	6.118	18,9	19,9	38,8
PARDA		4.176	3.875	8.051	26,5	24,6	51,0
PRETA		468	481	949	3,0	3,0	6,0
AMARELA		337	310	648	2,1	2,0	4,1
INDIGENA		11	3	14	0,1	0,0	0,1
Total		7.968	7.811	15.779	50,5	49,5	100

Fonte: SIVEP GRIPE / MS, Painel de Monitoramento dos Casos Coronavírus - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Boletim Municipal Diário / Prefeitura Municipal de Uberlândia 13/08/2020. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Se considerados os óbitos derivados da contaminação por Covid-19 na população uberlandense por raça/cor, a Tabela 8, por sua vez, mostra que a

distribuição dos mesmos se aproxima da distribuição da população em geral, ou seja, das 294 pessoas mortas pela doença em questão, 52,5% são brancos, em larga maioria homens (36 p.p.); 38% pardos, também homens em maioria (20,6 p.p.), porém com participação relativa aproximada aos óbitos femininos (17,3 p.p.); os pretos representam 8,8% das mortes, sendo a larga maioria de homens (6,6 p.p.). As pessoas amarelas representam dois óbitos, enquanto não se havia registrado óbitos para as pessoas indígenas.

Independente do sexo e da raça/cor, os óbitos distribuídos na Tabela 8 denotam que a Covid-19 levou à óbito, em larga maioria, as pessoas que contavam com alguma comorbidade, ou seja, experimentaram a associação de duas ou de várias doenças, normalmente crônicas, de maneira simultânea. Com esta informação, *a priori*, define-se o perfil dos óbitos por Covid-19 em Uberlândia, em maioria, como sendo mortes masculinas, em idades mais avançadas e com comorbidades associadas.

Tabela 8 – Uberlândia-MG: Número de óbitos por COVID-19 e participação relativa(%), considerando raça/cor, sexo e a presença de comorbidade, até 13/08/2020.

Raça/Cor	sexo	Número de Óbitos por Covid-19			Participação Relativa (%)		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
BRANCA		106	49	154	36,0	16,5	52,5
Sem comorbidade		9	4	13	3,0	1,5	4,5
Com comorbidade		97	44	141	33,0	15,0	48,0
PARDA		61	51	111	20,6	17,3	37,9
Sem comorbidade		12	2	14	4,1	0,7	4,8
Com comorbidade		49	49	97	16,6	16,6	33,2
PRETA		19	6	26	6,6	2,2	8,8
Sem comorbidade		1	-	1	0,4	-	0,4
Com comorbidade		18	6	25	6,2	2,2	8,4
AMARELA		1	1	2	0,4	0,4	0,8
Sem comorbidade		-	-	-	-	-	-
Com comorbidade		1	1	2	0,4	0,4	0,8
INDIGENA		-	-	-	-	-	-
Sem comorbidade		-	-	-	-	-	-
Com comorbidade		-	-	-	-	-	-
Total		187	107	294	63,6	36,4	100,0

Fonte: SIVEP GRIPE / MS, Painel de Monitoramento dos Casos Coronavírus - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Boletim Municipal Diário / Prefeitura Municipal de Uberlândia 13/08/2020. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

As medidas resumo definidas por categorias de raça/cor, apresentadas na Tabela 9, permitem verificar que a mortalidade específica por Covid-19 por 100 mil habitantes impacta com maior força sobre a população masculina preta: 63 mortos/100mh, seguida pela mortalidade de homens brancos, que se expressa em 58 mortos/100mh.

De igual modo, a letalidade, resultante da relação entre óbitos e casos de contaminação, mostra que os homens pretos experimentam maior letalidade da Covid-19, expressa em 4,15 de óbitos por 100 pessoas contaminadas. Também, na sequência, observa-se maior letalidade da doença para os homens brancos, com 3,56% de óbitos/casos confirmados de contaminação.

Quanto à incidência da Covid-19 nos grupos populacionais, categorizados por raça/cor, nota-se a maior incidência para homens em relação às mulheres, excetuando-se para as pessoas pretas, categoria em que observamos maior incidência da Covid-19 por 100 mil habitantes para o conjunto das mulheres pretas em relação aos homens pretos, mas, também, chama a atenção a maior incidência da doença para as mulheres pretas em relação ao observado para as mulheres brancas. Vale considerar que a incidência da doença também é expressiva para as pessoas de raça/cor amarela, ou seja, apesar do reduzido tamanho populacional deste grupo o número de casos de contaminação por Covid-19 confirmados é significativo.

Tabela 9 – Uberlândia-MG: Mortalidade por Covid-19 por 100 mil habitantes, Letalidade por Covid-19 (%) e Incidência da Covid-19 por 100 mil habitantes, por raça/cor e sexo até 13/08/2020.

Raça/Cor	Mortalidade por Covid-19 por 100 mil hab.			Letalidade por Covid-19 (%)			Incidência por Covid-19 em 100 mil hab.		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
BRANCA	58	24	40	3,56	1,54	2,52	1.624	1.551	1.586
PARDA	48	42	45	1,45	1,31	1,38	3.331	3.175	3.254
PRETA	63	23	44	4,15	1,35	2,73	1.523	1.673	1.596
AMARELA	33	26	29	0,35	0,38	0,36	9.536	6.901	8.061
INDIGENA	-	-	-	-	-	-	2.700	448	1.250
Total	54	30	42	2,35	1,37	1,86	2.322	2.179	2.249

Fonte: Elaboração CEPES/IERI com base nas Tabelas 6, 7 e 8.

3 - Dinâmica da pandemia da COVID-19: Brasil, Minas Gerais, Região Geográfica Intermediária de Uberlândia e no polo Uberlândia.

A chegada da Covid-19 ao Brasil, em fevereiro deste ano, nos estados litorâneos e com maior interação de pessoas e mercadorias com o exterior, levou a um rápido espraiamento da contaminação para os demais estados brasileiros localizados no interior do país, acompanhando a mobilidade populacional pelas vias rodoviárias e aéreas nos estados centrais, e também pela via fluvial nos estados da Região Norte.

Ao longo dos primeiros meses da pandemia, e a despeito das recomendações médicas e sanitárias para a contenção da doença, Minas Gerais foi um dos estados que menos testou a população, chegando a testar apenas 169 pessoas a cada 100 mil habitantes (dados de 19 de maio)²². De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde, considerando-se o quantitativo total de exames (RT-PCR e testes rápidos), com atualizações até 10 de agosto, o estado fez 3.069 testes por 100 mil habitantes, dos quais 23,03% resultaram positivo para a doença²³.

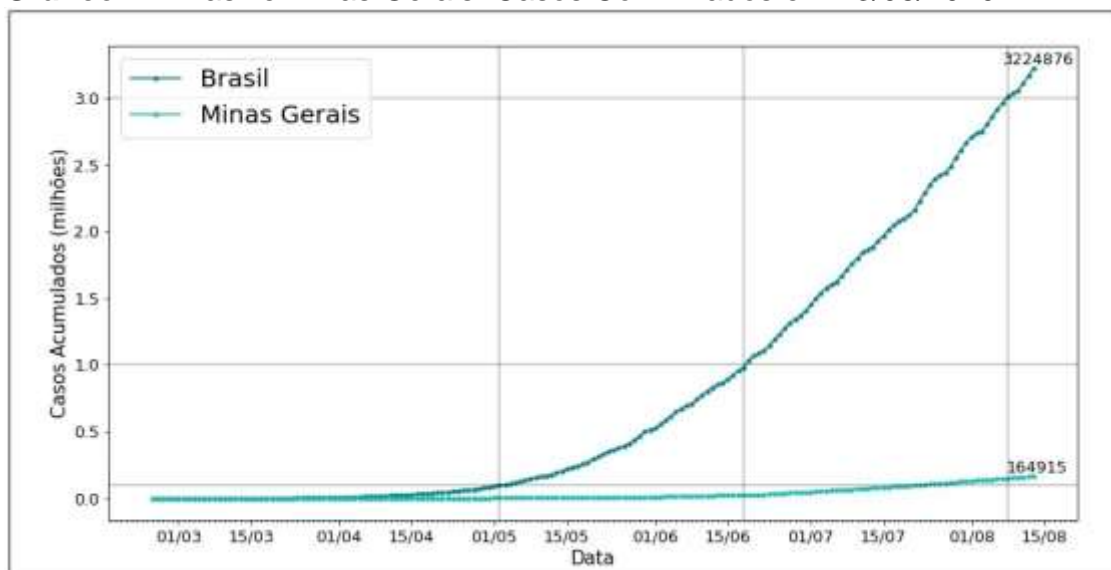
Necessário, portanto, na análise dos dados relativos à pandemia provocada pelo novo Coronavírus que seja levada em conta a forte subenumeração de doentes e de pessoas assintomáticas que podem ter atuado como disseminadores do vírus, e de provável excesso de mortes por conta da Covid-19, dúvidas estas que serão objeto de estudos futuros.

No Brasil, até 13 de agosto, foram confirmados 3.224.876 casos, segundo o Ministério da Saúde²⁴, sendo Minas Gerais responsável por 164.915 (Gráfico 4), o que representa aproximadamente 5,11% do total de casos brasileiros. Minas Gerais permanece com a curva ascendente de casos, mas não em ritmo tão acentuado e com a inclinação apresentada pela curva de contaminação pelo novo Coronavírus no país. Até o fechamento destes dados, Minas Gerais mantinha a preocupante 6ª posição entre os estados com maior número de casos confirmados de Covid-19 no país.

²² SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. **Boletim Epidemiológico, Assistencial e Laboratorial COVID-19**, n.4, p.19. Disponível em: coronavirus.saude.mg.gov.br/boletim. Acesso em 14 ago 2020.

²³ SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. **Boletim Epidemiológico, Assistencial COVID-19**, n.16, p.25. Disponível em: coronavirus.saude.mg.gov.br/boletim. Acesso em 14 ago. 2020.

²⁴ MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. Disponível em: covid.saude.gov.br/. Acesso em 13 ago. 2020.

Gráfico 4 - Brasil e Minas Gerais: Casos Confirmados em 13/08/2020.

Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

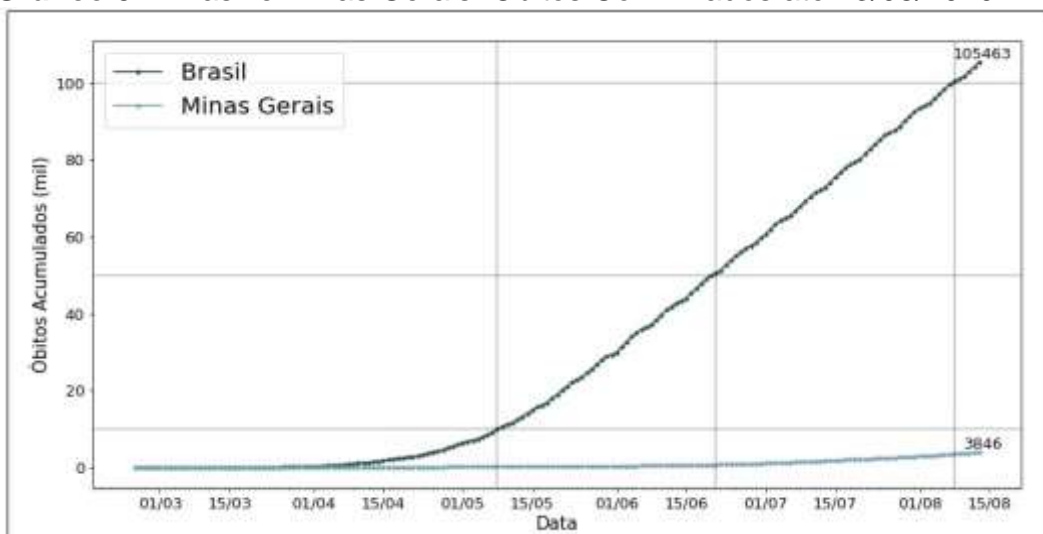
No que se refere aos óbitos, de acordo com a Secretaria de Saúde, Minas Gerais manteve a posição de segunda melhor taxa de mortalidade por Covid-19 no país, até 31 de julho, quando apresentou a menor taxa de óbito por 100 mil habitantes²⁵: 12,7 mortes.

Do total de 105.463 óbitos no Brasil, 3.846 são mineiros, aproximadamente 3,65%, o que deixa o estado em 7º lugar, entre os estados brasileiros, com maior número de óbitos acumulados no país (dados até 13 de agosto). O Gráfico 5 destaca que, de maneira semelhante ao observado para os casos de contaminação, os óbitos por Covid-19 em Minas Gerais apresentam crescimento menos acentuado que o ritmo dos óbitos registrados para o país como um todo.

Uberlândia, por sua vez, desde as primeiras semanas, se manteve como segunda cidade no estado com maior número de casos, com exceção de um breve momento. Na ocasião Uberlândia apresentava uma média de testagem 17 vezes superior ao estado²⁶, o que certamente pode ser um fator influente na tendência de alta dos registros diários, conduta sanitária que deveria ser intensificada.

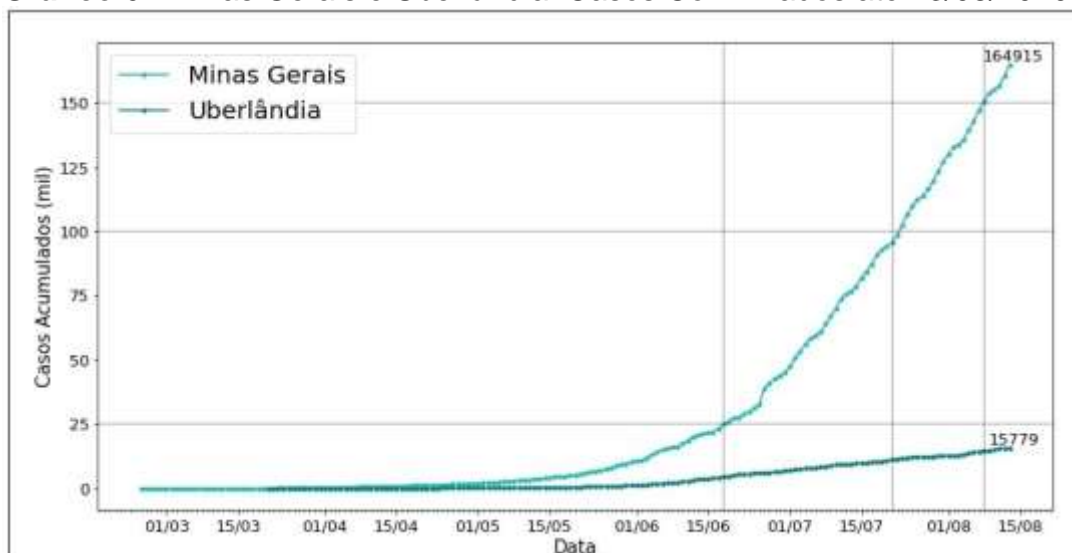
²⁵ SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. **Covid-19: Minas Gerais é o estado com menor taxa de óbito por 100 mil habitantes**, 31 jul. 2020. Disponível em: www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/13310-covid-19-minas-gerais-e-o-estado-com-menor-taxa-de-obito-por-100-mil-habitantes. Acesso em 14 ago. 2020.

²⁶ PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Testagem para COVID-19 em Uberlândia é 17 vezes maior que a do estado**. Disponível em: www.uberlandia.mg.gov.br/2020/06/15/testagem-para-covid-19-em-uberlandia-e-17-vezes-maior-que-a-do-estado/. Acesso em 22 jul. 2020.

Gráfico 5 – Brasil e Minas Gerais: Óbitos Confirmados até 13/08/2020.

Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O Gráfico 6 destaca que o crescimento do número de casos de contaminação pelo novo Coronavírus no município de Uberlândia, até 13 de agosto último, apresentava uma curva menos íngreme que a curva de casos para o estado como um todo, indicando, ao mesmo tempo, uma preocupação para maiores níveis de contaminação caso a curva uberlandense tenda a seguir o comportamento observado para o conjunto dos municípios mineiros.

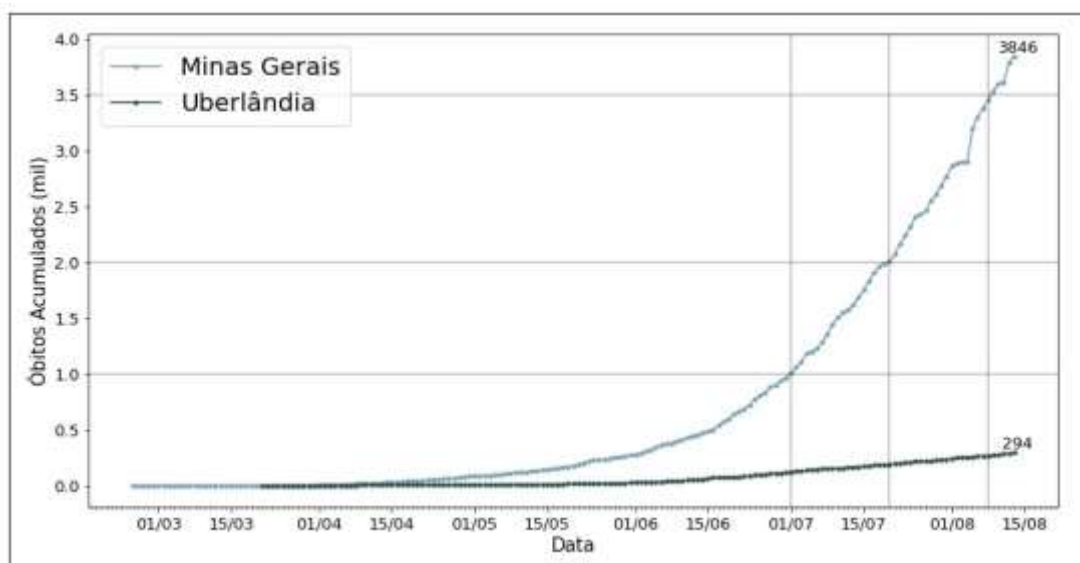
Gráfico 6 - Minas Gerais e Uberlândia: Casos Confirmados até 13/08/2020.

Fonte: Ministério da Saúde/Boletim Epidemiológico Municipal. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Concernente aos óbitos totais provocados pela Covid-19, assim como em número de casos, Uberlândia também é a segunda cidade mineira que concentra maior número. Totalizando 294 óbitos confirmados, até 13/08, a cidade detém

aproximadamente 7,64% do total de óbitos em Minas Gerais e 0,28% dos óbitos brasileiros. No Gráfico 7 nota-se uma curva de óbitos menos acentuada para o município de Uberlândia se comparada com a curva ascendente e mais íngreme definida para o Estado de Minas Gerais, sugerindo preocupação adicional com a possibilidade de os óbitos no município seguirem a tendência de crescimento observada para o estado.

Gráfico 7 – Minas Gerais e Uberlândia: Óbitos confirmados até 13/08/2020.



Fonte: Ministério da Saúde/Boletim Epidemiológico Municipal. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Cabe considerar que o município de Uberlândia, por sua vez, também polariza a Região Geográfica Intermediária de Uberlândia (RGI_Udia), um território socioeconômico que conta com 24 municípios situados ao norte do Triângulo Mineiro, e que se subdivide em três Regiões Geográficas Imediatas: Ituiutaba, que conta com 6 municípios; Monte Carmelo, integrada por 7 municípios e Uberlândia, com 11 municípios²⁷. Ao todo, até 13 de agosto, a RGI_Udia registrou 20.202 casos e 393 óbitos, sendo os 23 municípios, sem contabilizar o polo Uberlândia, responsáveis por 4.423 casos, aproximadamente 21,9% (Tabela 10).

²⁷ BERTOLUCCI, Luiz. **Dinâmica demográfica e a recente Divisão Regional no Brasil: as Regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba, localizadas no Estado de Minas Gerais**. Uberlândia: CEPES/IERIUFU, março de 2019. (Série Aspectos econômicos, sociais e demográficos da Região Geográfica Intermediária de Uberlândia, v. 1/5). Disponível em: <http://www.ieri.ufu.br>.

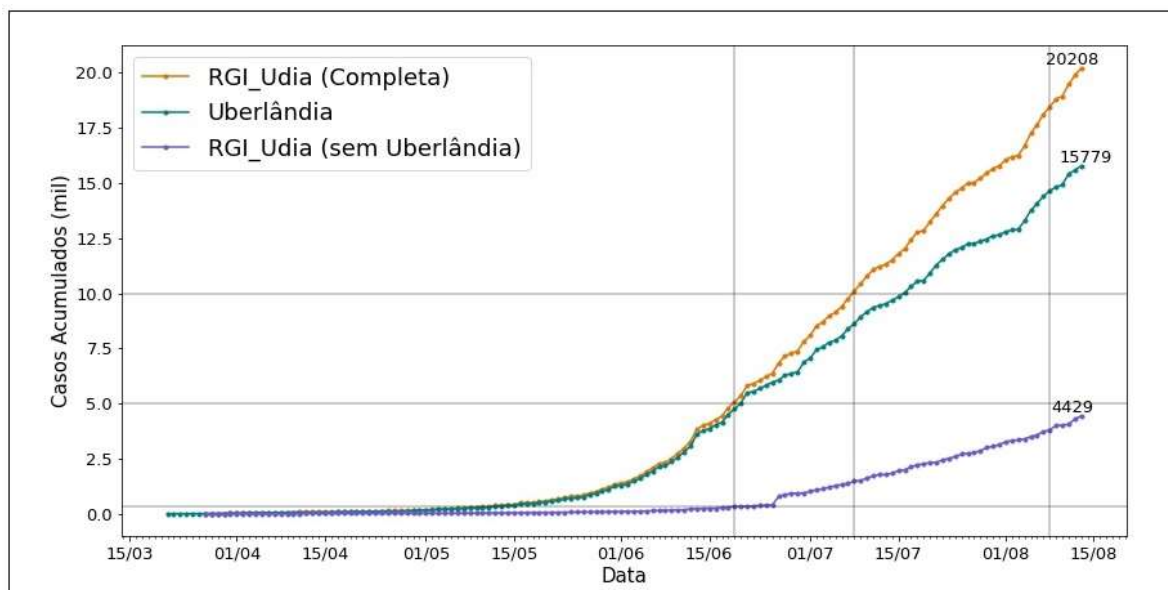
Tabela 10 – Região Intermediária de Uberlândia-MG (RGI_Udia): População estimada para julho/2020, número de óbitos e casos confirmados por Covid-19 por municípios até 13/08/2020.

Municípios da RGI_Udia	População estimada 2020	Óbitos por Covid-19	Casos confirmados por Covid-19
RGI_Udia	1.185.400	393	20.202
Uberlândia - Polo	701.752	294	15.779
Araguari	118.127	52	1.795
Ituiutaba	105.539	10	721
Monte Carmelo	48.041	3	143
Prata	28.094	3	148
Tupaciguara	25.457	8	323
Monte Alegre de Minas	21.294	7	232
Santa Vitória	19.929	1	105
Campina Verde	19.792	2	69
Capinópolis	16.274	-	159
Canápolis	12.241	3	148
Centralina	10.359	2	76
Estrela do Sul	8.039	-	32
Iraí de Minas	7.047	2	79
Abadia dos Dourados	7.021	1	49
Indianópolis	6.974	-	54
Araporã	6.955	3	230
Gurinhata	5.586	-	-
Ipiacú	4.234	1	24
Romaria	3.526	-	6
Cascalho Rico	3.100	1	15
Cachoeira Dourada	2.714	-	4
Douradoquara	1.916	-	11
Grupiara	1.390	-	-

Fonte: Estimativa Populacional 2020 - CEPES com base na Estimativa Populacional 2019/IBGE e Estimativas preliminares 2000-2019 elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE. Óbitos e Casos confirmados por Covid-19: Painel de Monitoramento dos Casos Coronavírus - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e Boletim Municipal Diário / Prefeitura Municipal de Uberlândia 13/08/2020. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

É possível observar nas informações da Tabela 10, plotadas no Gráfico 8, que até o fim do mês de junho, a curva de casos registrados de Covid-19 na região estava definida quase inteiramente por casos confirmados em Uberlândia. Apenas a partir da última semana do mês de junho, a curva de casos confirmados nos demais municípios da RGI_Udia passa a se destacar e a influenciar os números regionais de casos.

Gráfico 8 - Uberlândia e Região Geográfica Intermediária de Uberlândia (RGI_Udia): Casos confirmados de Covid-19 até 13/08/2020.

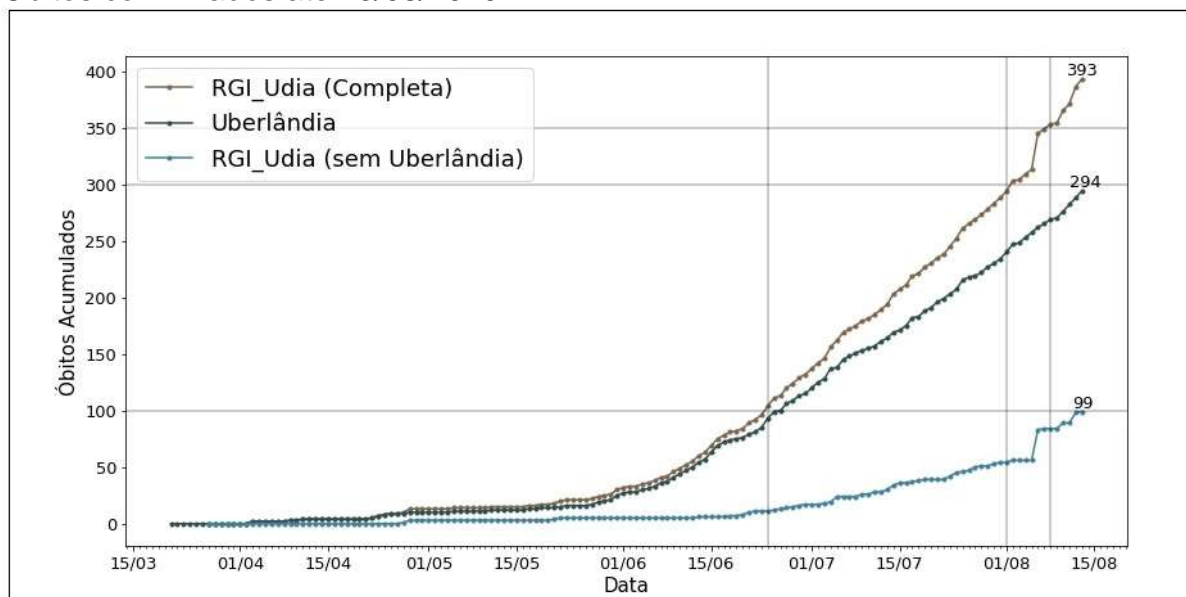


Fonte: Boletim Epidemiológico Municipal/Ministério da Saúde. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

A RGI_Udia registrou 393 óbitos, dos quais 99 ocorreram fora do polo, aproximadamente 25,2% dos óbitos. Seguindo a tendência do número de casos, os números relativos aos óbitos ocorridos fora de Uberlândia também apresentaram um aumento apenas a partir do fim do mês de junho. Parece claro que a dinâmica de contaminação e de óbitos devidos à Covid-19, conforme curvas plotadas no Gráfico 9, denotam que o polo Uberlândia, até 13/08/2020, definia o ritmo de crescimento de casos e óbitos, bem como a expansão da epidemia na região de sua influência.

Poder-se-ia especular que a maior testagem de casos e a adoção rígida de iniciativas que reduzissem o contágio no polo poderiam impactar, favoravelmente, em todo o conjunto de municípios polarizados por Uberlândia, levando à queda na mortalidade devida à Covid-19 e na incidência de casos confirmados, conforme detalha por município a Tabela 11, ainda que os municípios fronteiriços ao Estado de Goiás, os municípios de Araporã e Araguari, por exemplo, ao apresentarem maior incidência de casos por Covid-19 por 100 mil habitantes, acima da média da RGI_Udia, e até mesmo dos resultados para o polo, pareçam refletir uma contaminação devida à posição geográfica que ocupam e, pela maior exposição a mobilidade de pessoas e mercadorias possibilitadas pelas rotas rodoviárias interestaduais que interligam Minas Gerais e Goiás e que cruzam estes municípios.

Gráfico 9 – Uberlândia e Região Geográfica Intermediária de Uberlândia (RGI_Udia): Óbitos confirmados até 13/08/2020.



Fonte: Boletim Epidemiológico Municipal/Ministério da Saúde. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

A Tabela 11 destaca, ainda, que o município de Araguari, posicionado próximo ao polo e com conhecida mobilidade de pessoas entre ambos, por razões de trabalho, educação e saúde, apresenta a maior taxa de mortalidade por 100 mil habitantes dos municípios componentes da RGI_Udia: 44 mortes/100mh, bem acima da média para a região calculada em 33 mortes/100mh. De igual modo, este município apresenta uma taxa de letalidade superior à apresentada pela média na RGI, lidando com aproximadamente 3 óbitos por 100 contaminados pela Covid-19.

Quanto à letalidade da doença, observa-se que o pequeno município de Cascalho Rico, município que apresenta um perfil mais envelhecido de sua população residente, sofre com a maior taxa de letalidade observada entre os municípios da RGI_Udia, ou seja, lida com uma difícil situação de quase 7 óbitos por 100 casos confirmados de pessoas adoecidas pela Covid-19. A incidência de casos de contaminação em relação à população residente se mostrou em maior proporção, por 100 mil habitantes, no município de Araporã, que conta com população pequena e localiza-se na fronteira entre os Estados de Minas Gerais e Goiás, no entroncamento de importantes rodovias, divisando-se com o município de Itumbiara-GO.

Tabela 11 – Região Intermediária de Uberlândia-MG (RGI_Udia): Mortalidade por Covid-19 por 100 mil habitantes, Letalidade por Covid-19 (%) e Incidência da Covid-19 por 100 mil habitantes por municípios até 13/08/2020.

Municípios da RGI_Udia	Mortalidade por Covid-19 por 100 mil hab.	Letalidade por Covid-19 (%)	Incidência por Covid-19 em 100 mil hab.
Araguari	44	2,90	1.520
Araporã	43	1,30	3.307
Uberlândia - Polo	42	1,86	2.249
RGI_Udia	33	1,95	1.704
Monte Alegre de Minas	33	3,02	1.090
Cascalho Rico	32	6,67	484
Tupaciguara	31	2,48	1.269
Iraí de Minas	28	2,53	1.121
Canápolis	25	2,03	1.209
Ipiacu	24	4,17	567
Centralina	19	2,63	734
Abadia dos Dourados	14	2,04	698
Prata	11	2,03	527
Campina Verde	10	2,90	349
Ituiutaba	9	1,39	683
Monte Carmelo	6	2,10	298
Santa Vitória	5	0,95	527
Capinópolis	-	-	977
Indianópolis	-	-	774
Douradoquara	-	-	574
Estrela do Sul	-	-	398
Romaria	-	-	170
Cachoeira Dourada	-	-	147
Grupiara	-	-	-
Gurinhata	-	-	-

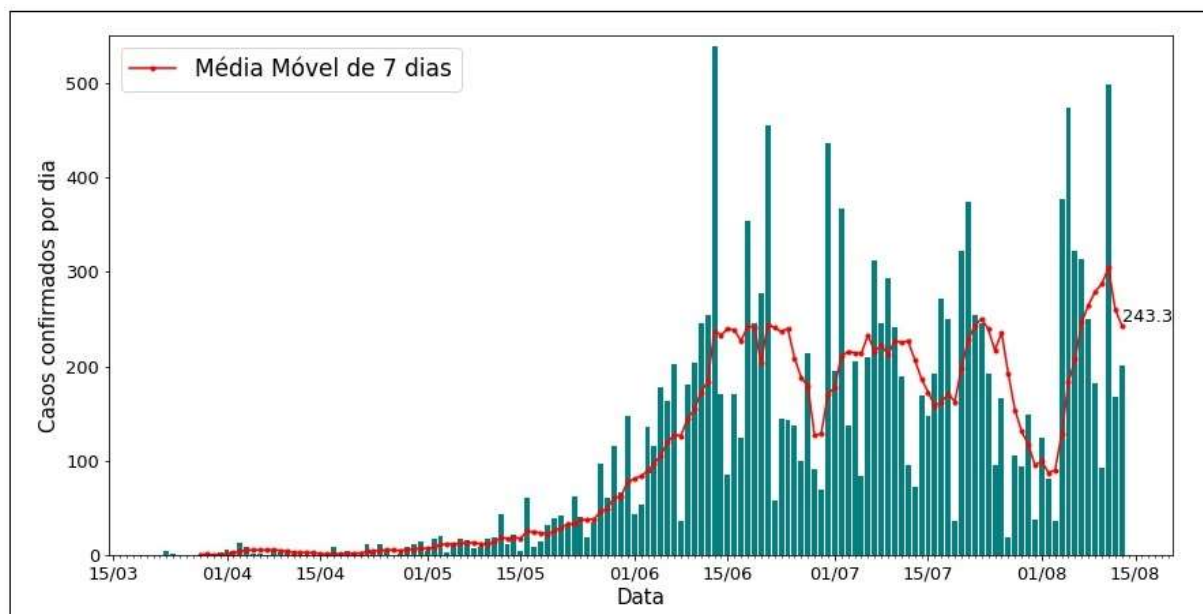
Fonte: Base Tabela 10. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Para um melhor acompanhamento da dinâmica dos números de casos e óbitos provocados pela pandemia da Covid-19, adotou-se o uso da média móvel, a qual permite identificar tendências e suavizar as oscilações causadas pelas diferenças entre as datas das ocorrências de casos ou óbitos e a data de divulgação das confirmações. Esse cálculo é feito somando-se os valores do dia com os valores dos seis dias anteriores e o resultado é dividido por sete, já que o período contemplado no cálculo é de uma semana. A cada dia essa conta é atualizada e um novo valor passa a constar como a média diária.

Considerando-se a média móvel relativa aos casos confirmados de contaminação para a Covid-19, podemos verificar que a ascensão de casos em Uberlândia começou ao final do mês de maio, quando o município registrava 49 casos

em média por dia. A partir de 1º de junho passou a registrar um número crescente de casos até estabilizar a média móvel em 14 de junho, com número médio de 233 casos diários. Entre 14 de julho e 13 de agosto a média se manteve oscilante, registrando mínimo de 99 e máximo de 304 casos diários durante esse período, tendo, em 13 de agosto, a média de 243 novos casos diários confirmados (Gráfico 10).

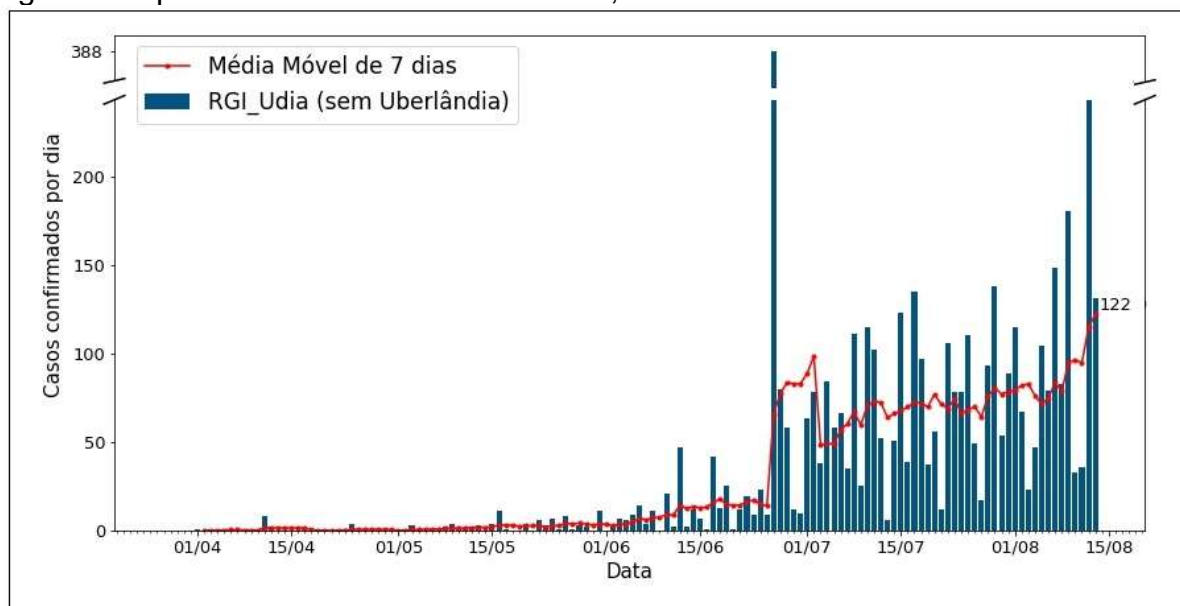
Gráfico 10 – Uberlândia: Casos registrados por dia e média móvel de 7 dias, até 13/08/2020.



Fonte: Boletim Epidemiológico Municipal. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Considerando a dinâmica dos casos confirmados de Covid-19 para os demais municípios da RGI_Udia, ou seja, sem contabilizar os números do polo Uberlândia, constata-se no Gráfico 11 que, com exceção de poucos registros anteriores, os números de infectados só começaram a crescer no mês de junho, 95 dias após o primeiro caso registrado no país, o que evidencia, mais uma vez, o início tardio da doença nos pequenos municípios da RGI_Udia, conjunto este de municípios que, no dia 13 de agosto, registrou a média de 122 casos diários (Gráfico 11).

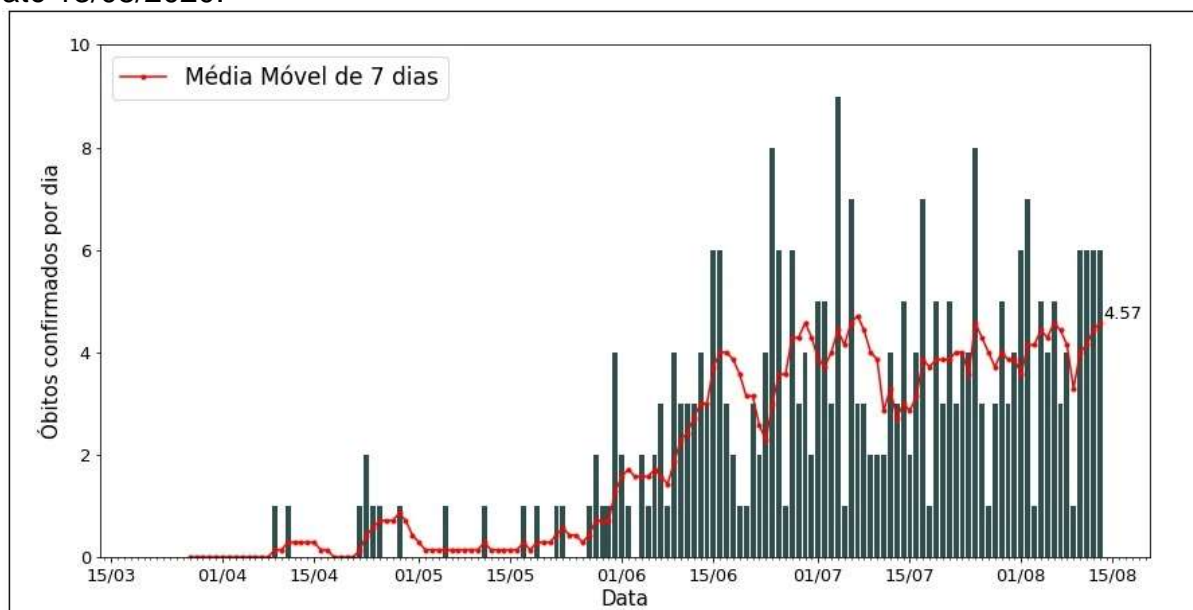
Gráfico 11 - Região Geográfica Intermediária de Uberlândia (RGI_Udia): Casos registrados por dia e média móvel de 7 dias, até 13/08/2020.



Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Em relação ao número de óbitos por Covid-19, Uberlândia não ultrapassou o número de 9 mortes diárias, em números absolutos, e levando-se em conta a média móvel ao longo de todos os registros, é possível observar a sustentação da média de 3-4 óbitos confirmados, diariamente, desde 15 de junho até 13 de agosto (Gráfico 12).

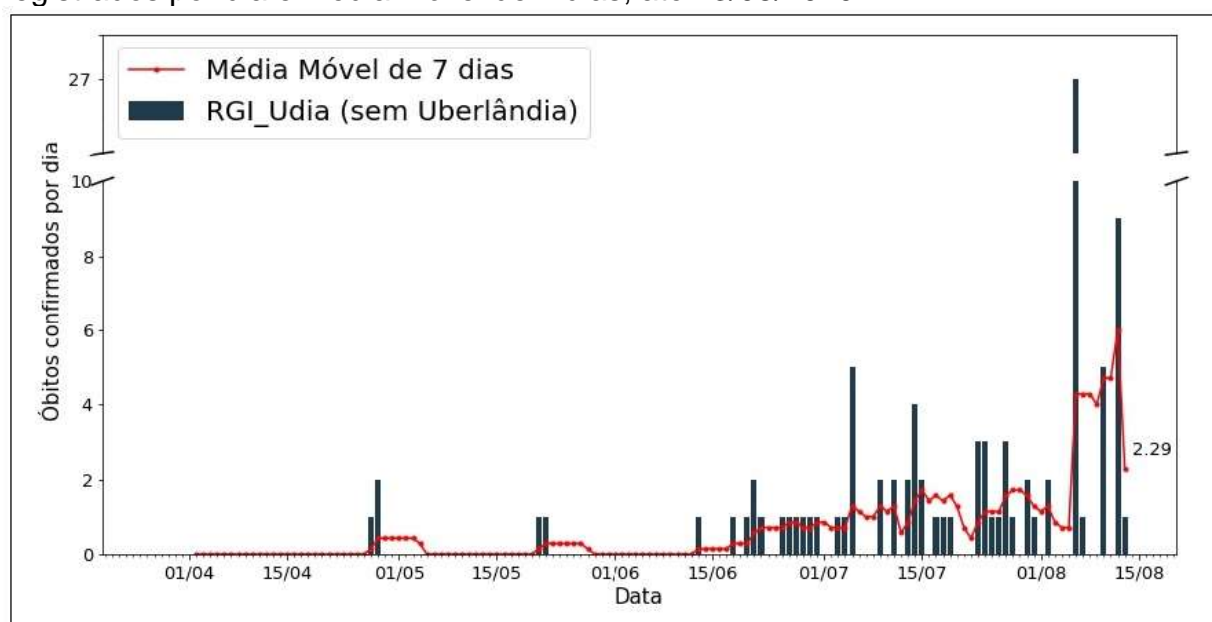
Gráfico 12 – Uberlândia: Óbitos registrados por dia e média móvel de 7 dias, até 13/08/2020.



Fonte: Boletim Epidemiológico Municipal. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O conjunto dos demais 23 municípios componentes da RGI_Udia registrou o primeiro óbito pela COVID-19 no dia 27 de abril e, até 13 de junho, foram confirmados um total de 6 óbitos, registrados em cinco ocasiões diferentes. Foi a partir de 18 de junho que os registros passaram a ser mais frequentes, quase diários, mantendo média móvel de 1 morte por dia, com aumento para a média de 3 na segunda semana do mês de agosto (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Região Geográfica Intermediária de Uberlândia (RGI_Udia): Óbitos registrados por dia e média móvel de 7 dias, até 13/08/2020.



Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Ainda que as taxas de mortalidade em Minas Gerais, como um todo, e em seus municípios e regiões, observadas neste período da pandemia pela Covid-19, sejam menores quando comparadas às taxas de mortalidade dos demais estados brasileiros e de outras regiões metropolitanas e não-metropolitanas, sugerindo um controle da pandemia no estado, é imprescindível ressaltar que a baixa testagem e o não acompanhamento eficiente dos casos comprometem a análise geral dos efeitos da pandemia no estado mineiro. Em contraste, Uberlândia, que apresentou números altos e posições de destaque nos rankings estaduais, manteve uma média de testagem superior à média estadual, mas ainda insuficiente para garantir um acompanhamento apurado da dinâmica de contaminação e de óbitos.

Apesar da oscilação da média diária de casos registrados no estado, e que ainda permanece crescente, em Uberlândia a média diária de óbitos devidos à Covid-

19 se manteve a mesma ao longo dos últimos 2 meses, detendo aproximadamente 78,08% dos casos confirmados e 74,81% dos óbitos verificados para a RGI_Udia.

Dados sobre a progressão da pandemia em Minas Gerais, até 13 de agosto, evidenciam que o estado experimentou um crescimento mais lento da curva de casos em relação ao restante do país, situação não menos preocupante. O município de Uberlândia e, principalmente, os demais municípios da RGI_Udia apresentaram a mesma tendência, sendo que os pequenos municípios aparentam estar apenas no início da curva de contágio pelo novo Coronavírus e merecem atenção por parte das autoridades, tendo em vista que nestes municípios encontram-se populações mais envelhecidas e, usualmente, compostas em maioria por homens.

4 – Iniciativas adotadas para o manejo da pandemia por Covid-19.

Diversas iniciativas administrativas e operacionais em âmbito federal e estadual, bem como medidas locais, por meio de instituições governamentais e não governamentais, foram intentadas para lidar com a pandemia provocada pelo vírus Sars-CoV-2, o novo Coronavírus. Desde o início da pandemia no país pode-se registrar o apoio oferecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), organização internacional filiada à OMS, ao Brasil. A organização disponibilizou serviços à federação brasileira e às demais do continente, prevendo o surto do vírus e o espraiamento da contaminação.

Em março de 2020, junto com a Fundação Oswaldo Cruz, a OPAS promoveu o treinamento de profissionais da saúde para reconhecerem pessoas contaminadas com Covid-19 – como exemplo, para a identificação de sintomas comuns -, origens do vírus e até questões sociais como a violência doméstica em decorrência do isolamento social. De fundamental importância este projeto para a capacitação de profissionais da área de saúde e social que ficariam na linha de frente da pandemia, tendo em vista as altas taxas de contaminação da população²⁸.

Além disso, a OPAS com seu projeto Covid-19 *Law Lab*²⁹, reuniu documentos oficiais de 190 países na tentativa de buscar respostas mais concisas e diretas na luta

²⁸ OPAS BRASIL. **Apoio da OPAS ao Brasil**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 9 ago. 2020.

²⁹ OPAS BRASIL. **Iniciativa Covid-19 Law Lab reúne documentos legais de 190 países para apoiar resposta global a Covid**. Disponível em:

contra ao vírus. Dessa forma, é possibilitado que Estados gerem e implementem robustas estruturas legais para o respaldo de medidas efetivas de combate ao novo Coronavírus. O ponto principal do projeto é garantir, por meio de um banco de dados de leis em permanente atualização, que as ações e os enfrentamentos adotados respeitem os direitos humanos definidos internacionalmente, mantendo o bem-estar e a integridade de todos os indivíduos ao tratar de sua saúde.

Em relação às medidas em Minas Gerais, destacou-se a implantação de um plano de contingência operacional para as macrorregiões (Triângulo do Norte, que engloba Uberlândia, e Triângulo do Sul, abrangendo Uberaba, são exemplo de macrorregiões). Todas as seções governamentais do Governo Estadual devem seguir as seguintes atribuições:

- I. promover a interlocução e articulação com segmentos governamentais e não governamentais da macrorregião, buscando cooperação no território para enfrentamento da COVID-19;
- II. analisar conjuntamente os dados epidemiológicos e assistenciais para construção do diagnóstico macrorregional da situação de saúde relacionada à COVID-19;
- III. comunicar no território as informações sobre a situação de saúde relacionada à COVID-19 e as orientações estaduais; e
- IV. convidar, por ato da coordenação, representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas para participarem das reuniões e colaborar com as atividades do comitê³⁰.

Atendendo às disposições estaduais, bem como procurando seguir as propostas para controle do vírus na cidade, Uberlândia adotou, em parte, os padrões da OMS, implantando, por exemplo, medidas restritivas de distanciamento social; o uso generalizado pela população de máscara de pano ou descartável, o uso de álcool em gel em estabelecimentos; aumento de testagens, sendo que a primeira testagem em massa ocorreu no dia 27 de junho, com um total de 1260 testes distribuídos entre 9 bairros. Além disso, a Prefeitura Municipal recebeu 130 mil cápsulas de comprimidos

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6236:iniciativa-covid-19-law-lab-reune-documentos-legais-de-190-paises-para-apoiar-resposta-global-a-covid-19&Itemid=812. Acesso em 09/08/2020.

³⁰ GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Plano de Contingência Operativo da Macro Região Triângulo do Norte**. Disponível em: http://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/anexos/plano-contingencia/30-07_Plano-de-Contingencia_Triangulo-do-Norte.pdf. Acesso em: 9 ago. 2020.

para distribuição com vistas ao tratamento da Covid-19, sendo os medicamentos: a hidroxicloroquina, a azitromicina e a ivermectina, os quais apesar de terem seus efeitos questionados em relação ao tratamento da doença, passaram a ser concedidos gratuitamente em farmácias municipais àqueles que apresentarem prescrição médica. Por parte do Governo Estadual, foram concedidos oito respiradores que servirão para abrigar mais pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), além de um Cardioversor, para utilização nos hospitais públicos do município (Prefeitura de Uberlândia, 2020)³¹.

Vale mencionar a criação e o imprescindível trabalho realizado pelo Comitê Municipal de Enfrentamento à Covid-19, que entre as diversas atividades, possibilitou a transparência de informações da situação pandêmica, bem como a acessibilidade aos textos contidos no painel de notícias da cidade. Entre outras publicações, disponibilizou-se, em 13/07/2020, um mapeamento de calor³² dos casos confirmados por bairros da cidade possibilitando, dessa forma, observar que os casos de contaminação estavam impactando intensamente a população residente nos bairros periféricos, com manchas predominantes de contaminação no Jardim Brasília, Jardim Canaã, Tocantins e Morumbi, bairros com maior participação de famílias residentes com baixa renda familiar e condições domiciliares precárias (Figura 2).

Entre outras medidas pontuais implementadas pela Prefeitura de Uberlândia, na tentativa de fazer frente aos desafios impostos pela pandemia, estão, a criação de uma linha direta de denúncias, por meio de *WhatsApp*³³, em que os habitantes relatam o descumprimento da ordem de isolamento para a prefeitura; a concepção³⁴ de uma plataforma de cursos gratuitos e *online* em prol da capacitação profissional dos moradores e trabalhadores da cidade, e a implantação da ferramenta “Mais

³¹ PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Prefeitura recebe medicamentos para tratamento da Covid-19.** Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/07/20/prefeitura-recebe-medicamentos-para-tratamento-da-covid-19-2/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

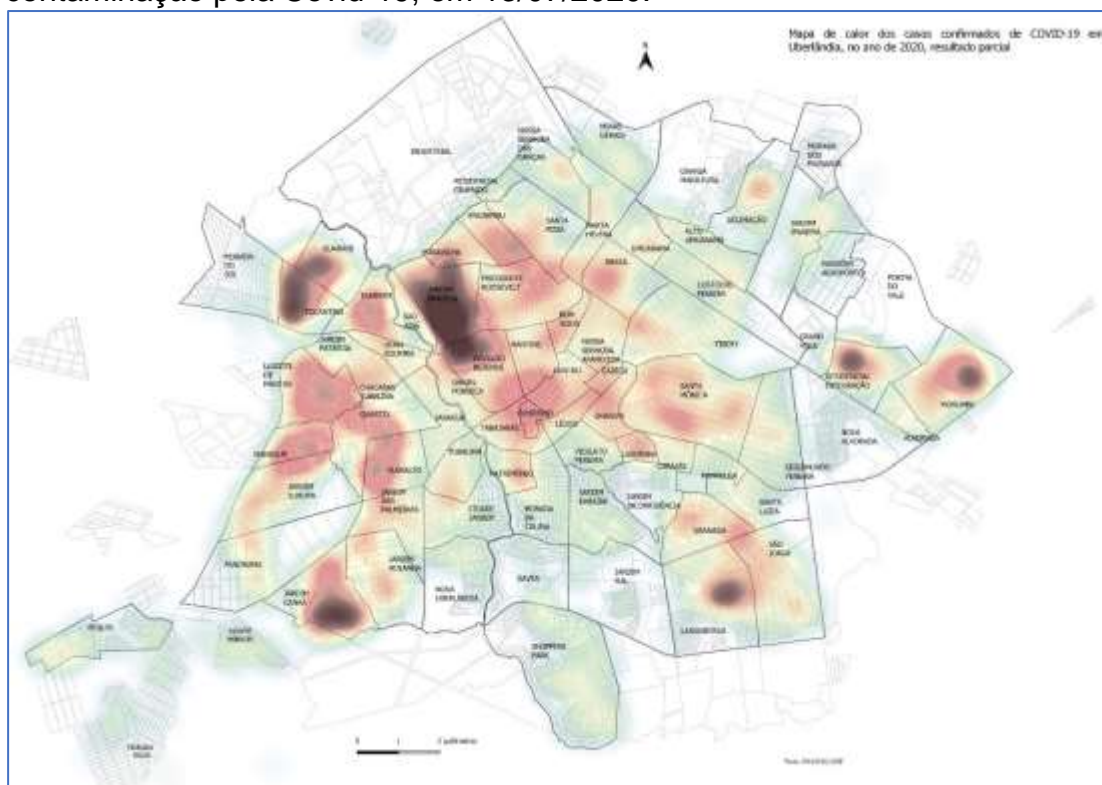
³² PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Dados sugerem que Uberlândia pode ter atingido platô da Covid-19.** Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/07/13/dados-sugerem-que-uberlandia-pode-ter-atingido-plato-da-covid-19/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

³³ PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **População pode denunciar pelo WhatsApp irregularidades durante a pandemia.** Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/06/10/populacao-pode-denunciar-pelo-whatsapp-irregularidades-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

³⁴ PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Mais negócios estimula empreendedor a inovar nos serviços.** Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/08/04/mais-negocio-estimula-empendedor-a-inovar-nos-servicos/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

Negócios”³⁵, meio *online* no qual os comerciantes cadastram seus negócios para serem consultados por possíveis compradores com o intermédio do *WhatsApp* da prefeitura, visando uma solução aos empresários da cidade que precisassem manter seus estabelecimentos e serviços afetados pela paralisa do comércio.

Figura 2 – Uberlândia-MG: Mapa de calor do número de casos confirmados de contaminação pela Covid-19, em 13/07/2020.



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia ²⁷.

Em relação ao sistema educacional da cidade, as escolas municipais e estaduais encerraram temporariamente as atividades presenciais, adotando o sistema de ensino remoto para a realização do ano letivo (Prefeitura de Uberlândia, 2020³⁶). Já a Universidade Federal de Uberlândia, que teve as atividades acadêmicas suspensas, desde março, reiniciou parcialmente suas atividades, por meio do ensino remoto, em

³⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Prefeitura cria ferramenta para ajudar comerciantes a ampliarem os negócios.** Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/07/28/prefeitura-cria-ferramenta-para-ajudar-comerciantes-a-ampliarem-os-negocios/>. Acesso: 05 ago. 2020.

³⁶ PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Escolas municipais promovem reuniões virtuais com pais e responsáveis.** Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/07/27/escolas-municipais-promovem-reunioes-virtuais-com-pais-e-responsaveis/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

meados de agosto. Ferramentas como acesso à *Internet*, computadores/*notebooks* serão fornecidos aos alunos que requisitarem e tiverem sua solicitação aprovada pela Reitoria e/ou Diretorias das Unidades Acadêmicas; os alunos escolherão a(s) matéria(s) que farão durante o tempo do curso à distância, que será de nove semanas. A presença dos discentes nas atividades remotas será facultativa³⁷.

Pode-se verificar, portanto, que ainda sejam insuficientes, os gestores públicos do município de Uberlândia tentam implementar ações que evitem o alastramento sem controle da contaminação do vírus Sars-CoV-2, ainda que tenham adotado orientações questionadas pelas autoridades de saúde em âmbito internacional.

Em relação às ações do Governo de Minas Gerais, vale lembrar que foi criado o Comitê Extraordinário da Covid-19³⁸, que age em consonância com o projeto Minas Consciente, com a premissa de priorizar a vida dos mineiros, trabalhando em conjunto com o Centro de Operações de Emergência em Saúde para manter a situação monitorada 24h por dia.

No âmbito educacional, o Agência Minas destacou que a suspensão das aulas colocou em posição hábil ao isolamento social 380 mil estudantes no Estado. Assim, o Ensino Remoto foi oferecido aos estudantes para que o rompimento com o estudo não fosse completo, da mesma forma com o que ocorreu no município de Uberlândia. Estudos futuros certamente mostrarão os diferentes impactos do estudo remoto para crianças e jovens, nas diferentes classes sociais.

Uma medida adotada pelo Estado, semelhante à implementada na cidade de Uberlândia, foi a tentativa de manter o maior número de habitantes possível longe dos hospitais, atendendo apenas os casos graves. Para isto, o Estado estabeleceu, e o município adotou um sistema de consultas e atendimento online³⁹, por meio do qual é possível ter suas consultas e agendamentos marcados sem sair de casa, ou mesmo ter uma conversa com um especialista para esclarecimentos quanto à Covid-19, podendo até ter a suspeita da doença descartada.

³⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **UFU aprova implementação de atividades remotas nos cursos de graduação**. Disponível em: <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2020/07/ufu-aprova-implementacao-de-atividades-remotas-nos-cursos-de-graduacao>. Acesso em: 28 jul. 2020.

³⁸ AGÊNCIA MINAS. **Atuação Integrada marca estratégia do governo de Minas contra a covid-19**. Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/atuacao-integrada-marca-estrategia-do-governo-de-minas-contr-a-covid-19>. Acesso em: 05 ago. 2020.

³⁹ SAÚDE DIGITAL. Disponível em: <http://coronavirus.saude.mg.gov.br/sausedigitalmg>. Acesso em: 09 ago. 2020.

Por fim, nos quadros seguintes foram organizadas, por temas, 50 medidas do poder público municipal, consideradas relevantes e disponibilizadas no Diário Oficial do Município de Uberlândia⁴⁰ (DOMU) ou no espaço virtual da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), entre os meses de março a agosto, possibilitando, de forma direta, informações a respeito de medidas e decisões que impactam a vida cotidiana do cidadão uberlandense.

Entre as 50 medidas destacam-se 14 implementadas na área de saúde (Quadro 1) e, em mesmo número, para a área de segurança (Quadro 7). No Quadro 2 poder-se-á observar as medidas implementadas para garantir ações na área de Educação. Nos quadros restantes, encontram-se as medidas mais relevantes para as áreas de comércio e serviços (Quadro 3), de logística e de utilização de espaços físicos (Quadro 4), Economia (Quadro 5) e para a área social (Quadro 6).

Ressalta-se que, as medidas voltadas ao gerenciamento da pandemia sanitária provocada pela Covid-19, e selecionadas do Diário Oficial do Município ou no espaço virtual da Prefeitura Municipal de Uberlândia, foram explicitadas nos quadros relacionados pelo grau de relevância e possível impacto para o cidadão uberlandense. Dessa forma, ainda que outras medidas não tenham sido mencionadas, nem por isso menos importantes, os quadros apresentaram a maioria das medidas adotadas até a data de referência deste estudo. Ademais, a categorização das medidas não implica que elas repercutam apenas nas áreas determinadas nos quadros, mas podem gerar efeitos multiplicados para a população em geral, nos diferentes grupos de idades e sexos, mas também em diversos setores econômicos.

⁴⁰ PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Diário Oficial - Portal da Prefeitura de Uberlândia**. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/procuradoria-geral-do-municipio/diario-oficial-uberlandia/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

Quadro 1 – Uberlândia-MG: 14 Medidas em destaque voltadas à Saúde.

Departamento/Data	Medida
DOMU - 27/03/2020	Determinação de realização compulsória de exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, vacinação e outras medidas profiláticas e tratamentos médicos específicos; estudo ou investigação epidemiológica.
DOMU - 27/03/2020	Criação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES/MINAS) – COVID-19, coordenado pela Secretaria de Estado de Saúde, para monitoramento da emergência em saúde pública declarada.
DOMU - 08/05/2020	Contratação da empresa Cocal Cereais Ltda, para a compra de 210 cestas básicas com 22 itens para atender as famílias de baixa renda dos catadores associados e cooperados do Programa de Coleta Seletiva por três meses.
DOMU - 14/05/2020	Distribuição de alimentos adquiridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar para alunos cadastrados no Programa Bolsa Família durante a suspensão temporária das aulas presenciais.
Prefeitura Municipal - 17/06/2020	1260 testes rápidos gratuitos distribuídos em 9 bairros do município.
DOMU - 17/07/2020	Aquisição de 45 Monitores Multiparamétricos (sendo 20 com Capnografia e 25 sem Capnografia), como medida de enfrentamento à pandemia desencadeada pela COVID-19, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde.
Prefeitura Municipal - 23/07/2020	Cidade amplia testagem para COVID-19 chegando a uma taxa de 3.055 para cada 100 mil habitantes.
DOMU - 28/07/2020	Aquisição de 12 (doze) Mesas de Mayo, necessárias para abertura de novos leitos de UTI, visando o enfrentamento da pandemia por Covid-19.
DOMU - 29/07/2020	Aquisição de 21 escadinhas clínicas de 2 degraus, em aço inox, visando o enfrentamento da pandemia por COVID-19.
DOMU - 29/07/2020	Aquisição de 06 aspiradores de secreção, visando o enfrentamento da pandemia por COVID-19, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde.
DOMU - 01/08/2020	Contratação de empresa especializada em laudos de resultados do Covid-19.
DOMU - 06/08/2020	Prestação de serviços na área da saúde na forma de parceria, com gestão operacional de todas as ações de assistência à saúde na Unidade de Internação Casa da Fraternidade São Francisco de Assis, para atender exclusivamente os pacientes infectados com o COVID-19, que necessitarem de internações em enfermaria, incluindo fornecimento de material e insumos, exames de análises clínicas, limpeza, alimentação, lavanderia, dentre outros, em atendimento à S.M. de Saúde.
DOMU - 11/08/2020	Aquisição de 50 Fluxômetros de Oxigênio, como medida de enfrentamento à pandemia desencadeada pelo Novo Coronavírus (que leva à COVID-19), em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. Valor: R\$2.483,50 (Dois mil quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).
DOMU - 11/08/2020	Aquisição de 31 Y de Ar Comprimido, como medida de enfrentamento à pandemia desencadeada pelo Novo Coronavírus, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. Valor: R\$1.555,89 (Um mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

Fonte: Diário Oficial do Município de Uberlândia DOMU - Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU).

Quadro 2 – Uberlândia-MG: 4 Medidas em destaque voltadas à Educação.

Departamento/Data	Medida
DOMU - 17/03/2020	Suspensão das atividades educacionais nas escolas e faculdades, públicas e privadas, do município de Uberlândia.
DOMU - 14/05/2020	Implementação do programa educacional “Programa Escola em Casa”, com disponibilização de videoaulas gratuitas, por meio do aplicativo Educa Udi.
DOMU - 27/05/2020	Instituição do Regime Especial de Trabalho Remoto nas Escolas da Rede Municipal de Ensino a fim de adequar oferta de regime especial de atividades não presenciais, e implementação do regime especial de trabalho remoto no âmbito da Rede Municipal de Ensino, para o cumprimento da carga horária mínima exigida no Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos - EJA.
PMU - 04/08/2020	O Município disponibilizou uma plataforma online para a realização de cursos de capacitação profissional gratuitos.

Fonte: Diário Oficial do Município de Uberlândia DOMU - Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU).

Quadro 3 – Uberlândia-MG: 4 Medidas em destaque voltadas ao Comércio e Serviços.

Departamento/Data	Medida
DOMU - 20/03/2020	Declaração do estado de emergência do município de Uberlândia (Decreto 18.853, 2020).
DOMU - 20/03/2020	Utilização do home office como meio de trabalho (obrigatório ao grupo de risco, isto é, idosos, pessoas com comorbidades e grávidas); redução da jornada de trabalho; rodízios entre os empregados e regimes de compensação de jornadas.
DOMU - 20/04/2020	Decreto 15.992/2020: diretrizes para a segurança da saúde dos empregados no ambiente de ofício. Dessa forma, a obrigatoriedade de higienização pessoal constante; redução de contato entre pessoas; uso de máscaras e controle do número indivíduos presentes no estabelecimento.
PMU - 28/07/2020	Criação de uma ferramenta <i>online</i> para catálogo onde comerciantes podem anunciar seus produtos e serviços e consumidores adquiri-los sem sair de casa.

Fonte: Diário Oficial do Município de Uberlândia DOMU - Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU).

Quadro 4 – Uberlândia-MG: 12 Medidas voltadas à Logística/Espaço Físico.

Departamento/Data	Medida
DOMU - 17/03/2020	Fechamento temporário de locais com possibilidade de aglomeração, como teatros, museus, bibliotecas e cinema.
DOMU - 17/03/2020	Higienização do interior de transportes públicos (Ubertrans) com álcool 70% além do fornecimento de lugares fixos para higienização pessoal entre as paradas.
DOMU - 19/03/2020	Para fins de funcionamento mínimo, compete ao titular e dirigente dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal a definição de regime de trabalho home office, considerado como efetivo exercício, de escalas de revezamento e de regimes de abono e compensação de jornadas de trabalho das unidades administrativas
DOMU - 23/03/2020	Suspender pelo período de 30 (trinta) dias os prazos de Processos Administrativos e Sindicâncias de Natureza Disciplinar em trâmite, incluindo os recursais.
DOMU - 24/03/2020	Ficam os estabelecimentos elaboradores de produtos de origem animal registrados no Serviço de Inspeção Municipal obrigados a apresentar, em até 48 horas úteis, um Plano de Mitigação de Risco para transmissão do novo Coronavírus – SARS-CoV-2 em suas dependências.
DOMU - 06/04/2020	Reunião do Núcleo Estratégico do Comitê Municipal de Enfrentamento ao COVID-19, que decidiu por AUTORIZAR o funcionamento dos estabelecimentos comerciais voltados à comercialização de chocolates.
DOMU - 15/04/2020	Reunião do Núcleo Estratégico do Comitê Municipal de Enfrentamento à COVID-19, decidiu pela abertura, de segmentos óticos; assistência técnica em geral; e cabeleireiros e barbearias.
DOMU - 02/07/2020	Aquisição de um Carro de Emergência para transporte de materiais e equipamentos utilizados em situações de urgência e emergência.
DOMU - 17/07/2020	Locação do imóvel sito à Rua do Médico, nº 80, bairro Santo Inácio, com finalidade de instalar uma Enfermaria para atender aos COVID-19 do município de Uberlândia, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. Valor: R\$93.280,00 (noventa e três mil e duzentos e oitenta reais).
DOMU - 31/07/2020	Fixação em cumprimento à ordem judicial constante da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº4592463-95.2020.8.13.0000 (1.0000.20.459246-3/000), o Município de Uberlândia seguirá as diretrizes estaduais do Plano Minas Consciente.
DOMU - 01/08/2020	Contratação de empresa especializada em laudos de resultados do COVID-19.
DOMU - 05/08/2020	Locação do imóvel situado na Rua do Médico, nº 81, para abrigar as instalações da enfermaria para atendimento dos casos de COVID-19. Valor: R\$93.280,00 (noventa e três mil e duzentos e oitenta reais).

Fonte: Diário Oficial do Município de Uberlândia DOMU - Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU).

Quadro 5 – Uberlândia-MG: 4 Medidas em destaque voltadas à Economia.

Departamento/Data	Medida
DOMU - 02/04/2020	Contingenciamento das despesas da Administração Pública.
DOMU - 15/05/2020	Decreto 18.628/2020: alteração do decreto 18.850/2020 no tocante à home office; prorrogação de sessenta dias para as medidas temporárias sobre a prevenção do vírus Sars-CoV-2.
DOMU - 03/07/2020	Flexibilização dos seguintes meios de comércio: venda remota (<i>e-commerce</i>), delivery (entrega em domicílio dos produtos adquiridos por meio de venda remota), <i>drive-thru</i> (serviço de vendas em que o cliente compra ou retira os produtos sem sair do veículo), e <i>take-away</i> (retirada em balcão dos produtos adquiridos por meio remoto).
DOMU - 23/07/2020	Crédito Extraordinário de R\$2.023.855,80 (dois milhões, vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), ao orçamento vigente para atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da pandemia do novo Coronavírus – COVID-19. Crédito Extraordinário de R\$ 4.186.422,06 (quatro milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e seis centavos), ao orçamento vigente para ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública.

Fonte: Diário Oficial do Município de Uberlândia DOMU - Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU).

Quadro 6 – Uberlândia-MG: 4 Medidas voltadas à área Social.

Departamento/Data	Medida
DOMU - 08/05/2020	Contratação da empresa Cocal Cereais Ltda, para a compra de 210 cestas básicas com 22 itens para atender as famílias de baixa renda dos catadores associados e cooperados do Programa de Coleta Seletiva por três meses.
DOMU - 14/05/2020	Distribuição de alimentos adquiridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar para alunos cadastrados no Programa Bolsa Família durante a suspensão temporária das aulas presenciais.
DOMU - 26/05/2020	Fica aberto o Crédito Extraordinário de R\$ 2.811.300,00 (dois milhões, oitocentos e onze mil e trezentos reais), ao orçamento vigente para atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da pandemia do novo Coronavírus – Covid-19, sob as seguintes dotações orçamentárias.
DOMU - 30/06/2020	Criação de crédito no valor de R\$ 1.251.566,89 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos) para atendimento às famílias com vulnerabilidade social em decorrência dos efeitos causados pela Covid-19 ao município.

Fonte: Diário Oficial do Município de Uberlândia DOMU - Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU).

Quadro 7 – Uberlândia-MG: 13 Medidas voltadas à Segurança.

Departamento/Data	Medida
DOMU - 17/03/2020	Restrição de visitas a lugares onde há presença de idosos.
DOMU - 17/03/2020	Recomendação do uso de <i>home office</i> às empresas e comércios. A fim de reduzir a exposição de pessoas ao vírus.
DOMU - 18/03/2020	Estabelecimento do decreto 18.850 que prevê o direito dos servidores públicos no momento da pandemia, garantindo o trabalho por <i>home office</i> .
DOMU - 08/04/2020	Decreto 18582/2020. Criação da força-tarefa temporária e integrada para o exercício da fiscalização de estabelecimentos e atividades quanto ao cumprimento de normas e diretrizes estabelecidas para o enfrentamento do novo Coronavírus - COVID-19 no âmbito do Município de Uberlândia.
DOMU - 22/04/2020	Proposição de Lei 756/2020 a qual informa a obrigatoriedade do uso de máscaras, como uma forma para reduzir a contaminação pelo vírus Sars-CoV-2. Com advertência na primeira vez em que for registrado o não uso da proteção, por conseguinte, constatado o não uso pela segunda vez, aplicação de multa no valor de trezentos reais.
DOMU - 27/04/2020	Contratação da empresa <i>Lima e Pergher Indústria e Comércio S/A</i> para a desinfecção por meio da solução de hipoclorito de sódio de ruas onde se constata a grande circulação de pessoas diariamente.
DOMU - 15/05/2020	Contratação da empresa <i>Leds Collection Ltda - EPP</i> , para a confecção de quatro mil e trezentas máscaras de proteção para microrganismos pelos servidores do Departamento Municipal de Água e Esgoto.
DOMU - 20/05/2020	Adequação da Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer - Futel às medidas de prevenção do vírus Sars-CoV-2. Além da suspensão por 60 dias do Parque do Sabiá e suas dependências.
DOMU - 26/05/2020	Instituição do Sistema Informatizado e Digital de Vigilância Epidemiológica no Município de Uberlândia, denominado "Sistema Epidemiológico".
PMU - 10/06/2020	Prefeitura de Uberlândia abriu um canal pelo WhatsApp para denúncias de possíveis descumprimentos de recomendações de isolamento.
DOMU - 10/06/2020	Discussão sobre o processo eleitoral tendo em base a COVID-19 como fator de perigo para os cidadãos.
DOMU - 19/06/2020	Vedada a expedição de novos alvarás para eventos públicos e privados; suspensão de estabelecimentos, exceto os de caráter essencial; proibição de aglomeração em locais públicos.
DOMU - 25/06/2020	Decreto 18.667/2020: criação do Grupo de Natureza de Despesa com objetivo de auxílio financeiro e assistência social à COVID-19.

Fonte: Diário Oficial do Município de Uberlândia DOMU - Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU).

5 - Considerações finais.

Este trabalho apresenta resultados parciais dos efeitos da atual pandemia sobre a população uberlandense, tendo em vista que a crise sanitária e socioeconômica que assola o país, provocada pelo novo Coronavírus e que leva à doença Covid-19, está em franca expansão nos municípios brasileiros e, em Uberlândia, as curvas de casos confirmados, até a data de referência deste estudo, apresentam tendência de crescimento, o que infelizmente levará ao crescimento no número de óbitos, provocados pela Covid-19.

A estimativa populacional, aqui apresentada, partiu da premissa que a população residente no município de Uberlândia continuará crescendo a taxas anuais menores que as observadas em décadas anteriores, convivendo, porém, com taxas de crescimento elevadas para os grupos etários nas idades acima de 20 anos, idades que comumente as pessoas buscam oportunidades de educação e trabalho. Mostrou-se que a população uberlandense deve estar concentrada nos grupos etários entre 20 e 54 anos e que, de igual maneira, os casos confirmados de Covid-19 também apresentam maiores números nestas idades. Estes resultados denotam que os processos de contaminação pelo novo vírus gripal não serão contidos numa situação em que estas pessoas continuem mantendo sua rotina de deslocamento, trabalho e convivência social neste período de expansão da pandemia.

Também ficou evidente que a população uberlandense deverá enfrentar, nas décadas futuras, de maneira acentuada, o fenômeno do envelhecimento populacional, quando os grupos etários nas idades acima de 65 anos contarão com maior número de pessoas e expressiva participação relativa no conjunto da população. Atualmente, a população nestes grupos etários do topo da pirâmide demográfica, composta por pessoas mais idosas e que contribuíram com o desenvolvimento local, em décadas anteriores, estão sofrendo com a maior letalidade provocada pela Covid-19, o que leva ao maior número de mortes, principalmente de mortes masculinas.

Os dados apresentados evidenciaram que a incidência da Covid-19 se confirma, frente aos casos observados, em todos os grupos etários, tanto aqueles que reúnem crianças e adolescentes quanto os grupos etários de adultos e idosos. No entanto, a

letalidade atingiu de maneira desproporcional os mais idosos, levando à mortalidade no município que já supera as três centenas de mortes provocadas pelo Coronavírus.

Outra constatação foi que os casos confirmados de Covid-19 se distribuem proporcionalmente à distribuição populacional por raça/cor, mas a mortalidade se expressa em maior número nas pessoas com comorbidade, mais envelhecidas, chamando atenção para a maior letalidade nas pessoas pretas, principalmente os homens pretos, que contaram com a maior taxa de mortalidade e letalidade pela Covid-19, três vezes maiores que as observadas para as mulheres pretas ou para os homens pardos. Ainda que menores, quando comparadas às taxas masculinas específicas para os homens pretos, as taxas de mortalidade e letalidade para os homens brancos também se apresentaram mais que o dobro das taxas observadas para as mulheres brancas.

Assim, a pandemia pela Covid-19 no município parece definir, até o momento, e ainda longe de ser controlada, um perfil característico de mortalidade masculina, de homens pretos em idades mais avançadas e com comorbidades associadas ao quadro da doença provocada pelo Sars-Cov-2, o novo Coronavírus.

Também sugere preocupação para a população do município as curvas ascendentes de casos confirmados e óbitos para o país e no estado, ainda que as curvas para Uberlândia apresentem crescimento menos acentuado, tendo em vista que o município tem forte interação socioeconômica com as diferentes regiões brasileiras, principalmente com o restante de Minas Gerais, no qual a pandemia continua se expandindo; com o Estado de São Paulo, que ainda apresenta dados de contaminação e mortalidade preocupantes, e com os vizinhos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, fronteiriços ao Triângulo Mineiro e que contam com a pandemia ainda sem controle.

Em termos regionais, o polo Uberlândia influencia, não somente a dinâmica socioeconômica dos demais 23 municípios que compõem a Região Geográfica Intermediária de Uberlândia, localizada ao norte do Triângulo Mineiro, mas neste momento, parece também estar contribuindo para o maior espreado da contaminação pelo novo Coronavírus nesta região, provavelmente pela interação entre os municípios, seja pela mobilidade de pessoas por motivos de trabalho, saúde e educação, seja pelas interações produtivas e comerciais.

O estudo permite considerar, de igual modo, que os desafios do momento provocados pela crise multidimensional gerada pela Covid-19, pressiona os gestores

públicos para que tomem medidas eficazes na garantia da vida de suas populações, reconhecendo que as pessoas, em qualquer idade, sexo, raça/cor, condição social, devem contar com os recursos médicos e econômicos necessários para lidar com os efeitos desta doença, não somente em nível pessoal, mas também minimizar os impactos deletérios sobre as famílias, principalmente aquelas que vivem em condições precárias de higiene, moradia e outras limitações socioeconômicas.

Como o município de Uberlândia é polo da RGI_Udia, fica evidente que, para conter os efeitos da pandemia sobre as populações e as diferentes economias dos municípios sob sua influência, os governos municipais devem agir de maneira conjunta, estabelecendo iniciativas e ações que possam levar a um fluxo populacional e econômico que atenda às recomendações sanitárias propostas pelas organizações de saúde e pelos cientistas, prevendo desde já medidas emergenciais que deem conta dos danosos efeitos da pandemia sobre a economia em geral.

Vale considerar, ainda, as dificuldades para a obtenção de dados corretos e atualizados que permitissem o estudo aqui realizado. Nos diferentes níveis de governo observam-se complicações e dificuldades para lidar, com a transparência requerida, com a oferta de informações que permitam estudos e acompanhamento diário da dinâmica da pandemia em nível municipal, aumentando o grau de dificuldade de acesso para informações detalhadas para bairros ou localidades rurais.

Agora mesmo, frente às necessidades de informações mais detalhadas para os municípios, e já contabilizando os prejuízos da não realização do censo demográfico brasileiro neste ano de 2020, corre a notícia de que o censo poderá não ser realizado no próximo ano, o que acarretará enormes dificuldades para o planejamento e execução de políticas públicas e projetos sociais e privados que requeiram dados detalhados em nível municipal. O Censo Demográfico é a única pesquisa capaz de oferecer informações consistentes sobre os municípios brasileiros, principalmente, neste momento, em que se precisa conhecer a população atual residente nos mesmos e os detalhes que a caracterizam: idades, sexo, raça/cor, situação domiciliar, socioeconômica, migração, fecundidade e, em especial, a mortalidade resultante da Covid-19 em todo o país.

Ao encerrar estas primeiras observações sobre a interação da demografia uberlandense e a pandemia da Covid-19 sobre o município e região, trabalho que deverá ser atualizado em data futura, ainda, e infelizmente, acode a nós e se fazem necessárias, cem anos depois dos dias dolorosos experimentados pela população

brasileira nos anos de 1918 a 1920, as recomendações das autoridades sanitárias que indicavam o isolamento social, o distanciamento e a higiene. Podem-se destacar quatro orientações⁴¹ oferecidas por cientistas que estavam na linha de frente, naqueles tempos, e que bem poderiam ser aplicadas agora, em 2020:

1. “(...) todo o indivíduo deve fugir das aglomerações, ...”;
2. “não frequentar teatros, cinemas”;
3. “não fazer visitas”;
4. “tomar cuidados higiênicos com a mucosa naso-faríngea que, muito provavelmente, é a porta de entrada dos germes”;

Nos dias que correm, em que uma “entidade invisível”, o Sars-Cov-2, provoca tantas dores e transtornos, as informações científicas são imprescindíveis para o conhecimento da realidade, para conter a contaminação visível das notícias falsas (*fakenews*), para o acesso à segura orientação que preserve vidas.

⁴¹ UNFPA e ABEP, 2020. Webnário Pandemias e epidemias da história. Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/assim-como-nas-pandemias-da-hist%C3%B3ria-desigualdade-social-%C3%A9-um-grande-obst%C3%A1culo-para-o> . Acesso em 29/07/2020.

II - O Sistema Único de Saúde em Uberlândia

Welber Tomás de Oliveira ⁴²

1 – Introdução

O objetivo desse trabalho é apresentar dados e informações do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Uberlândia em Minas Gerais. O SUS contempla diversos serviços que integram a saúde pública, contudo a análise desse trabalho será focalizada em serviços hospitalares, portanto, não serão discutidos dados em relação a vacinação, vigilância epidemiológica e demais serviços oferecidos. O sistema de saúde suplementar (privado, de uso particular para assegurados de planos de saúde) também é discutido para fins comparativos.

Para atender o objetivo são apresentadas informações de quantidade e uso dos leitos de internação e de leitos complementares (unidades de terapia intensiva – UTI - incluídos), bem como as características dos usuários (pacientes) e os custos do sistema. Para observar possíveis efeitos da pandemia da COVID-19, são feitos comparativos entre os anos 2019 e 2020 no mesmo período. Ademais, se evidencia a mobilidade da população de outros municípios para Uberlândia em busca de serviços de saúde, tornando a cidade um polo – no sentido de atrair pessoas – regional.

O trabalho conta com essa introdução e mais seis seções. A seção seguinte descreve os princípios e o sistema de gestão do SUS; a terceira, os dados utilizados; a quarta, os dados do SUS em Uberlândia; a quinta as características dos pacientes e os custos médios das internações no município, e, a sexta, e última, a capacidade de atrair residentes de outros municípios em busca de serviços de saúde (polarização). Por fim, são feitas as considerações finais.

2 - O Sistema Único de Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado em 1988 na Constituição Federal, contempla os serviços públicos de atendimento hospitalar, fornecimento de vacinas,

⁴² Economista e pesquisador do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

distribuição de medicamentos, atendimentos de serviço móvel, vigilância epidemiológica sanitária e ambiental.

Também compõe o SUS o sistema de saúde suplementar, que é o sistema privado de assistência à saúde das operadoras de planos de saúde que operam sob a regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual é vinculada ao Ministério da Saúde. Na saúde suplementar os serviços são excludentes, isto é, são destinados apenas aos beneficiários dos seguros. Contudo, esses serviços integram o SUS devido a interfaces, como o Cartão Nacional de Saúde (CNS) e o sistema de trocas de informações da saúde suplementar (TISS), que permitem a vinculação de procedimentos realizados em instituições públicas ou conveniadas ao profissional e ao local, padronizando dados e ao ressarcimento obrigatório em que as seguradoras são obrigadas a fazer quando seus beneficiários são atendidos pelo SUS. O ressarcimento busca desincentivar que as operadoras dos planos de saúde deixem de fornecer o serviço que o usuário contrata. A denominação de “suplementar” advém da opção de se pagar um seguro privado, ainda que se tenha a obrigação de contribuir com o sistema público e o direito de utilizá-lo.⁴³

Devido à abrangência, em serviços e territorial, o SUS conta com um complexo sistema de gestão. O Ministério da Saúde (MS) é o gestor nacional, responsável por normatizar, fiscalizar, monitorar e avaliar políticas e ações. Instituições de pesquisa e ações de saúde, como Funasa e Fiocruz integram a estrutura junto a agências reguladoras como a Anvisa e Agência Nacional de Saúde Suplementar. Responsáveis por formulação de políticas e ações de saúde também compõem a estrutura das Secretarias Estaduais de Saúde de cada estado-membro da União. Para planejar, organizar, controlar e executar as ações, existem as Secretarias Municipais de Saúde em cada município. Ademais, existem conselhos de saúde em todos os níveis e entre os níveis para negociações.

O SUS atende aos princípios, observados na Lei Federal nº 8080 de 1990, de universalidade, integralidade, equidade, gestão político-administrativa descentralizada e de comando único, com regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde e participação popular.

O princípio da universalidade assegura o direito de assistência em saúde a todos sem qualquer exclusão. Esse princípio contrasta com a política de saúde

⁴³http://www.ans.gov.br/images/stories/Plano_de_saude_e_Operadoras/Area_da_Operadora/Compromissos_interacoes_ANS/pagamentos_e_parcelamentos/cartilha-integracao-com-o-sus.pdf

predecessora, em que a saúde era gerida pelo extinto Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps), que atendia apenas os trabalhadores formais que contribuíam com a Previdência Social.

Na década de 1970, o desemprego brasileiro era baixo, mas o mercado de trabalho formal atingia cerca de 50% da população empregada no meio urbano, realidade que não teve mudança significativa na década de 1980⁴⁴. Assim, é evidente que o sistema operado pelo Inamps alcançava, ao máximo, metade dos trabalhadores do país. Os que não tinham direito eram obrigados a buscar serviços privados ou os poucos serviços municipais. O princípio de universalidade, portanto, busca garantir que a saúde pública atenda também os trabalhadores informais, que compõe parte significativa do emprego brasileiro assim como os desempregados.

A integralidade garante às pessoas ações de prevenção, de tratamento e reabilitação. Dessa forma, é garantida a atuação articulada e conjunta de diferentes áreas da saúde. A equidade postula que o sistema deve direcionar maiores esforços para as situações que necessitem mais, visando reduzir desigualdades. A gestão é descentralizada até os municípios, sendo fornecidas condições gerenciais e técnicas-administrativas a esses. Cada esfera do governo é autônoma e soberana nas suas decisões e atividades (comando único).

A regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde é a organização dos serviços com níveis crescentes de complexidade. Isso ocorre devido à inviabilidade econômica de fornecer serviços de saúde de média e alta complexidade em municípios pequenos, por conta da escala mínima necessária. Nesse sentido, esses serviços ficam, geograficamente, em municípios com mais habitantes, que também recebem os pacientes dos demais municípios⁴⁵.

3 - Banco de Dados

As informações de população são produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as de beneficiários de seguradoras de saúde são de responsabilidade da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Os dados

⁴⁴ COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Caderno Crh*, v. 23, n. 58, p. 171-190, 2010.

⁴⁵ MELLO, Guilherme Arantes et al. O processo de regionalização do SUS: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 1291-1310, 2017.

hospitalares utilizados neste trabalho são oriundos do Ministério da Saúde (MS), por meio dos microdados do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) que é mantido pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). As informações do SIH são coletadas através das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) que é um documento utilizado pelos gestores do SUS em que se detalham os procedimentos realizados, os profissionais de saúde envolvidos e a estrutura de hotelaria utilizada para solicitar pagamento.

Essas informações apresentam a vantagem de os gestores terem incentivos para notificar todas as internações que são feitas, a fim de serem ressarcidos por elas. Contudo, tais informações, se limitam a custos com internações e procedimentos (exames), atendimentos que não resultaram em internações ou em procedimentos não notificados. Também é possível que exista algum atraso nas notificações, incentivos adversos no reembolso hospitalar ou falhas de preenchimento, seja pelo profissional não compreender ou por erro⁴⁶. Nesse sentido, é recomendável que esses dados sejam utilizados em nível mais agregado, uma vez que detalhados podem conter imprecisões⁴⁷.

4 - O SUS em Uberlândia-MG

Esta seção apresenta informações sobre os leitos de internação hospitalar e de leitos complementares. Os primeiros podem ser clínicos (destinados a pacientes de qualquer especialidade), cirúrgicos, obstétricos (gestantes e puérperas para atendimento clínico ou cirúrgico) ou pediátricos (pessoas até 15 anos para atendimento clínico ou cirúrgico). Os segundos são destinados para pacientes que exigem assistência especializada são os leitos de cuidado intensivos (UTI), de cuidados intermediários (UCI) e leitos de isolamento (e isolamento reverso). Os leitos de UTI são para pacientes que necessitam de cuidados intensivos e vigilância contínua devido ao grave risco de óbito, enquanto os leitos para os cuidados intermediários se assemelham aos de UTI, mas com menor risco. Os de isolamento (ou isolamento

⁴⁶ MATHIAS, T. A. F.; SOBOLL, M. L. M. S. Confiabilidade de diagnósticos nos formulários de autorização de internação hospitalar. *Revista de Saúde Pública*, v.32, n.6, 1998.

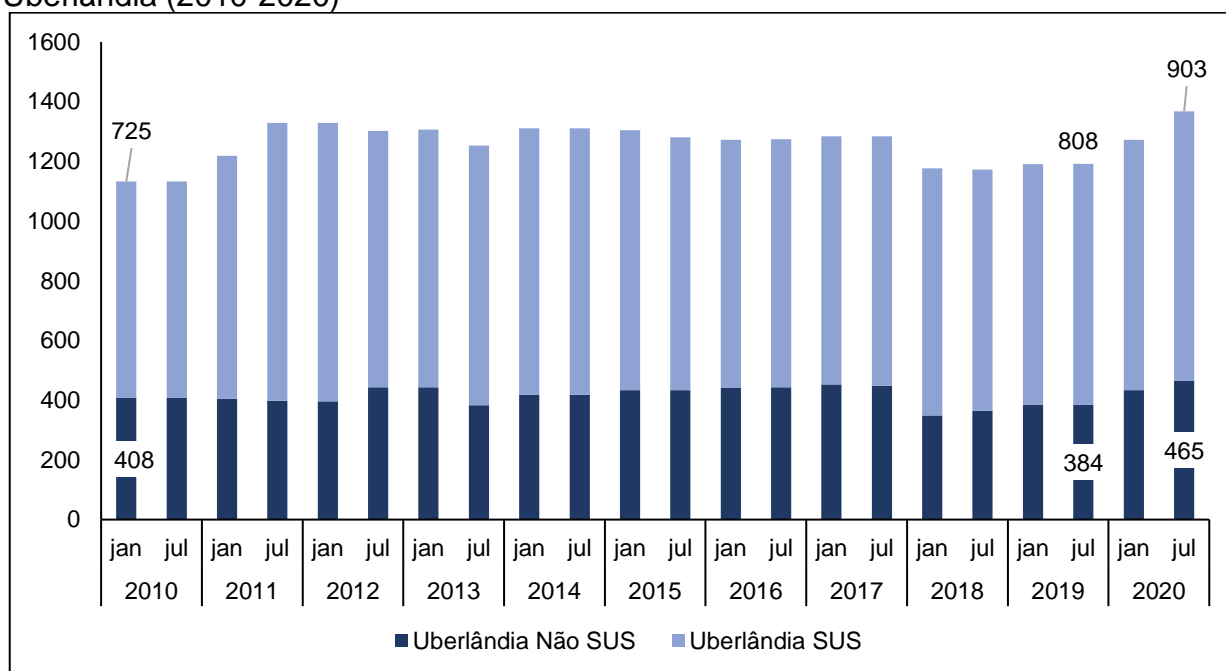
⁴⁷ LAURENTI, R.; MELLO-JORGE, M. H. P.; GOTLIEB, S. L. D. A confiabilidade dos dados de mortalidade e morbidade por doenças crônicas não-transmissíveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.9, n.4, 2004.

reverso) são para pacientes portadores de doenças transmissíveis (ou que podem estar vulneráveis a serem contaminados)⁴⁸.

4.1 - Leitos de internação hospitalar

A oferta de leitos de internação hospitalar em Uberlândia em julho de 2019 era de 1.192 (67,79% do SUS e 32,21% da saúde suplementar). O Gráfico 1 permite observar que, entre 2010 a 2019, houve pouca variação na quantidade desses leitos, uma vez que, em janeiro de 2010 a cidade possuía 1.133 leitos (63,99% do SUS e 36,01% da saúde suplementar). Por outro lado, entre 2019 e 2020 a quantidade de leitos aumentou 14,76%, chegando a 1.368 (66,01% do SUS e 33,99% da saúde suplementar). Esse aumento recente é resultado do esforço que o município realiza para combater a pandemia da COVID-19, ainda que seja possível que já existissem projetos de ampliação da quantidade de leitos.

Gráfico 1 – Quantidade de leitos de internação SUS e saúde suplementar na cidade de Uberlândia (2010-2020)



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Além do número absoluto de leitos é relevante observar a relação entre esses e a quantidade de potenciais usuários. Dessa forma, a Tabela 1 apresenta a

⁴⁸ http://www2.ebserh.gov.br/documents/695105/1744025/Manual+Leitos+19_10_16+-VF.pdf/a1cef2e4-a6ed-4881-96cd-a2a99ec15b5c

quantidade de usuários do SUS e da saúde suplementar na cidade de Uberlândia. A primeira métrica é dada pela população do município em 2019, uma vez que o SUS tem o princípio da universalidade; a segunda métrica é a população assegurada com planos de saúde particulares em dezembro de 2019. Uma limitação dessas métricas é não considerar a população de municípios que se desloca em busca de serviços de saúde, a qual representou 14,1% das internações no SUS conforme apresentado na seção 6 desse trabalho.

Outra limitação é que, tanto a população do município, quanto o contingente de pessoas asseguradas com planos de saúde, podem ter aumentado ou diminuído de dezembro de 2019 a julho de 2020. Contudo, a variação é possivelmente pequena, não comprometendo a métrica. Por exemplo, a ANS informa que em março de 2020 a população assegurada era de 245.432, ou seja, diminuição de 214 assegurados em relação a dezembro de 2019. Apesar do dado mais recente, optou-se por manter a de dezembro para fins comparativos.

Em janeiro de 2020, o município de Uberlândia contava com 12,14 leitos a cada 10 mil habitantes pelo SUS e 17,63 leitos a cada 10 mil beneficiários de planos de saúde. Assim, a saúde suplementar tinha 45,26% a mais leitos por usuários que o SUS. Já em julho de 2020 havia 13,06 leitos a cada 10 mil habitantes pelo SUS e 18,93 para os assegurados, diferença de 44,92%. O SUS expandiu os leitos em 7,63% e a saúde suplementar em 7,37% no período. A Tabela 1 aponta, ainda, que os aumentos dos números de leitos disponíveis começaram já na segunda metade de 2019 e se acelerou em 2020.

Tabela 1 – Quantidade de usuários por rede assistencial, quantidade de leitos por 10 mil usuários e variação percentual entre períodos – Uberlândia (2019-2020)

Rede	Usuários*	Quantidade de Leitos por 10 mil usuários				Variação (%)	Variação (%)	Variação (%)
		jan/19	jul/19	jan/20	jul/20	jan/19 - jul/19	jan/20 - jul/20	jul/19 - jul/20
SUS	691.305	11,66	11,69	12,14	13,06	0,25	7,63	11,76
Saúde Suplementar	245.646	15,67	15,63	17,63	18,93	-0,26	7,37	21,11

Fonte: DATASUS/Ministério da Saúde, IBGE e ANS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU. *Na linha “SUS”, quantidade de usuários se refere à população de Uberlândia (MG) em 2019, na linha “Saúde Suplementar” se refere a quantidade de assegurados por planos de saúde particulares em dezembro de 2019.

A Tabela 2 mostra a quantidade de leitos SUS em Uberlândia por natureza jurídica em julho de 2020. Nesse mês, existiam 903 leitos de internação do SUS na cidade, sendo 417 (46,18%) pertencentes à Autarquia Federal – o hospital universitário

da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) –, 428 (47,4%) ao município, 24 (2,66%) a sociedades anônimas fechadas e 34 (3,77%) a sociedades empresariais limitadas. Os dois últimos são hospitais privados. Já a rede suplementar (“não SUS”), contava com 465 leitos, sendo 9 (1%) do município, 177 (19,6%) em sociedade anônima fechada, 274 (30,34%) em sociedade empresária limitada e 5 (0,55%) em sociedade simples limitada.

Tabela 2 – Quantidade de leitos SUS e Saúde Suplementar em Uberlândia por natureza jurídica (2019)

	Autarquia Federal	Município	Sociedade Anônima Fechada	Sociedade Empresarial Limitada	Total
Quantidade de Leitos	417	428	24	34	903
% do total	46,18	47,40	2,66	3,77	100

Fonte: DATASUS/Ministério da Saúde, IBGE e ANS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Para averiguar o uso da infraestrutura, calcula-se a taxa de ocupação dos leitos, que é apresentada junto à quantidade de dias-leitos utilizados e dias-leitos existentes no Gráfico 2. Os dias-leitos utilizados correspondem à soma das diárias de todas as internações feitas no município no período (eixo esquerdo). Já os dias-leitos existentes é a multiplicação da quantidade de leitos existentes pela quantidade de dias do período (eixo esquerdo). A taxa de ocupação é a razão dos dias leitos utilizados pelos dias leitos existentes (eixo direito).

A variação nos dias-leitos utilizados pode ocorrer devido à maior quantidade de casos de algumas doenças em determinados períodos do ano ou à maior quantidade de cirurgias marcadas. Por outro lado, os dias-leitos existentes variam à medida que há aumento ou diminuição dos leitos existentes na cidade e a quantidade de dias no mês (fevereiro é o mês com “menor disponibilidade”). Portanto, a variação na taxa de ocupação é resultado da maior (menor) demanda e, também, da maior (menor) oferta.

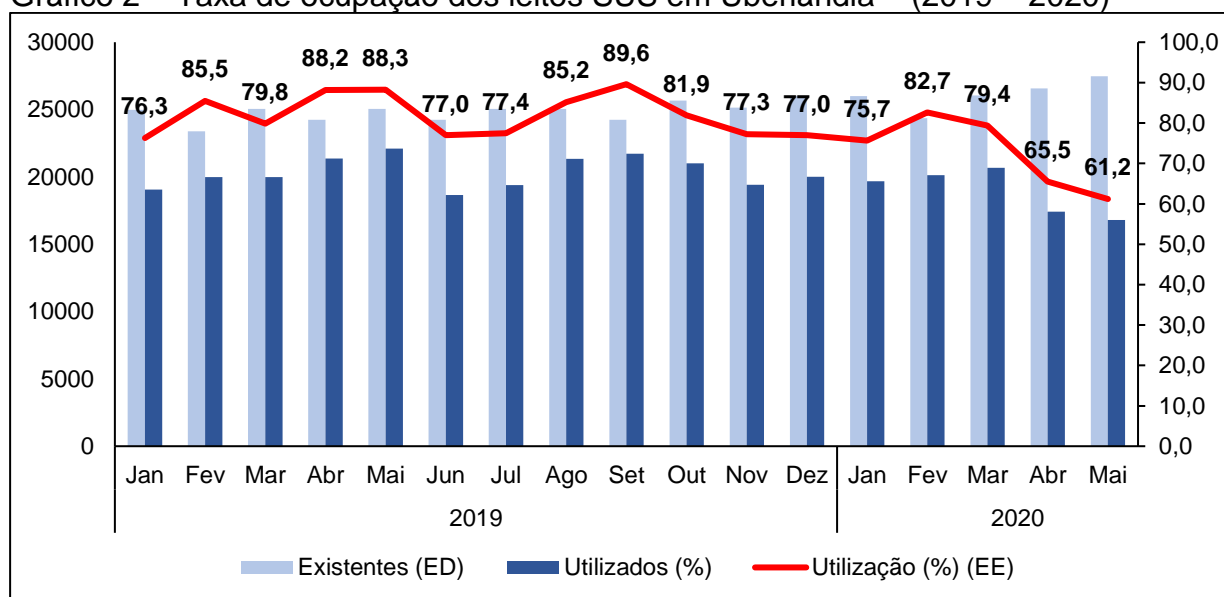
Em acordo com o Gráfico 2 as menores taxas de ocupação em 2019 foram em janeiro (76,3%), dezembro e junho (ambos com 77%), e as maiores em setembro, abril e maio, com 89,6%, 88,3% e 88,2%, respectivamente. Em média, a taxa de utilização em 2019 foi de 81,94%. A ANS aponta que o nível ideal de ocupação é entre 75% e 85% - tendo como meta manter entre 80% e 85% -, uma vez que, em caso de maior utilização o sistema estaria pressionado, sem margem para um eventual aumento da demanda extraordinária, enquanto se for menor, há muita capacidade instalada ociosa

gerando custos desnecessários. Dessa forma, a taxa de ocupação de leitos do SUS em Uberlândia está adequada⁴⁹.

É relevante destacar, contudo, que a avaliação desse indicador não implica em afirmar que o sistema opera com a prevalência de doenças “ideal” ou que se faça a quantidade necessárias de cirurgias e procedimentos, por exemplo. A bem da verdade, é possível que não se faça todas as cirurgias e procedimentos necessários, ou que para atender pacientes de determinadas doenças evitáveis com ação pública (como dengue) se mantenha mais leitos disponíveis. A avaliação dessas hipóteses foge ao escopo deste trabalho.

Em 2020, os meses janeiro, fevereiro e março tiveram taxa de ocupação semelhantes às observadas em 2019. Essas foram, em 2019, 76,3%, 85,5% e 79,8%, respectivamente, ao passo que os correspondentes, em 2020, foram 75,7%, 85,7% e 79,4%. A partir de abril há queda na taxa de utilização: 88,2% em abril de 2019 contra 65,5% em 2020 e 88,3% em maio de 2019 e 61,2% em 2020. Nos cinco primeiros meses de 2020 a média de ocupação foi de 72,9%, que é 12,83% menor que a média de 2019, que foi 83,6%. É razoável supor que a queda ocorre devido à pandemia da COVID-19. Ainda que possa parecer um contrassenso, isso pode ocorrer porque a população deixa de buscar os serviços de saúde e adia cirurgias e procedimentos para não se expor ao risco de contaminação.

Gráfico 2 – Taxa de ocupação dos leitos SUS em Uberlândia – (2019 – 2020)



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU. ED se refere a “eixo direito” e EE a “eixo esquerdo”.

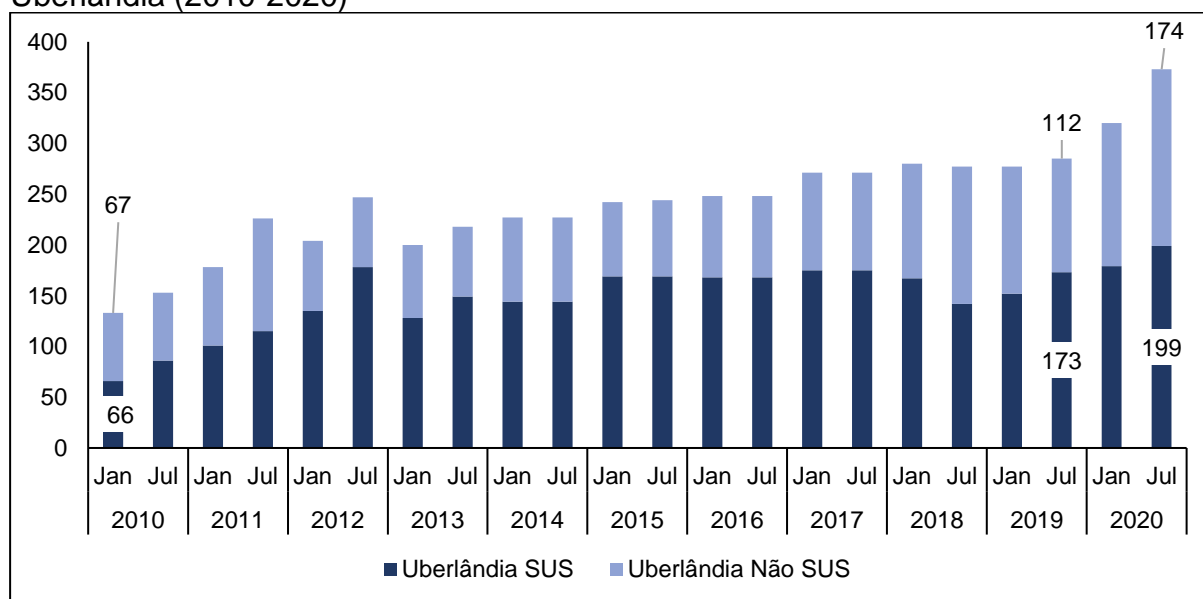
⁴⁹ <http://www.ans.gov.br/images/stories/prestadores/E-EFI-01.pdf>

4.2 - Leitos complementares

Outra infraestrutura hospitalar relevante são os leitos complementares, equipados com sistema de monitoramento contínuo e com equipe capacitada para execução de procedimentos de média e alta complexidade destinado a pacientes em situações graves. Por exemplo, os pacientes de COVID-19 que apresentam quadros mais graves e necessitam de oxigenação extracorpórea, dependem da existência dos leitos de UTI.

A cidade de Uberlândia tinha, conforme Gráfico 3, em julho de 2020, 373 leitos complementares existentes, sendo 199 (53,4%) pertencentes ao SUS e 174 (46,6%) à saúde suplementar. Em julho de 2019, a quantidade de leitos complementares era de 285, sendo 173 (60,7%) do SUS e 112 (39,3%) da saúde suplementar. Assim, como esforço para lidar com a pandemia da COVID-19, houve a disponibilização de mais 88 leitos no município - aumento de 30,87% em relação a julho de 2019. Como comparação, entre janeiro de 2010 e julho de 2019, o município teve aumento de 152 leitos de UTI (114,28%). Dessa forma o aumento de leitos nos doze meses entre julho de 2019 a julho de 2020 corresponde a 57% do aumento de leitos entre os 114 meses predecessores.

Gráfico 3 - Quantidade de leitos de UTI SUS e saúde suplementar na cidade de Uberlândia (2010-2020)



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Relativo à população atendida, a Tabela 3 apresenta a quantidade de leitos complementares a cada 10 mil usuários em janeiro e julho de 2019 e 2020, bem como a variação entre períodos por redes (SUS e saúde suplementar). A quantidade de leitos complementares no SUS a cada 10 mil usuários era de 2,20 em janeiro de 2019 e passou para 2,88 em julho de 2020; aumento de 15,03%. Por outro lado, na saúde suplementar existiam 5,09 leitos para cada 10 mil usuários em janeiro de 2019 e 7,08 em julho de 2020; aumento de 55,26%. A população assegurada por planos de saúde, dessa forma, em julho de 2020, contava com 2,45 vezes mais leitos complementares do que havia disponível no SUS.

A OMS e o Ministério da Saúde recomendam que essa relação (leitos complementares por 10 mil usuários) seja de 1 a 3 leitos⁵⁰. Por essa métrica, o SUS estaria “bem dimensionado” e a saúde suplementar estaria “superdimensionada”. A recomendação, no entanto, considera leitos públicos e privados e toda a população. Nesses termos, em julho de 2019, havia 4,17 leitos por 10 mil usuários, enquanto no mesmo período do ano seguinte, eram 5,45 leitos.

Porém, leitos complementares existem apenas em 10% dos municípios brasileiros⁵¹ - em Minas Gerais, por exemplo, dos 853 municípios, apenas 69 contam com essa infraestrutura (8,08%). Todavia, é relevante considerar os municípios em que a população se desloca para Uberlândia em busca de serviços de saúde. O Estado de Minas Gerais agrupa os municípios em regiões de saúde (RS). Regulamentadas pelo Decreto nº 7.508 de 2011, as RS são instituídas com a finalidade de dar racionalização ao gasto, otimizar os recursos e a eficiência da rede, seguindo o princípio de regionalização do sistema. A RS de Uberlândia conta com mais 17 municípios, dispostos na Tabela 4.

Considerando a população total da região (1.078.119 habitantes) a relação de leitos complementares (públicos e privados) a cada 10 mil habitantes era de 2,64 em julho de 2019 e 3,45 em julho de 2020. Conforme já discutido, devido à pandemia, existiu a necessidade de aumentar a oferta, no entanto ao considerar as recomendações do MS, é razoável supor que haverá diminuição desses leitos após a pandemia, possivelmente concentrada na saúde suplementar que apresentou maior aumento.

⁵⁰ https://www.amib.org.br/fileadmin/user_upload/amib/2020/abril/28/dados_uti_amib.pdf

⁵¹ https://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27828:2018-09-04-19-31-41&catid=3

Tabela 3 – Quantidade de leitos de UTI por 10 mil usuários no SUS e na saúde suplementar e variação de diferentes períodos

Rede	Usuários*	Quantidade de Leitos por 10 mil usuários				Variação (%)	Variação (%)	Variação (%)
		jan/19	jul/19	jan/20	jul/20	jan/19 - jul/19	jan/20 - jul/20	jul/19 - jul/20
SUS	683.247	2,22	2,53	2,62	2,91	13,82	11,17	15,03
Saúde Suplementar	245.646	5,09	4,56	5,74	7,08	-10,41	23,34	55,26

Fonte: DATASUS/Ministério da Saúde, IBGE e ANS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU. *Na linha “SUS”, quantidade de usuários se refere à população de Uberlândia (MG) em 2019, na linha “Saúde Suplementar” se refere a quantidade de assegurados por planos de saúde particulares em dezembro de 2019.

A Tabela 4 também traz a população de assegurados por planos de saúde em cada município da RS de Uberlândia, sendo possível calcular a parcela da população que está coberta por esse tipo de seguro. Na região, 28,36% da população tem acesso à saúde suplementar, sendo Uberlândia a cidade com maior adesão (35,95%) e Cascalho Rico (1,44%), a de menor. Uma limitação, é o município de Tupaciguara, em que não foi possível obter a quantidade de beneficiários em planos de saúde pelos dados disponíveis da ANS.

Tabela 4 – Municípios da Região de Saúde de Uberlândia, população e assegurados por plano de saúde (dezembro de 2019)

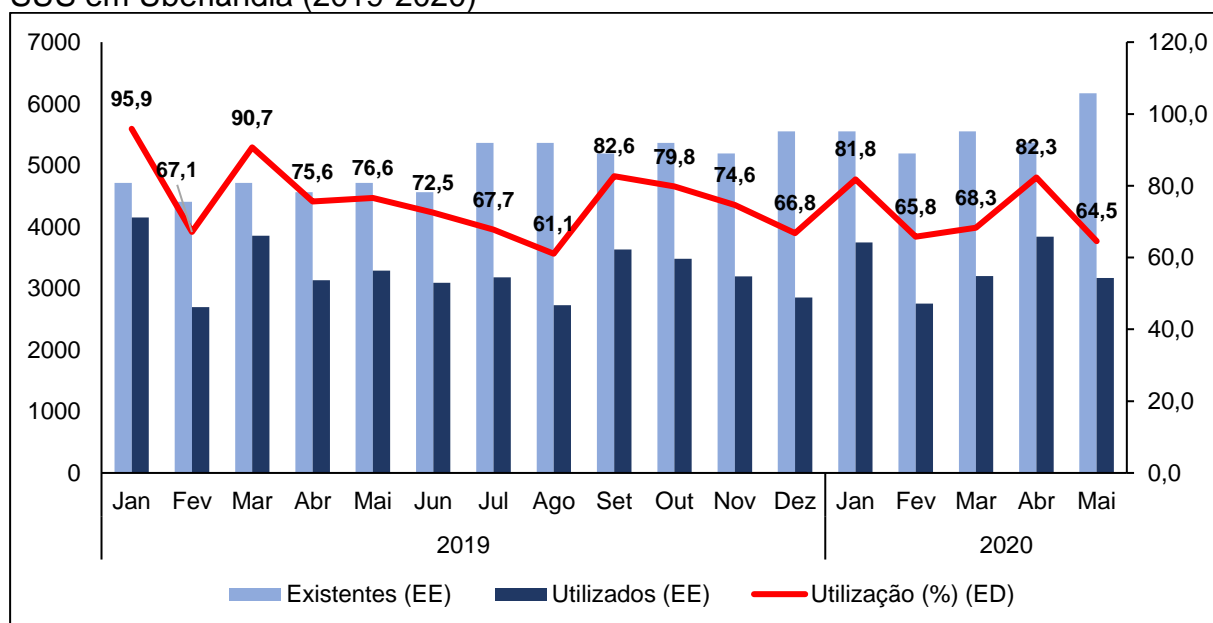
	Município	População	Assegurados por planos de Saúde	% dos assegurados na população
1	Abadia dos Dourados	6.777	665	9,81
2	Araguari	110.334	25.194	22,83
3	Araporã	6.414	1.744	27,19
4	Cascalho Rico	2.911	42	1,44
5	Coromandel	28.240	2.753	9,75
6	Douradoquara	1.912	72	3,77
7	Estrela do Sul	7.394	629	8,51
8	Grupiara	1.461	21	1,44
9	Indianópolis	6.556	246	3,75
10	Iraí de Minas	6.545	298	4,55
11	Monte Alegre de Minas	18.969	1.376	7,25
12	Monte Carmelo	45.819	3.849	8,40
13	Nova Ponte	12.233	3.786	30,95
14	Patrocínio	85.293	16.151	18,94
15	Prata	26.573	3.125	11,76
16	Romaria	3.649	185	5,07
17	Tupaciguara	23.792	-	-
18	Uberlândia	683.247	245.646	35,95
	Total	1.078.119	305.782	28,36

Fonte: Estado de Minas Gerais, IBGE e ANS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

O Gráfico 4 apresenta a quantidade existente e utilizados de dias-leitos (valores correspondentes no eixo esquerdo (EE)) e a taxa de ocupação de leitos (valores no eixo direito (ED)). A recomendação da ANS é a mesma para leitos de UTI do que para leitos de internação, o ideal é que a taxa de ocupação esteja entre 75% e 85%, com meta entre 80% e 85%. Em janeiro de 2019, essa taxa foi de 95,9% - maior valor da série – e em março esteve em 90,7%. Contudo, em todos os outros meses a taxa se manteve abaixo de 85%, de tal forma que a média mensal de 2019 foi de 75,9% de ocupação.

A taxa de ocupação dos leitos complementares em 2020, com exceção ao mês de abril, foram todas menores que a ocupação em 2019, com média de 72,6% de janeiro a maio frente à média de 81,6% no mesmo período em 2019. Essa redução também pode estar associada a menor número de cirurgias que estão sendo feitas devido à pandemia da COVID-19.

Gráfico 4 – Dias-leitos existentes, utilizados e taxa de ocupação de leitos de UTI no SUS em Uberlândia (2019-2020)



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU. ED se refere a “eixo direito” e EE a “eixo esquerdo”.

A Tabela 5 mostra a composição por tipo de leito dos 199 leitos complementares do SUS em julho de 2020. Havia 94 leitos de UTI adulto II, que é a modalidade de alta atenção em que o paciente necessita de monitoramento. Desses, 20 estão destinados exclusivamente para o atendimento de pacientes da COVID-19. 22

leitos de UTI adulto III para pacientes que necessitam de atenção muito alta, com equipe multiprofissional habilitada para procedimentos de alta complexidade; há, ainda 5 unidades de isolamento, destinadas a pacientes com risco de contaminação por agentes infecciosos (bactérias, fungos, vírus e parasitas), e mais 2 destinadas para pacientes vítimas de queimaduras.

Outros 30 leitos para pacientes neonatal, sendo 20 de alto risco (II) e 10 de muito alto risco e mais 9 pediátricos de alto risco. Por fim, há mais 26 leitos de UCI neonatais convencionais e mais 11 UCI neonatais cangurus, que é um método para tratar de bebês com baixo peso em que estes ficam em contato com a mãe ou o pai.

Cabe apontar, ainda, que a existência dos leitos não garante que exista a equipe profissional necessária para operacionalizá-los. A equipe necessária para cada unidade varia, mas deve ter médico intensivista, enfermeiro intensivista e fisioterapeuta, e, em alguns casos, pode ter assistente social, farmacêutico(a), fonoaudiólogo(a), nutricionista, psicólogo(a) e odontologista.

Tabela 5 – Tipos de leitos de UTI existentes em Uberlândia (julho de 2020)

Tipo de UTI	UTI adulto II COVID-19	Unidade isolamento	UTI adulto II	UTI adulto III	UTI de Queimados
Quantidade	20	5	74	22	2
Tipo de UTI	UTI neonatal II	UTI neonatal III	UCI neonatal convencional	UCI neonatal canguru	UTI pediátrica III
Quantidade	20	10	26	11	9

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU. UTI: Unidade de Terapia Intensiva. UCI: Unidade de Cuidado Intermediário.

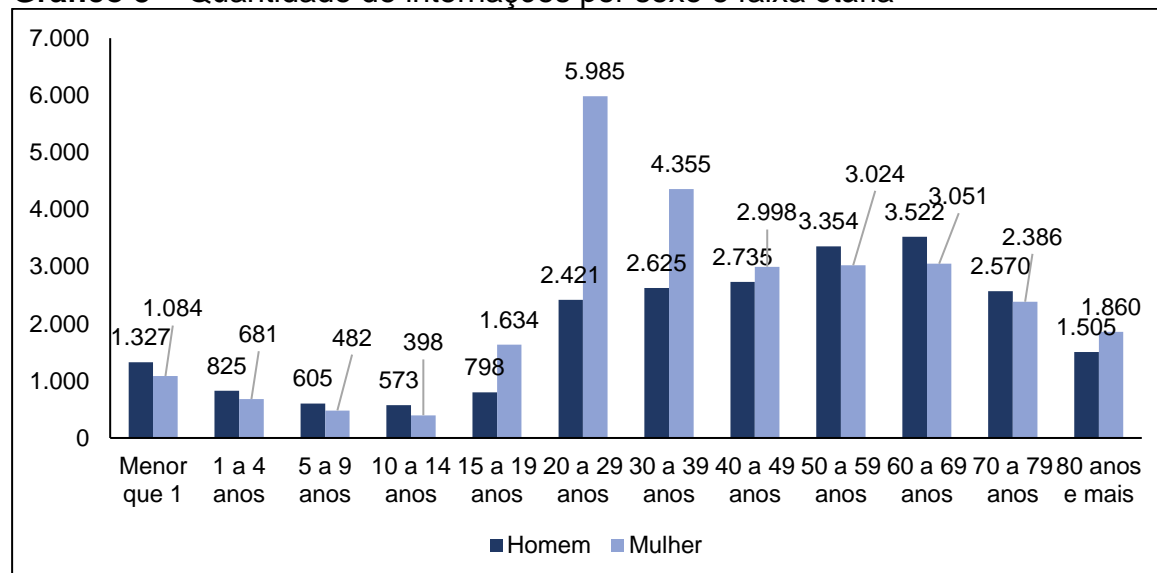
5 - Demanda pelo SUS em Uberlândia

Em 2019 a rede do SUS em Uberlândia realizou 50.798 internações, sendo 22.860 de pacientes homens e 27.938 de pacientes mulheres. Conforme o Gráfico 5, a faixa etária que mais concentra internações de mulheres é entre 20 e 29 anos, seguida por 30 e 39 anos e entre 40 e 49 anos. Isto ocorre devido ao fato de serem essas faixas que correspondem ao período de maior fecundidade, portanto, o aumento deve-se à gravidez e a possíveis complicações decorrentes.

Interessante também observar que há maior número de internação de homens do que mulheres em faixa etárias até os 14 anos e entre os 50 e 79 anos. Portanto, fora do período reprodutivo das mulheres, os homens têm maior propensão a serem

internados. Uma exceção, está na população com mais de 80 anos, em que há mais internações de mulheres do que homens, fato possivelmente decorrente das mulheres terem maior expectativa de vida.

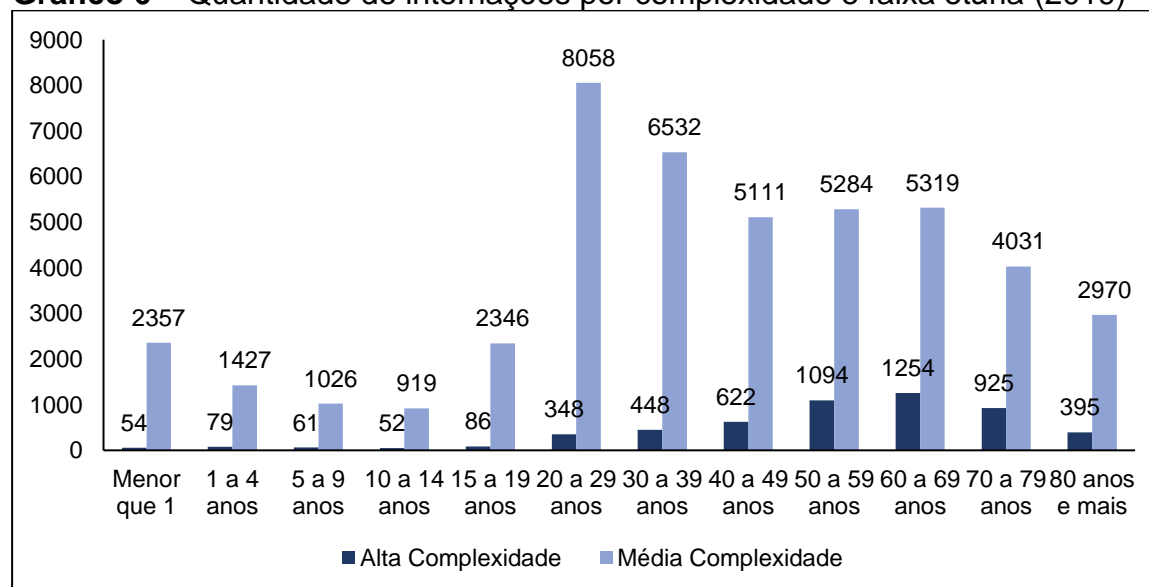
Gráfico 5 – Quantidade de internações por sexo e faixa etária



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU

O Gráfico 6 apresenta as internações por nível de complexidade dos procedimentos realizados por faixa etária em 2019. As internações são de média e alta complexidade. As primeiras totalizam 45.380 internações (89,3%), enquanto as segundas somam 5.418 (10,6%).

Gráfico 6 – Quantidade de internações por complexidade e faixa etária (2019)



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU

As internações de média complexidade estão concentradas nas faixas etárias de 20 a 29 anos (17,8%) e de 30 a 39 anos (14,4%), entre a população com 50 e 79 anos estão concentradas outros 34,6%. As internações de alta complexidade se concentram na população acima de 50 anos, entre 50 e 59 anos corresponderam 20,2% e, entre 60 e 69 anos, 23,1% (GRÁFICO 6).

A **Tabela 6** apresenta os custos de todas as internações de 2019 em Uberlândia. Esses estão divididos em custos com serviços hospitalares e com serviços de pessoal por faixa etária. No geral, foram gastos R\$ 92,15 milhões, que se concentram em gastos hospitalares, que correspondem a R\$ 76,20 milhões (82,69%) em relação a R\$ 15,94 milhões gastos com pessoal (17,31%).

Os custos com internações de recém nascidos – crianças com menos de 1 ano – correspondem a 12,05% do gasto, ainda que sejam 4,74% do total das internações, enquanto os custos com internação da população com idade entre 20 e 29 anos – em que se concentra 16,5% das internações – correspondem a 8,54% do gasto. A maior parcela dos gastos está nas faixas etárias de 50 a 59 anos (14,29% ou R\$ 13,46 milhões), 60 a 69 anos (17,76% ou R\$ 16,73 milhões) e 70 a 79 anos (13,83% ou R\$ 13,03 milhões). Assim as faixas etárias entre 1 e 19 anos são aquelas com menores gastos.

Tabela 6 – Custos com serviços hospitalares, serviços de pessoal, total e participação relativa (2019) – (R\$ de 2019)

Faixa Etária	Hospitalar (R\$)	Pessoal (R\$)	Total (R\$)	% Hospitalar	% Pessoal
Menor que 1	9.264.547,12	2.078.373,63	11.342.920,75	81,68	18,32
1 a 4 anos	1.608.448,16	324.621,60	1.933.069,76	83,21	16,79
5 a 9 anos	1.203.367,40	297.481,59	1.500.848,99	80,18	19,82
10 a 14 anos	1.106.882,50	254.878,06	1.361.760,56	81,28	18,72
15 a 19 anos	1.718.670,35	532.786,47	2.251.456,82	76,34	23,66
20 a 29 anos	5.926.011,43	1.890.168,26	7.816.179,69	75,82	24,18
30 a 39 anos	6.661.594,04	1.714.000,52	8.375.594,56	79,54	20,46
40 a 49 anos	7.181.358,06	1.549.214,46	8.730.572,52	82,26	17,74
50 a 59 anos	10.973.747,11	2.149.857,47	13.123.604,58	83,62	16,38
60 a 69 anos	13.875.038,27	2.539.444,39	16.414.482,66	84,53	15,47
70 a 79 anos	11.075.141,10	1.774.787,15	12.849.928,25	86,19	13,81
80 anos e mais	5.612.745,64	842.634,56	6.455.380,20	86,95	13,05
Total	76.207.551,18	15.948.248,16	92.155.799,34	82,69	17,31

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU

O **Gráfico 7** apresenta a quantidade de internações em Uberlândia e o custo médio da internação (em valores de 2019) por faixa etária. A faixa etária com maior custo médio é a de menor que 1 ano (recém nascidos), em que a internação custa, em média, R\$ 4.709,37. O custo reduz até a faixa etária de 15 a 19 anos em que a internação custa R\$ 951,22. Em seguida, entre 20 a 29 e 30 a 39, as faixas etárias com mais internações, o custo é de R\$ 957,61 e R\$ 1.251,34, respectivamente. O custo médio aumenta à medida que a idade avança, chegando ao ponto de R\$ 2.630,44 na faixa etária entre 70 e 79 anos.

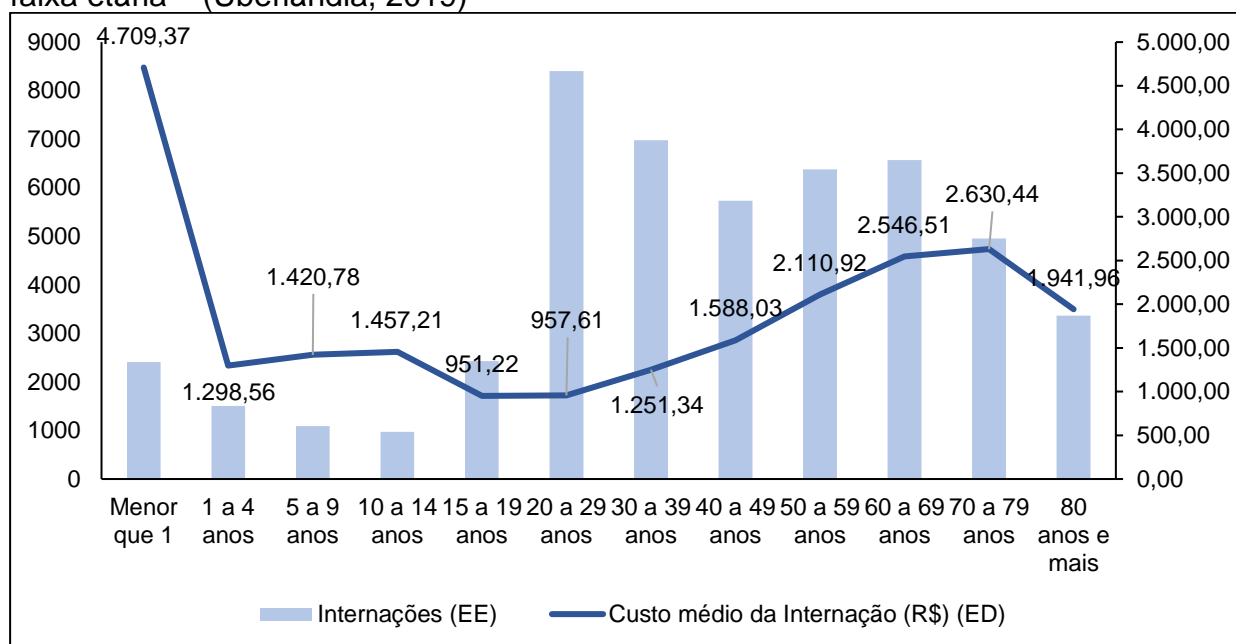
A **Tabela 7** apresenta o custo de todas as internações em Uberlândia de janeiro a maio de 2019 e 2020 para permitir comparação. O gasto é discriminado por serviços hospitalares e de pessoal, sendo também calculado o percentual de cada um na composição do gasto. A tabela traz ainda a quantidade de internações e o custo médio de cada internação, bem como a variação - denotado pela letra “delta” (Δ) – de um ano para outro no custo, na quantidade de internações e no custo médio. Valores negativos significam redução.

Em 2019, o gasto com internações do SUS tinha sido de R\$ 39,66 milhões até maio, no mesmo período em 2020 foram gastos R\$ 37,47 milhões; queda de 5,52%. As internações recuaram 5,29% - de 21.532 para 20.394; o custo médio teve redução sensível de 0,25% - de R\$ 1.842,03 para R\$ 1837,41.

As quedas mais acentuadas nos custos foram na faixas etárias de 30 a 39 anos (-20,88%), de 10 e 14 anos (-19,78%) e 5 a 9 anos (-15,88%), que foram parcialmente compensadas com aumento pelas faixas etárias de mais de 80 anos (19,79%) e de 1 a 4 anos (12,98%). Essa diminuição pode estar relacionada a pandemia em ao menos dois elementos: i) adiamento de procedimentos e cirurgias mais custosas e ii) liberação dos pacientes mais rapidamente para prevenir contágio.

Em relação a quantidade de internações, as faixas etárias de 1 a 4 anos (-29,41) e menor que 1 ano (-24,69), seguidas por 5 a 9 anos (-20,09%) e 10 a 14 anos (-20,64%) foram as responsáveis por maiores quedas. As faixas etárias de mais de 80 anos (16,64%), 60 e 69 anos (8%) e 70 e 79 anos (2,39%) foram as com maiores aumento de internações. O custo médio das internações de 1 a 4 anos (60,05%) e menor que 1 ano (37,42%) foram as com maiores aumentos, as faixas de 30 a 39 anos (13,81%) e 70 a 79 anos (15,41%) foram as com maiores diminuições.

Gráfico 7- Quantidade de internações e custo médio da internação (R\$ de 2019) por faixa etária – (Uberlândia, 2019)



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU

Tabela 7 – Custo hospitalar, pessoal e total, quantidade de internações, custo médio, por faixa etária e variações de 2019* a 2020*

Faixa Etária / Ano	Hospitalar (R\$)	Pessoal (R\$)	Total (R\$)	% Hospitalar	% Pessoal	Internações	Custo médio da Internação (R\$)	Δ Custo Total 19 - 20 (%)	Δ Internações 19 - 20 (%)	Δ Custo Médio Internações 19 - 20 (%)
Total 2019	32.074.493,97	6.570.778,01	39.662.615,08	80,87	16,57	21.532	1.842,03	-	-	-
Menor que 1	3.907.364,79	745.853,78	4.658.877,71	83,87	16,01	1.122	4.152,30	-	-	-
1 a 4 anos	592.666,66	129.829,60	731.492,48	81,02	17,75	629	1.162,95	-	-	-
5 a 9 anos	477.406,51	125.115,18	624.500,05	76,45	20,03	453	1.378,59	-	-	-
10 a 14 anos	459.120,22	104.049,24	589.032,95	77,94	17,68	436	1.350,99	-	-	-
15 a 19 anos	674.550,74	228.831,35	928.889,22	72,62	24,63	1.084	873,02	-	-	-
20 a 29 anos	2.617.451,37	816.748,22	3.552.465,45	73,68	22,99	3.689	962,99	-	-	-
30 a 39 anos	2.763.711,94	727.927,66	3.688.104,39	75,34	19,84	2.941	1.247,23	-	-	-
40 a 49 anos	3.096.317,44	671.384,66	3.965.427,40	78,08	16,93	2.459	1.612,62	-	-	-
50 a 59 anos	4.621.088,23	885.566,90	5.659.108,21	81,66	15,65	2.680	2.127,48	-	-	-
60 a 69 anos	5.793.883,65	993.680,11	6.944.978,02	83,43	14,31	2.711	2.561,78	-	-	-
70 a 79 anos	4.867.125,83	799.349,78	5.754.738,68	84,58	13,89	2.048	2.812,68	-	-	-
80 anos e mais	2.203.806,59	342.441,53	2.585.002,52	85,25	13,25	1.322	1.955,37	-	-	-
Total 2020	30.772.196,28	6.498.230,70	37.472.099,13	82,12	17,34	20.394	1.837,41	-5,52	-5,29	-0,25
Menor que 1	3.811.236,64	1.010.108,72	4.821.769,38	79,04	20,95	845	5.706,24	3,50	-24,69	37,42
1 a 4 anos	685.842,01	139.329,05	826.407,36	82,99	16,86	444	1.861,28	12,98	-29,41	60,05
5 a 9 anos	431.217,55	94.132,41	525.349,96	82,08	17,92	382	1.451,24	-15,88	-20,09	5,27
10 a 14 anos	393.469,67	78.764,36	472.540,80	83,27	16,67	346	1.365,72	-19,78	-20,64	1,09
15 a 19 anos	666.563,21	198.522,49	868.609,97	76,74	22,86	909	955,57	-8,49	-14,57	9,46
20 a 29 anos	2.395.726,93	760.210,86	3.173.037,67	75,50	23,96	3.262	972,73	-10,68	-11,57	1,01
30 a 39 anos	2.224.152,95	632.891,14	2.902.376,16	76,63	21,81	2.700	1.074,95	-20,88	-8,19	-13,81
40 a 49 anos	2.772.401,37	623.493,94	3.437.390,09	80,65	18,14	2.334	1.472,75	-13,32	-5,08	-8,67
50 a 59 anos	4.457.882,58	872.764,93	5.386.261,86	83,07	16,28	2.627	2.042,73	-5,17	-1,24	-3,98
60 a 69 anos	5.950.091,96	1.014.397,18	6.996.992,92	85,04	14,50	2.928	2.389,68	0,75	8,00	-6,72
70 a 79 anos	4.276.032,99	690.528,40	4.984.682,12	85,78	13,85	2.095	2.379,32	-13,38	2,39	-15,41
80 anos e mais	2.707.578,42	383.089,22	3.096.681,04	87,43	12,37	1.542	2.008,22	19,79	16,64	2,70

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU. * Valores de janeiro a maio de cada ano.

6 - Saúde e regionalização

custo e a complexidade de alguns serviços de saúde fazem com que sejam, do ponto de vista alocativo, mais eficazes se providos regionalmente. Conforme mencionado, o SUS opera sob esse princípio e o Estado de Minas Gerais dispõe, do ponto de vista administrativo, das regiões de saúde (RS). Contudo, a população não se locomove obrigatoriamente apenas dentro da RS. O gestor do SUS, ao tomar a decisão de transportar pacientes para outra cidade optará pelo município “polo” da sua RS, porém, o indivíduo pode não observar essa regionalização e utilizar outros critérios para tomar sua decisão.

O município de Uberlândia, em 2019, atendeu 7.171 pacientes residentes em outros municípios, o que equivale a 14,1% do total das internações realizadas no período. Os pacientes eram oriundos de 264 municípios de 23 estados-membros da União e do Distrito Federal. A Tabela 7 apresenta os estados-membros de onde procedem os residentes que foram internados no município de Uberlândia. Como esperado, Minas Gerais foi o estado em que mais pacientes se locomoveram para o município, no total 6.888, seguido por Goiás, com 110 e São Paulo, com 56. Os demais estados tiveram poucas internações, entre 14 (Pará) e 1 (Acre). Nesses casos, de baixa procura, é possível que os pacientes não tenham se locomovido em busca dos serviços de saúde, apenas tenham necessitado deles enquanto estavam no município.

Tabela 7 – Estados cujos residentes foram internados em Uberlândia (2019)

Estado	Internações	Estado	Internações	Estado	Internações
Acre	1	Mato Grosso do Sul	5	Roraima	2
Alagoas	5	Mato Grosso	12	Rio Grande do Sul	4
Bahia	12	Pará	14	Santa Catarina	8
Ceará	1	Paraíba	3	Sergipe	4
Distrito Federal	6	Pernambuco	3	São Paulo	56
Espírito Santo	2	Piauí	5	Tocantins	8
Goiás	110	Paraná	9	Total Geral	7171
Maranhão	7	Rio de Janeiro	4		
Minas Gerais	6.888	Rio Grande do Norte	2		

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

A **Tabela 8** mostra os 20 municípios que tiveram maior número de residentes internados em Uberlândia. No total, a população desses municípios soma 825.696 habitantes. O município com maior número de internação é Araguari, que fica a 37,1 quilômetros de distância e tem população de 117.267 habitantes, seguido por Ituiutaba e Monte Carmelo, o primeiro fica a 136 quilômetros e tem população de 104.671 habitantes, enquanto o segundo fica a 109 quilômetros e tem população de 47.809 habitantes. O primeiro e o terceiro estão na RS de Uberlândia, contudo, o segundo, é “polo” de outra RS. Portanto, Uberlândia também apresenta capacidade de atrair a população de municípios que também são polos locais.

Tabela 8 – Os 20 municípios com maior número de habitantes que foram internados em Uberlândia (2019)

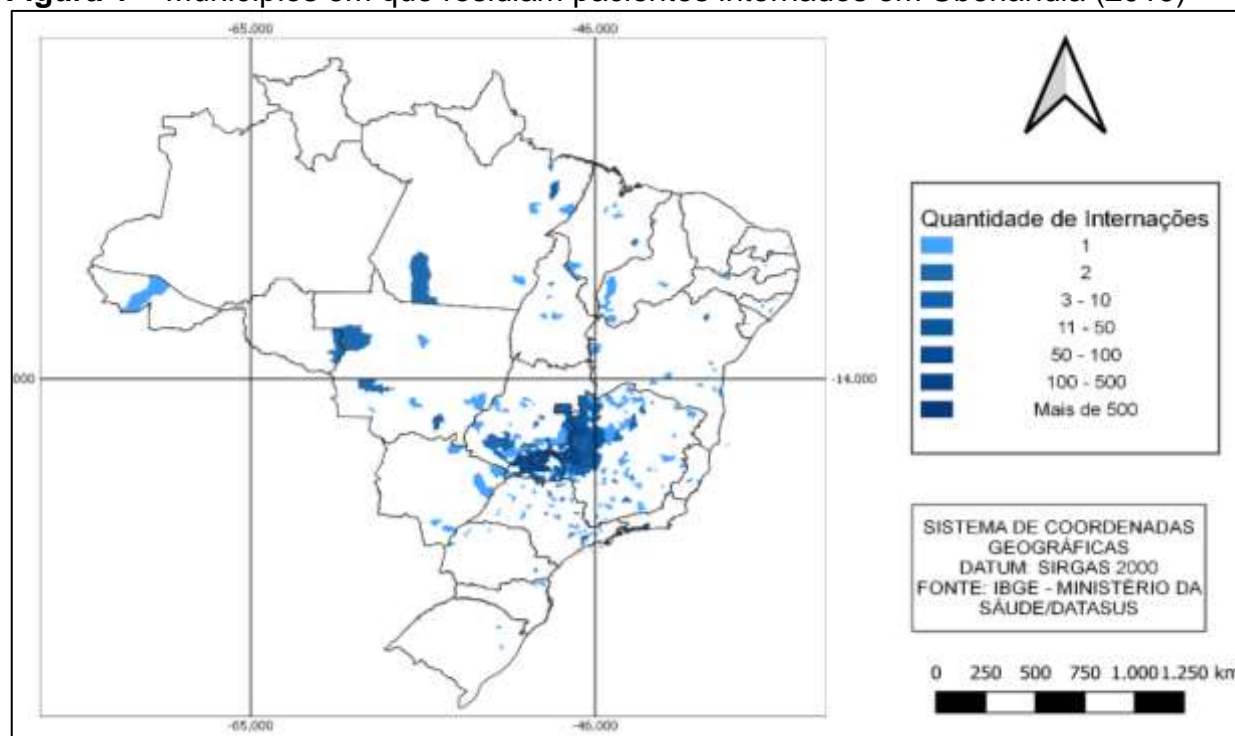
Município	Estado	População	Internações
Araguari	MG	117.267	1.172
Ituiutaba	MG	104.671	689
Monte Carmelo	MG	47.809	575
Tupaciguara	MG	25.327	515
Prata	MG	27.856	462
Patrocínio	MG	90.757	361
Monte Alegre de Minas	MG	21.120	358
Nova Ponte	MG	15.545	262
Coromandel	MG	27.974	217
Campina Verde	MG	19.745	215
Santa Vitória	MG	19.742	192
Capinópolis	MG	16.173	175
Abadia dos Dourados	MG	6.989	152
Centralina	MG	10.350	141
Indianópolis	MG	6.891	122
Araporã	MG	6.869	118
Iraí de Minas	MG	6.987	116
Estrela do Sul	MG	7.978	114
Patos de Minas	MG	152.488	78
Paracatu	MG	93.158	56
Total		825.696	6.090

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

A **Figura 1** apresenta um mapa do Brasil com as marcações das fronteiras dos estados-membros em que os municípios tiveram residentes internados em Uberlândia. A concentração de municípios de origem está na região do Triângulo Mineiro e Alto

Paranaíba, região em que se encontra o município de Uberlândia. Também se observa presença em diversos municípios de São Paulo e de Goiás. Nos estados-membros mais distantes, são poucos municípios com número reduzido de internações.

Figura 1 – Municípios em que residiam pacientes internados em Uberlândia (2019)



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU

A Tabela 10 apresenta as causas mais frequentes de internação entre a população não residente no município de Uberlândia. A principal causa é infarto agudo no miocárdio, acompanhada por septicemia e traumatismo intracraniano. Também estão entre as causas mais frequentes fraturas (de perna, antebraço e de crânio), neoplasias (de cólon e de mama), partos espontâneos e problemas com recém nascidos (desconforto respiratório do recém-nascido e transtorno de gestação de curta duração).

Tabela 9 – As 10 causas de internações mais frequentes em Uberlândia entre a população não residente, por CID-10 (2019)

Principal diagnóstico	Internações	Principal diagnóstico	Internações
Infarto Agudo no Miocárdio	263	Pneumonia não especificada	75
Septicemia	210	Parto espontâneo	73
Traumatismo Intracraniano	162	Insuficiência cardíaca	72
Fratura de perna (tornozelo)	142	Neoplasia maligna de cólon	69
Embolia e trombose arterial	129	Desconforto respiratório do recém nascido	69
Fratura do fêmur	120	Fratura do crânio e dos ossos da face	69
Calculose do rim e do ureter	106	Neoplasia maligna na mama	68
Colelitíase	94	Transtorno de gestação de curta duração	67
Fratura do antebraço	81	Infecção bacteriana não especificada	66
Acidente Vascular Cerebral (AVC)	77	Bloqueio atrieveicular e do ramo esquerdo	66

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS. Elaboração: CEPES/IERI/UFU

7 - Considerações finais

Os dados do SUS e da saúde suplementar de Uberlândia permitiram observar que o sistema de saúde do município, em relação aos serviços hospitalares, está dentro dos parâmetros da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS). Vale a consideração de que em relação a leitos em unidades de terapia intensiva (UTI), ao observar apenas o município é possível sinalizar que há superdimensionamento. Contudo, se o foco for a região de saúde em que esse município está inserido, o sistema parece adequado.

Entre 2019 e 2020 a cidade de Uberlândia teve aumento na quantidade de leitos de internação e suplementares, sendo o aumento maior na saúde suplementar do que no SUS. O aumento dos leitos (de internação e suplementares), em parte, precedeu a pandemia da Covid-19, evidenciando, dessa forma já havia investimentos em curso no setor.

Dessa forma, nota-se que o sistema de saúde de Uberlândia, em termos de ofertas de leitos, estava adequado à realidade local e reagiu aumentando a quantidade de leitos frente à pandemia da Covid -19. Esses dois componentes seguramente foram

relevantes para que o sistema não colapsasse, embora ainda seja um risco, junto à adoção de estratégias de distanciamento social e de sanitização.

A comparação dos cinco primeiros meses de 2019 e 2020 permite observar que houve diminuição na taxa de ocupação dos leitos (de internação e suplementares). A evidência pode parecer um contrassenso em meio a uma pandemia em que há risco de colapsar o sistema de saúde, no entanto, é uma consequência esperada uma vez que os usuários postergam procedimentos necessários e observam o risco de ir a um hospital. Como consequência, os custos do SUS também diminuíram no período. Isso representa um alívio ao SUS, mas pode sinalizar um problema de receita aos hospitais privados, uma vez que as taxas de ocupação dos leitos de internação e complementares estão abaixo do nível adequado (75%) apontado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A observação dos custos médios das internações por faixa-etárias evidencia a importância de estudos demográficos no município para planejamento futuro e elaboração de ações estratégicas para prever e gerenciar os custos de os manter adequados para atender a população. Investimentos e ações buscando melhorar a saúde da população feminina, especialmente, das gestantes (como programas mais completos de pré-natal), bem como o planejamento da maternidade (evitando a precoce e a tardia), podem diminuir o nascimento de crianças que necessitem de atenção intensiva, diminuindo os custos de internação em recém-nascidos e a mortalidade pré-natal e infantil.

Na outra ponta, é relevante apontar que ganhos de longevidade são evidência de bem estar e qualidade de vida da população, portanto, são desejáveis a despeito de qualquer aumento de custo. Uma vez que o pico está na faixa etária entre 60 e 69 anos, mais anos de vida não significam, necessariamente, maior custo médio. O aumento do custo médio nessa faixa etária deve estar relacionado a morbididades que se acumulam ao longo da vida. Assim, ações que incentivem hábitos saudáveis, de forma que diminuam os quadros que se agravam, podem ter efeito redutor de custos. A queda do custo médio em pacientes mais velhos (com mais de 70 anos) pode ser devido a um “viés de sobrevivência”: as pessoas mais saudáveis vivem mais, de modo que ao serem atendidas, o tratamento custa menos, ao passo que as menos saudáveis vão a óbito mais jovens.

Por fim, ficou evidente a importância do município para a região nos serviços de saúde, sendo relevante que os municípios em que Uberlândia também atende os residentes sejam considerados na esfera de planejamento do município. Nesse sentido, no contexto da pandemia da Covid-19, as cidades vizinhas também devem ser acompanhadas pelos comitês responsáveis, uma vez que podem vir “exportar” pacientes para o município.

III - A crise da Covid-19 em meio à crise do trabalho no país

Alanna Santos de Oliveira ⁵²

1 - A situação no Brasil já era grave, antes mesmo da pandemia

No dia 26 de fevereiro de 2020, o Brasil registrou seu primeiro caso de Covid-19, do qual, rapidamente, se evoluiu para uma situação de pandemia generalizada que, à semelhança do cenário global, instaurou uma verdadeira crise econômica no país, segundo muitos, de dimensões sem precedentes. A peculiaridade dessa crise reside, sobretudo, em dois aspectos: 1) sua origem sanitária⁵³ e 2) sua capacidade para afetar tanto o lado da oferta quanto da demanda da economia. Se o brasileiro já não estivesse “sentindo na pele” as duras repercussões do verdadeiro caos econômico que se revela a partir desse cenário e fosse apenas convidado a imaginar *a priori* seus possíveis efeitos, certamente, de imediato já anteciparia as duras consequências para o mercado de trabalho.

Um aspecto crucial dessa análise, qual seja, dos impactos econômicos da Covid-19 com enfoque para os trabalhadores e empregadores, consiste em se reconhecer a situação crítica pela qual o marco do trabalho já passava no Brasil. À luz de alguns indicadores dessa dimensão e de outros dados mais gerais da economia, pode-se dizer que o país ainda se encontrava em crise quando foi acometido pela catástrofe do vírus.

O cenário interno já gerava preocupação em face do baixo dinamismo econômico evidenciado pela lenta recuperação do emprego e dos investimentos no contexto pós-crise econômico-política de 2015-2016. Depois de dois anos de retração nos referidos anos (2015 e 2016), o Brasil cresceu em média apenas 1% ao ano nos três anos seguintes e a recuperação do emprego, além de não ter se concretizado no sentido de retomar o nível que se observava anteriormente, tem se revelado, em

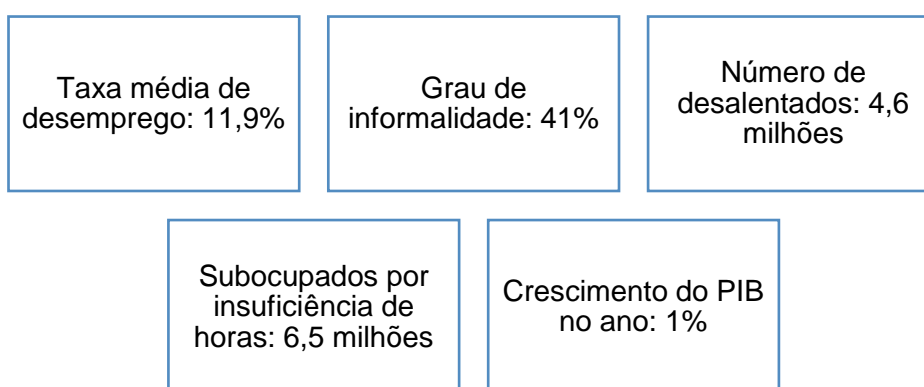
⁵² Doutora em Economia pelo PPGE/UFU e economista-pesquisadora do CEPES/UFU.

⁵³ Diferentemente, portanto, da crise de 2008 que teve origem financeira.

verdade, uma reestruturação do mercado de trabalho com forte tendência à precarização (CESIT, 2020; GIMENEZ; BALTAR; MANZANO, 2020).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) mostram alguns aspectos desse cenário, como: a persistência da taxa de desemprego a patamares elevados (sempre a dois dígitos), apesar de tímidas retrações; o aumento a níveis recorde do número de desalentados e da subutilização do trabalho⁵⁴, a criação de novos postos predominantemente na informalidade, para não se falar no contexto da própria institucionalização legal da precariedade pelo aumento da flexibilização nas normas celetistas, como fruto inexorável da recente Reforma Trabalhista. A **Figura 1** evidencia os números desse panorama.

Figura 1 – Panorama do mercado de trabalho brasileiro em 2019



Fonte: PNAD-C/IBGE. Elaboração: CEPES/IERI.

O que merece destaque neste contexto é a crescente desorganização do “mundo do trabalho” que passa a assumir uma estrutura na qual a informalidade é cada vez mais presente, assim como a existência de postos precarizados, destacando-se, neste sentido, o verdadeiro *boom* dos denominados “empresários de si mesmos” no cenário da uberização, bem como a dominância da terceirização em um quadro de evidente pejotização do trabalhador e de ascensão do novo proletariado de serviços – ou “escravo digital”, como diria Antunes (2018). Mesmo no espaço formal celetista, a

⁵⁴ Os desalentados referem-se às pessoas que gostariam de trabalhar e teriam disponibilidade para tanto, porém desistiram de procurar trabalho em função de acreditarem que não conseguiriam; ao passo que a subutilização da mão de obra consiste na soma dos desocupados, subocupados por insuficiência de horas (que são os que, embora ocupados, trabalham menos de 40h semanais e gostariam de trabalhar mais e estariam disponíveis para isso) e da força de trabalho potencial (pessoas que estão fora da força de trabalho mas que potencialmente poderiam ser incorporadas a esta).

instauração de uma estratégia de flexibilização que seria, em tese, responsável pela retomada do emprego (a qual não se verificou efetivamente), tem evidenciado, na verdade, sua elevada capacidade para institucionalização da precarização do vínculo trabalhista a partir de fatores, como: a elevação da instabilidade face às novas facilidades de demissão do ponto de vista jurídico; a fragmentação ocasionada na associação da classe trabalhadora frente à diversidade de contratos e à fragilização sindical; a insuficiência de rendimentos do trabalho em vista da ascensão do trabalho intermitente (ou *zero hour contract* como é conhecido em alguns países).

É no contexto dessa grande transformação social, produtiva e político-institucional no mundo das relações de trabalho que o Brasil passa a enfrentar as repercussões econômicas do novo Coronavírus, ou seja, em um cenário de lentíssima recuperação econômica (para não dizer estagnação), bem como de retração de diversas variáveis sociais (como o aumento da pobreza e desigualdade⁵⁵), sem se ter resolvido ou, minimamente, apresentado proposta de resolução de suas incongruências estruturais mais graves. Em suma, entra-se na crise em crise.

2 - Alguns dos primeiros impactos da pandemia, sobre os quais já se pode falar

Uma crise com a magnitude com que a Covid-19 tem se apresentado no país, especialmente à luz do cenário que a antecede (e que foi delineado anteriormente) e da dificuldade tanto de reconhecimento de sua gravidade como de implementação célere de políticas públicas à altura de tais repercussões, dificilmente terá seus impactos devidamente retratados, ainda que do ponto de vista estritamente numérico. Há evidentes limitações à captação dos efeitos econômico-sociais da referida crise.

Contudo, os órgãos de pesquisa brasileiros – a despeito da crescente desvalorização da pesquisa e do radical encolhimento dos fundos destinados a esta (o que é sobremodo evidente no subsetor educacional, *lócus* predominante da pesquisa no Brasil) – não têm poupado esforços, mesmo em situação de isolamento social, para dar continuidade a importantes trabalhos que auxiliam na verificação dos primeiros

⁵⁵ O país adentrou o ano de 2019 com mais de 13,5 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, segundo o IBGE, e o Índice de Gini – indicador de desigualdade mais utilizado no Brasil – atingiu nível recorde de 0,629 para o rendimento domiciliar *per capita* oriundo do trabalho.

impactos dessa crise, mas, ao contrário, têm endossado, inclusive, a elaboração de novas pesquisas, como a PNAD-Covid do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Antes de se passar efetivamente aos dados que apresentam um panorama inicial da crise no contexto do mercado de trabalho, revela-se de grande importância compreender a estruturação desse mercado em torno de alguns conceitos e métricas que são imprescindíveis para essa análise (**Figura 2**). Um dos principais conceitos reveladores da situação do mercado de trabalho e que, com frequência se vê nos jornais e em todo tipo de mídia, se trata da taxa de desemprego (ou taxa de desocupação). Essa taxa, assim como outros conceitos que serão apresentados adiante, é calculada pelo IBGE no Brasil, por meio da PNAD-C e afere o percentual de pessoas desocupadas (o que significa: indivíduos que não estavam ocupados na semana de referência da pesquisa, mas que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias precedentes) sobre o total de pessoas na força de trabalho.

A propósito, cumpre ressaltar que toda a população brasileira (em idade ativa para trabalhar) se divide em dois grupos: 1) os que estão na força de trabalho e 2) os que estão fora da força de trabalho. As pessoas no primeiro grupo podem tanto estarem ocupadas ou desocupadas e, caso estejam ocupadas, podem ainda estar na condição de subocupação por insuficiência de horas (já definida neste texto). Quanto aos que se encontram fora da força de trabalho, há dois subgrupos: a) os da força potencial de trabalho e b) os que estão fora da força potencial. Estes últimos se referem aos estudantes, por exemplo, donos e donas de casa, bem como aposentados. Já no primeiro subgrupo tem-se os que buscaram trabalho, porém não se encontravam disponíveis para assumi-lo na semana de referência, e os que não procuraram, mas estariam disponíveis para assumir. Os indivíduos desse subgrupo podem ainda ser classificados como desalentados (conceito já tratado anteriormente) e não desalentados.

A soma dos desocupados, subocupados por insuficiência de horas e da força de trabalho potencial constitui a subutilização composta do trabalho, outro conceito de crucial relevância para se apreender a situação do mercado de trabalho no Brasil e já

explicitado anteriormente. Aliás, para muito além da taxa de desocupação (desemprego aberto), a análise do mundo do trabalho requer fundamentalmente a agregação desses outros elementos como o desalento, a subocupação e as transformações e migrações da população de fora para dentro da força de trabalho e vice-versa.

Figura 2 – Estrutura conceitual do mercado de trabalho no Brasil



Para cego ver: A Figura 2 apresenta a estrutura conceitual do mercado de trabalho no Brasil da seguinte maneira: População total que se divide entre os que estão abaixo da idade e os que se encontram em idade para trabalhar. Estes últimos se subdividem entre os que estão na força de trabalho e os que estão fora dela. Os primeiros se dividem em dois subgrupos: ocupados e desocupados, sendo que os ocupados podem estar subocupados por insuficiência de horas ou trabalhar horas suficientes. Com relação aos que estão fora da força de trabalho, estes dividem-se em força de trabalho potencial e fora da força potencial. No caso da primeira, há ainda uma subdivisão entre os que buscaram trabalho, mas estavam indisponíveis e os que não buscaram e estavam disponíveis, sendo que estes últimos ainda podem ser desalentados ou não.

Fonte: Elaboração CEPES/IERI, a partir de notas metodológicas do IBGE.

De posse desses conceitos, tem-se, a seguir (**Tabela 1**), alguns dados que auxiliam na compreensão da situação do mercado de trabalho no país a partir da comparação de dois trimestres móveis da PNAD-C: 1) dezembro, janeiro e fevereiro (período pré-pandemia, já que o primeiro caso de Covid-19 se manifesta somente ao final de fevereiro, dia 26); e 2) março, abril e maio (período da pandemia da Covid-19).

Tabela 1 – Primeiros resultados da PNAD-C para o Brasil, comparação entre trimestres móveis (2019, 2020)

Variáveis	Dez, Jan, Fev (Pré-Pandemia)	Mar, Abr, Mai (Em Pandemia)	Diferença	Variação (%)
Taxa de Desocupação (%)	11,6	12,9	1,2	-
Nível da Ocupação (%)	54,5	49,5	-5	-
Taxa % na Força de Trabalho (FT)	61,7	56,8	-4,8	-
Pop. Na FT (em milhares)	106.052	98.646	-7.406	-7
a) ocupada	93.710	85.936	-7.774	-8,3
b) desocupada	12.343	12.710	368	3
Pop. Fora da FT (em milhares)	65.937	74.964	9.026	13,7
Taxa composta de subutilização	23,5	27,5	4	-

Fonte: PNAD-C/IBGE. Elaboração: CEPES/IERI.

Como se pode ver, a taxa de desemprego subiu 1,2 pontos de um trimestre a outro, o que, apesar de ser uma elevação significativa, traduziu-se em um incremento menor do que se poderia esperar em face da gravidade da crise. A situação de pandemia gerada pela Covid-19, *per si*, já é suficiente para ocasionar significativa retração na demanda (devido, por exemplo, ao receio de contágio pelos consumidores), contudo, a retração econômica é certamente aprofundada pelas medidas de contenção proporcionadas via isolamento social – as quais são indubitavelmente necessárias, por algum período de tempo, em função da eficácia que apresentam na diminuição da disseminação viral. Disso resulta a expectativa de aumento significativo do desemprego.

No entanto, como foi dito anteriormente, essa taxa não se elevou tanto frente à situação mencionada, o que leva à importância de se conhecer a estruturação conceitual do mercado de trabalho e, assim, identificar os efeitos da crise a partir de outros elementos. O conceito de desocupação no Brasil – o qual segue orientações metodológicas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – leva em consideração as pessoas que, embora não estivessem ocupadas/empregadas, tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho no período estipulado pela pesquisa.

Ora, se a situação impõe a adoção do isolamento social, culminando, inclusive, no fechamento temporário de alguns estabelecimentos (em outros casos até efetivo,

diante da dificuldade de manutenção por seus donos), torna-se evidente que a busca por trabalho se reduz, ou seja, que algumas pessoas sequer busquem por trabalho, o que, por sua vez, promove a retirada desses indivíduos da força de trabalho. Daí que à redução da população ocupada (-8,3%) não se segue um aumento, na mesma magnitude, da população desocupada, mas, por outro lado, é sim acompanhada por um decréscimo expressivo de pessoas na força de trabalho.

É exatamente isso que revela a quarta linha da **Tabela 1**, uma saída de aproximadamente 7,5 milhões de pessoas da força de trabalho brasileira entre um trimestre e outro, retração que constitui o recorde da série da pesquisa. Analogamente, o número de pessoas fora da força de trabalho aumentou de modo jamais visto, registrando uma variação percentual de 13,5%, ou um acréscimo de mais de 9 milhões de indivíduos. Outro registro que configura um número recorde na pesquisa diz respeito à taxa composta de subutilização, a qual salta de 23,5% para 27,5%.

O que essas informações revelam é de importância extrema para compreensão da situação do mercado de trabalho brasileiro no contexto pandêmico. O desemprego no país é substancialmente mais elevado do que a taxa de desocupação pode expressar neste momento, em vista da situação extrema que leva à saída de uma parte expressiva da população da força de trabalho, o que corrobora para a constituição de uma capacidade ociosa da força de trabalho a níveis assustadores, aprofundando ainda mais os efeitos recessivos da crise.

Além das informações apresentadas pela PNAD-C, os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) apresentam um panorama das perdas sofridas no mercado de trabalho formal, e são expostos na **Tabela 2**. Diferentemente da PNAD-C, o Novo Caged não capta informações do setor informal, mas apenas o fluxo de admissões e demissões de trabalhadores formalmente empregados.

Os dois primeiros meses de 2020 evidenciaram saldos positivos, ou seja, resultaram em criação de vagas no mercado de trabalho formal. Isso ocorreu tanto no país, como no estado de Minas Gerais e no município de Uberlândia (cujo foco desta publicação recai). Como de costume, o mês de fevereiro apresentou saldo maior que o de janeiro, uma vez que este último tende a responder por um significativo número de demissões referentes à contratação sazonal voltada às festividades de fim de ano.

A partir de março, com o assolamento pela Covid-19, os fechamentos de vagas superam as admissões, resultando em expressivos saldos negativos nos três recortes analisados. Mas, é no mês de abril que a situação piora significativamente, de modo que o Brasil fecha mais de 900 mil postos de trabalho, Minas Gerais, mais de 94 mil, e Uberlândia, quase 4 mil. Em maio, a destruição de vagas persiste, no entanto, reduz-se substancialmente em relação ao mês anterior, sobretudo no caso do município analisado. E, por fim, em junho, Uberlândia apresenta um resultado positivo, culminando na geração de 183 postos, assim como o estado de Minas Gerais que também cria 1.705 vagas, ao passo que, no país o resultado ainda se mantém negativo, embora bem menor.

Como resultado da crise pandêmica, todos os três recortes analisados apresentaram um saldo negativo das movimentações no mercado de trabalho formal para o acumulado dos seis primeiros meses de 2020. O Brasil fechou aproximadamente 1,2 milhões de vagas, Minas Gerais, cerca de 114 mil, e Uberlândia, mais de 4.300. No caso do município, cumpre ressaltar que esse resultado mais do que anula o saldo positivo obtido no acumulado do ano anterior, ou seja, ao longo de todo ano de 2019, o qual havia registrado a criação de 4.067 postos de trabalho.

Tabela 2 – Saldo das movimentações* (admissões e demissões) no mercado formal para Brasil, Minas Gerais e Uberlândia

Meses	Uberlândia	Minas Gerais	Brasil
	2020	2020	2020
Jan	182	4.477	114.786
Fev	689	27.386	226.341
Mar	-1.109	-18.143	-259.917
Abr	-3.928	-94.089	-918.286
Mai	-380	-35.831	-350.303
Jun	183	1.795	-10.984
Acumulado 6 meses	-4.363	-114.405	-1.198.363

*Considerando as declarações recebidas até 28 de julho
Fonte: Novo Caged/SEPT. Elaboração: CEPES/IERI.

Apesar dos dados predominantemente negativos, e que traduzem parcialmente a dura realidade de destruição do emprego formal no país, cabe chamar atenção para o fato de que a redução desses saldos demissionais, passado o mês crítico de abril, certamente guarda relação, em alguma medida, com a implementação de ações políticas voltadas à manutenção do emprego, o que evidencia, portanto, a importância crucial da atuação do Estado. Este é o caso, por exemplo, da Medida Provisória nº 936, de 2020⁵⁶, lançada no mês de abril, que oferece a possibilidade de suspensão de contratos ou de redução da jornada de trabalho com compensação parcial pelo governo federal e que, apesar de ainda corroborar para a redução da massa salarial, certamente contribuiu para atenuar a curva de demissões no país.

A destruição do emprego formal no país é essencialmente preocupante no panorama mais recente do mundo do trabalho, no qual, conforme descrito anteriormente, a geração de postos informais e precarizados tem se tornado cada vez mais frequente. Se, à semelhança do pós-crise de 2015-2016 o país retomar a criação de vagas predominantemente pelo setor informal (CARVALHO, 2018), a redução do mercado formal pode ser acentuada de modo relevante, não se repondo (pelo menos não espontaneamente) as vagas formais que um dia estiveram presente neste mercado, à despeito de incrementos na força de trabalho.

Isso quer dizer que a reposição de postos de trabalho no quadro formal é muito mais difícil, ao passo que a geração na informalidade tem se tornado cada vez mais fácil, até mesmo em vista de fatores institucionais como a recente reforma trabalhista que deixa de considerar juridicamente, por exemplo, a prestação de serviço autônomo por um terceirizado de forma exclusiva a um único estabelecimento como assalariamento disfarçado pela estratégia de pejetização. Também o *boom* do trabalho autônomo por aplicativos na nova era informacional-digital corrobora significativamente para a diminuição do aparato formal. A consequência disso é nefasta já que, como será visto a seguir, são justamente esses trabalhadores, desprotegidos pela lei, os que mais perdem no contexto de crise.

⁵⁶ A Medida Provisória nº 936, após ser aprovada no Senado Federal e ser sancionada pelo Presidente, foi convertida na Lei 14.020, de 06 de julho de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14020.htm

3 - A crise da Covid-19, assim como qualquer crise, reforça assimetrias estruturais

Uma característica fundamental das crises diz respeito ao reforço de assimetrias estruturais, isto é, a crise, seja ela de que natureza for, não incide de forma homogênea sobre a sociedade, sobretudo nas que têm por traço central a desigualdade socioeconômica. Sendo assim, no caso brasileiro, os dados do mercado de trabalho revelam os agentes que mais têm sofrido com os efeitos econômicos da Covid-19.

Por meio das informações da PNAD-C é possível notar que as maiores perdas se deram entre: informais, mulheres e jovens⁵⁷ (GIMENEZ; BALTAR; MANZANO, 2020). Conforme denota a **Figura 3**, entre o trimestre móvel que compreende os meses de dezembro a fevereiro e o que diz respeito aos meses de março a maio, a maior retração do número de ocupados ocorreu para os trabalhadores sem carteira do setor privado (-20,8%), seguida da dos trabalhadores domésticos sem carteira (-20,5%). O trabalhador por conta própria sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) teve o nível de ocupação reduzido em 11,7%. Por outro lado, o conta própria com CNPJ aumentou durante a crise, o que suscita pelo menos três hipóteses, segundo Teixeira e Borsari (2020, p.4-5):

(i) parte da perda de empregos ocorre entre trabalhadores que “reagiram” trabalhando por conta própria como forma de obter renda, e tiveram condições de fazê-lo enquanto pessoa jurídica; (ii) ao mesmo tempo, acentua-se a “pejotização”, caracterizada pelo rompimento da relação de emprego formal sucedida da “contratação”, por parte da empresa, dos serviços do trabalhador “autônomo” (PJ), ex-empregado; (iii) ainda, os empregadores com CNPJ que tinham poucos empregados – é o caso do MEI que emprega uma pessoa, por exemplo – e que, com a crise, dispensaram os empregados e ficaram sozinhos no próprio negócio, passa a ser considerado conta própria com CNPJ.

O setor público foi o único espaço dentre as demais categorias de “posição na ocupação”⁵⁸, estabelecidas dentro da PNAD-C, que teve crescimento no número de ocupações entre os dois trimestres observados. Note-se que o maior incremento, no entanto, ocorreu entre os “sem carteira” (9,5%).

⁵⁷ Mulheres e jovens são predominantes no setor informal, por consequência, foram mais afetados pela crise. Adicionalmente eles são também maioria em algumas atividades econômicas que sofreram duras retrações, como: alojamento e alimentação, lazer e entretenimento e serviços domésticos (OIT, 2020).

⁵⁸ O IBGE estabelece as seguintes categorias de posição na ocupação dentro da PNAD-C: empregados do setor privado (exclusive trabalhador doméstico; trabalhador doméstico; empregado no setor público; empregador; trabalhador por conta própria/autônomo; além do trabalhador não-remunerado (membro de unidade familiar ou voluntário).

Figura 3 – Variação no número de ocupados, no Brasil, por categorias de posição na ocupação da PNAD-C entre o trimestre “Dez, Jan e Fev”, e o trimestre “Mar, Abr e Mai”



Fonte: PNAD-C/IBGE. Elaboração: CEPES/IERI.

A retração expressiva no nível de ocupação dos sem carteiras (trabalhadores do setor privado e domésticos), bem como dos conta-própria sem CNPJ, denota a urgência e indispensabilidade de medidas que atenuem, ao menos minimamente, os efeitos dessa crise para essas faixas da população, a repercussão social e econômica desta crise seria ainda mais trágica, levando o país a um estado de miséria, fome e caos, possivelmente sem precedentes. Daí, portanto, a relevância do Auxílio Emergencial proposto, inicialmente pelo Governo no montante de R\$200,00 mensais, e posteriormente aprovado e modificado pela câmara legislativa para R\$600,00 mensais,

destinados aos indivíduos mais vulneráveis. A despeito da morosidade com que esta política foi efetivamente implantada, dos problemas técnicos em sua execução – incluindo-se o número de fraudes ocorridas e os entraves do aplicativo de poupança social digital e do mecanismo de análise de renda – e da dificuldade de rastreamento de uma parcela importante da população que necessitaria do recurso⁵⁹, não se deve olvidar da pertinência dessa medida, sobretudo em um país marcado pela informalidade e pela acentuação da pobreza e concentração da renda, como o Brasil.

Os efeitos da crise também se manifestam de forma diferenciada entre os grupamentos de atividade econômica. Percentualmente falando, a maior retração de ocupados ocorreu em “alojamento e alimentação” (-22%), seguida por “serviços domésticos” (-18,7%). O único grupamento que não teve redução no número de ocupados entre os dois trimestres analisados foi o da administração pública, o qual teve um crescimento de 4,6%. (**Tabela 3**).

Tabela 3 – Número de ocupados (em milhares) e variação percentual por grupamento de atividade econômica no Brasil, entre o trimestre “Dez, Jan e Fev” e o trimestre “Mar, Abr e Mai”

GRUPAMENTO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	DEZ-JAN-FEV 2020	MAR-ABR-MAI 2020	VAR. (%)
Agropecuária ⁶⁰	8.370	7.993	-4,5
Indústria geral	12.165	10.934	-10,1
Construção	6.624	5.541	-16,4
Comércio ⁶¹	17.853	15.870	-11,1
Transporte, armazenagem e correio	4.970	4.550	-8,4
Alojamento e alimentação	5.613	4.373	-22,1
Informação, comunicação e outras ativ. ⁶²	10.582	10.240	-3,2
Administração pública (ASES ⁶³)	16.186	16.934	4,6
Outros serviços	5.082	4.407	-13,3
Serviços domésticos	6.243	5.074	-18,7

Fonte: PNAD-C/IBGE. Elaboração: CEPES/IERI.

⁵⁹ Para mais informações sobre o Auxílio Emergencial, acessar a seguinte publicação do CEPES: [TD03-2020/ CEPES: O mercado de trabalho em tempos de pandemia](#)

⁶⁰ Inclui produção florestal, pesca e aquicultura.

⁶¹ Inclui reparação de veículos automotores e motocicletas.

⁶² Inclui atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

⁶³ ASES: administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais.

Apesar de não ter apresentado a maior redução percentual, em números absolutos o comércio registrou a maior queda (uma redução de mais de 1,9 milhões de pessoas ocupadas), o que já era esperado em função da necessidade das medidas de isolamento e tendo em vista também o elevado contingente de pessoas ocupadas nessa atividade. Essas informações ressaltam a imprescindibilidade de que a formulação de políticas públicas leve em conta a forma desigual com que a crise atinge determinados setores (assim como em relação ao tamanho dos estabelecimentos, já que os menores foram os mais duramente afetados) a fim de estabelecer medidas de auxílio, como as creditícias, que se atentem para estas especificidades, ou seja, dos que se encontram em situações mais críticas, ou dos que respondem por parcela mais significativa da geração de emprego, dentre outros critérios relevantes.

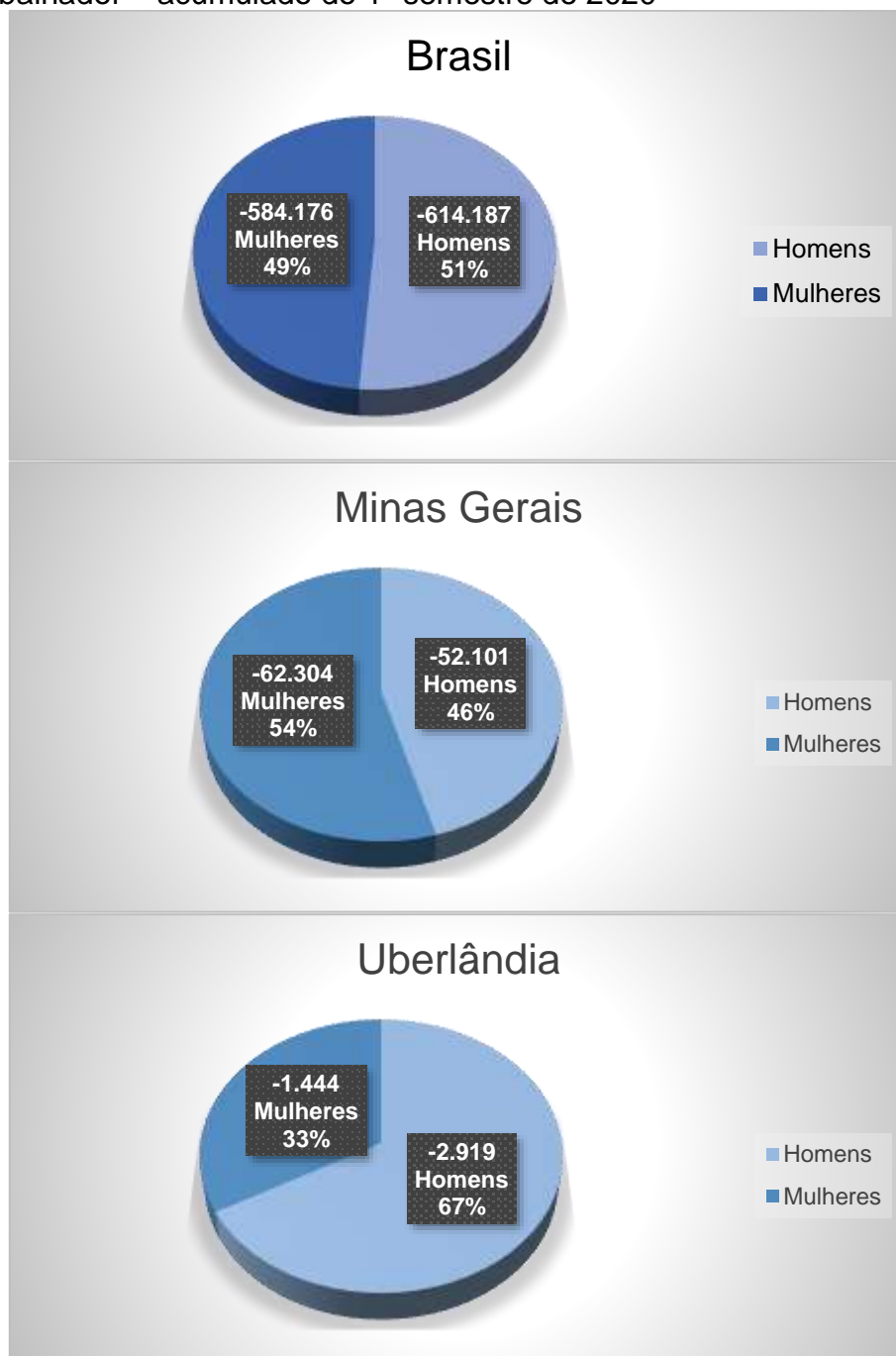
4 - Traçando um perfil dos principais trabalhadores afetados: enfoque em Uberlândia

Com o objetivo de centralizar o município de Uberlândia nesta análise, esta seção promove um mapeamento das principais características dos trabalhadores afetados pela crise da Covid-19, no âmbito estrito do mercado de trabalho formal. Isso porque, para o município, as informações da PNAD-C não chegam ao recorte municipal desejado, visto que a amostra utilizada não é suficiente para tanto. Por outro lado, a partir dos dados do Novo Caged é possível extrair uma quantidade significativa de informações para o mercado formal, tanto para o país, quanto para Minas Gerais e Uberlândia.

Uma primeira e relevante informação passível de ser extraída dessa base de dados diz respeito ao sexo dos trabalhadores. Durante a segunda década dos anos 2000, as mulheres representaram, em média, 43% da mão de obra formalmente empregada no Brasil, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais)⁶⁴. Em Uberlândia esse número foi um pouco mais elevado, aproximando-se de 45%.

⁶⁴ É possível acessar a base de dados da RAIS para verificar os números absolutos clicando em: <http://bi.mte.gov.br/scripts10/dardoweb.cgi>

Figura 4 – Distribuição do saldo de vagas eliminadas do mercado formal, segundo sexo do trabalhador – acumulado do 1º semestre de 2020



Para cego ver: A Figura 4 apresenta a distribuição do saldo de vagas negativo do acumulado de janeiro a junho de 2020 entre sexos, tendo sido de: 49% para as mulheres e 51% para os homens, no Brasil; de 54% para as mulheres e 46% para os homens, em Minas Gerais; e de 33% para as mulheres e 67% para os homens, em Uberlândia.
Fonte: Novo Caged/SEPT. Elaboração: CEPES/IERI.

No que diz respeito ao fluxo das movimentações trabalhistas formais no país, no ano de 2020, observa-se que, para o acumulado dos seis primeiros meses – que resultou em quase 1,2 milhões de vagas eliminadas – as mulheres responderam por

49% do saldo negativo, no caso do país, ou seja, do total de postos de trabalho formal destruídos, 49% eram ocupados por mulheres. Já em Minas Gerais, esse número foi maior: as mulheres responderam por cerca de 54% das 114 mil vagas eliminadas do mercado formal, no acumulado do primeiro semestre deste ano. No município de Uberlândia, por sua vez, o percentual de postos de trabalho destruídos representados pelo sexo feminino foi bem menor: 33%. (**Figura 4**).

Desse modo, os dados revelam que:

- i) No Brasil, a distribuição das perdas entre homens e mulheres foi de quase metade para cada um dos sexos – embora mereça destaque o fato de que as mulheres não constituem metade desse mercado, e sim aproximadamente 43%, como dito anteriormente –;
- ii) Em Minas Gerais, as mulheres responderam por mais da metade das vagas perdidas, embora representem cerca de 43% do mercado de trabalho formal, o que, inevitavelmente, demonstra que a crise pandêmica contribuiu para diminuição da participação feminina no estado;
- iii) Em Uberlândia, por sua vez, o percentual do saldo negativo acumulado que coube às mulheres foi bem menor o do que o dos homens, sendo, inclusive, inferior à participação feminina no mercado formal do município.

Os dados do Novo Caged também mostram que, em termos de faixa etária, os trabalhadores formais mais afetados localizaram-se na faixa de 30 a 39 anos, no âmbito dos três recortes analisados. A segunda faixa etária que registrou pior saldo negativo foi a de trabalhadores com 50 a 64 anos. Os mais jovens também foram bastante afetados, mas menos que as faixas supramencionadas, o que é natural, se tratando do mercado formal, onde a participação do jovem é relativamente menor que a registrada no informal (setor onde estes sofreram mais).

No Brasil, 32% das vagas eliminadas no acumulado de janeiro a junho corresponderam aos trabalhadores da faixa de 30 a 39 anos, em Minas Gerais o mesmo percentual se aplicou e, em Uberlândia, 36%. Quando considerado apenas o acumulado de março a junho (período em que já está declarada a situação de pandemia no país), esses percentuais passam, respectivamente, a: 29%, 28% e 32%.

Na **Tabela 4** são expostos os números absolutos referentes aos saldos das movimentações do mercado de trabalho formal por faixa etária.

Tabela 4 – Saldo das movimentações de vagas no mercado formal*, por faixa etária, no acumulado de janeiro a junho e de março a junho

Faixa etária	Brasil		Minas Gerais		Uberlândia	
	Acumulado de Jan a Jun	Acumulado de Mar a Jun	Acumulado de Jan a Jun	Acumulado de Mar a Jun	Acumulado de Jan a Jun	Acumulado de Mar a Jun
<i>Até 17</i>	78.207	16.687	6.908	377	181	-5
<i>18 a 24</i>	-65.956	-240.014	-3.813	-22.059	575	-150
<i>25 a 29</i>	-212.409	-255.182	-21.340	-24.588	-726	-748
<i>30 a 39</i>	-388.110	-446.130	-36.356	-41.122	-1.575	-1.692
<i>40 a 49</i>	-263.351	-295.681	-24.428	-27.122	-1.150	-1.182
<i>50 a 64</i>	-295.253	-277.519	-29.974	-27.403	-1.352	-1.185
<i>65 ou +</i>	-51.491	-41.651	-5.402	-4.351	-316	-272
Total	-1.198.363	-1.539.490	-114.405	-146.268	-4.363	-5.234

*Considerando as declarações recebidas até 28 de julho
Fonte: Novo Caged/SEPT. Elaboração: CEPES/IERI.

Quando o fator escolaridade é analisado, é possível notar que as maiores perdas de vagas foram registradas entre os que possuíam ensino médio completo, lembrando também que este nível de escolaridade é o que concentra a maior parte do estoque de mão de obra formalmente empregada no país⁶⁵. Ao todo, foram mais de 685 mil vagas de trabalhadores com ensino médio completo eliminadas no Brasil, no acumulado do primeiro semestre de 2020. Em seguida, são as faixas de menor grau de instrução escolar que perdem mais postos de trabalho: fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto. O menor saldo negativo correspondeu aos dos analfabetos, os quais representam uma parcela ínfima dos trabalhadores brasileiros na atualidade. Excetuando-se, portanto, estes, a faixa dos que possuíam

⁶⁵ De acordo com os dados da RAIS, na segunda década dos anos 2000, em média, 46% do estoque de mão de obra formalmente empregada no país tinha ensino médio completo. O nível de superior completo respondeu pela segunda maior parcela desta população, com aproximadamente 20%.

ensino superior completo foi a que registrou menor eliminação de vagas, cabendo ressaltar que esta faixa é a segunda maior em termos de números de pessoas ocupadas no país, na presente década. Quando se analisa o saldo acumulado de março a junho, as perdas se intensificam em quase todos os casos, mas a dinâmica dos prejuízos por faixa escolar continua praticamente a mesma, destacando-se, porém, o substancial aumento de vagas eliminadas no superior completo, que ultrapassa, inclusive, o saldo da faixa de superior incompleto. (**Tabela 5**).

Em Minas Gerais, a maior perda de vagas também se refere aos trabalhadores com ensino médio completo, passando em seguida aos das seguintes faixas: médio incompleto, fundamental incompleto e fundamental completo. Isso ocorre tanto quando se considera o acumulado do semestre, como também o período estrito da pandemia. Nota-se, por outro lado, que ao considerar o primeiro período, há uma geração (ínfima) de vagas para os trabalhadores com superior completo, ao passo que, ao considerar o segundo momento, há o fechamento de mais de 7 mil postos para este grupo.

Tabela 5 - Saldo das movimentações de vagas no mercado formal*, por grau de escolaridade, no acumulado de janeiro a junho e de março a junho

Faixa escolaridade	Brasil		Minas Gerais		Uberlândia	
	Acumulado de Jan a Jun	Acumulado de Mar a Jun	Acumulado de Jan a Jun	Acumulado de Mar a Jun	Acumulado de Jan a Jun	Acumulado de Mar a Jun
<i>Em branco</i>	-3	-2	-	-	-	-
<i>Analfabeto</i>	-7.695	-5.104	-690	-408	7	-11
<i>Fund. Incomp</i>	-158.409	-167.751	-15.577	-17.639	-1.070	-963
<i>Fund. Comp.</i>	-140.484	-163.088	-14.885	-15.670	-961	-726
<i>Médio Incomp.</i>	-124.875	-155.210	-16.713	-19.585	-961	-1.049
<i>Médio Comp.</i>	-685.705	-884.199	-63.034	-80.771	-1.432	-2.053
<i>Superior Incomp.</i>	-49.453	-62.088	-3.570	-4.817	-163	-176
<i>Superior Comp.</i>	-31.739	-102.048	64	-7.378	217	-256
Total	-1.198.363	-1.539.490	-114.405	-146.268	-4.363	-5.234

*Considerando as declarações recebidas até 28 de julho
Fonte: Novo Caged/SEPT. Elaboração: CEPES/IERI.

No município de Uberlândia, à semelhança do país, as maiores perdas foram registradas nas seguintes faixas de escolaridade, em ordem decrescente: médio completo, fundamental incompleto, médio incompleto e fundamental incompleto. Essas duas últimas faixas tiveram perdas iguais no acumulado de janeiro a junho. No grau de instrução correspondente ao superior completo houve criação de vagas no primeiro acumulado considerado e perda de 256 postos no segundo acumulado analisado.

Outra característica de grande relevo para apreensão dos grupos mais afetados pela crise pandêmica refere-se ao grupamento de atividade econômica a que pertencem os trabalhadores. A **Figura 5** evidencia as perdas (ou ganhos) de postos de trabalho por grande grupo de ocupação para o Brasil, Minas Gerais e Uberlândia, no acumulado de janeiro a junho de 2020.

No país, a maior destruição de vagas no acumulado do primeiro semestre de 2020 ocorreu entre os trabalhadores de serviços e vendedores do comércio, em seguida, nos serviços administrativos, na produção de bens e serviços industriais, membros superiores do poder público e dirigentes, serviços de reparo e manutenção e técnicos de nível médio. No grande grupo de trabalhadores agropecuários e de profissionais das ciências e artes houve geração de vagas. O estado de Minas Gerais apresentou um panorama bastante semelhante ao do país nesse quesito.

O município de Uberlândia, por sua vez, concentrou as perdas de vagas nos seguintes grupamentos, em ordem decrescente: trabalhadores de serviços, produção de bens e serviços industriais, membros superiores do poder público e dirigentes, trabalhadores agropecuários, técnicos de nível médio e serviços de reparo e manutenção. Portanto, diferentemente do estado e do país, Uberlândia teve saldo negativo de vagas no caso dos trabalhadores agropecuários. Do mesmo modo, os resultados do município se diferenciaram em relação aos trabalhadores dos serviços administrativos, já que, em Uberlândia, houve geração de vagas no acumulado de janeiro a junho para este grupo.

Quando se analisa apenas os dados que compreendem o período pandêmico, março a junho, verifica-se que os profissionais das ciências e artes também passam a exibir saldo negativo de vagas, tanto no país, como no estado e no município. Neste caso, apenas os trabalhadores agropecuários evidenciam geração de vagas no

acumulado desse período, no Brasil e em Minas Gerais. Em Uberlândia, apenas os trabalhadores dos serviços administrativos (**Figura 6**).

Figura 5 - Saldo das movimentações de vagas no mercado formal*, por grande grupo de ocupação, no acumulado de janeiro a junho

Não identificado	
•Brasil	-65
•Minas Gerais	22
•Uberlândia	2
Membros do poder público e dirigentes	
•Brasil	-62.687
•Minas Gerais	-5.762
•Uberlândia	-305
Profissionais das ciências e artes	
•Brasil	34.045
•Minas Gerais	3.493
•Uberlândia	152
Técnicos nível médio	
•Brasil	-31.674
•Minas Gerais	-3.156
•Uberlândia	-210
Serviços Administrativos	
•Brasil	-274.894
•Minas Gerais	-23.523
•Uberlândia	548
Trab. Serviços e vendedores comércio	
•Brasil	-614.538
•Minas Gerais	-62.507
•Uberlândia	-3.369
Trab. Agropecuários	
•Brasil	30.858
•Minas Gerais	8.367
•Uberlândia	-271
Produção de bens e serv. industriais	
•Brasil	-233.304
•Minas Gerais	-24.916
•Uberlândia	-712
Serviços de reparo e manutenção	
•Brasil	-46.104
•Minas Gerais	-6.423
•Uberlândia	-198

*Considerando as declarações recebidas até 28 de julho
 Fonte: Novo Caged/SEPT. Elaboração: CEPES/IERI.

Figura 6 - Saldo das movimentações de vagas no mercado formal*, por grande grupo de ocupação, no acumulado de março a junho

Não identificado		
•Brasil	-102	
•Minas Gerais	-1	
•Uberlândia	1	
Membros do poder público e dirigentes		
•Brasil	-54.679	
•Minas Gerais	-5.066	
•Uberlândia	-284	
Profissionais das ciências e artes		
•Brasil	-24.868	
•Minas Gerais	-2.648	
•Uberlândia	-206	
Técnicos nível médio		
•Brasil	-81.758	
•Minas Gerais	-8.158	
•Uberlândia	-510	
Serviços Administrativos		
•Brasil	-312.835	
•Minas Gerais	-26.769	
•Uberlândia	639	
Trab. Serviços e vendedores comércio		
•Brasil	-635.856	
•Minas Gerais	-61.392	
•Uberlândia	-3.462	
Trab. Agropecuários		
•Brasil	23.077	
•Minas Gerais	7.672	
•Uberlândia	-216	
Produção de bens e serv. industriais		
•Brasil	-386.457	
•Minas Gerais	-40.887	
•Uberlândia	-907	
Serviços de reparo e manutenção		
•Brasil	-66.012	
•Minas Gerais	-9.019	
•Uberlândia	-289	

*Considerando as declarações recebidas até 28 de julho

Fonte: Novo Caged/SEPT. Elaboração: CEPES/IERI.

À luz dos dados analisados nesta seção, é possível destacar as seguintes características dos trabalhadores formais mais afetados pela crise da Covid-19:

- i) Apesar do sexo masculino ter tido participação um pouco maior no saldo de vagas perdidas, quando levada em consideração a distribuição do estoque de emprego formal⁶⁶ entre os dois sexos, percebe-se que a perda acabou sendo um pouco mais elevada para as mulheres;
- ii) A faixa etária de 30 a 39 anos foi a que mais apresentou perdas de vagas, destacando-se que esta também é faixa que compreende o maior número de pessoas no estoque formal;
- iii) Em termos de grau de instrução, a maior eliminação de vagas ocorreu dentre os que possuíam ensino médio completo, lembrando que estes são a maioria na força de trabalho formal do país, mas, por outro lado, os detentores de superior completo (segunda faixa de escolaridade que mais concentra a mão de obra formalmente empregada) ou superior incompleto estiveram entre os que responderam pelas menores perdas de vagas;
- iv) Em relação aos grupos de ocupação, os trabalhadores de serviços e vendedores do comércio foram os que mais sofreram perdas de vagas, seguidos dos produtores de bens e serviços industriais, no período de pandemia (acumulado de março a junho).

A maior parte dos resultados mencionados acima aplicam-se a Minas Gerais também, ressaltando-se apenas que, no caso da participação sexista no saldo de vagas perdidas, o percentual que coube às mulheres foi maior que o que coube aos homens, o que, considerando a distribuição do estoque de emprego formal entre os dois sexos (com maior proporção de homens), denota uma retração significativa da participação feminina no mercado de trabalho formal.

Uberlândia também teve resultados parecidos quanto às maiores perdas na faixa etária de 30 a 39 anos, entre os detentores de ensino médio completo, entre os trabalhadores de serviços e vendedores do comércio e na produção bens e serviços industriais, no período de pandemia. Destaca-se, porém, que a participação do sexo feminino na perda de vagas do período analisado foi significativamente menor que a do

⁶⁶ Estoque de emprego é o número de vínculos empregatícios ativos ao final de cada ano, especificamente, em 31/12.

masculino (inclusive, menor mesmo que a proporção de mulheres no estoque de emprego formal do município).

5 - Considerações finais

A análise trazida ao longo deste texto denota a gravidade da crise da Covid-19 para o mercado de trabalho brasileiro, chamando atenção, primariamente, para as dificuldades e transformações que já caracterizavam esse mercado, antes mesmo da chegada do vírus ao país. À sombra de uma taxa de desemprego elevada, que teima em permanecer na casa dos dois dígitos, de uma reestruturação do mercado de trabalho marcada pela estratégia de flexibilização das leis trabalhistas, avanço da ocupação informal e do emprego precário, o Brasil passou, então, a lidar com os primeiros impactos da crise.

Estes deixaram de ser visualizados predominantemente pela taxa de desocupação (taxa de desemprego aberto) e passaram a se manifestar, de modo mais veemente, em outros indicadores do mercado de trabalho, denotando uma situação alarmante de retração da força de trabalho, jamais vista anteriormente na série da pesquisa que traz esses dados. À saída expressiva de indivíduos desse *lócus* seguiu-se, conseqüentemente, um aumento inédito na população fora da força de trabalho, e, especialmente, na força potencial. A subutilização da mão de obra no país atingiu nível recorde, e a informalidade caiu, não como consequência do aumento do grau de formalização, mas como resultado da maior retração na ocupação dos informais vis-à-vis formais.

Os trabalhadores sem carteira⁶⁷ e trabalhadores domésticos sem carteira foram os mais duramente afetados, seguidos dos conta-própria sem CNPJ estabelecido. Setorialmente falando, as maiores perdas, em termos percentuais, foram registradas em: alojamento e alimentação, construção civil e atividades de comércio. Há estudos que mostram também que as mulheres e os jovens tiveram as maiores perdas em suas categorias de análise, sobretudo por constituírem maioria na informalidade, setor mais afetado.

⁶⁷ Trabalhadores do setor privado *exclusive* trabalhadores domésticos.

Enfocando apenas o setor formal, a fim de se levar a análise para o município de Uberlândia, o mapeamento das principais características do trabalhador afetado pela crise da Covid-19 evidencia o seguinte perfil: trabalhadores do sexo masculino (no caso do município, e feminino no estado e país), na faixa etária de 30 a 39 anos, com ensino médio completo e com ocupações centradas em serviços (exceto administrativos) e vendas do comércio (atacado e varejista).

Apesar do setor formal ter experimentado menores perdas relativamente ao informal (de acordo com os dados da PNAD-C), é importante destacar que as retrações sofridas no marco da formalidade são especialmente preocupantes em um cenário de maior dificuldade de criação de postos regidos pelo marco legal, sobretudo em um país que já demonstrou, em sua última crise, elevada potencialidade de recuperação de vagas por meio da informalidade, fazendo desta, uma estratégia central de retomada do emprego. Em uma era crescentemente dominada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e, conseqüentemente, pela ocupação por meio de aplicativos, e também globalmente marcada pela flexibilização das leis trabalhistas, é possível inferir que, sem uma estratégia definida pelo Estado, o Brasil poderá sofrer uma retração sem precedentes do seu mercado formal com consequências significativas para indicadores de distribuição de renda e pobreza no país.

Referências

ANTUNES, R. O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

CARVALHO, L. Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

CESIT. Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida. CESIT/IE/UNICAMP, Abril de 2020. Disponível em: <<http://www.ie.unicamp.br/index.php/covid19/2261-emprego-trabalho-e-renda-para-garantir-o-direito-a-vida>>. Acesso em: 07 de julho de 2020.

GIMENEZ, D. M.; BALTAR, P. E.; MANZANO, M. Os efeitos iniciais da pandemia sobre o emprego no Brasil. CESIT/UNICAMP, Abril de 2020. Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/06/CESIT-Covid-19-e-o-mercado-de-trabalho-no-Brasil-vf.pdf>>. Acesso em: 13 de julho de 2020.

Novo Caged (Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) – SEPT (Secretaria Especial de Previdência e Trabalho) - ME (Ministério da Economia). Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged?view=default>> Acesso em: 28 de julho de 2020.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). “Monitor da OIT: o COVID-19 e o mundo do trabalho”. Abril de 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-dgreports/-dcomm/documents/briefingnote/wcms_740877.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2020.

PNAD-C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 28 de julho de 2020.

TEIXEIRA, M.; BORSARI, P. Mercado de trabalho no contexto da pandemia: a situação do Brasil até abril de 2020. CESIT/UNICAMP, Maio de 2020. Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/mercado-de-trabalho-no-contexto-da-pandemia-a-situacao-do-brasil-ate-abril-de-2020/>>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

IV - Dinâmica do Crédito Bancário em Tempos de Instabilidade: perspectivas sobre o município de Uberlândia frente à Coronacrise

Henrique Ferreira de Souza⁶⁸

1 – Introdução

O crédito bancário tem papel central nas modernas economias de mercado, principalmente por adiantar capital, via instituições financeiras, e propiciar que investidores realizem seus empreendimentos, dinamizando as economias (CUNHA *et al.*, 2019).

As instituições financeiras, por sua vez, comportam-se como agentes capitalistas tradicionais na busca por lucro, atuando ativamente nos mercados para conseguir seus objetivos (CUNHA *et al.*, 2019)⁶⁹. De tal modo, nos momentos de expectativas favoráveis ao sistema econômico, essas instituições têm mais estímulos para liberar empréstimos, que são ativos mais arriscados e, normalmente, mais rentáveis, vis-à-vis outras aplicações. De outro modo, em tempos de maior instabilidade e incerteza, os bancos tenderão a preferir ativos mais líquidos, ou seja, que têm maior facilidade de serem aceitos nas trocas a qualquer tempo (sem perdas significativas de valor), em detrimento de ativos mais ilíquidos/arriscados.

Assim, como o crédito bancário afeta o nível de atividade econômica, e a economia afeta a oferta/demanda por crédito – de forma diretamente relacionada –, aquele tem a característica de ser pró-cíclico, ou seja, tem o atributo e a capacidade de reafirmar as tendências e fases do ciclo econômico.

No momento atual, em que enfrentamos uma crise sanitária em função da pandemia da COVID-19, os impactos econômicos também têm sido brutais, já demonstrando seus resultados no curto-prazo, contaminando as expectativas e

⁶⁸ Doutorando em Economia pelo PPGE/UFU e Economista / Pesquisador do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

⁶⁹ Ou seja, os bancos não se limitam à “simples atividade” de transferir recursos dos agentes superavitários para os deficitários, mas atuam de forma ativa na alocação de recursos em ativos que possibilitem maior rentabilidade, em contrapartida ao leque de liquidez que os diversos ativos possuem.

elevando a incerteza quanto ao futuro próximo, implicando numa crise econômica que alguns autores denominaram de Coronacrise.

A redução abrupta do fluxo de renda das famílias e das empresas, principalmente daquelas em que houve forte redução da demanda e desemprego, torna o acesso ao crédito algo primordial, sobretudo para aqueles que não possuem estoque de riqueza para se salvaguardarem nesse momento.

Todavia, ainda que um cenário pessimista possa prejudicar a oferta de crédito, principalmente quando as famílias e as empresas mais precisam, vários estudos⁷⁰ têm enfatizado a capacidade dos bancos públicos contraporem essa lógica, expandindo a oferta de crédito, que, no caso atual, poderia minimizar o fechamento de empresas, o desemprego etc.⁷¹.

Destarte, o intuito do presente trabalho é analisar a estrutura e dinâmica do crédito bancário no município de Uberlândia, principalmente em relação ao comportamento do crédito nas duas últimas crises econômicas que o Brasil enfrentou, sejam elas, a crise financeira de 2008 e a recessão nos anos de 2015 e 2016, para, então, observar o comportamento do crédito no município na presente crise e realizar algumas reflexões.

A escolha desses períodos para comparação se deve ao fato de haver nesses momentos, em comum, maior grau de incerteza quanto ao futuro, bem como, expectativas de piora da economia, fatores que afetam, como já explicado, a oferta de crédito. Dessa forma, entende-se que a crise de 2008 e a recessão de 2015/2016 aproximam-se, em parte, do período atual de crise, não desconsiderando suas especificidades, como, por exemplo, seus elementos deflagradores⁷².

⁷⁰ Paula e Oreiro (2013) e Cunha *et al* (2019), e os trabalhos por eles citados: Micco e Panizza (2006); Bertay, Demirgüç-Kunt e Huizinga (2012); Thibaut (2012); Cull e Martínez Pería (2012); World Bank (2012); Oliveira (2009); Correa et al. (2010); Costa (2015); Rezende (2015).

⁷¹ Destaca-se, ainda, que a não atuação do Governo, e dos bancos públicos, para estimular a oferta de crédito, com receio de ampliar seus gastos, pode, contraditoriamente, propiciar, piores déficits no médio prazo do que aqueles resultantes da ampliação dos gastos para combater essa crise. Sem falar que se está lidando com as condições de sobrevivência de muitas famílias e, no limite, com o risco de caos social.

⁷² Enquanto as crises de 1929 e 2008 foram fruto do contágio da economia real por uma crise originada no setor financeiro, e a crise de 2015/2016 por uma série de fatores econômicos e políticos, a crise atual adveio da contaminação da economia real por uma crise de saúde pública, em função da pandemia da Covid-19 (CARVALHO, 2020a).

Após esta introdução, será apresentado o panorama do crédito no Brasil nos períodos de crise especificados (partes 2 e 4), e, também, as medidas adotadas pelo Governo na atual pandemia para estimular a liquidez (parte 3). Posteriormente, foca-se nos dados de Uberlândia (partes 5, 6 e 7), também nesses mesmos períodos, e, por fim, apresenta-se algumas considerações.

2 – Dinâmica do crédito bancário no Brasil nos anos 2000

Ao observar a dinâmica do crédito bancário no Brasil nos anos 2000, é visto que o movimento é de forte expansão nos anos de 2003 a 2009, com o crescimento mais representativo das instituições privadas estrangeiras e nacionais de 2003 até setembro de 2008, e das instituições públicas a partir de então, após o acirramento da crise financeira internacional (**Figuras 1 e 2**) (PAULA e OREIRO, 2013). Cabe ressaltar o maior dinamismo do crédito livre, em relação ao crédito direcionado⁷³, até esse momento.

A partir da crise de 2008 e até final de 2014, aproximadamente, a dinâmica é outra, com forte elevação do crédito público, em detrimento de uma menor expansão do crédito privado nacional e estrangeiro. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), é visto que o movimento é de redução dos saldos de crédito das instituições privadas nacionais e de relativa estabilização para as privadas estrangeiras. Nesse período, a expansão ocorre tanto através de crédito direcionado para pessoa física (PF) quanto para pessoa jurídica (PJ) – em relação ao PIB –, mas, ainda, com a manutenção dos maiores saldos do crédito livre para PF e PJ em relação àqueles. Ressalta-se, também, o maior direcionamento para empresas de grande porte e para o setor Agropecuário, ainda que tenha havido expansão para os setores de Serviços e Indústria, e esses representem valores expressivamente maiores do que aquele setor.

A expansão do crédito, dentre outras medidas anticíclicas, imediatamente após a crise financeira internacional de 2008, é decorrente de uma decisão política de estimular o crédito via grandes bancos públicos federais (principalmente, BNDES⁷⁴, Banco do Brasil e CEF), o que provavelmente não ocorreria via incentivos de mercado.

⁷³ Os créditos direcionados são aqueles fornecidos para finalidades específicas, normalmente com taxas de juros subsidiadas e ofertados por bancos públicos.

⁷⁴ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

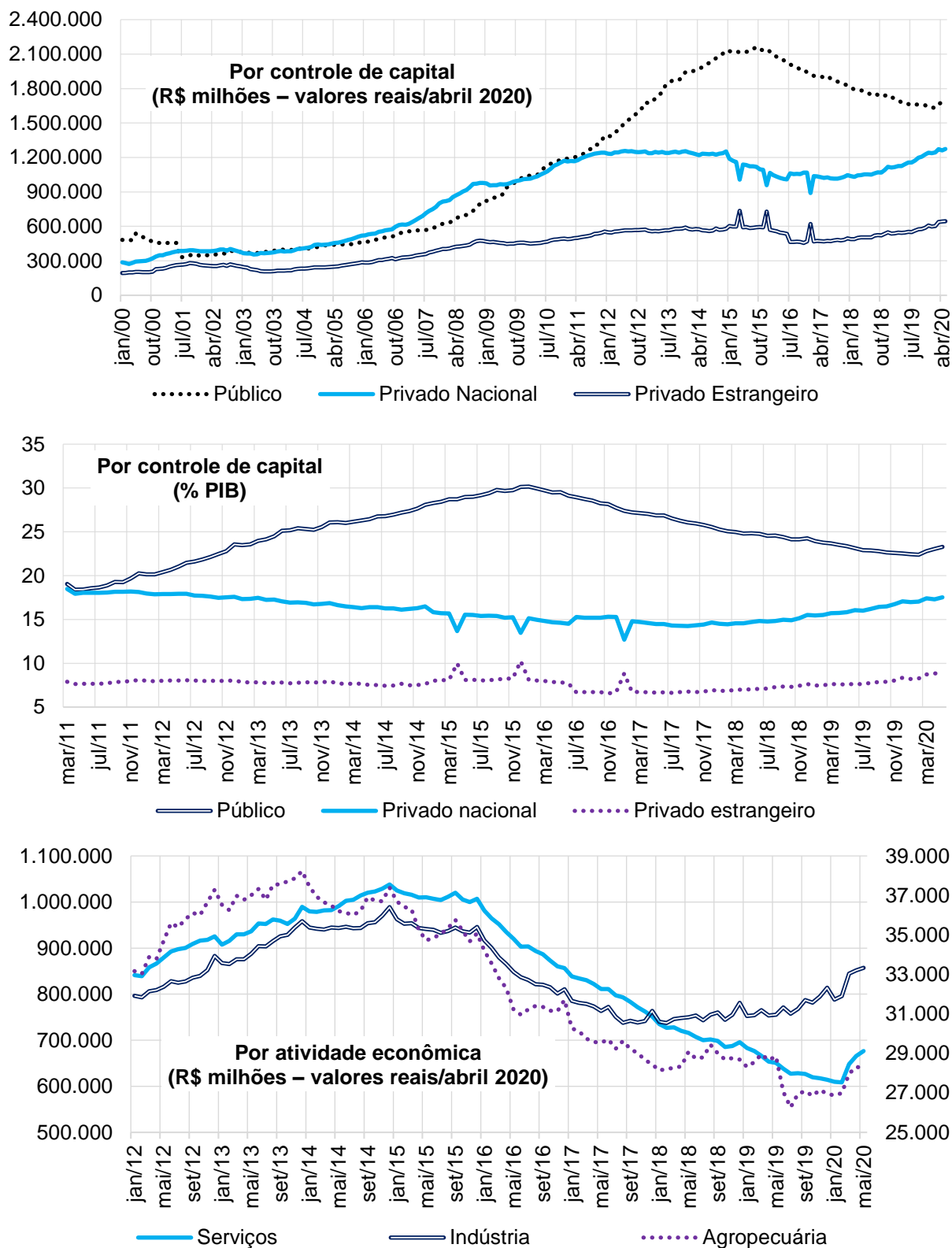
Assim, além de estimular o crédito de forma direta, a possível ampliação do *market share* desses bancos impacta na rentabilidade futura dos demais – em virtude, principalmente, das economias de escala do setor –, forçando os bancos privados a também ampliarem a oferta de crédito (PAULA e OREIRO, 2013).

A partir da metade de 2014, juntamente com a recessão que assolou o Brasil em 2015 e 2016, os saldos das operações de crédito caem vertiginosamente até meados de 2018, quando há uma reversão, em parte, das operações de crédito e uma mudança na estrutura desse sistema.

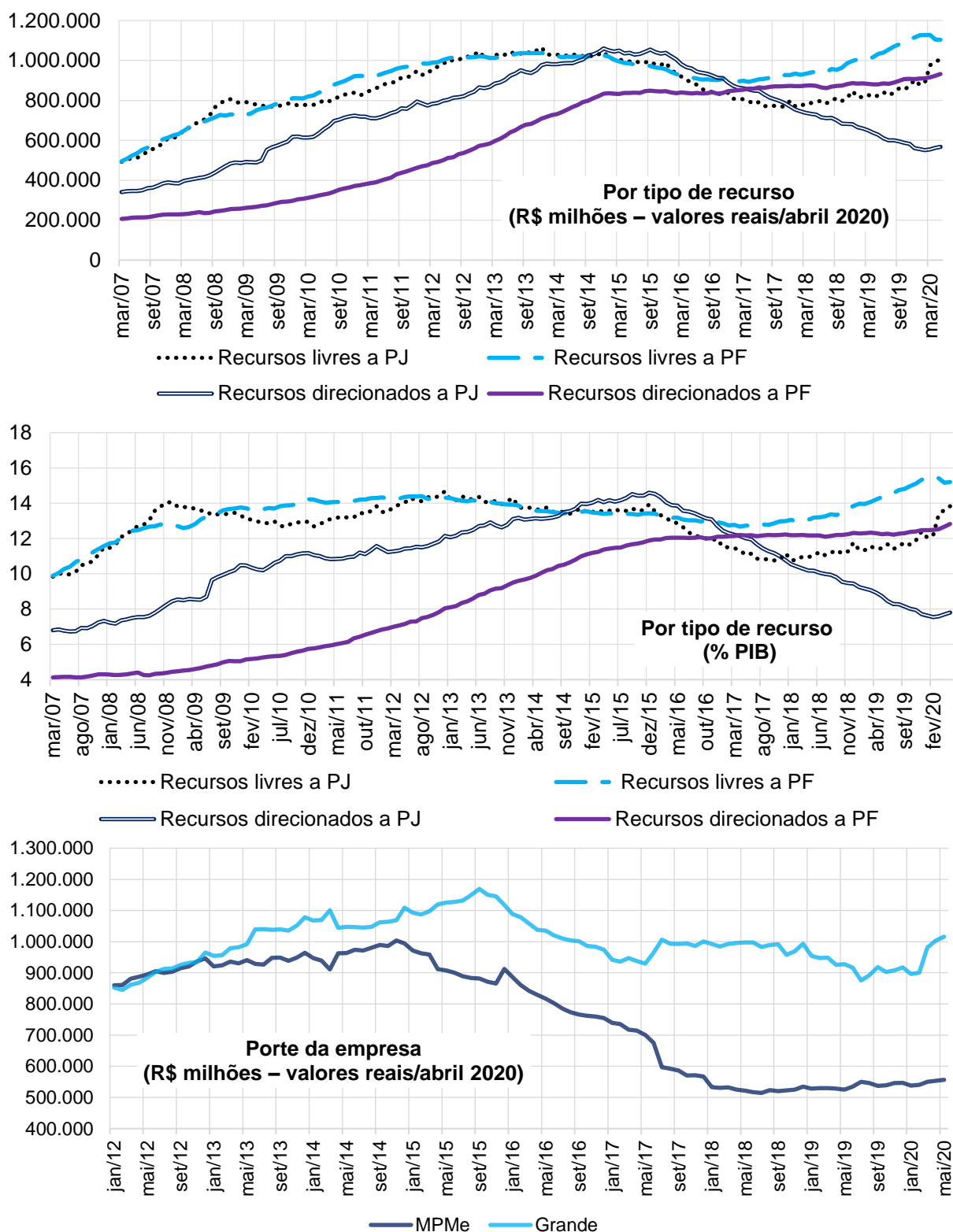
Destaca-se a contínua redução dos saldos de crédito dos bancos públicos, dos recursos direcionados à pessoa jurídica, ao setor Agropecuário e ao de Serviços. Por outro lado, há uma retomada do crescimento das operações de crédito das instituições privadas estrangeiras e nacionais, dos recursos livres para PJ e PF, e setor industrial.

Observa-se que, nessa crise, não há uma política deliberada de atuação contracíclica dos bancos públicos (DIEESE, 2018). Ao contrário, a partir da mesma, há um movimento da substituição do crédito ofertado por instituições públicas para a oferta das instituições privadas. Todavia, até o presente momento, o saldo de crédito das instituições públicas permanecia maior do que o das privadas.

Esse movimento ocorre até início do ano de 2020, quando há uma reversão das curvas dos saldos de crédito das instituições públicas, do crédito direcionado a PJ, setores Agropecuário, Industrial e de Serviços, e para grandes empresas, principalmente, e continuação da subida dos saldos de crédito que já apresentavam essa dinâmica. Todavia, cabe ressaltar a queda dos saldos de crédito livres para pessoa física e o menor acesso ao crédito das micro, pequenas e médias empresas (MPMe) em relação às grandes. Para se ter uma noção, enquanto o saldo das operações de crédito para as grandes empresas aumentou 14,02%, o das MPMe elevou-se em 4,59%, de janeiro a junho de 2020.

Figura 1 – Brasil: Saldos das operações de crédito das instituições financeiras (1)

Fonte: BCB. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Figura 2 – Brasil: Saldos das operações de crédito das instituições financeiras (2)

Fonte: BCB. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

3 – Medidas adotadas pelo Governo na atual pandemia para estimular a liquidez da economia

Apesar das crises econômicas terem características semelhantes – como a redução da renda e o aumento do desemprego, por exemplo –, elas têm especificidades e diferentes graus de afetação. Nesse sentido, como afirma Carvalho (2020a, p.17 e 18), “[...] a crise causada pela Covid-19 tem proporções e características inéditas”, (também) pelo seu elevado impacto sobre as economias, e “[...] é diferente das outras tanto por suas origens quanto pelo tipo de resposta do Estado”.

Também por isso, a presente crise trouxe consigo um raro momento de consenso entre os economistas no mundo⁷⁵: de que os governos/Estados deveriam aumentar seus gastos e intervir mais na economia, para evitar um colapso econômico e social. Até mesmo entre os liberais (na economia) – perfil no qual se enquadra o ministro da economia do Brasil –, a avaliação é de que o setor público deve ser mais atuante para não chegarmos ao caos social (OLIVEIRA, 2020).

Dessa forma, uma das respostas do Governo para amenizar a presente crise tem sido a tentativa de estimular a oferta de crédito. Nesta direção, destacam-se, primeiramente, os programas:

- i) Pese (Programa Emergencial de Suporte a Empregos)
- ii) Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)
- iii) Peac (Programa Emergencial de Acesso ao Crédito)

O Pese, criado pela Medida Provisória 944, de 3 de abril de 2020, tem como foco garantir o emprego nas empresas (com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 10 bilhões), fornecendo crédito mais barato do que o ofertado pelo mercado, para o pagamento dos salários. Foram destinados, no início, R\$ 40 bilhões, com o Estado entrando com 85% e os bancos com 15%, em que o risco de inadimplência é dividido nessa proporção. Os empréstimos são de até três anos, a taxa de juros é de 3,75% ao ano, e o pagamento dos salários é feito diretamente na conta dos trabalhadores, no valor de até 2 salários-mínimos. Em contrapartida, as empresas não podem demitir

⁷⁵ Esse relativo consenso sobre a ampliação dos gastos sociais do Estado para combater a crise advinda da pandemia começa e já termina nesse ponto, uma vez que a continuidade desses dispêndios no médio prazo, e suas fontes de financiamento, permanecem em debate e divergência entre os economistas (OLIVEIRA, MELLO, *et al.*, 2020).

sem justa causa por até dois meses após a última parcela recebida (ROSAS, 2020; CARVALHO, 2020b).

O Pronampe, aprovado em lei a partir de 19 de maio de 2020, destina R\$ 15,90 bilhões do governo federal para os bancos e outras instituições financeiras reconhecidas pelo Banco Central. Neste programa, o Estado cobre até 85% de eventuais inadimplências para esses agentes bancários emprestarem às micro e pequenas empresas (com faturamento de até R\$ 4,8 milhões anuais). O prazo dos empréstimos são de até três anos, à taxa Selic mais (+) 1,25% ao ano, e o recurso deve ser direcionado para capital de giro das empresas. Como contrapartida, as empresas também têm que manter o número de funcionários, entre a contratação do programa e 60 dias após o pagamento da última parcela (ROUBICEK, 2020b).

O Peac, constituído pela Medida Provisória nº 975, de 01.06.2020, com o objetivo de apoiar as pequenas e médias empresas (PMEs) na obtenção de crédito (BNDES, 2020b), “destina R\$ 20 bilhões para cobrir até 80% do risco no financiamento do capital de giro de empresas com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 300 milhões” (CARVALHO, 2020b). A taxa de juros desse programa é negociada diretamente pelas instituições, mas não podem exceder 1,2% ao mês, e o máximo requerido é de R\$ 10 milhões por empresa (BNDES, 2020a).

No final do mês de março de 2020, o presidente do Banco Central do Brasil também anunciou algumas medidas para elevar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e liberar capital dos bancos, com vista a estimular a oferta de crédito. A estimativa é de liberar R\$ 1,2 trilhões de liquidez, com a intenção de aumentar os recursos disponíveis nos bancos, para que estes possam emprestar ao público. Dentre as medidas, destacam-se (GOVERNO DO BRASIL, 2020; GARCIA e CUCOLO, 2020):

- i) Redução dos compulsórios sobre os depósitos a prazo;
- ii) nova forma de captação de recursos com o Novo depósito a prazo com garantias especiais (NDPGE);
- iii) flexibilização da aplicação dos recursos captados pelas Letras de Crédito do Agronegócio (LCA);
- iv) possibilidade de os bancos pegarem empréstimos com o BC e usar debêntures (títulos privados) como garantia;
- v) maior possibilidade de os bancos recomprarem suas próprias letras financeiras;
- vi) desobrigação dos bancos de deduzirem do seu capital os efeitos tributários das operações de *overhedge*;

- vii) possibilidade de compra, por parte do BC, de títulos soberanos denominados em dólar na carteira dos bancos.

O Banco Central também anunciou, em 23 de junho, outras cinco ações para estimular a oferta de crédito (MÁXIMO, 2020; ROUBICEK, 2020a; OLIVEIRA, 2020):

- i) Redução do percentual de depósitos compulsórios e da remuneração de parte destes no Banco Central – potencial de liberar R\$ 55,80 bilhões;
- ii) Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE)⁷⁶ – Liberação de parte dos recursos de provisão contingenciados nos próprios bancos – potencial de R\$ 127 bilhões e foco nas microempresas e empresas de pequeno e médio porte;
- iii) redução temporária de requerimentos de capital – potencial de R\$ 16,5 bilhões;
- iv) possibilidade de utilizar um imóvel financiado como garantia em mais de um empréstimo (aprovado em 21 de julho) – potencial de R\$ 60 bilhões;
- v) definição das condições para a aquisição de ativos privados em mercado secundário (possibilidade prevista na Emenda Constitucional (EC) nº 106, de 7 de maio de 2020, chamada emenda constitucional do orçamento de guerra).

Em seu conjunto, essas medidas do BC têm como proposição elevar a liquidez e liberar capital no SFN e, assim, estimular a oferta de crédito. Todavia, não há garantias de que os recursos cheguem às empresas e famílias que estão precisando deles, uma vez que, no processo, ainda se tem os bancos como intermediários, com os quais permanece a decisão de conceder ou não os empréstimos.

O economista-chefe da *Infinity Asset Management*, Jason Vieira, ressalta:

“As medidas que estão sendo tomadas têm uma importância considerável, dada uma situação praticamente de guerra, mas já está tendo algum atrito entre os bancos e as pessoas tentando tomar crédito. Muita gente não está conseguindo crédito, e, quando consegue um adiantamento, tem juros maiores em cima. Em certo momento, talvez haja necessidade de uma intervenção mais direta da própria autoridade”, afirma. “Você mantém os bancos líquidos, mas eles empoçam liquidez, como aconteceu em 2008” (GARCIA e CUCOLO, 2020).

Assim, mesmo com essas medidas, pesquisas, representantes de instituições de pesquisas e empresários continuaram apontando dificuldades e insuficiências dessas para parte dos demandantes de crédito. E um dos fatos mais preocupantes está sendo a dificuldade de acesso ao crédito por parte das micro, pequenas e médias empresas, uma vez que essas possuem pouco capital para manterem suas atividades mesmo sem faturamento ou operando abaixo da normalidade. E é justamente isso que

⁷⁶ Programa criado pela Medida Provisória nº 992, de 16 de julho de 2020.

constata a pesquisa Sebrae/FGV: grande parte das MPEs (micro e pequenas empresas) e MEI (microempreendedor individual) ficarão insolventes no curto ou médio prazo (SEBRAE e FGV, 2020).

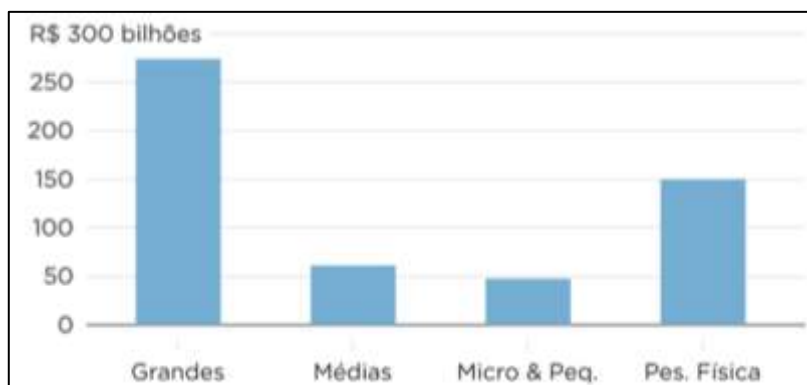
Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2020), o governo federal tem lançado medidas importantes de liquidez, mas estas ainda não se mostraram suficientes para satisfazer a discrepância de caixa dos agentes, e têm demonstrando resultados divergentes entre as previsões e o efetivado. Por exemplo, até 14 de maio, apenas R\$ 1,6 bilhões do Pese tinha sido contratado (ROUBICEK, 2020b), valor que, até 08/06/20, se expandiu para apenas R\$ 3,8 bilhões, ante uma previsão inicial de liberação de R\$ 40 bilhões” (IEDI, 2020, p.02).

Em pesquisa realizada pela parceria Sebrae/FGV, entre 30 de abril e 5 de maio de 2020, demonstrou que 48,5% das MPEs e 29,3% dos MEI tentaram buscar crédito desde o início da crise. De, 93,5% das MPEs que buscaram crédito em bancos, apenas 15,9% conseguiram o empréstimo requerido. Para os MEI a situação foi pior – dos 81,7% que buscaram crédito em bancos, somente 10,8% conseguiram acessar o recurso (SEBRAE e FGV, 2020a).

Em nova pesquisa do Sebrae, realizada entre os dias 27 a 30 de julho de 2020, foi constatado um aumento das MPEs que buscaram crédito, subindo para 54% dessas, e, também, das empresas que tiveram acesso aos recursos. Todavia, essa porcentagem foi para apenas 21% (do total das empresas que tentaram contratar o serviço) (SEBRAE e FGV, 2020b).

Outra matéria do Jornal Nexô, de 24 de junho, reafirma a dificuldade de os pequenos negócios acessarem o crédito, em relação às grandes empresas (**Figura 3**), e que as medidas adotadas pelo Governo, até então, tinham sido insuficientes, fato admitido pelo Banco Central (ROUBICEK, 2020b).

Figura 3 – Novas contratações de empréstimo por porte da empresa, de 16/03 a 12/06 de 2020



Fonte: BCB. Elaboração: Roubicek (2020b).

Em nova pesquisa, realizada pelo IBGE, e divulgada em 16 de junho, reafirma-se a dificuldade das empresas de pequeno porte na obtenção de crédito (CARVALHO, 2020b). Como destacado nessa matéria, no estudo realizado por Manuel Pires (Observatório de Política Fiscal do IBRE/FGV), dos 3,2% do PIB destinado pelo governo federal para combater a Coronacrise, apenas 1,9% foi para linhas de financiamento às empresas (o restante foi concedido para estados e municípios), valor ínfimo quando comparado a outros países.

[...] o apoio governamental ao crédito já soma 29,7% do PIB na Alemanha, 15,1% no Reino Unido, 13,1% na França, 10,2% no Japão, 10,1% na Espanha, 9% no Canadá e 6,1% nos EUA. O Brasil também perde nesse quesito para a Índia, Coreia do Sul e Singapura (CARVALHO, 2020b).

Outra crítica tem sido o desenho dessas políticas, que não tem facilitado a chegada do crédito na ponta/demandantes. Ou seja, a simples destinação de recursos por parte do Estado e as medidas de liquidez do BC não estão sendo suficientes para que os bancos liberem o crédito aos agentes.

Uma citação da nota do BCB é feita em publicação da Agência Brasil, em 23/06/2020, reafirmando essa dificuldade:

[...] as empresas de menor porte continuam encontrando dificuldades no acesso a linhas de crédito que as possibilitem atravessar esse momento de incertezas (MÁXIMO, 2020).

O Pronampe, posteriormente, apresentou maior sucesso. Primeiramente, com o esgotamento dos recursos emprestados pelo Banco do Brasil (R\$ 3,7 bilhões) e pela Caixa (R\$ 3,2 bilhões), em 09 de julho – após esse evento, esses bancos foram autorizados a emprestarem mais R\$ 1 bilhão, cada um. Até então, apenas os bancos

públicos tinham ofertado recursos pelo programa (TEMÓTEO, 2020b). Já em 28/07/2020 o programa apresentara seu quase esgotamento total (R\$ 18,63 bilhões liberados), com 216.616 contratos firmados. Entretanto, o gerente do Sebrae Minas destacou o fato de que muitos empresários ainda precisavam do crédito e não tiveram acesso, mesmo tendo condição de tomar empréstimos e capacidade de pagamento (MANSUR, 2020).

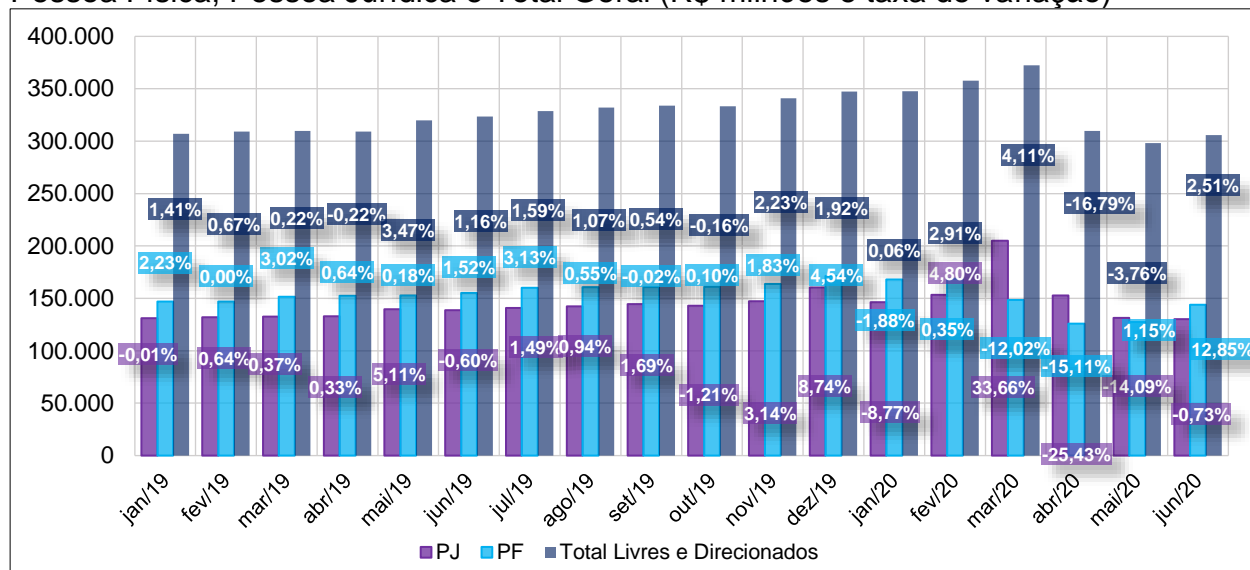
A proposta de ampliação desse programa foi aprovada pelo Senado em 28/07/2020 e segue para sanção do presidente, para acréscimo de R\$ 12 bilhões ao Pronampe, a partir de realocação dos recursos do Pese. Algumas mudanças também devem ocorrer, como a possibilidade de empresas com faturamento até 50 milhões anual e organizações religiosas tomarem crédito por esse programa (TEMÓTEO, 2020c).

Assim, destaca-se que a oferta de crédito não tem sido suficiente para atender a demanda dos agentes econômicos, sobretudo das micro, pequenas e médias empresas, como demonstrando pelas pesquisas e entrevistas.

4 – Brasil: Crédito bancário na Pandemia

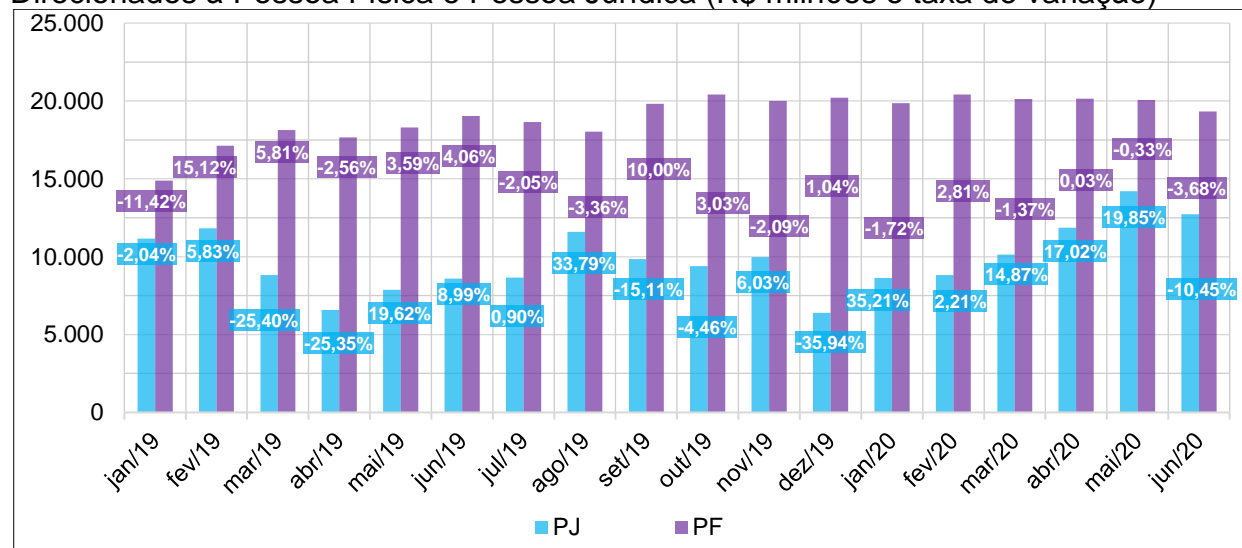
A partir dos gráficos abaixo (**Gráficos 1 e 2**) e da **Figura 4**, que evidenciam a dinâmica do saldo de crédito nos últimos dezessete meses (janeiro de 2019 a maio de 2020), algumas outras constatações podem ser feitas sobre o crédito bancário desde a eclosão da crise do novo Coronavírus em março de 2020:

Gráfico 1 – Brasil: Concessões de crédito sazonalmente ajustadas – Recursos Livres à Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Total Geral (R\$ milhões e taxa de variação)



Fonte: BCB. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Gráfico 2 – Brasil: Concessões de crédito sazonalmente ajustadas – Recursos Direcionados à Pessoa Física e Pessoa Jurídica (R\$ milhões e taxa de variação)



Fonte: BCB. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

a) houve redução das concessões⁷⁷ de crédito e dos saldos de crédito dos recursos livres à PF (R.L. à PF) em março (-12,02%) e abril (-15,11%), e elevação em maio (1,15%) e junho (12,85%), mas apresentando valores absolutos menores do que os demais meses (**Gráfico 1**);

⁷⁷ As concessões indicam o valor liberado de crédito (o fluxo), enquanto os saldos indicam o ativo dos bancos em créditos liberados, ou seja, um estoque.

b) no mês de março há uma forte expansão do saldo de crédito (superior a todos os meses analisados), principalmente via instituições estrangeiras, recursos livres à pessoa jurídica (aumento de 33,66% das concessões nesse mês, em relação ao mês anterior), para grandes empresas e para os setores de serviço, industrial e, em menor proporção, agropecuário;

c) observou-se elevação mais expressiva do saldo e das concessões de recursos livre à PJ apenas no mês março, com redução das concessões em abril (-25,43%), maio (-14,09%) e junho (-0,73%);

d) para os saldos de crédito das instituições públicas e dos recursos direcionados à PJ, que vinham apresentando taxas de variação negativas consecutivas desde janeiro de 2016 (para o saldo médio em doze meses), há uma reversão a partir de março de 2020, principalmente para os saldos das instituições públicas, que passam a apresentar taxas de variação positivas consecutivas, e, em menor proporção, para os recursos direcionados;

e) as concessões de recursos direcionados à PJ apresentaram aumento em março (+ 14,87%), abril (17,02%) e, principalmente, em maio (19,85%), mas redução em junho (-10,45%);

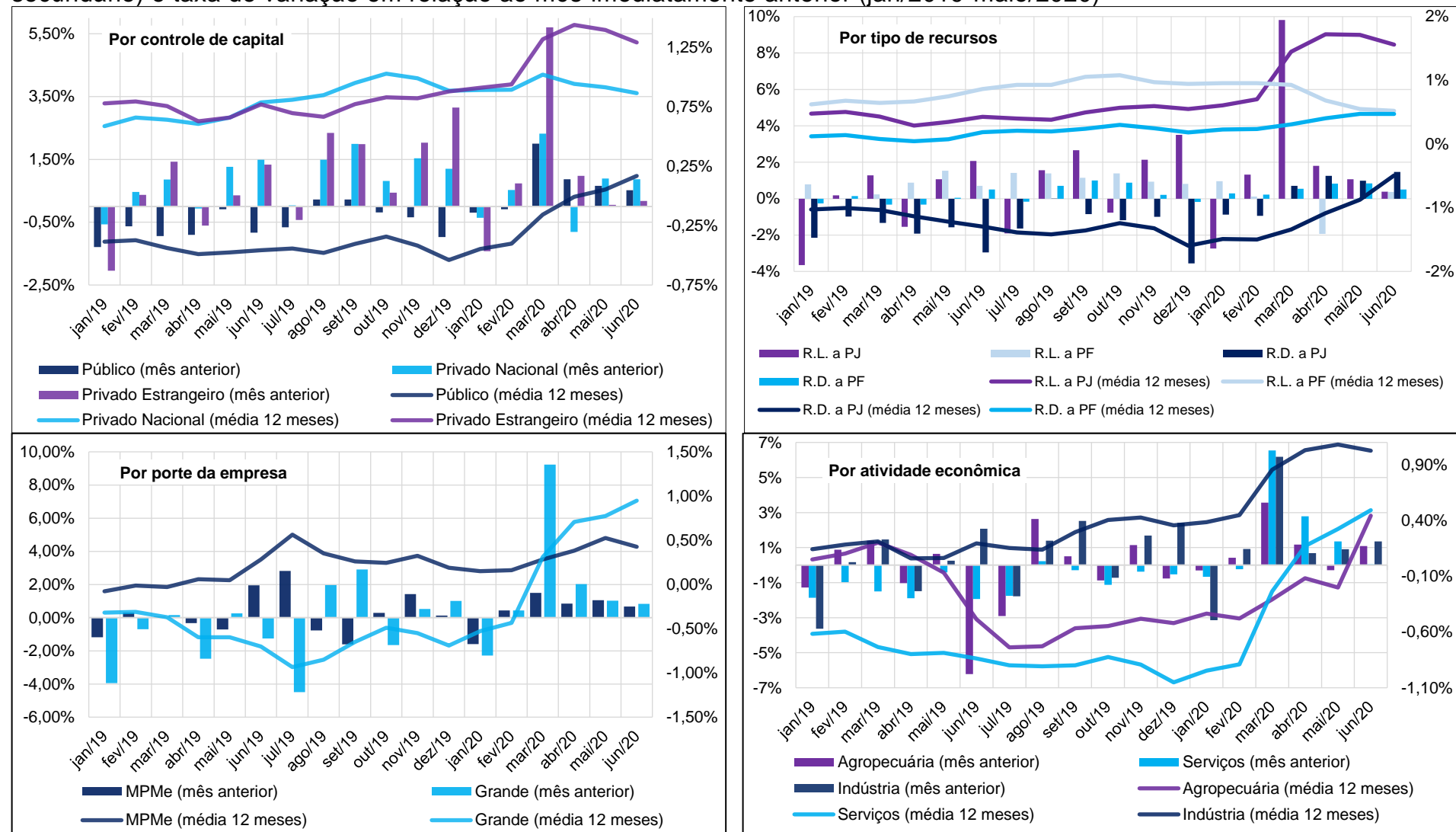
f) apenas as concessões de recursos Livres à PF demonstraram taxa de variação positiva em junho (+12,85%);

g) as concessões de créditos direcionados apresentam valores ínfimos em relação aos livres, em que foram 11,96% desses últimos em junho de 2020;

Dessa forma, as concessões totais de crédito ao mês, que apresentaram variação positiva de 4,11% em março, no início da pandemia, e concessão total de R\$ 372 bilhões, demonstraram taxas de variação negativas em abril e maio de 2020, em -16,79% e -3,76%, respectivamente, e pequeno aumento em junho (+2,51%), mas evidenciaram valores absolutos em maio e junho inferiores a todos os meses de 2020 e 2019.

Cabe ressaltar que, de forma distinta das ações adotadas na crise de 2008, e também do que vêm fazendo a Alemanha e a China, os bancos públicos não estão no centro de ação das medidas adotadas pelo Governo Federal na crise atual, em que as regras de mercado permanecem como principal meio de alocação desses recursos (IEDI, 2020).

Figura 4 – Brasil: Saldos das operações de crédito das instituições financeiras – taxa de variação da média em 12 meses (eixo secundário) e taxa de variação em relação ao mês imediatamente anterior (jan/2019-maio/2020)



Fonte: BCB. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

5 – Estrutura do setor bancário no município de Uberlândia

Antes de analisar a dinâmica do crédito em Uberlândia é preciso entender a estrutura do setor bancário neste município. Assim, a partir do **Quadro 1**, é visto que havia, em março de 2020, dez (10) bancos do tipo “Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica” em Uberlândia. Em que desses, dois são de controle público; seis, de controle privado nacional; e dois, privado com controle estrangeiro. Um Banco do Brasil; uma Caixa Econômica Federal e oito Bancos Múltiplos.

Quadro 1 – Informações das instituições financeiras que possuíam agências em Uberlândia em março de 2020

Instituição financeira	TCB	TC	TI	Cidade	UF	Ativo Total (R\$ milhões)	Número de Agências	Número de Agências em Uberlândia
Banco do Brasil S.A.	b1	1	1	Brasília	DF	1.526.576	4.369	14
Caixa Econômica Federal	b1	1	6	Brasília	DF	1.314.429	3.373	11
Banco Bradesco S.A.	b1	2	8	Osasco	SP	1.273.077	4.475	15
Itaú Unibanco S.A.	b1	2	8	São Paulo	SP	1.272.364	2.970	12
Banco Santander (Brasil) S.A.	b1	3	8	São Paulo	SP	994.363	2.746	12
Banco Safra S.A.	b1	2	8	São Paulo	SP	161.290	114	1
Banco Rabobank Internacional Brasil S.A.	b1	3	8	São Paulo	SP	49.852	19	1
Banco Daycoval S.A.	b1	2	8	São Paulo	SP	37.711	47	1
Banco Mercantil do Brasil S.A.	b1	2	8	Belo Horizonte	MG	10.003	114	1
Banco Triangulo S.A.	b1	2	8	Uberlândia	MG	3.166	2	1

Fonte: BCB⁷⁸. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Nota:

TCB - Tipo de Consolidado Bancário: b1 - Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica

TC - Tipo de Controle: 1 – Público; 2 - Privado Nacional; 3 - Privado com Controle Estrangeiro.

TI - Tipo de Instituição: 1 - Banco do Brasil - Banco Múltiplo; 6 - Caixa Econômica Federal; 8 - Banco Múltiplo.

Os cinco primeiros bancos no **Quadro 1**, sejam eles: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF), Bradesco, Itaú e Santander, correspondem, também, aos cinco maiores bancos no Brasil, concentrado mais de 80% dos empréstimos e depósitos no país em 2019, segundo relatório do Banco Central (TEMÓTEO, 2020a). Além do discrepante valor dos seus ativos em relação aos demais, também se observa a grande quantidade de agências no Brasil, e no município de Uberlândia, em relação aos outros. Assim, pode-se classificar esses bancos como bancos de varejo, diferente

⁷⁸ BCB (2020a).

dos demais por possuírem uma carteira de clientes possivelmente menor e mais específica – como o caso do Banco Triângulo, que certamente concentra suas operações nos clientes e parceiros do Sistema Martins, que é o maior atacado distribuidor da América Latina, como consta no site desse banco (TRIBANCO, 2020).

Dessa forma, os demais bancos – Safra, Rabobank, Daycoval, Mercantil e Triângulo – possivelmente apresentam uma lógica distinta daqueles (bancos de varejo), dado o tamanho do mercado que têm acesso e/ou a especificidade de seus clientes.

Os dados utilizados a seguir correspondem àqueles disponibilizados pelo Banco Central por meio da ESTBAN⁷⁹ (Estatística Bancária Mensal por município), que apresenta a posição mensal dos saldos das principais rubricas dos bancos com carteira comercial por município. O fato de os dados informados serem saldos, ou seja, referirem-se ao estoque de cada rubrica em determinado momento, requer uma observação: a diferença dos saldos a cada mês não indica apenas a ocorrência de novas operações, mas, também, pode conter movimentações sobre as operações passadas constantes no estoque. Por exemplo, para o caso do saldo das operações de crédito, uma variação positiva de 10 unidades não necessariamente indica que houve a concessão de apenas 10 unidades de crédito novo, mas que a variação líquida, entre novos empréstimos e operações passadas findadas nesse período foi de 10 unidades.

Outra especificidade dos dados é que, ainda que eles se refiram às agências sediadas em Uberlândia, no caso deste estudo, isso não significa que as operações realizadas por essas agências sejam exclusivamente com empresas e famílias residentes neste município. Ainda mais no caso de Uberlândia, que é um município polo, e que, provavelmente, deve canalizar parte considerável das operações bancárias da sua região. O caso do Banco do Triângulo é emblemático, uma vez que ele possui apenas 2 agências (nos dados da ESTBAN, esse banco possuía apenas uma agência no Brasil em março de 2020), mas certamente realiza operações, através da agência em Uberlândia, com clientes e parceiros de todo o país, sendo esse banco pertencente ao maior atacadista da América Latina. Ao observar os dados abaixo essa hipótese ficará mais evidente.

Na **Tabela 1** são apresentados os saldos das principais contas do Ativo dos bancos com agências em Uberlândia, em março de 2020. No Ativo estão discriminados

⁷⁹ BCB (2020b).

em quais rubricas os recursos captados e pertencentes às instituições foram aplicados, ou seja, corresponde aos direitos dessas instituições.

Pode-se observar que as Operações de Crédito (Oper. de Crédito⁸⁰) correspondem ao principal saldo dos balancetes da maior parte dos bancos (R\$ 14,73 bilhões), exceto para o Bradesco e Daycoval, que apresentaram maiores saldos em Relações Interfinanceiras e Interdependências⁸¹ (Rel Interf. e Inter.). Aquela conta, Operações de Crédito, corresponde a uma das contas mais ilíquidas do balancete dos bancos, e é esperado, dada a lógica de atuação destes (exposta na parte inicial desse trabalho), que essa conta apresente redução em períodos de maior instabilidade, e aumento em períodos de expectativas mais positivas quanto ao futuro da economia.

Tabela 1 – Saldos das principais contas do Ativo das agências bancárias residentes em Uberlândia, por banco, em março de 2020 (em R\$ mil)

Bancos	Encaixe	Aplic. Interf. de Liq.	Tit. e Val. Mob. e Deriv.	Rel Interf. e Inter.	Oper. de Crédito	Total do Ativo	Contas de Comp.
Bco. do Brasil	20.732	0	16.952	323.882	2.543.837	4.609.790	1.703.891
CEF	25.279	0	0	-3.872.670	6.704.840	35.001.487	32.088.213
Rabobank	0	0	0	0	1.483.525	5.047.626	3.564.101
Mercantil	6.815	0	0	1.324	28.417	59.234	22.677
Triangulo	394	448.351	128.508	33.271	2.121.223	11.174.025	8.007.887
Safr	72	0	0	0	147.255	505.123	357.797
Itaú Unibanco	11.348	0	0	663.701	758.212	2.562.717	1.129.417
Bradesco	16.088	0	0	936.684	238.048	1.732.182	541.363
Daycoval	0,010	0	0	5.915	0	5.915	0
Santander	7.739	0	119.330	311.468	702.319	5.670.680	4.529.823
Total	88.467	448.351	264.791	-1.596.426	14.727.677	66.368.780	51.945.170

Fonte: ESTBAN/BCB. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Nas contas de Encaixe são registrados os ativos mais líquidos dos bancos, como o caixa, as reservas em espécie realizadas junto ao BCB e as aplicações temporárias em ouro. Nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, rubrica também de

⁸⁰ A rubrica Operações de Crédito corresponde ao somatório das rubricas Empréstimos e Títulos Descontados (Emprest. E Títulos Desc.); Financiamentos (Finan.); Financiamentos Rurais à Agricultura – Custeio/Investimento + Financiamentos Rurais à Pecuária – Custeio/Investimento + Financiamentos Rurais à Agricultura – Comercialização + Financiamentos Rurais à Pecuária – Comercialização + Financiamentos Agroindustriais + Rendas a Apropriar de Operações de Financiamentos Rurais e Agroindustriais (Fin. Agro.); Financiamentos Imobiliários (Fim. Imobil.); Outras Operações de Crédito; Outros Créditos; Provisão para Operações de Crédito; Créditos em Liquidação; Operações Especiais.

⁸¹ Transações financeiras entre instituições não parceiras – como o sistema de compensação de cheques – e, também, transferências internas entre instituições submetidas ao mesmo controle, como, por exemplo, uma correspondente no exterior.

ativos considerados bastante líquidos, são contabilizadas as aplicações por meio das quais os bancos conseguem obter rentabilidade, mas, também, ter liquidez imediata, como, por exemplo, nos títulos bancários com compromisso de recompra de um (1) dia; depósitos voluntários no BCB etc. Já os Títulos, Valores Mobiliários e Instrumentos de Derivativos (Tit. e Val. Mob. e Deriv.) correspondem a aplicações em títulos, letras financeiras, debentures etc., próximo das operações constatadas na rubrica anterior, mas menos líquidas (LIMA, 2019; BCB, 2020a).

Outras rubricas do ativo, que não estão na **Tabela 1** e que possuem saldos menores são: Arrendamento Mercantil; Provisão Para Operações de Arrendamento Mercantil; Outros Valores e Bens, e Permanente. Ressalta-se que apenas o banco do Triângulo registrou seus ativos permanentes na agência residente em Uberlândia, estando praticamente zerada para os demais bancos.

Ao detalhar-se as Operações de Crédito, rubrica de maior interesse no presente trabalho, é visto que a CEF é o principal ofertante de crédito no município de Uberlândia, apresentando saldo de R\$ 6,70 bilhões, estando estes ligados, principalmente, ao Financiamento Imobiliário (R\$ 6,22 bilhões)⁸². O segundo principal ofertante é o Banco do Brasil, com R\$ 2,54 bilhões em saldo de Operações de Crédito, ligadas, sobretudo, a Empréstimos e Títulos Descontados⁸³ (R\$ 930,00 milhões) e financiamentos ligados ao setor agropecuário (R\$ 856,56 milhões). Constata-se, assim, que as duas maiores ofertantes de crédito no município de Uberlândia são duas instituições de controle público – Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Destaca-se, também, o volume expressivo de Operações de Crédito do banco do Triângulo (R\$ 2,12 bilhões) – principalmente em Empréstimos e Títulos Descontados (R\$ 1,41 bilhões) – e do Rabobank (R\$ 1,48 bilhões) – especialmente ligado a Financiamentos⁸⁴ (R\$ 728,44 milhões). Para o primeiro, tem-se a questão já exposta de o banco possivelmente registrar suas operações, feitas para todo o país, na agência de Uberlândia. Já o Rabobank é um grupo financeiro originário da união de

⁸² É provável que os outros bancos também ofertem crédito imobiliário em Uberlândia, mas, como visto pela base ESTBAN, esses concentram os registros de financiamento imobiliário em suas sedes, assim como as Aplicação Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos. Todavia, é importante ressaltar que quase 80% do saldo de Financiamento Imobiliário, em março de 2020, estavam registrados nos bancos Banco do Brasil e, sobretudo, Caixa Econômica Federal (BCB, 2020).

⁸³ Recursos adiantados aos agentes sem fins específicos, normalmente em dinheiro.

⁸⁴ Recursos adiantados aos agentes para aquisição de bens específicos, normalmente de valores mais expressivos, prazos mais longos e taxas de juros mais baixas. Nessa rubrica são registrados os financiamentos que não sejam imobiliários ou ligados ao setor agropecuário e agroindustrial, os quais estão especificados em outras rubricas.

duas cooperativas de crédito holandesas, e tem como foco o “setor” do agronegócio⁸⁵. Assim, vê-se que parte importante do estoque das Operações de Crédito desse último destina-se a Financiamentos (R\$ 728,44 milhões), e financiamentos especificamente ligados ao setor agropecuário (R\$ 685,87 milhões).

Na análise do saldo das operações de crédito realizadas pelas agências bancárias sediadas em Uberlândia (**Tabela 2**), segundo a linha de crédito, evidencia-se a importância da CEF e do BB no Financiamento Imobiliário. No financiamento agropecuário, destacam-se o BB e o Rabobank, mas, também, as operações do Bradesco (54,24% das operações de crédito totais desse banco) e do Santander (44,56% das operações de crédito desse), quando observado a proporção em relação ao saldo de crédito total do banco. Para Outros Créditos – que normalmente representam operações de arrendamento –, o banco do Triângulo exibiu o maior saldo (R\$ 741 milhões). Já as operações de Empréstimos e Títulos Descontados, estas correspondem a parcela importante dos saldos de crédito de quase todos os bancos (com exceção da CEF e do Rabobank), e é a mais relevante para a maioria destes (retirado esses dois últimos e o Santander). Por fim, para os saldos de crédito agregado para o município, o Financiamento Imobiliário tem o valor mais expressivo (45,38%), por conta, sobretudo da CEF (93,09% do total da rubrica), e, em segundo, as operações de Empréstimos e Títulos Descontados (28,4%).

Tabela 2 – Discriminação do saldo das operações de crédito realizadas pelas agências bancárias sediadas em Uberlândia, por banco, em março de 2020 (em R\$ mil)

Bancos	Operações de Crédito						Total do Ativo
	Total	Emprest. e Títulos Desc.	Finan.	Fin. Agro.	Fin. Imobiliário	Outros Créditos	
Bco. do Brasil	2.543.837	930.000	141.496	856.562	461.334	152.317	4.609.790
CEF	6.704.840	554.480	22.056	18.067	6.222.695	0	35.001.487
Rabobank	1.483.525	98.905	728.435	685.870	0	6	5.047.626
Mercantil	28.417	28.410	0	0	0	7	59.234
Triangulo	2.121.223	1.412.780	154.897	0	0	740.930	11.174.025
Safrá	147.255	104.374	9.735	30.914	0	2.233	505.123
Itaú Unibanco	758.212	578.143	59.848	123.222	0	1.421	2.562.717
Bradesco	238.048	108.295	0	129.124	0	629	1.732.182
Daycoval	0	0	0	0	0	0	5.915
Santander	702.319	373.970	71.324	312.961	0	16.006	5.670.680
Total	14.727.677	4.189.356	1.187.791	2.156.718	6.684.029	913.549	66.368.780

Fonte: ESTBAN/BCB. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

⁸⁵ RABOBANK (2020).

Quanto ao saldo das operações do Passivo dos bancos residentes em Uberlândia, que são as obrigações, ou, de outra forma, a origem dos recursos administrados por esses, as informações estão apresentadas na **Tabela 3**. Cabe esclarecer que o valor total das operações do Passivo sempre será igual ao valor dos Ativos totais e, por isso, não foi apresentado nessa tabela.

Inicialmente, nota-se que a principal forma de captação de recursos por parte dos bancos, em Uberlândia, depende da instituição. Os bancos Banco do Brasil, Rabobank, Mercantil e Safra captaram recursos, principalmente, via Relações Interfinanceiras e Interdependência, ou seja, por meio de transferências de outras instituições financeiras ou outras agências da mesma instituição. Já para os bancos Triângulo, Itaú, Bradesco e Santander, a principal forma de captação foi via Depósitos Interfinanceiros e Depósitos a Prazo, que correspondem a depósitos advindos de outros bancos ou do público em geral, com prazo especificado no momento de realização do contrato. Para a CEF, o maior volume de captação foi por Poupança, e, para o banco Daycoval, foi por meio do Patrimônio Líquido (formado, em sua maioria, pelo capital investido e lucros acumulados).

Tabela 3 – Saldos das principais contas do Passivo das agências bancárias residentes em Uberlândia, por banco, em março de 2020 (em R\$ mil)

Bancos	Dep. a vista total	Poupança	Dep. Interf. e a prazo	Rel. Interf. e Interd.	Cheques Admin. e Outras Obrig.	Patri. Líquido	Cont. de Result.
Bco do Brasil	194.612	468.796	507.981	1.567.298	72.994	-	75.316
CEF	281.416	1.682.740	527.516	5.367	294.890	-	110.955
Rabobank	112	-	-	1.279.498	3	-	203.912
Mercantil	6.416	-	-	27.148	395	-	2.392
Triangulo	294.971	-	1.290.267	45.791	973.889	462.626	6.583
Safra	3644	-	-	137.066	-	-	6.576
Itaú Unibanco	65.775	336.729	980.395	4.456	1.934	-	43.973
Bradesco	101.624	257.796	716.534	2.345	93.631	-	18.889
Daycoval	-	-	-	2.419	0,01	3.422	74
Santander	57.569	130.915	701.789	159.800	60.245	-	30.376
Total	1.006.139	2.876.977	4.724.483	3.231.187	1.497.982	466.047	499.047

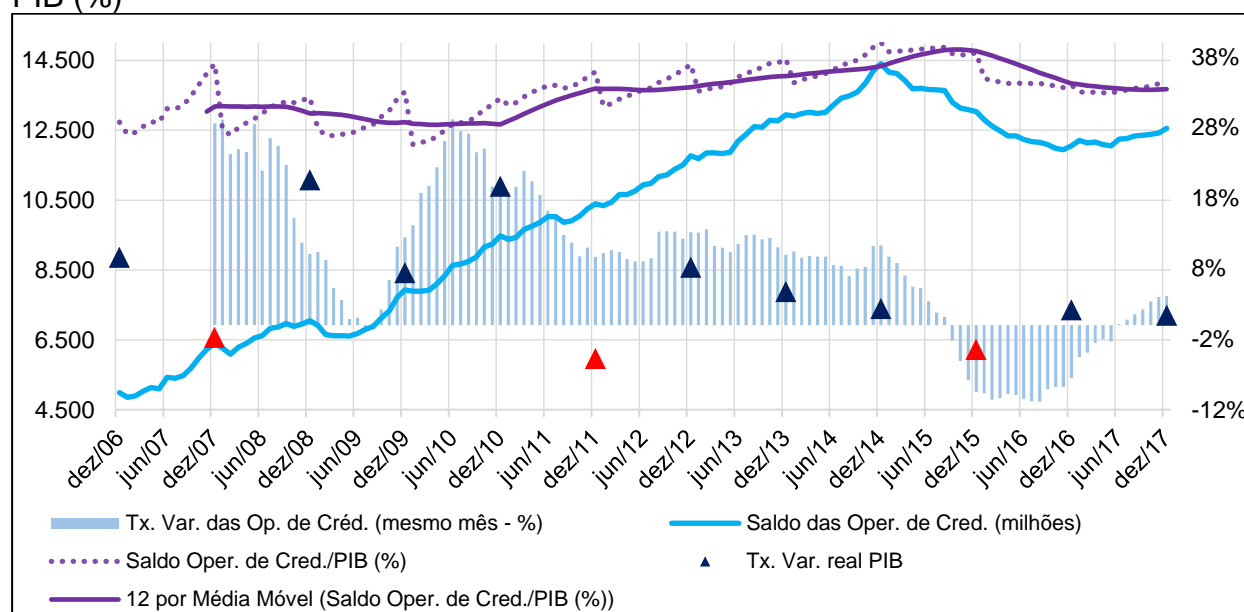
Fonte: ESTBAN/BCB. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

6 – Dinâmica do crédito bancário no município de Uberlândia nas crises de 2008 e 2015/2016 no Brasil

Em relação à oferta/demanda dos saldos de crédito no município de Uberlândia, no período recente, em específico, naquele que antecede a crise financeira mundial em 2008 e os meses/anos subsequentes, no **Gráfico 3** é possível observar sua dinâmica: em valores constantes (valores corrigidos pela inflação); a taxa de variação desses e o saldo das operações de crédito em relação ao PIB.

Observa-se que, após a expansão dos saldos de crédito de dezembro de 2006 (início da série) até a metade de 2008, as taxas de variações passam a apresentar-se progressivamente menores até serem negativas em julho de 2009 (em relação ao mesmo mês em 2008), evidenciando o efeito contágio da crise financeira mundial sobre o mercado de crédito em Uberlândia.

Gráfico 3 – Uberlândia: Saldo total das operações de crédito e Produto Interno Bruto (PIB) – valores constantes⁸⁶ em R\$ milhões, taxa de variação e saldo em relação ao PIB (%)



Fonte: ESTBAN/BCB, IBGE e CEPES. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Veja que o impacto da crise financeira nesse período não demonstrou redução substantiva do saldo de crédito em Uberlândia, mas claramente proporcionou uma desaceleração no crescimento desse, que vinha ocorrendo no período imediatamente

⁸⁶ Soma dos saldos das operações de crédito das agências bancárias residentes em Uberlândia, com valores atualizados pelo IPC/CEPES, para abril de 2020. PIB deflacionado pelo deflator implícito do IBGE/SCN (encontrado no Ipeadata), valores de 2017.

anterior. Nessa crise, as medidas anticíclicas adotadas pelo Governo⁸⁷ parecem rapidamente recolocar o crédito na sua tendência anterior de crescimento, fato que não ocorre na crise de 2015/2016.

Todavia, há uma redução do saldo de crédito ponderado pelo PIB nesse período, que apresentou taxa de variação de -12,80% de dezembro de 2007 para dezembro de 2008⁸⁸.

Nota-se, porém, que a redução dos saldos de crédito no ano de 2008 é rapidamente revertida. O período pós-crise é de aceleração das taxas de variação do saldo das operações de crédito até meados de 2011, as quais permanecem positivas e estáveis até, aproximadamente, 2014, mesmo período em que há expansão do saldo de crédito em relação ao PIB, quando este passa a apresentar tendência declinante em meados de 2015. Ou seja, juntamente com a crise econômico-política que se instaurou no país em meados de 2014, e seus efeitos recessivos mais acentuados em 2015 e 2016 – que culminou numa taxa de variação negativa do PIB do Brasil em 7% –, o saldo das operações de crédito no município de Uberlândia também caem fortemente.

O saldo das operações de crédito inicia sua tendência declinante no começo de 2015, mas os valores em relação ao PIB só passam a ser inferiores ao mesmo mês do ano anterior a partir de outubro de 2015 (saldo de 38,29% frente aos 38,30% em outubro de 2014), e as taxas de variação do saldo de crédito total, a serem negativas em setembro de 2015 (taxa de variação de -2,18% em relação a setembro de 2014).

Veja que esse movimento é presente até junho de 2017, para os valores em milhões, e outubro de 2017, para os valores em relação ao PIB, quando os saldos de crédito passam a demonstrar variações positivas.

Destarte, é visto o caráter pró-cíclico do crédito bancário, por acentuar os momentos de expansão e retração da economia, conforme explicitado na introdução deste texto. Veja, também, que a retração do crédito em 2008/2009 ocorre mesmo num período de expansão do PIB de Uberlândia, da mesma forma para o ano de 2016, o

⁸⁷ “[...] houve uma decisão política de encorajar os grandes bancos públicos federais – BNDES, Banco do Brasil e CEF – de expandirem suas operações de crédito, atuando de forma contracíclica no mercado de crédito doméstico, e, no caso do Banco do Brasil e da CEF, de comprarem carteiras de créditos de bancos menores com problemas de liquidez. Outras medidas anticíclicas foram adotadas pelo governo para estimular a demanda agregada da economia, como a redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre veículos, vários bens duráveis e itens de construção, bem como o aumento do período de duração do seguro-desemprego (...)” (PAULA e OREIRO, 2013, p.504).

⁸⁸ É preciso observar que o PIB de 2007 apresentou resultado inferior ao de 2006, e, por conta desse indicador ser a base (divisor) da razão Crédito/PIB, pode ter inflado essa relação em 2007 e a taxa de variação em relação a 2008.

que dá indícios de que a dinâmica desse mercado no município pode estar muito mais atrelada ao cenário nacional como um todo do que específico a este município. Esse argumento é válido em maior medida para a crise de 2008, por tratar-se de uma crise que se impõe sobre o sistema financeiro, que exige das instituições medidas mais ágeis e duras, pelo rápido efeito contágio e deflacionário sobre os ativos financeiros.

Ao observar a taxa de variação das operações de crédito por banco em Uberlândia na primeira crise (**Tabelas 4 e 5**), é visto que, ainda que a taxa de variação total tenha sido positiva (10,07%), ela foi insuficiente para acompanhar a taxa de variação do PIB (20,62%), resultando numa queda do saldo em relação ao PIB (37,01% do PIB, em dezembro de 2007, e 32,28% do PIB em dezembro de 2008). Já o saldo das operações de crédito dos bancos apresenta movimentação distinta a depender da instituição.

Tabela 4 – Taxa de variação (%) dos valores reais dos saldos das operações de crédito dos bancos com agências em Uberlândia e do PIB (2007 a 2017)

	dez/ 07	dez/ 08	dez/ 09	dez/ 10	dez/ 11	dez/ 12	dez/ 13	dez/ 14	dez/ 15	dez/ 16	dez/ 17
Bco do Brasil	26,03	43,79	12,19	24,37	7,03	26,42	8,75	7,50	-19,45	-14,62	-0,42
Caixa	13,10	52,57	41,20	45,96	25,38	42,15	27,67	14,54	-0,62	0,72	3,84
Rabobank		109,23	-30,68	3,06	46,42	15,48	37,59	27,78	32,16	-8,67	2,75
Mercantil	13,02	11,82	28,63	23,37	4,00	5,43	-16,83	12,80	1,22	7,83	-23,91
Triangulo	36,24	-13,55	15,20	6,44	-6,52	-16,64	-14,81	9,91	-8,40	-6,22	32,58
Safr	20,67	-37,30	25,57	-27,90	5,73	-2,91	14,32	59,39	-39,48	-32,42	-35,25
Itaú Unibanco	15,31	12,78	76,22	24,52	4,82	0,20	-1,62	-9,19	-24,68	-12,71	-6,12
Bradesco	-11,02	28,84	3,68	13,69	17,24	4,12	-2,26	17,72	-11,58	-12,25	-19,22
Santander	39,19	11,06	159,93	2,70	26,98	-14,11	-2,63	13,03	-14,85	-10,77	-1,92
CCB		222,08	97,26	52,82	-37,47	-7,53	20,11	24,37	-81,98	-70,20	-100
Kirton⁸⁹	29,69	-18,90	16,87	19,68	15,77	-2,26	-9,33	-16,22	-30,10	-100	
Votorantim							1.228,89	-100			
Indusval			1,36	-38,35	72,67	-29,52	-100				
Unibanco⁹⁰	30,57	-22,17	-100								
ABN AMRO⁹¹	51,08	-25,89	-100								
Nossa Caixa	-25,66	27,53	-100								
Cifra			-100								
Itaubank	-100										
Sudameris	-100										
Total	28,59	10,07	12,45	19,58	9,66	13,18	9,99	11,31	-9,50	-7,52	4,13
PIB	-1,77	20,62	7,42	19,70	-4,74	8,20	4,76	2,36	-3,49	2,17	1,38
Bancos Públicos Nacionais	20,55	47,03	23,11	34,01	15,95	34,69	19,25	11,68	-7,98	-4,53	2,54
Demais Bancos	32,12	-4,70	5,88	9,23	4,13	-7,90	-3,26	10,65	-12,20	-13,12	7,38

Fonte: ESTBAN/BCB, IBGE e CEPES. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

⁸⁹ Antigo HSBC Brasil, incorporado ao conglomerado Bradesco.

⁹⁰ UNIBANCO-UNIAO BCOS BRAS S.A.

⁹¹ BCO ABN AMRO REAL S.A.

Os bancos que apresentaram expansão das operações de crédito (valores constantes em R\$, entre dezembro de 2007 e dezembro de 2008) foram: Banco do Brasil (43,49%); Caixa (52,57%); Rabobank (109,23%); Mercantil (11,82%); Itaú (12,78%); Bradesco (28,84%); Santander (11,06%); CCB⁹² (222,08%) e Nossa Caixa (27,53%).

Todavia, quando se pondera os saldos pelo PIB, ou seja, para ver se há um aumento do crédito para além da expansão da atividade econômica, que configura uma melhor medida, é notado que apenas o Banco do Brasil (variação de 13,92% da relação crédito/PIB); Caixa (20,87%); Rabobank (65,76%); Bradesco (2,07%); CCB (155,16%) e Nossa Caixa (1,03%) apresentaram expansão do crédito.

Tabela 5 – Taxa de variação (%) dos saldos das operações de crédito sobre o PIB – bancos com agências em Uberlândia (2007 a 2017)

	dez/ 07	dez/ 08	dez/ 09	dez/ 10	dez/ 11	dez/ 12	dez/ 13	dez/ 14	dez/ 15	dez/ 16	dez/ 17
Bco do Brasil	26,1	13,9	2,3	1,1	8,9	15,1	1,0	2,5	-14,2	-18,6	-2,6
Caixa	13,2	20,9	28,7	18,6	27,6	29,5	18,6	9,2	5,8	-4,0	1,6
Rabobank		65,8	-36,8	-16,3	49,0	5,2	27,8	21,8	40,7	-12,9	0,6
Mercantil	13,1	-11,4	17,3	0,3	5,8	-4,0	-22,8	7,5	7,8	2,8	-25,5
Triangulo	36,4	-31,5	5,0	-13,5	-4,9	-24,1	-20,9	4,8	-2,5	-10,6	29,7
Safra	20,8	-50,3	14,5	-41,4	7,6	-11,6	6,2	51,9	-35,6	-35,6	-36,6
Itaú Unibanco	15,4	-10,7	60,7	1,2	6,6	-8,8	-8,6	-13,5	-19,8	-16,8	-8,1
Bradesco	-10,9	2,1	-5,5	-7,6	19,3	-5,2	-9,2	12,2	-5,9	-16,3	-21,0
Santander	39,3	-12,0	137,0	-16,5	29,2	-21,8	-9,6	7,7	-9,4	-14,9	-4,0
CCB		155,2	79,9	24,2	-36,4	-15,8	11,6	18,5	-80,8	-71,6	-100,0
Kirton	29,8	-35,8	6,6	-2,7	17,8	-11,0	-15,8	-20,2	-25,6	-100,0	
Votorantim							1134,2	-100,0			
Indusval			-7,6	-49,9	75,7	-35,8	-100,0				
Unibanco	30,7	-38,3	-100,0								
ABN AMRO	51,2	-41,3	-100,0								
Nossa Caixa	-25,6	1,0	-100,0								
Itaúbank	-100,0										
Sudameris	-100,0										
Total/PIB	28,7	-12,8	2,5	-2,8	11,6	3,1	2,2	6,1	-3,6	-11,8	1,9
Bancos Públicos Nacionais	22,7	21,9	14,6	12,0	21,7	24,5	13,8	9,1	-4,7	-6,6	1,2
Demais Bancos	34,5	-21,0	-1,4	-8,7	9,3	-14,9	-7,7	8,1	-9,0	-15,0	5,9

Fonte: ESTBAN/BCB, IBGE e CEPES. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Dos bancos que apresentaram taxa de variação superior ao PIB, é visto que os bancos Rabobank e CCB não apresentavam taxa de variação em dezembro de 2007, ou seja, são bancos que estavam iniciando suas atividades no município, o que dá uma taxa de crescimento superestimada. Já os bancos Bradesco e Nossa Caixa

⁹² China Construction Bank.

apresentaram taxa de variação dos saldos positiva, mas tendo como base um saldo que tinha caído de dezembro de 2006 para dezembro de 2007. Para a Nossa Caixa, Rabobank e Bradesco, ainda se vê queda dos saldos de crédito em 2009.

Os bancos do Brasil e Caixa, entretanto, além de apresentarem taxas de variação positivas e expressivas, realizaram expansão dos saldos de crédito sobre uma base que já havia apresentado aumento (de 2006 para 2007) e, também, demonstraram taxas de variação positivas do crédito nos anos seguintes (até 2014), sobretudo a CEF.

Quanto à variação absoluta dos saldos das operações de crédito (em termos reais), também se destacam os valores demonstrados por Banco do Brasil e Caixa em dezembro de 2008 (em relação ao mesmo mês em 2007), de R\$ 498 milhões e R\$ 361 milhões, respectivamente – a soma dessas variações representaram 133% da variação bruta total –, juntamente com a elevação de R\$ 193 milhões do saldo do Rabobank.

Tabela 6 – Variação absoluta dos saldos das operações de crédito dos bancos com agências em Uberlândia – em R\$ milhões (2007 a 2017)

	dez/ 07	dez/ 08	dez/ 09	dez/ 10	dez/ 11	dez/ 12	dez/ 13	dez/ 14	dez/ 15	dez/ 16	dez/ 17
Bco do Brasil	235	498	199	447	160	645	270	252	-701	-425	-10
Caixa	79	361	431	679	548	1140	1064	714	-35	40	216
Rabobank	177	193	-114	8	123	60	168	171	253	-90	26
Mercantil	5	5	13	13	3	4	-13	8	1	6	-19
Triangulo	548	-279	270	132	-142	-339	-252	144	-134	-91	446
Safra	51	-111	48	-66	10	-5	25	118	-125	-62	-46
Itaú Unibanco	50	48	324	184	45	2	-16	-89	-216	-84	-35
Bradesco	-22	51	8	32	46	13	-7	57	-44	-41	-56
Santander	56	22	355	16	160	-106	-17	82	-106	-65	-10
CCB	29	65	92	98	-107	-13	33	48	-201	-31	-13
Kirton	46	-38	28	38	36	-6	-24	-38	-60	-138	0
Votorantim	0	0	0	0	0	0	3	-3	0	0	0
Indusval	0	75	1	-29	34	-24	-57	0	0	0	0
Unibanco⁹³	107	-101	-354	0	0	0	0	0	0	0	0
ABN AMRO	190	-145	-415	0	0	0	0	0	0	0	0
Nossa Caixa	-2	2	-9	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaubank	-72	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sudameris	-52	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1424	645	878	1553	916	1370	1176	1463	-1368	-981	497
Bancos Públicos Nacionais	312	860	622	1126	708	1785	1334	965	-737	-385	206
Demais Bancos	1113	-215	256	426	208	-415	-158	498	-632	-597	292

Fonte: ESTBAN/BCB, IBGE e CEPES. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

⁹³ UNIBANCO-UNIAO BCOS BRAS S.A.

Nesse período, em que vigorou a crise financeira internacional, é visto que vários bancos zeraram os seus saldos de crédito das agências em Uberlândia. Podem estar relacionados a esse quadro processos de fusão e aquisição de algumas instituições, como: fusão dos bancos Itaú e Unibanco; aquisição do banco ABN Amro Real (que também detinha o controle do banco Sudameris desde 2003) pelo Santander; aquisição do banco Nossa Caixa (banco estadual paulista) pelo Banco do Brasil.

Isto explica, em parte, a expansão dos saldos das operações de crédito de Itaú e Santander em 2009 (em relação a dezembro 2008), uma vez que o Unibanco tinha um saldo de R\$ 354 milhões e o ABN de R\$ 415 milhões em dezembro de 2008 (saldos zerados em dezembro de 2009), valores próximos às variações ocorridas nos saldos daqueles bancos (Itaú e Santander) de 2008 para 2009. Já o Nossa Caixa apresentara saldo de R\$ 9 milhões no mesmo período, que também foi zerado.

Dito isso, enquanto a soma dos Bancos Públicos nacionais apresentou variação absoluta positiva de R\$ 860 milhões, taxa de variação de 47,03%, e de 21,89% em relação ao PIB em 2008, a dos demais bancos foi de R\$ - 215 milhões, - 4,70% para os valores reais e -20,99% para os valores em relação ao PIB. Para os demais anos até 2014, nota-se que a expansão do crédito das instituições públicas foi positiva e superior aos demais bancos. Assim, o saldo dos Bancos Públicos nacionais, que era de 9,17% (em relação ao PIB), em dezembro de 2007, vai para 26,98% em 2014, enquanto o saldo dos demais bancos muda de 22,93% para 15,13% do PIB, no mesmo período.

Destarte, o papel contracíclico dos bancos públicos também fica evidente na dinâmica do crédito bancário em Uberlândia na crise de 2008, capacidade evidenciada por vários estudos⁹⁴. Essa possibilidade, que foi deliberadamente utilizada naquela crise, não foi empregada pelo Governo na crise seguinte, de 2015/2016⁹⁵.

Os anos de 2015 e 2016 foram os únicos anos, no período analisado, em que houve retrações dos saldos das operações de crédito totais: -9,50% e -7,52%, respectivamente. Já em relação ao PIB, as retrações foram de -3,64% e -11,82%, naquela sequência.

⁹⁴ Paula e Oreiro (2013) e Cunha et al. (2019), e os trabalhos por eles citados: Micco e Panizza (2006); Bertay, Demirgüç-Kunt e Huizinga (2012); Thibaut (2012); Cull e Martínez Pería (2012); World Bank (2012); Oliveira (2009); Correa et al. (2010); Costa (2015); Rezende (2015).

⁹⁵ Também influenciada pelas interpretações sobre essa crise – sobretudo aquelas que identificavam uma intervenção excessiva do Estado na economia –, a agenda econômica nesse momento é de “redução do Estado”, o que também incluía os bancos públicos (MELLO e ROSSI, 2018).

No ano de 2015, apenas os bancos Caixa, Rabobank e Triângulo não apresentaram taxas de variação em relação ao PIB negativas⁹⁶. Já para as taxas de variação dos valores reais, somente Rabobank (32,16%) e Mercantil (1,22%) apresentaram crescimento dos saldos. Em 2016, apenas o banco Mercantil demonstrou taxa de variação positiva dos saldos de crédito sobre o PIB (2,8%), apresentando, ainda, taxa positiva (7,83%) para os valores reais, juntamente com a Caixa (0,72%).

Contudo, enquanto os bancos públicos reduziram em -4,65% e -6,56% os saldos das operações de crédito em relação ao PIB em 2015 e 2016, respectivamente, o conjunto dos demais bancos demonstraram taxa negativa de -9,02% e -14,97%, para o mesmo indicador e mesmos anos.

Nota-se, também, que o movimento dos grandes bancos varejistas privados é ainda mais pró-cíclico do que o dos demais privados. O mesmo caso é para a comparação do Banco do Brasil com a Caixa, em que o primeiro, ainda que seja de controle público, é mais susceptível a seguir os “sinais de mercado” do que o segundo⁹⁷, uma vez que aquele tem participação privada, por meio de ações na Bolsa de Valores.

Para as variações absolutas, as retrações dos saldos das operações de crédito em 2015, em relação a 2014, foram de expressivos - R\$ 1,37 bilhões, e, em 2016, de - R\$ 981 milhões. O Banco do Brasil foi a instituição que apresentou maiores retrações absolutas dos saldos de crédito, nos valores de - R\$ 701 milhões em 2015 e de - R\$ 425 milhões em 2016.

7 – Movimento do crédito bancário na Coronacrise em Uberlândia

Em relação ao movimento dos saldos das operações de crédito no período recente em Uberlândia, sobretudo no ano 2020 – em que a OMS (Organização Mundial da Saúde) declara estado de pandemia –, é visto que tal movimento apresentava-se em expansão no início do ano, que ficou evidenciada pela taxa de variação em relação ao saldo médio em 12 meses, pela taxa de variação do saldo em relação ao mês

⁹⁶ Destaca-se que o ano de 2015 foi de taxa de variação negativa do PIB real de Uberlândia, o que proporcionou à Caixa apresentar taxa de variação positiva do saldo de crédito em relação ao PIB e negativa na taxa de variação do próprio saldo de operações de crédito real.

⁹⁷ Veja que, não seguir os “sinais de mercado”, não necessariamente significa insustentabilidade do banco.

imediatamente anterior e, ademais, pela comparação dessa taxa em relação anos anteriores (**Gráficos 4, 5 e 6**).

A taxa de variação do saldo de crédito em janeiro de 2020 foi de 0,50% em relação a dezembro de 2019 e 0,63%, para a média dos saldos em 12 meses. Essas taxas indicam expansão do crédito, principalmente por ter exibido valor positivo em um mês que, historicamente, é de variação negativa, como pode ser visto no **Gráfico 6**⁹⁸.

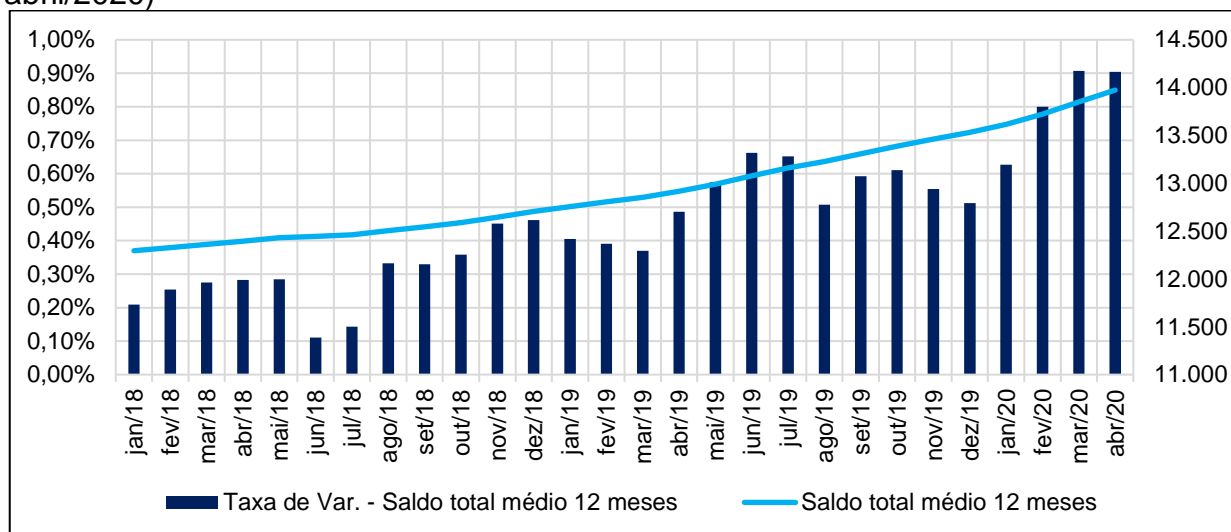
A taxa de variação de janeiro de 2020 para fevereiro de 2020 (1,84%) e do saldo médio em 12 meses (0,80%), da mesma forma, foi superior às taxas de todos os anos da década anterior, para os mesmos meses. Assim, mesmo que o mês de fevereiro seja historicamente de alta, a taxa apresentada em 2020 foi significativa frente às observadas na década de 2010.

A taxa de março de 2020, em relação a fevereiro de 2020, também apresentou variação positiva (1,53%, e 0,91% para a taxa de variação do saldo médio em 12 meses), mas inferior às apresentadas em 2011 e 2012, e ocorrente num mês de histórica alta dos saldos de crédito. Entretanto, esse mês de março já é um período em que a pandemia estava declarada, e as expectativas dos agentes, mais pessimistas. Assim, e em conjunto com os resultados encontrados para todo o Brasil, que também apresentaram expansão do crédito nesse mês, é plausível supor que os agentes com melhor histórico e condições para tomar crédito, como as grandes empresas, tenham se antecipado ao provável cenário de crise econômica e tenham contratado crédito nesse mês⁹⁹.

⁹⁸ Ainda que de forma simples, no Gráfico 4 é possível observar se a taxa de variação no referido mês corresponde a uma expansão sazonal, ou seja, que sempre ocorre naquele período, ou se a variação naquele mês foi realmente significativa frente aos dados históricos.

⁹⁹ “A bibliografia sobre o impacto econômico da pandemia já explicou teoricamente e identificou empiricamente os canais de transmissão internacional: 1) expectativas negativas de empresas sobre demanda e oferta; 2) redução efetiva do comércio exterior (queda de exportações e estrangulamento de importações de insumos); 3) contração do crédito e de fluxos financeiros internacionais e locais; 4) contração do gasto dos consumidores por motivos precaucionais e/ou por desemprego. Indicadores de comércio exterior, confiança e crédito mostram que todos esses mecanismos de transmissão operaram em março, isto é, antes da transmissão massiva do novo Coronavírus no Brasil” (BASTOS, GOMES-JR, *et al.*, 2020, p.1).

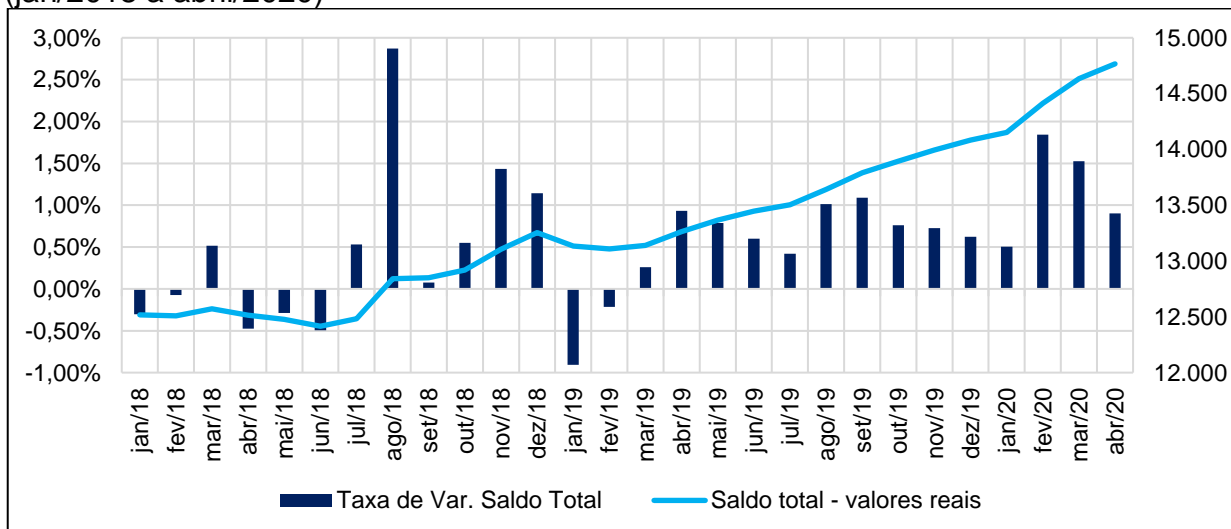
Gráfico 4 – Taxa de variação (%) da média dos saldos das operações de crédito em 12 meses e saldo total médio 12 meses – valores constantes em R\$ milhões (jan/2018 a abril/2020)



Fonte: ESTBAN/BCB e CEPES. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

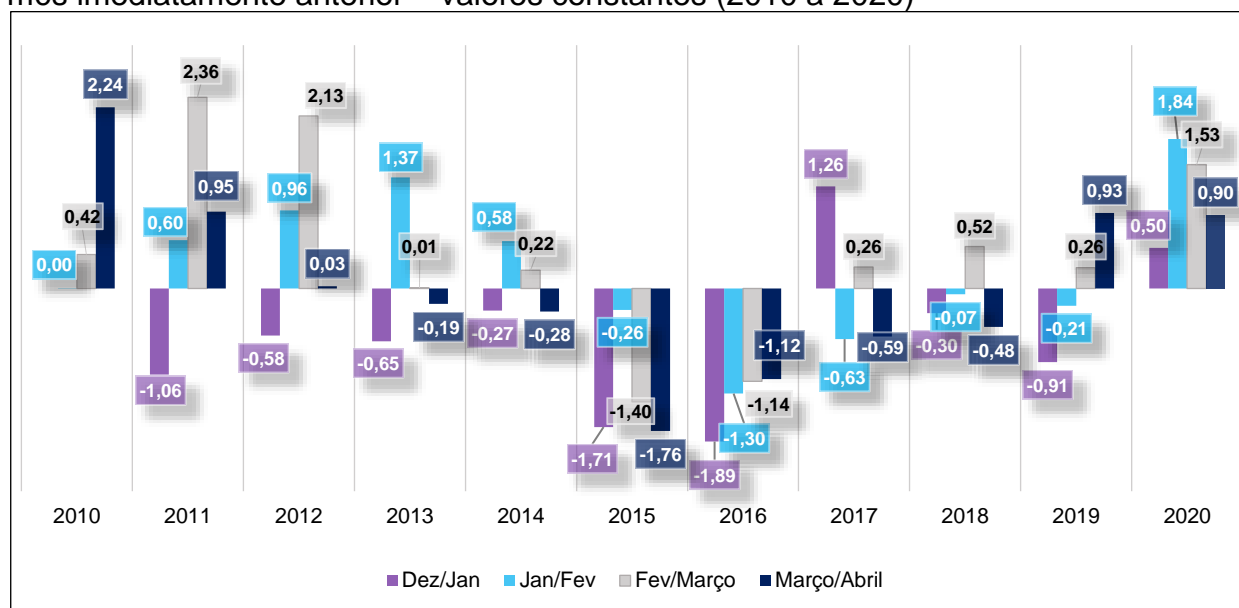
Para o mês de abril de 2020, a taxa de crescimento do saldo de crédito é positiva em 0,90%, variação inferior aos resultados observados nos anos de 2010, 2011 e 2019, mas superior aos dos demais anos, inclusive àqueles referentes ao período de recessão em 2015/2016. Nesse mês, já havia sido criada a Medida Provisória nº 944 (de 3 de abril de 2020), e o BC realizou medidas de estímulo de liquidez para os bancos, que poderiam ter impulsionado o crédito frente ao cenário pessimista, mas, como já mostrado, obtiveram pouco sucesso até o período atual.

Gráfico 5 – Taxa de variação (%) do saldo total das operações de crédito em relação ao mês imediatamente anterior e Saldo total – valores constantes em R\$ milhões (jan/2018 a abril/2020)



Fonte: ESTBAN/BCB e CEPES. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Gráfico 6 – Taxa de variação (%) do saldo das operações de crédito em relação ao mês imediatamente anterior – valores constantes (2010 a 2020)



Fonte: ESTBAN/BCB e CEPES. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Destarte, pode-se constatar que, em janeiro e fevereiro, havia uma tendência de expansão do saldo das operações de crédito no município de Uberlândia, mas que, a partir de março, apresentou crescimento progressivamente menor, ainda que já em período de pandemia.

Quando se analisa a variação do saldo de crédito em Uberlândia por instituição bancária, vê-se, **nas Tabelas 7 e 8**, que o aumento do saldo de crédito no mês de janeiro ocorreu, principalmente, por conta da expansão das operações de crédito dos bancos privados, sobretudo Bradesco (+4,46%), Safra (3,18%) e Mercantil (1,86%), ainda que, para as variações absolutas, os valores mais expressivos foram registrados para Banco do Brasil (+ R\$ 24,39 milhões) e Rabobank (+ R\$ 22,70 milhões).

Em fevereiro, as taxas de variação mais elevadas foram, novamente, para o setor privado, de forma mais significativa para o Itaú Unibanco (+10,02%), Safra (+4,84%) e Bradesco (+4,68%). Já, para as variações absolutas, destacam-se o Itaú (+ R\$ 68,66 milhões), Caixa (+ R\$ 57,16 milhões) e Rabobank (+ R\$ 44,01 milhões).

Em março, fica mais clara a dinâmica pro-cíclica dos bancos privados, principalmente dos grandes varejistas. Estes, demonstraram taxa de variação negativas já em março de 2020, com redução de -7,20% do Safra; -0,06% do Itaú; -2,62% do Bradesco e -0,94% do Santander, enquanto os demais bancos apresentaram expansão do saldo de crédito, com destaque para Rabobank (+8,60% ou + R\$ 116,74 milhões) e Mercantil (+8,41% ou +R\$ 2,19 milhões).

Tabela 7 – Variação absoluta dos saldos das operações de crédito dos bancos com agências em Uberlândia – R\$ milhões (2020)

	Dez/19-jan/20	jan/20-fev/20	fev/20-mar/20	mar/20-abr/20
Bco.do Brasil	24,39	31,62	40,84	82,71
Caixa	8,21	57,16	65,28	107,76
Rabobank	22,70	44,01	116,74	28,00
Mercantil	0,49	-0,67	2,19	-0,39
Triangulo	1,80	22,46	19,78	-16,45
Safra	4,64	7,28	-11,36	-4,14
Itaú Unibanco	-2,25	68,66	-0,47	-3,59
Bradesco	9,90	10,86	-6,36	-14,29
Santander	0,90	19,52	-6,60	-47,54
Saldo Total	70,79	260,89	220,03	132,07

Fonte: ESTBAN/BCB e CEPES. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

No mês de abril essa dinâmica se acentua e a hipótese fica mais evidente, quando apenas Banco do Brasil, Caixa e Rabobank demonstram aumento do saldo das operações de crédito, em 3,27% (+ R\$ 82,71 milhões), 1,62% (+ R\$ 107,76 milhões) e 1,90% (+ R\$ 28 milhões), respectivamente, e os demais bancos (privados) demonstram redução dos seus saldos de operações de crédito.

Veja que a expansão do crédito dos bancos públicos acontece de forma progressivamente maior de janeiro a abril, e que esses bancos vinham de baixas taxas de expansão do crédito em 2019 – média da taxa de variação de -0,09% para o Banco do Brasil e 0,50% para a Caixa, naquele ano.

Tabela 8 – Taxa de variação (%) dos saldos das operações de crédito dos bancos com agências em Uberlândia (2020)

	Dez/19-jan/20	jan/20-fev/20	fev/20-mar/20	mar/20-abr/20	Média 2019
B.do Brasil	1,00	1,29	1,64	3,27	-0,09
Caixa	0,13	0,87	0,99	1,62	0,50
Rabobank	1,76	3,35	8,60	1,90	1,13
Mercantil	1,86	-2,52	8,41	-1,37	-3,16
Triangulo	0,09	1,09	0,95	-0,78	0,62
Safra	3,18	4,84	-7,20	-2,83	2,65
Itaú Unibanco	-0,33	10,02	-0,06	-0,48	0,93
Bradesco	4,46	4,68	-2,62	-6,04	-0,43
Santander	0,13	2,85	-0,94	-6,81	1,20
Saldo Total	0,50	1,84	1,53	0,90	0,51

Fonte: ESTBAN/BCB e CEPES. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Já os bancos privados, que apresentaram, em sua maioria, expansão dos saldos de crédito – seja em 2019 ou nos dois primeiros meses de 2020 –, mostraram franca redução dos saldos de crédito a partir da deflagração da pandemia, sobretudo

os grandes varejistas. A exceção desse movimento foi o Rabobank, que, talvez, por ser originário de cooperativas e atuar especificamente no agronegócio, também evidenciou expansão do saldo de crédito em março e abril, ainda que apresentando taxa menor para esse último mês¹⁰⁰.

8 – Considerações Finais

O crédito bancário tem papel central nas modernas economias de mercado, sobretudo no momento atual, em que, em função da crise sanitária e econômica, advinda da pandemia da Covid-19, a redução abrupta do fluxo de renda das famílias e empresas – em contrapartida a uma maior rigidez à baixa dos custos desses agentes – coloca o acesso ao crédito como elemento fundamental para a sobrevivência desses.

As instituições financeiras, por sua vez, comportam-se como agentes capitalistas tradicionais na busca de lucro, as quais, em tempos de maior instabilidade e incerteza, tendem a preferir ativos mais líquidos em detrimento de ativos mais ilíquidos/arriscados, como os empréstimos, mesmo sendo esse mais rentáveis.

Todavia, ainda que um cenário pessimista possa prejudicar a oferta de crédito, vários estudos enfatizam a capacidade dos bancos públicos se contraporem a essa lógica, expandindo a oferta de recursos.

O presente trabalho buscou averiguar o comportamento do crédito bancário no Brasil e no município de Uberlândia, sobretudo a sua dinâmica nas últimas crises econômicas (2008 e 2015/2016), para, então, observar como tem ocorrido esse desempenho, no município, na presente crise e realizar algumas reflexões.

À vista disto, as considerações foram as seguintes:

- a) Nos últimos dois períodos de crise econômica no Brasil (em 2008 e 2015/2016), o saldo bancário total das operações de crédito em Uberlândia demonstrou redução, com recuperação do valor desses saldos apenas no primeiro período mencionado.
- b) Ainda que alguns bancos tenham elevado os seus saldos de crédito em 2008, em Uberlândia, foram os bancos públicos (Caixa e Banco do Brasil) que demonstraram comportamento contracíclico mais efetivo.

¹⁰⁰ Como evidenciado em Souza (2020), as exportações da Região Intermediária de Uberlândia, concentradas em poucos produtos agropecuários, demonstraram pequena redução no 1º quadrimestre de 2020, dando sinais de menor afetação do setor agro por essa pandemia, principalmente em virtude da especificidade desses bens (bens essenciais e de baixa elasticidade renda da demanda). Esse fato pode ter impulsionado o crescimento da oferta de crédito do Rabobank, que é um banco especializado no agronegócio.

- c) Enquanto a soma dos bancos públicos nacionais apresentou variação absoluta positiva do saldo de crédito em R\$ 860 milhões, taxa de variação de 47,03%, e de 21,89% em relação ao PIB, em 2008, a dos demais bancos foi de R\$ - 215 milhões, - 4,70%, em valores constantes, e -20,99% para os valores em relação ao PIB. Para os demais anos, até 2014, a expansão do crédito das instituições públicas foi positiva e superior aos demais bancos. Assim, o saldo dos Bancos Públicos Nacionais, que era de 9,17% (em relação ao PIB), em dezembro de 2007, aumentou para 26,98% em 2014, e o saldo dos demais bancos mudou de 22,93% para 15,13% do PIB, no mesmo período.
- d) A capacidade contracíclica dos bancos públicos, evidenciada em vários estudos¹⁰¹, que foi deliberadamente empregada nessa primeira crise, não foi utilizada na crise seguinte¹⁰².
- e) Os anos de 2015 e 2016 foram os únicos anos, no período analisado, em que houve retrações dos saldos das operações de crédito totais: -9,50% e -7,52%, respectivamente. Já em relação ao PIB, as retrações foram de -3,64% e -11,82%, naquela sequência.
- f) Contudo, enquanto os bancos públicos reduziram em -4,65% e -6,56% os saldos das operações de crédito em relação ao PIB em 2015 e 2016, respectivamente, o conjunto dos demais bancos demonstraram taxa negativa de -9,02% e -14,97%, para o mesmo indicador e mesmos anos.
- g) Em relação ao movimento dos saldos das operações de crédito no período recente em Uberlândia, sobretudo no ano 2020 – em que a OMS (Organização Mundial da Saúde) declara estado de pandemia –, é visto que, em janeiro e fevereiro, havia uma tendência de expansão do saldo das operações de crédito no município, mas que, a partir de março (e até abril), apresentou crescimento progressivamente menor, ainda que já em período de pandemia.
- h) Quando se analisa a variação do saldo de crédito em Uberlândia por instituição bancária, vê-se que o aumento do saldo de crédito nos meses de janeiro e fevereiro ocorreu, principalmente, por conta da expansão das operações de crédito dos bancos privados.
- i) Em março, fica mais clara a dinâmica pro-cíclica dos bancos privados, principalmente dos grandes varejistas. Em abril, essa dinâmica se acentua, quando apenas Banco do Brasil, Caixa e Rabobank demonstram aumento do saldo das operações de crédito, em 3,27% (+ R\$ 82,71 milhões), 1,62% (+ R\$ 107,76 milhões) e 1,90% (+ R\$ 28 milhões), respectivamente, e os demais bancos (privados) demonstram redução dos seus saldos das operações de crédito.
- j) A expansão do crédito dos bancos públicos acontece de forma progressivamente maior de janeiro a abril, e esses bancos vinham de

¹⁰¹ Paula e Oreiro (2013) e Cunha et al. (2019), e os trabalhos por eles citados: Micco e Panizza (2006); Bertay, Demirgüç-Kunt e Huizinga (2012); Thibaut (2012); Cull e Martínez Pería (2012); World Bank (2012); Oliveira (2009); Correa et al. (2010); Costa (2015); Rezende (2015)

¹⁰² Também influenciada pelas interpretações sobre essa crise – sobretudo aquelas que identificavam uma intervenção excessiva do Estado na economia –, a agenda econômica nesse momento é de “redução do Estado”, o que também incluía os bancos públicos (MELLO e ROSSI, 2018).

baixas taxas de expansão do crédito em 2019 – média da taxa de variação de -0,09% para o Banco do Brasil e 0,50% para a Caixa, naquele ano.

- k) Já os bancos privados, que apresentaram expansão – seja em 2019 ou nos dois primeiros meses de 2020 –, mostraram franca redução dos saldos de crédito a partir da deflagração da pandemia. A exceção foi o Rabobank, que, talvez, por ser originário de cooperativas e atuar especificamente no agronegócio, também evidenciou expansão do saldo de crédito em março e abril, ainda que apresentando taxa menor para esse último mês.

Destarte, constata-se que a elevação das operações de crédito nos meses de março e abril de 2020, em Uberlândia, após a deflagração da pandemia do novo Coronavírus, ocorre, sobretudo, pela expansão da concessão de crédito dos bancos públicos Caixa e Banco do Brasil, e da capacidade destes de agirem de forma contracíclica, como citado na introdução desse trabalho e corroborado por vários estudos. Também é importante observar que esta atuação contracíclica ocorre sem a deliberação clara e pública do Governo, como ocorrera em 2008/2009.

Os bancos privados, por sua vez, que apresentaram expansão do crédito em janeiro e fevereiro, e redução, em sua maioria, em março e abril, demonstraram claro comportamento pro-cíclico, principalmente os grandes varejistas, atuando de forma a acentuar o cenário deletério das expectativas e da atividade econômica, num momento em que o acesso ao crédito se torna essencial para a sobrevivência de empresas e famílias.

Destaca-se que as políticas governamentais para incentivar a oferta de crédito têm tido na lógica de mercado seu principal pilar. Ressalta-se, também, que, pelo atraso na execução desses programas, só o Pese e as medidas do BC poderiam, em tese, ter afetado as operações de crédito até abril de 2020, último mês em que os dados do ESTBAN estão disponíveis até o presente momento (4 de agosto de 2020). Os meses subsequentes poderão evidenciar uma mudança da dinâmica apresentada, o que, entretanto, não é esperado, dados os resultados para o Brasil até o mês de junho.

Referências

- BASTOS, P. P. Z. et al. O impacto econômico da pandemia do Covid-19 e a contração do PIB no primeiro trimestre de 2020: não é culpa da política de saúde pública. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON), 2020. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/nota_cecon_14_PIB_corona.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BCB. COSIF - Manual de Normas do Sistema Financeiro. Banco Central do Brasil, 2020a. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif>>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- BCB. ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município. Banco Central do Brasil, 2020b. Disponível em: <<https://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?frame=1>>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- BCB. IF.Data. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/ifdata/>>. Acesso em: 17 jul. 2020c.
- BNDES. Informações a empresas, 2020a. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/peac/faq-peac/!ut/p/z1/pZPBcolwFEW_pQuWmAcEke4Yh5ZaHKu2Vdg4AQOkIQQhfbvG6zTRafqtLJKXm7uPUkeKEZLFHOyYzmRTHCyUfMo7q-c6e0w8LARgjO9ganr3NkTbJkwwWixF8CRzwMU97_jGIUp1xWskBRwte0WTHHeSCbf0j2BBoUoqQYZ44Sn>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- BNDES. Programa Emergencial de Acesso a Crédito, 2020b. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/peac#:~:text=O%20Programa%20Emergencial%20de%20Acesso,da%20pandemia%20de%20Covid-19.>>. Acesso em: 30 jul. 2020.
- CARVALHO, L. Curto-circuito: O vírus e a volta do Estado. Edição: 1ª (15 de junho de 2020). ed. [S.l.]: Todavia, 2020a.
- CARVALHO, L. Os erros no apoio do governo às pequenas empresas. Nexo Jornal, 2020b. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2020/Os-erros-no-apoio-do-governo-às-pequenas-empresas>>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- CUNHA, A. M. et al. Ciclos Financeiros e o comportamento do crédito no Brasil nos anos 2000. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 28, p. 201-226, 2019. ISSN 1.
- DIEESE. Análise da evolução do crédito no período recente - 2014 - 2017. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. [S.l.]. 2018. (Nota Técnica. Número 193 – Abril 2018).
- GARCIA, L.; CUCOLO, E. Entenda as medidas do Banco Central contra a crise do coronavírus. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/entenda-as-medidas-do-banco-central-contra-a-crise-do-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- GOVERNO DO BRASIL. Banco Central anuncia conjunto de medidas que liberam R\$ 1,2 trilhão para a economia, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/banco-central-anuncia-conjunto-de-medidas-que-liberam-r-1-2-trilhao-para-a-economia>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

IEDI. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Carta IEDI: As medidas monetárias e creditícias de combate à crise do coronavírus no caso brasileiro. Edição 1016, 2020. Disponível em: <https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1016.html>. Acesso em: 2020 jul. 2020.

LIMA, H. Transformações recentes no Sistema Bancário Nacional (1995-2007): ajustes de portfólio e evidências empíricas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Econômica da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

MANSUR, R. Recursos do Pronampe se esgotam e empresários reivindicam acesso ao crédito. O Tempo, 2020. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/recursos-do-pronampe-se-esgotam-e-empresarios-reivindicam-acesso-ao-credito-1.2365395>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MÁXIMO, W. Medidas do BC liberam até R\$ 255,5 bilhões em crédito. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/medidas-do-bc-liberam-ate-r-2555-bilhoes-em-credito>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MELLO, G.; ROSSI, P. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. Para além da política econômica. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. Cap. 7, p. 245-282.

OLIVEIRA, A. L. M. D. et al. O falso consenso entre os economistas. Folha de São Paulo, 2020a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/04/o-falso-consenso-entre-os-economistas.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

OLIVEIRA, J. J. Até liberais, que defendem Estado enxuto, apoiam ajuda do governo. UOL ECONOMIA, 2020b. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/28/coronavirus-cria-consenso-entre-economistas-sobre-papel-do-estado.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

OLIVEIRA, K. BC regulamenta compra de ativos do setor privado. Agência Brasil, 2020c. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/bc-regulamenta-compra-de-ativos-do-setor-privado>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

PAULA, L. F.; OREIRO, J. L. Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: O papel dos bancos públicos federais. Nova Economia, n. 23(3), p. 473-520, 2013.

RABOBANK. Nossa história. Rabobank Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.rabobank.com.br/pt/content/sobre_o_rabobank/nossa_historia.html>. Acesso em: 05 ago. 2020.

ROSAS, R. Recurso para folha avança após início lento. Valor Econômico, 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/07/08/recurso-para-folha-avanca-apos-inicio-lento.ghtml?GLBID=164973f38d33c6894b3faacbcf5c852694e545938356b466d726a45447436394b463932346f7650666e69464969745f5747316578344e476a2d446c773468632d476b68416e55617374>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

ROUBICEK, M. As ações do BC para liberar o crédito a pequenas empresas. Nexo Jornal, 24 jun. 2020a. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/24/As-ações-do-BC-para-liberar-o-credito-a-pequenas-empresas>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROUBICEK, M. Os entraves para pequenas empresas acessarem crédito na crise. Nexo Jornal, 2020b. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/20/Os-entraves-para-pequenas-empresas-acessarem-credito-na-crise>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SEBRAE; FGV. Crédito no Brasil para MPEs em tempo de COVID-19, 2020a. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/sebrae-e-fgv-crise-do-coronavirus-afeta-pequenos-negocios-no-brasil,ec11c4ad28e22710VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SEBRAE; FGV. O Impacto da pandemia de Coronavírus nos Pequenos Negócios. [S.l.]. 2020b. (6ª edição). Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Impacto-coronavirus-nas-MPE-6a-edicao_DIRETORIA-v11.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SOUZA, H. F. D. Boletim de Comércio Exterior da Região Intermediária de Uberlândia – janeiro a abril de 2020. Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES), 2020. Disponível em: <http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/cepes_pe_boletim_comercio_exterior_regiao_intermediaria_udia_2020q1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

TEMÓTEO, A. 5 maiores bancos concentram mais de 80% dos depósitos e empréstimos, diz BC. UOL, 2020a. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/04/5-maiores-bancos-concentram-mais-de-80-dos-depositos-e-emprestimos-diz-bc.htm#:~:text=Economia,5%20maiores%20bancos%20concentram%20mais%20de%2080,depósitos%20e%20empréstimos%2C%20diz%20BC&text=Os%20>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

TEMÓTEO, A. Banco do Brasil e Caixa esgotam créditos para microempresas pelo Pronampe. - Veja mais em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/09/acaba-credito-para-microempresa-no-bb-e-na-caixa-bancos-vao-pedir-mais.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecol>. UOL/Economia, 2020b. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/09/acaba-credito-para-microempresa-no-bb-e-na-caixa-bancos-vao-pedir-mais.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

TEMÓTEO, A. Câmara aprova mais R\$ 12 bi para crédito emergencial para microempresas. - Veja mais em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/29/camara-aprova-mais-r-12-bi-para-credito-emergencial-para-microempresas.htm?cmpid=copiaecola>. UOL/Economia, 2020c. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/29/camara-aprova-mais-r-12-bi-para-credito-emergencial-para-microempresas.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

TRIBANCO. Disponível em: <<https://www.tribanco.com.br/institucional/sobre-tribanco>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

V - Trajetória dos Preços do Grupo Alimentação e Bebidas e do Grupo Saúde e Cuidados Pessoais no Primeiro Semestre de 2020 em Uberlândia-MG

Pedro Henrique Martins Prado¹⁰³

Graciele de Fátima Sousa¹⁰⁴

Carlos Henrique Cássia Fontes¹⁰⁵

1 - Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que o surto da doença infecciosa denominada COVID-19 causada pelo novo Coronavírus (Sars-CoV-2), vírus da síndrome respiratória aguda grave se tornou uma pandemia. Medidas de proteção e de resposta foram definidas e colocadas em práticas a fim de diminuir a curva de contágio e tratar os doentes (OPAS Brasil, 2020).

No Brasil, o primeiro caso de paciente com COVID-19 foi registrado em 26 de fevereiro de 2020 na cidade de São Paulo (BRASIL, 2020a), e a partir desse momento casos da doença se disseminaram no Brasil. Até o exato momento em que este trabalho está sendo elaborado, o país já ultrapassou três milhões de pessoas infectadas pela COVID-19 e mais de 100 mil óbitos confirmados¹⁰⁶ (BRASIL, 2020b).

Com a disseminação no país, o primeiro caso de COVID-19 na cidade de Uberlândia, confirmado pelo secretário de Saúde do município, foi registrado em torno de 20 dias após o primeiro registro no Brasil. O primeiro Boletim Municipal Diário de Uberlândia foi publicado em 21 de março de 2020 registrando a confirmação de três

¹⁰³ Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Economista do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da UFU.

¹⁰⁴ Doutora em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Economista do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

¹⁰⁵ Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Economista do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da UFU.

¹⁰⁶ Essas informações referem-se aos números registrados até a data de 11 de agosto de 2020.

casos da doença. Até a data de 11 de agosto de 2020, a Secretaria de Saúde de Uberlândia confirmou 15.411 casos de COVID-19 e 282 óbitos (UBERLÂNDIA, 2020).

Então, diante desse cenário de pandemia na cidade de Uberlândia, diversas ações foram definidas por decretos municipais: instituição o Comitê Municipal de Enfrentamento a COVID-19; suspensão temporária de atendimento ao público em alguns órgãos públicos; declaração de situação de emergência no município; definição de recomendações de medidas de proteção aos estabelecimentos comerciais (intensificação de medidas de limpeza, disponibilização de álcool em gel aos clientes, distanciamento, etc.); fechamento do comércio (não essencial) em Uberlândia para atendimento presencial; entre outras.

Ressalta-se que no final do mês de março de 2020 foi instituído um decreto que determinou o fechamento do comércio para os estabelecimentos tidos como não essenciais. Assim, durante 30 dias os estabelecimentos comerciais deveriam ficar fechados para atendimento presencial com exceção de farmácias, supermercados, postos de combustíveis, distribuidoras de gás e outros estabelecimentos de bens/serviços essenciais. Houve regras específicas para bares, lanchonetes e restaurantes.

Posteriormente, novos decretos regulamentando o funcionamento do comércio local definiram: abertura de maneira escalonada do comércio local; um segundo fechamento dos estabelecimentos não essenciais, diante do aumento substancial de casos de COVID-19 na cidade; e, no fim do mês de julho, nova reabertura do comércio.

No início de agosto, o município aderiu ao plano do Governo Estadual de Minas Gerais, o “Minas Consciente – Retomando a economia do jeito certo”, que define regras e medidas norteadoras para a retomada segura das atividades econômicas nos municípios de Minas Gerais. O plano setoriza as atividades econômicas em três “ondas”, determinando quais setores podem funcionar em cada contexto: Onda Vermelha – 1ª fase (Serviços essenciais); Onda Amarela – 2ª fase (Serviços não essenciais); Onda Verde – 3ª fase (Serviços não essenciais com alto risco de contágio) (MINAS GERAIS, 2020). Neste início do mês de agosto de 2020, Uberlândia encontra-se na Onda Amarela.

O fato é que foram definidas medidas para o enfrentamento ao COVID-19 baseadas no distanciamento social, isto é, foi adotada uma estratégia de prevenção e redução do contágio, haja vista que ainda não há tratamentos medicinais e vacinas

específicas para combater a doença. As medidas buscam seguir as recomendações da OMS de praticar o isolamento social, manter o distanciamento físico e realizar medidas de limpeza e higiene necessárias, uma vez que essas recomendações ainda são as mais adequadas para evitar o contágio e prevenir da COVID-19.

Neste novo cenário em que a sociedade uberlandense está vivendo, a maioria da população busca seguir as recomendações das instituições competentes sobre a prevenção ao novo Coronavírus, prezando pela saúde individual e coletiva. Tais ações têm relação e impacto na economia do município.

Dessa maneira, considerando a crise sanitária que o país está vivendo e o fato de que, mesmo havendo uma modificação dos hábitos, a população continua consumindo bens e serviços, especialmente, os tidos como essenciais. Portanto, ainda é essencial manter atenção ao custo de vida da sociedade.

Diante dessa relevância, o Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES), tomando todas as medidas necessárias de proteção e prevenção à COVID-19, continuou a realizar a Pesquisa Mensal de Preços. A manutenção da pesquisa permite calcular e divulgar o índice de preços ao consumidor de Uberlândia, possibilitando compreender os efeitos da inflação para as famílias uberlandenses com rendimentos monetários situados no intervalo de 01 a 05 salários mínimos, cuja pessoa de referência é assalariada.

Acompanhar e compreender as variações gerais dos níveis de preços da economia é importante para avaliar o poder de compra da população e o custo de vida das famílias. Adicionalmente, taxas elevadas de inflação ou deflação por um extenso período podem afetar negativamente o crescimento econômico, prejudicando as decisões de consumo e investimentos.¹⁰⁷ Atenção ao tema ganha ainda mais relevância em um momento de crise sanitária, em que medidas de prevenção a uma doença tem profundos impactos na economia.

A trajetória dos preços da economia é influenciada por um amplo conjunto de fatores, incluindo, nos últimos meses, a atual crise sanitária que demandou diversas medidas, tais como o fechamento temporário de estabelecimentos e serviços tidos como não essenciais, o isolamento social praticado pela população e a prática de *home*

¹⁰⁷ Uma breve discussão sobre os custos da inflação pode ser conferida em Fontes, Sousa e Prado (2019).

office por parte dos trabalhadores (ações que contribuem para diminuir a movimentação nas cidades e o consumo de alguns bens e serviços).

Desde o início da pandemia, o impacto das medidas de prevenção à COVID-19 no nível dos preços das economias é debatido e analisado. No início, com o fechamento de alguns estabelecimentos e até mesmo a redução e/ou parada temporária de alguns atividades industriais, houve um choque de oferta (redução da produção); contudo, simultaneamente, verificou-se uma queda na demanda (redução de consumo), tendo em vista que a preocupação da população com esse cenário de pandemia diminuiu (e até mesmo parou) o consumo diversos bens e serviços, como os bens que não são de primeira necessidade, serviços de turismo e transportes, refeições fora do domicílio, entre outros. Como esses choques refletiram na economia é uma temática debatida entre os economistas e analistas de mercados. Se por um lado, determinados fatores reverberam para a aceleração nos preços, por outro, há elementos que induzem uma desaceleração e recuo nos preços.

Além disso, a demanda por itens essenciais (como alimentos) não sofreu contração e pode ter aumentado significativamente considerando que algumas famílias realizaram estocagem de alimentos, pressionando, assim, uma alta nos preços desses produtos mais essenciais.

O Boletim da Cielo que aborda o impacto da COVID-19 no varejo brasileiro com base na variação do faturamento nominal das empresas em relação ao período anterior ao distanciamento social, mostra que desde o início¹⁰⁸ do surto de COVID-19 no Brasil, o varejo total no país apresentou uma queda de -24,6%. As informações do Boletim envolvem o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA) e retratam que entre março e junho de 2020 houve uma retração no faturamento de comércio varejista em todos os segmentos do setor de serviços, com exceção para o segmento de hiper/supermercados. O Boletim ainda traz que em algumas semanas dos meses as drogarias/farmácias e os estabelecimentos de material de construção apresentaram percentuais positivos do ICVA (CIELO, 2020).

Desse modo, este trabalho visa discutir como os preços de alguns produtos selecionados evoluíram nos primeiros meses de pandemia de COVID-19 e de isolamento social em Uberlândia. A seleção do conjunto de produtos neste estudo

¹⁰⁸ Período de 1º março de 2020 a 08 de agosto de 2020.

considerou a definição de bens e serviços essenciais¹⁰⁹ para a vida da população uberlandense; consequentemente, o trabalho analisou os dados dos produtos dos grupos “Alimentação e bebidas” e “Saúde e cuidados pessoais”, que compõem a estrutura do IPC-CEPES.

O período da análise envolve o primeiro semestre de 2020 em comparação com as informações do primeiro semestre de 2019, tendo como abrangência geográfica a cidade de Uberlândia.

O trabalho utiliza a base de dados da Pesquisa Mensal de Preços do CEPES, que é realizada em Uberlândia com base na metodologia do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além desta Introdução e das Considerações Finais, este estudo contém mais duas seções. Em uma seção são discutidos como os preços do grupo “Alimentação e bebidas” variaram no período selecionado. Já a outra seção se dedica à análise das variações nos preços do grupo “Saúde e cuidados pessoais”.

2 - Evolução dos Níveis de Preços do Grupo “Alimentação e Bebidas” no Primeiro Semestre de 2019 e de 2020 em Uberlândia

A Pesquisa Mensal de Preços é realizada pelo CEPES desde 1978 e conta, atualmente, com a coleta de mais de 8.000 preços em mais de 500 informantes/estabelecimentos de Uberlândia. Dessa forma, os dados coletados pela pesquisa permitem uma ampla análise da dinâmica de preços no município.

Dentre os vários indicadores criados a partir dos dados obtidos pela Pesquisa, destacam-se o Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia (IPC-CEPES), calculado desde 1979, e a Cesta Básica de Alimentos (CBA) de Uberlândia, calculada a partir de 1983. Esses indicadores possibilitam analisar a dinâmica econômica e do custo de vida no município ao longo do tempo, ensejando discussões essenciais para a sociedade uberlandense.

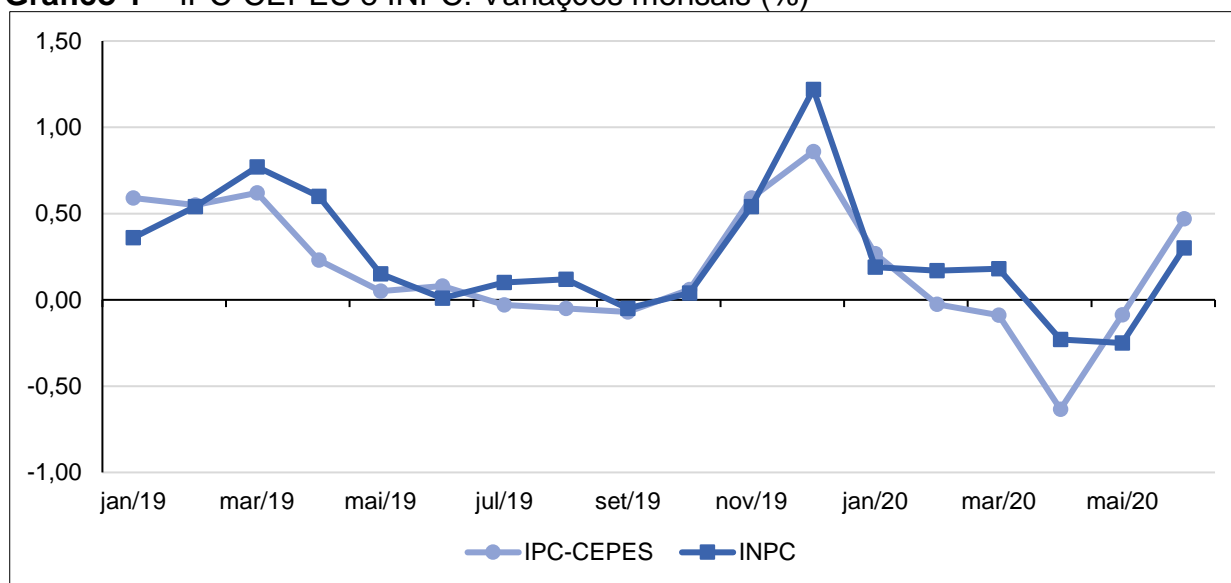
O IPC-CEPES, convencionalmente utilizado como medida de inflação para o município, tem como referência a cesta de consumo de famílias com rendimento monetário de 01 a 05 salários mínimos e é estruturado em nove grupos, 19 subgrupos,

¹⁰⁹ Os serviços essenciais definidos pelo Governo Federal estão disponibilizados em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/imagens/servicos-essenciais-covid-19>

52 itens e 235 subitens. A presente seção, objetiva apresentar brevemente o comportamento recente dos preços em Uberlândia a partir do IPC-CEPES, destacando o comportamento de componentes do grupo “Alimentação e bebidas” que tiveram destaque durante a pandemia de COVID-19.

O Gráfico 1 apresenta a inflação em Uberlândia e no Brasil, medidas respectivamente pelo IPC-CEPES e pelo INPC¹¹⁰, entre janeiro de 2019 e junho de 2020. Inicialmente, destaca-se o forte aumento de preços em dezembro de 2019, quando os índices registraram inflação de 0,86% em Uberlândia e de 1,22% no Brasil. Nesse mês, a média dos preços foi profundamente impactada pelo aumento de preços das carnes, consequência do aumento da demanda chinesa por proteína animal causada pelo surto de peste suína africana no país. O item “Carnes” apresentou um aumento de 14,17% em Uberlândia durante o mês, que se refletiu em um impacto de 0,43 ponto percentual (p.p.) variação do IPC-CEPES¹¹¹.

Gráfico 1 – IPC-CEPES e INPC: Variações mensais (%)



Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020) e Sistema Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE, 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Além disso, destacam-se as quedas de -0,63% no IPC-CEPES e de -0,23% no INPC em abril de 2020. As deflações registradas estão relacionadas com a pandemia

¹¹⁰ O INPC, calculado pelo IBGE desde 1979, refere-se às famílias com rendimento monetário de 01 a 05 salários mínimos, sendo a pessoa de referência assalariada, e abrange dez regiões metropolitanas do país, além de seis municípios (capitais). O IPC-CEPES adota a mesma metodologia do INPC, permitindo a realização de análises comparativas.

¹¹¹ Detalhes sobre a metodologia do IPC-CEPES podem ser conhecidos em CEPES (2017). Os impactos (do grupo, dos subgrupos e dos itens) são referentes à variação do IPC-CEPES.

de COVID-19, que levou a fortes medidas de isolamento social para conter o avanço do contágio pela doença. Em seguida, verificou-se um avanço considerável de preços em Uberlândia e no país em junho. As maiores taxas de inflação mensal foram observadas junho, mês geralmente caracterizado por variações mais modestas, de modo que é possível supor que o aumento de preços esteja profundamente ligado com a retomada da atividade econômica.

Vale ressaltar, ainda, que os formatos das curvas indicam um comportamento sensivelmente diferente entre os índices, sugerindo que a pandemia afetou de diferentes maneiras as várias cidades e regiões do país. Por um lado, a atividade econômica em Uberlândia foi afetada já em março, inclusive com um amplo fechamento do comércio determinado pelo Decreto nº 18.553 de 20 de março de 2020. Registrou-se o maior impacto sobre os preços em abril e uma queda menos intensa no mês seguinte (-0,09%), apontando para o início de uma retomada econômica. Por outro lado, o índice nacional, calculado como uma média ponderada dos índices locais de 16 regiões metropolitanas e municípios brasileiros, apresentou quedas consideráveis, mas menos intensas, em abril (-0,23%) e maio (-0,25%). Em conjunto, o comportamento das curvas aparentemente indica que a queda e a retomada da atividade econômica ocorreram antes que na média dos municípios acompanhados pelo INPC.

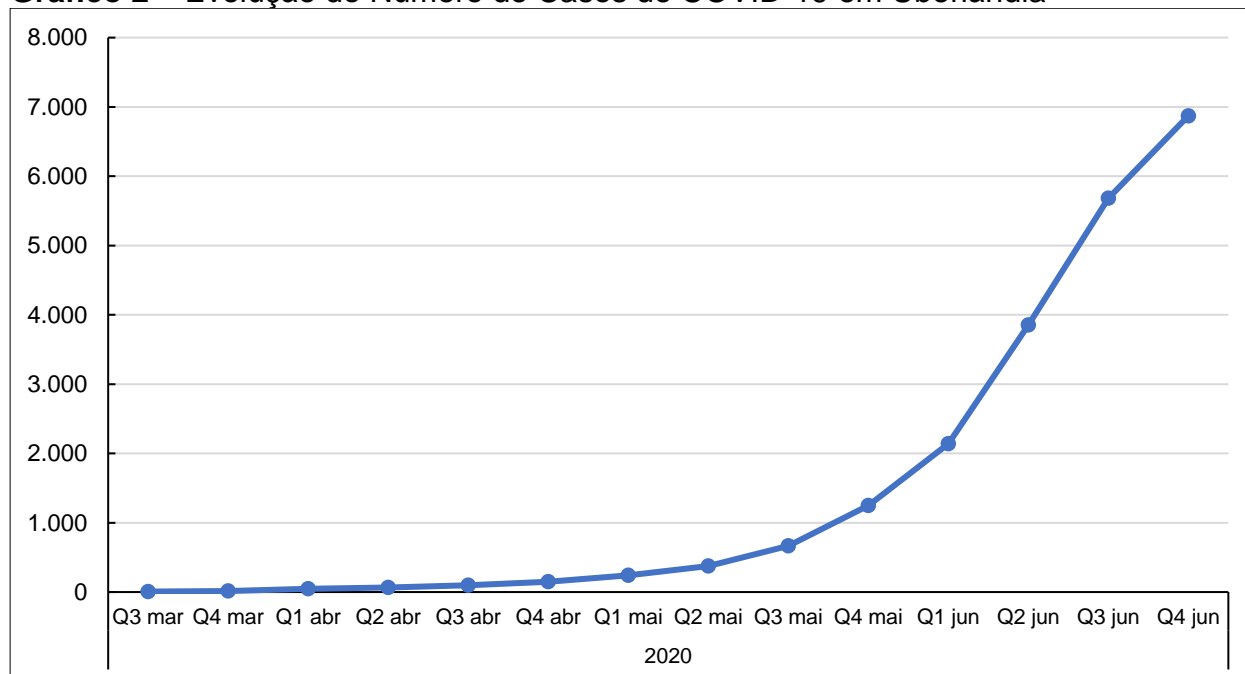
A inflação acumulada nos primeiros seis meses de 2020 em Uberlândia foi de -0,10%, contra 2,14% no mesmo período do ano anterior. Também no Brasil, essa diferença foi relevante; enquanto, a inflação registrada nos primeiros meses de 2019 foi de 0,36%, em 2019 ficou em 2,45%.

Dados os possíveis impactos da pandemia de COVID-19 nos preços e na atividade econômica, é conveniente observar em mais detalhes o contágio da doença no município. O Gráfico 2 apresenta o número acumulado de casos de COVID-19 em Uberlândia por data de confirmação.¹¹² Os primeiros casos foram diagnosticados na terceira semana de março, e o número total de casos registrados chegou a 6.871 no final de junho. Ressalta-se que o período de maior isolamento social, com fechamento mais severo do comércio, ocorreu no final de março e durante abril, ou seja, concomitante ao início do contágio pela doença. Desse modo, a reabertura do

¹¹² Nas análises do texto é considerada a divisão dos meses em quatro semanas, denominados de Q1, Q2, Q3 e Q4, considerada na coleta de preços da Pesquisa Mensal de Preços. A Q1 envolve o período de dias de 1º ao 7º dia do mês; a Q2 do dia 8 ao dia 15 de cada mês; a Q3 engloba o 16º dia ao 23º dia; e a Q4 é formada pelo 24º ao último dia do mês.

comércio e a queda dos índices de isolamento social ocorreram simultaneamente ao crescimento ainda acelerado do número de casos da doença no município.

Gráfico 2 – Evolução do Número de Casos de COVID-19 em Uberlândia



Fonte: Uberlândia (2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Avançando na discussão sobre a dinâmica dos preços, a Tabela 1 permite observar a variação mensal e acumulada no primeiro semestre de 2020 em Uberlândia. Os grupos com maiores ampliações de preços foram: “Educação” (3,03%), “Alimentação e bebidas” (2,84%) e “Saúdes e cuidados pessoais” (1,64%). Por outro lado, as maiores quedas foram em: “Transportes” (-4,20%) e “Vestuário” (-1,31%). Enquanto os preços em “Educação” foram impactados, principalmente, pelos reajustes dos cursos regulares, os comportamentos dos demais grupos destacados parecem estar profundamente ligados aos impactos da pandemia. Devido ao isolamento social e a menor movimentação das pessoas, os gastos com vestuário e transportes perderam importância no cotidiano das pessoas. Já o consumo de bens e serviços essenciais, como alimentação e saúde, foram menos impactados.

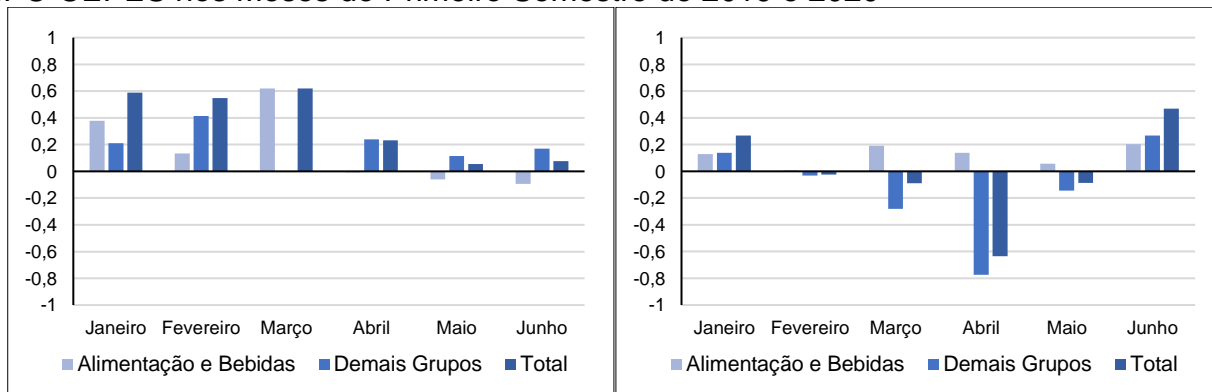
Tabela 1 – Variação Mensal e Acumulada (%) do IPC-CEPES, por Grupos, Nos Meses do Primeiro Semestre de 2020

Níveis	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	Acumulado no Semestre
IPC-CEPES	0,27	-0,03	-0,09	-0,63	-0,09	0,47	-0,10
1 - Alimentação e bebidas	0,50	0,03	0,75	0,54	0,22	0,77	2,84
2 - Habitação	-0,05	-1,04	0,63	-0,36	-0,29	0,12	-1,00
3 - Artigos de residência	0,64	-0,63	-2,92	-1,00	0,54	2,34	-1,11
4 - Vestuário	-1,07	1,06	-0,11	-0,33	-0,44	-0,41	-1,31
5 - Transportes	0,29	0,08	-0,88	-2,86	-0,85	-0,02	-4,20
6 - Saúde e cuidados pessoais	0,64	0,95	-0,95	-0,22	0,36	0,87	1,64
7 - Despesas pessoais	-0,20	-0,12	0,56	0,30	0,14	0,34	1,02
8 - Educação	2,26	0,35	-0,04	0,09	0,29	0,05	3,03
9 - Comunicação	0,19	0,42	0,35	-1,54	0,45	0,80	0,67

Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Dada a importância que os gastos com alimentação e saúde representam para a vida do uberlandense, o presente trabalho buscará analisar em mais detalhes o comportamento dos grupos “Alimentação e bebidas” (nessa seção) e “Saúde e cuidados pessoais” (na próxima seção).

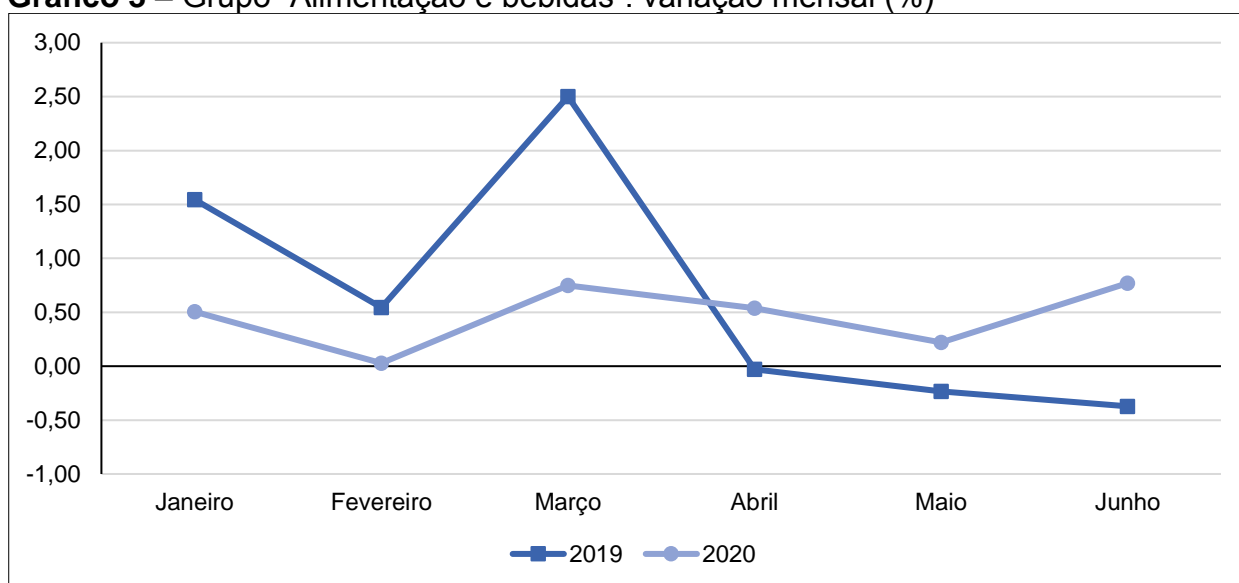
A Figura 1 permite uma breve análise do impacto da variação de preços do grupo “Alimentação e bebidas” no índice. No primeiro semestre de 2019, a inflação acumulada foi de 2,14%, o grupo “Alimentação e bebidas” teve um impacto acumulado de 0,97 p.p. e os demais grupos tiveram um impacto de 1,15 p.p.. Já no mesmo período de 2020, a inflação foi de -0,10%, o impacto do grupo analisado foi de 0,72 p.p. e dos demais grupos foi de -0,82 p.p.. Portanto, se por um lado, os demais grupos foram responsáveis por mais da metade da variação positiva do índice em 2019, por outro foram conjuntamente responsáveis por um grande impacto negativo no índice em 2020.

Figura 1 – Impactos (p.p.) do Grupo “Alimentação e Bebidas” e Demais Grupos do IPC-CEPES nos Meses do Primeiro Semestre de 2019 e 2020**(a) Impactos em 2019****(b) Impactos em 2020**

Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Observando as variações mensais (Gráfico 3), nota-se que em 2019 o grupo “Alimentação e bebidas” apresentou importantes aumentos de preços durante o primeiro trimestre e quedas leves no segundo trimestre do ano. Em 2020, o grupo apresentou aumento de preços em todos os meses do ano, com destaque para a maior variação em junho, mês de maior queda de preços do ano anterior. Esse comportamento sugere, novamente, a aparente centralidade que o consumo de bens e serviços essenciais apresentaram durante a pandemia.

Gráfico 3 – Grupo “Alimentação e bebidas”: variação mensal (%)

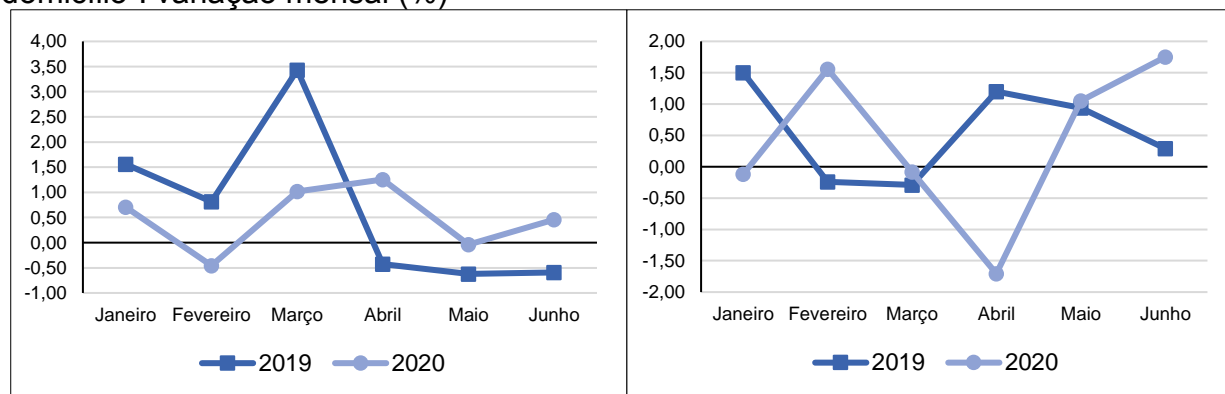


Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O grupo “Alimentação e bebidas” é dividido em dois subgrupos: “Alimentação no domicílio” e “Alimentação fora do domicílio”. Como observado no painel (b) da Figura 2, em 2019, os preços da alimentação fora do domicílio apresentaram, em média, um forte aumento (1,5%) no início do ano (janeiro), leves quedas em seguida (fevereiro e março), novos aumentos em abril e maio (1,20% e 0,94%), e um leve aumento (0,29%) em junho. Em 2020, o subgrupo também apresentou um aumento importante (1,56%) no início do ano (fevereiro) e uma leve queda em seguida. Por outro lado, o comportamento no trimestre seguinte foi relativamente diferente, uma vez que o mês de abril foi marcado por forte queda de -1,71% e o mês de junho por um forte aumento de 1,75%. Este comportamento no segundo trimestre de 2020 provavelmente está relacionado com o isolamento social verificado com mais intensidade em abril, isto é, os preços da alimentação fora de domicílio, por um lado, apresentaram quedas

seguindo a menor circulação de pessoas e o fechamento do comércio em abril e, por outro, apresentaram fortes elevações com a queda do isolamento social.

Figura 2 – Subgrupo “Alimentação no domicílio” e Subgrupo “Alimentação fora do domicílio”: variação mensal (%)



(a) Alimentação em Domicílio

(b) Alimentação fora do Domicílio

Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Já a alimentação em domicílio apresentou um aumento de 4,17% entre janeiro e junho de 2019, dividido em uma forte elevação média de preços no primeiro trimestre (5,90%) e uma queda moderada dos preços no trimestre seguinte (-1,63%). Porém, em 2020, o subgrupo apresentou um aumento menor de preços no primeiro semestre (2,97%), com elevação acumulada maior no segundo trimestre (1,68%) que no primeiro (1,26%), apesar da leve estabilidade dos preços em maio. Essa diferença de comportamento entre os anos está relacionada as variações mais moderadas nos primeiros meses do ano e com os aumentos de preços dos alimentos, devido aos efeitos da pandemia, em um período geralmente marcado por quedas de preços.

A Tabela 2 permite analisar em mais detalhes o comportamento do subgrupo “Alimentação em domicílio” ao apresentar os diferentes itens que o compõe. No primeiro semestre de 2020, os itens “Cereais, leguminosas e oleaginosas” e “Tubérculos, raízes e legumes” apresentaram maior aumento de preços (14,99% e 35,24%, respectivamente). Por outro lado, o maior impacto negativo foi do item “Carnes”, que registrou variação média de preços de -3,09%. Todavia, a variação acumulada das carnes em 12 meses é de 27,25%, indicando um forte aumento no semestre anterior. De fato, os preços das carnes aumentaram 11,77% em novembro e 14,17% em dezembro de 2019. Esse forte aumento decorre principalmente do aumento da demanda internacional por proteína animal devido ao avanço da peste suína

africana na China, que afetou profundamente a produção chinesa. A quantidade exportada pelo Brasil de carne bovina congelada aumentou 15,21% no último quadrimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018 (CEPES, 2020b).

Tabela 2 – Subgrupo “Alimentação em domicílio”: variação mensal e acumulada (%) nos Meses do Primeiro Semestre de 2020

Níveis	Variação Mensal (%)						Variação Acumulada (%)	
	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	Semestre	12 meses
0 – IPC-CEPES	0,27	-0,03	-0,09	-0,63	-0,09	0,47	-0,10	1,26
1 - Alimentação e bebidas	0,50	0,03	0,75	0,54	0,22	0,77	2,84	6,78
1.1 - Alimentação no domicílio	0,70	-0,46	1,02	1,26	-0,04	0,46	2,97	8,21
1.1.01 - Cereais, leguminosas e oleaginosas	4,82	-2,50	1,61	1,50	3,87	5,04	14,99	18,08
1.1.02 - Farinhas, féculas e massas	-0,38	2,24	3,02	-0,75	-0,22	5,41	9,53	-3,58
1.1.03 - Tubérculos, raízes e legumes	8,20	-0,60	15,23	15,88	5,36	-10,62	35,24	1,69
1.1.04 - Açúcares e derivados	3,39	0,80	-2,30	0,81	-0,05	0,08	2,68	-0,22
1.1.05 - Hortaliças e verduras	3,10	2,35	10,84	0,84	-14,29	-3,41	-2,36	-2,38
1.1.06 - Frutas	2,03	4,09	2,02	5,88	-6,65	-9,20	-2,75	36,94
1.1.07 - Carnes	-3,22	-3,18	-0,27	-3,26	2,77	4,31	-3,09	27,25
1.1.08 - Pescado	-1,15	5,21	-0,54	0,19	0,00	0,00	3,63	7,04
1.1.09 - Carnes, peixes industrializados	-0,53	-1,04	2,29	1,64	-2,14	0,17	0,32	4,61
1.1.10 - Aves e ovos	0,82	4,02	1,63	-2,69	0,10	-0,89	2,90	11,66
1.1.11 - Leite e derivados	-0,43	-1,07	1,01	6,80	-0,65	0,58	6,19	-0,46
1.1.12 - Panificados	1,03	-0,50	0,62	-1,63	-1,58	-0,90	-2,97	-2,13
1.1.13 - Óleos e gorduras	1,89	1,14	-1,37	0,44	-1,61	2,63	3,09	8,83
1.1.14 - Bebidas e infusões	0,95	-0,26	-1,56	0,54	-0,51	0,70	-0,15	0,00
1.1.15 - Enlatados e conservas	1,44	-2,70	-0,77	-0,87	1,49	2,48	0,97	4,72
1.1.16 - Sal e condimentos	1,18	-1,82	-0,99	2,03	-0,79	0,03	-0,42	4,67

Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

A análise mensal permite refletir a respeito da diferença entre o comportamento entre os anos de 2020 e 2019, além de ensejar uma avaliação do cenário atual de pandemia. Como observado anteriormente, o aumento médio de preços entre janeiro e março de 2020 foi razoavelmente menor que em 2019. Entre janeiro e fevereiro, as variações que mais contribuíram para essa diferença são provenientes do item “Carnes”, com uma queda de 3,22% e impacto na variação do índice de 0,11 p.p. em janeiro de 2020 e uma redução de 3,18% e impacto de 0,11 p.p. em fevereiro de 2020. Em março, a principal diferença é proveniente do item “Cereais, leguminosas e oleaginosas”, cujo preço médio subiu 11,83% (impacto de 0,23 p.p.) em março 2019 contra aumento de 1,61% (impacto de 0,03 p.p.) em março 2020.

No mês de abril, como visto na Figura 2, o subgrupo “Alimentação em domicílio” apresentou uma queda de 0,43% em 2019 e um aumento em 1,26% em 2020, diferença que possivelmente está relacionada com os impactos da pandemia. Em abril de 2019, 11 dos 16 itens que compõem o subgrupo apresentaram quedas de preços,

enquanto no mesmo mês do ano seguinte foi verificado queda de preços em apenas cinco itens. Entre os itens que mais impactaram positivamente a variação da alimentação doméstica em abril de 2020 estão: “Leite e derivados”, com variação de 6,80% e impacto de 0,17 p.p.; “Tubérculos, raízes e legumes”, variação de 15,88% e impacto de 0,12 p.p.; e “Frutas”, com variação de 5,88% e impacto de 0,07 p.p.. Por outro lado, a queda de 3,26% no preço médio do item “Carnes”, reduziu parcialmente o avanço dos preços do subgrupo “Alimentação em domicílio”, com impacto de -0,11 p.p..

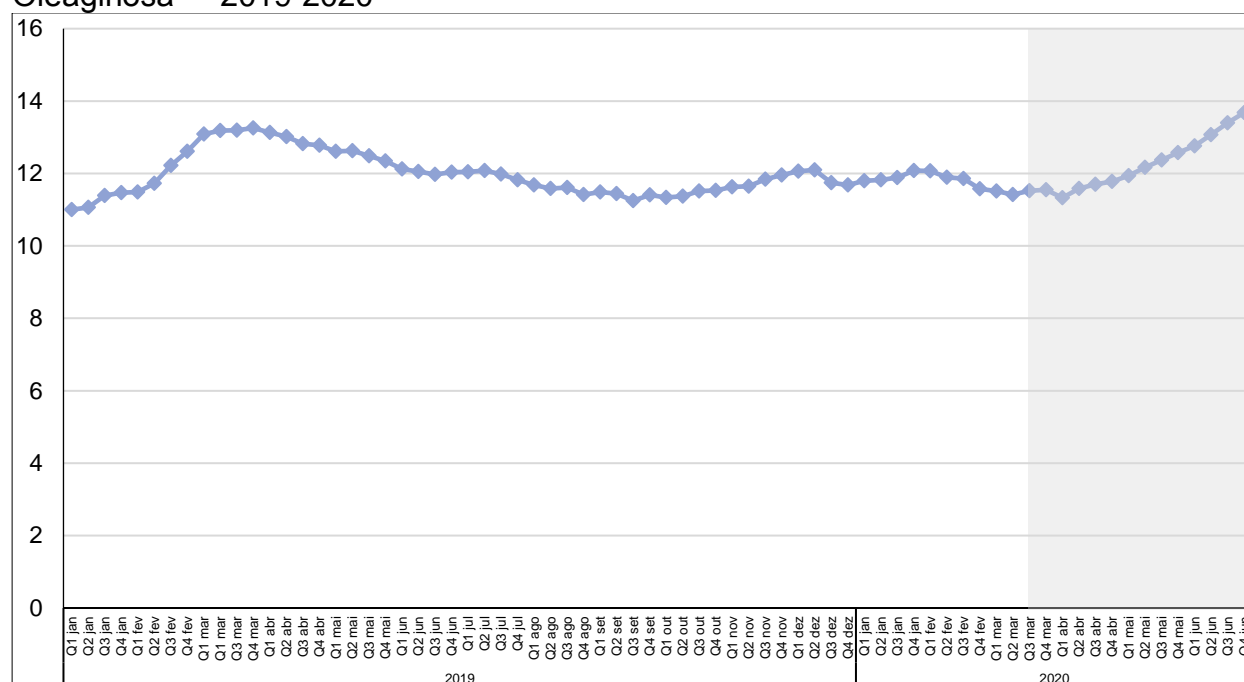
Em maio, o subgrupo examinado apresentou uma leve queda de 0,04%, com redução de preços em 10 dos 16 itens. As principais contribuições negativas vieram dos preços dos itens: “Frutas”, que caíram 6,65% (impacto de -0,08 p.p.); “Panificados”, com variação de -1,58% (impacto de -0,04 p.p.), e “Hortaliças e verduras”, com queda de 14,29% (impacto de -0,03 p.p.). Os itens do subgrupo com maiores impactos positivos no índice no mês foram: “Carnes”, que subiu 2,77% (impacto de 0,09 p.p.) após acumular uma queda de 9,60% no primeiro quadrimestre do ano; “Cereais, leguminosas e oleaginosas”, com variação de 3,87% (impacto de 0,07 p.p.); e “Tubérculos, raízes e legumes”, com aumento de 5,36% (impacto de 0,05 p.p.).

Por fim, em junho de 2020 foi captada um aumento de 0,46%, em contraste com a queda de 0,59% no ano anterior. Os destaques são: os avanços dos itens “Carnes” (variação de 4,31% e impacto de 0,14 p.p.), “Cereais, leguminosas e oleaginosas” (variação de 5,04% e impacto de 0,10 p.p.) e “Farinhas, féculas e massas” (variação de 5,41% e impacto 0,04 p.p.); e as quedas dos itens “Frutas” (variação de -9,20% e impacto de 0,11 p.p.) e “Tubérculos, raízes e legumes” (variação de -10,62% e impacto de 0,10 p.p.).

Conjuntamente, as informações sobre as variações mensais, acumuladas no ano e acumuladas em 12 permitem algumas observações adicionais sobre o comportamento de determinados itens. Primeiramente, observa-se um forte avanço do item “Cereais, leguminosas e oleaginosas” em 2020, com uma variação de 14,99% acumulada no ano contra uma variação de 18,08% acumulada em 12 meses. Essa variação é resultado do aumento de preços de dois produtos essenciais na alimentação dos uberlandenses: arroz e feijão. Os subitens “Arroz”, “Feijão-preto” e “Feijão-carioca (rajado)” aumentaram, respectivamente, 10,85%, 23,17% e 25,43% no primeiro semestre de 2020. Além do foco na alimentação em domicílio durante a pandemia, os preços do feijão vêm tendo impactos de quebras de safra ao longo do ano.

O Gráfico 4 mostra a média móvel¹¹³ dos preços do item “Cereais, leguminosas e oleaginosa” da primeira semana (Q1) de janeiro de 2019 a quarta semana (Q4) de junho de 2020. É possível observar uma trajetória ascendente da média móvel dos preços desse item no ano de 2020 a partir da Q2 de abril até o último período da análise, indicando que os preços do item, em média, permanecem aumentando desde a segunda semana de abril.

Gráfico 4 – Média Móvel dos Preços (R\$) do Item “Cereais, Leguminosas e Oleaginosa” – 2019-2020



Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

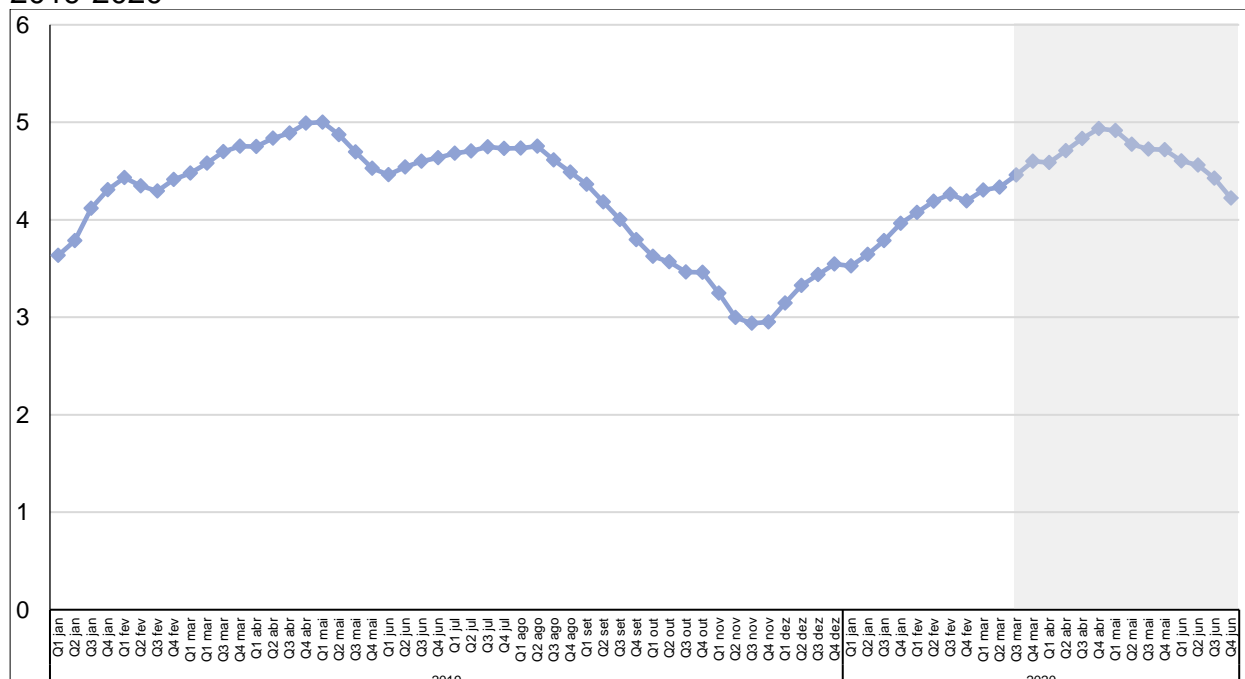
Outro destaque é o acentuado aumento de preços do item “Tubérculos, raízes e legumes” (35,24%) no primeiro semestre, apesar da forte queda em junho (10,62%). O item foi impactado pelos elevados aumentos de preços dos subitens “Batata-Inglesa” (67,34%) e “Cenoura” (34,29%), afetados principalmente por efeitos sazonais relacionados à produção e pela menor produção em 2020.

O Gráfico 5 traz a média móvel dos preços do item “Tubérculos, raízes e legumes” de janeiro de 2019 a junho de 2020. A curva da média móvel dos preços do

¹¹³ Salienta-se que a média considera quatro preços, o preço da semana de referência e os preços das três semanas imediatamente anteriores. A média móvel dos preços considerou a divisão do mês em quatro semanas (Q1, Q2, Q3 e Q4) utilizada da coleta de preços da Pesquisa Mensal de Preços. Ressalta-se que a média móvel é um importante indicador na análise de tendência, medindo em um período determinado o valor médio dos preços.

item foi ascendente desde a primeira semana do ano de 2020 até o mês de maio, quando se verificou uma queda média nos preços, que se acentuou no mês de junho.

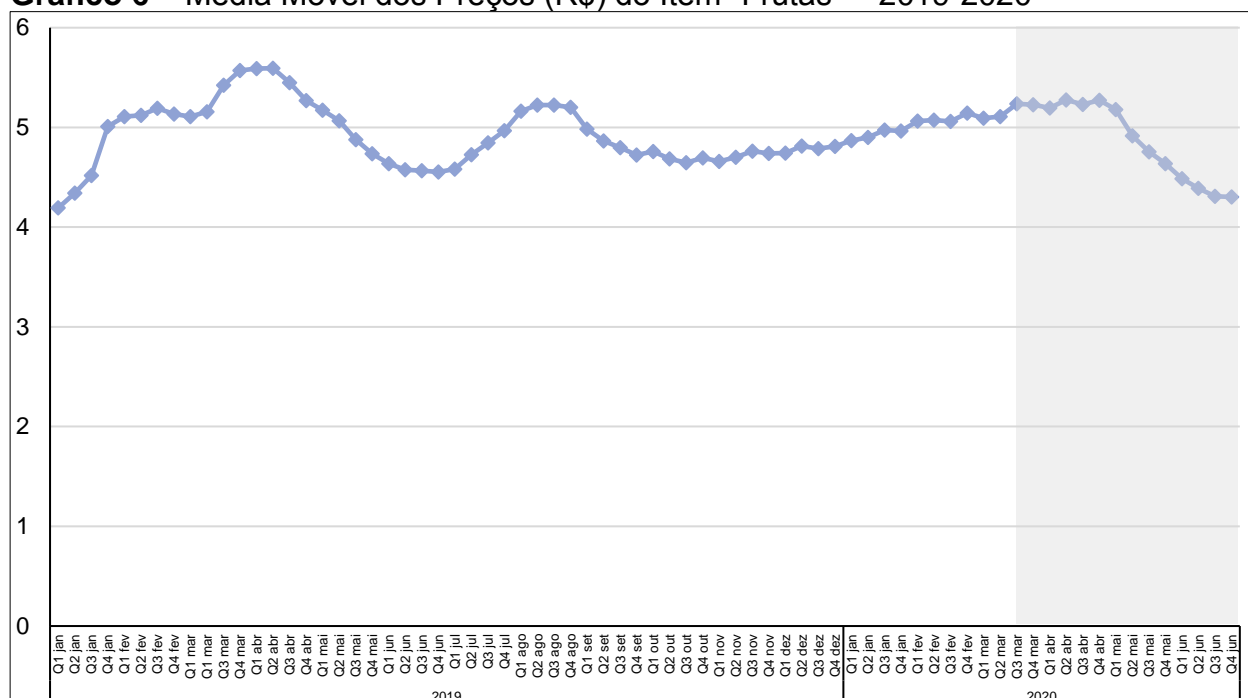
Gráfico 5 – Média Móvel dos Preços (R\$) do Item “Tubérculos, Raízes e Legumes” – 2019-2020



Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Já o item “Frutas” apresentou queda de 2,75% no primeiro semestre, com uma dinâmica similar ao comportamento do mesmo semestre dos anos anteriores, isto é, aumento elevado de preços nos primeiros meses e queda também acentuada nos meses seguintes, como pode ser observado no Gráfico 6. A média móvel dos preços desse item subiu nos primeiros quatro meses do ano e a partir do quinto mês apresentou uma tendência de baixa dos preços, que pode ser revertida a partir de julho, como verificado em 2019.

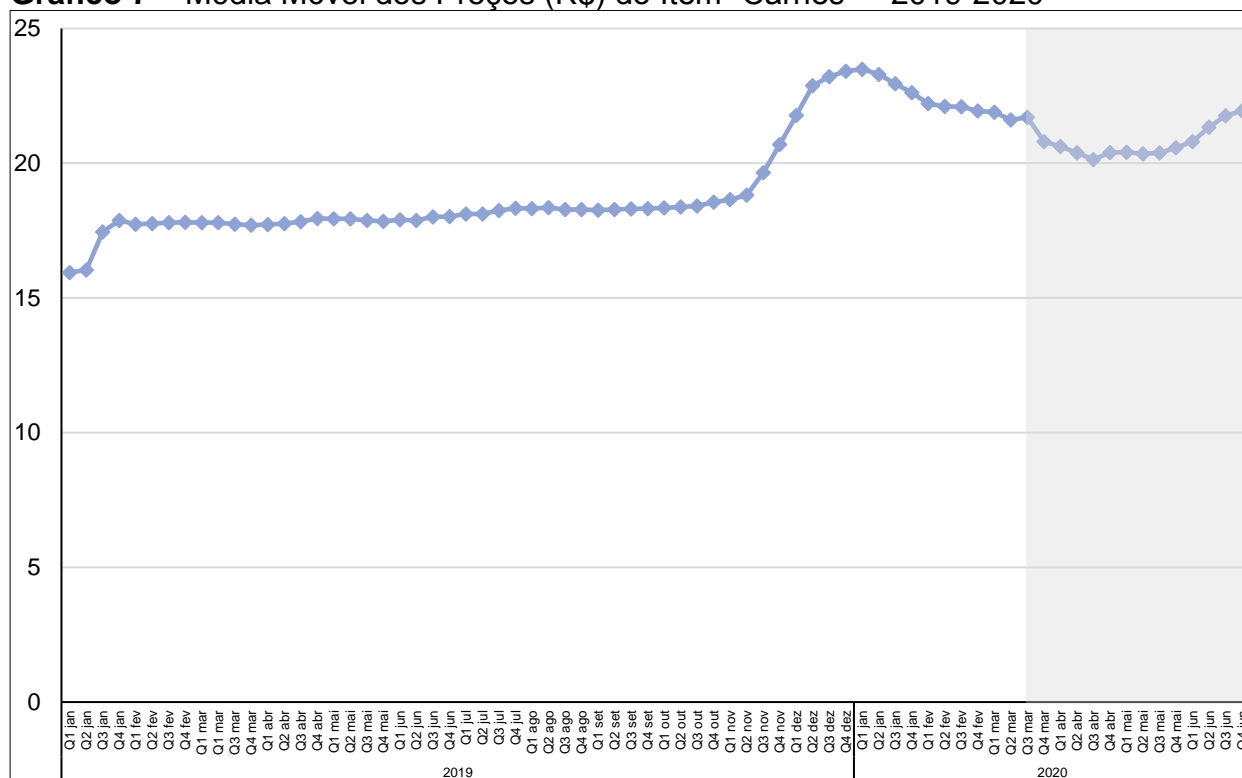
Além disso, a variação acumulada do item em 12 meses indica um forte avanço de preços. Esse fato está relacionado com os preços dos subitens “Banana-prata” e “Banana nanica” que subiram fortemente em 2019 (43,30% e 69,72%, respectivamente), e ainda não cederam em níveis compatíveis.

Gráfico 6 – Média Móvel dos Preços (R\$) do Item “Frutas” – 2019-2020

Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Por fim, o item “Carnes” apresentou queda de 3,09% nos seis primeiros meses de 2020. O movimento ao longo dos meses é similar ao observado nos anos anteriores (quedas no início do ano e elevações nos meses subsequentes), contudo as quedas entre janeiro e abril foram intensificadas com a leve correção após o aumento de preços no fim de 2019. Como destacado anteriormente, os preços das carnes foram fortemente impactados pelo aumento das exportações de proteína animal para China. Hoje os preços estão em um patamar mais elevado, cedendo à medida que o aumento da demanda chinesa é revertido e a produção nacional aumenta.

A média móvel dos preços do item “Carnes” de janeiro de 2019 a junho de 2020 está ilustrada no Gráfico 7 e indica uma leve trajetória ascendente dos preços iniciada em fevereiro de 2019. Todavia, a média móvel passa a crescer aceleradamente a partir da Q2 de novembro de 2019, apontando para o forte aumento de preços desse item. A partir da Q1 de janeiro de 2020 a média móvel passou a apresentar uma trajetória descendente, significando que os preços, em média, estavam em queda nos primeiros meses do ano de 2020. Entretanto, a curva iniciou uma reversão no final de maio e início de junho, isto é, passou a apresentar novos aumentos de preço no fim do semestre.

Gráfico 7 – Média Móvel dos Preços (R\$) do Item “Carnes” – 2019-2020

Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

As diferentes análises realizadas na presente seção permitem algumas observações finais sobre o comportamento do grupo “Alimentação e bebidas”. Inicialmente, o grupo é composto por uma série de subitens expostos aos impactos de fatores sazonais (diferentes safras e entressafras, por exemplo) e choques (quebras, safras acima das expectativas, etc.) na produção. Desse modo, investigações sobre a inflação exigem atenção aos aspectos sazonais, tais como incluir a análise de núcleos de inflação e da variação acumulada em 12 meses.

Além disso, o grupo vem sendo afetado por dois fatores importantes nos últimos meses. Primeiro, o aumento da demanda chinesa por proteína animal, fruto da acentuada queda na produção por causa da peste suína africana, impactou severamente o mercado internacional. Esse cenário impulsionou o preço das carnes, que deve persistir em patamares mais altos enquanto a demanda chinesa caia e que a produção nacional aumente.

Em segundo lugar, as mudanças nos hábitos dos uberlandenses devido ao avanço da pandemia de COVID-19 tem impactado os diversos bens e serviços acompanhados pelo IPC-CEPES. Como visto, os preços de vários grupos caíram à

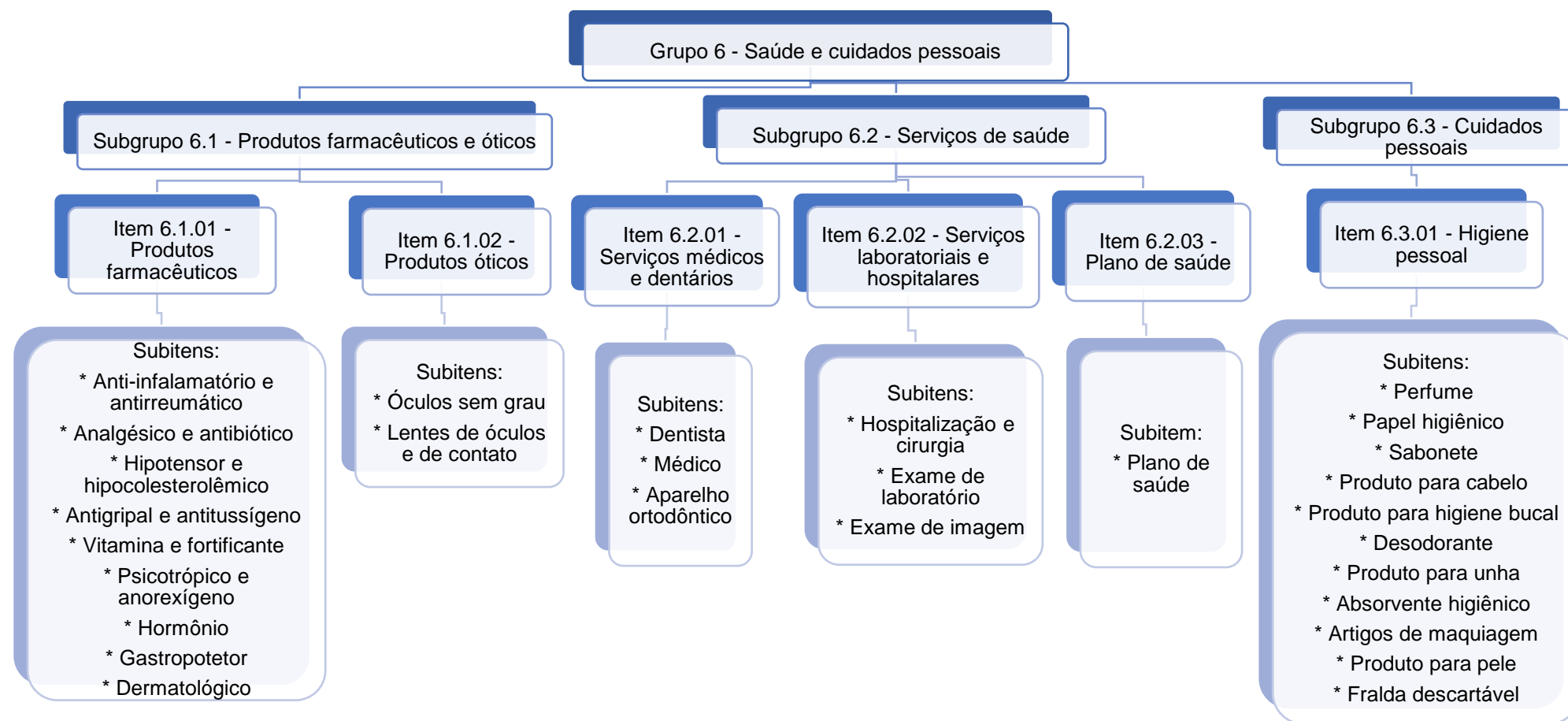
medida que o consumo se concentrou nos gastos essenciais com alimentação (em especial alimentação em domicílio) e saúde. O comportamento do IPC-CEPES e de seus diferentes componentes nos próximos meses dependerá da evolução da pandemia e de seus efeitos secundários.

3 - Evolução dos Níveis de Preços do Grupo “Saúde e Cuidados Pessoais” no Primeiro Semestre de 2019 e de 2020 em Uberlândia

Nessa seção está apresentada a variação dos preços do grupo “Saúde e cuidados pessoais” para os meses do primeiro semestre de 2019 e de 2020 para Uberlândia, com ênfase para alguns produtos selecionados neste grupo.

Novamente, destaca-se que os dados e informações advêm da Pesquisa Mensal de Preços do CEPES e que a seleção pelo grupo “Saúde e cuidados pessoais” considera a definição de que este grupo engloba bens e serviços essenciais para a população, especialmente nesse momento de crise sanitária causado pelo COVID-19. Ressalta-se que os bens e serviços essenciais são aqueles necessários para a sobrevivência, saúde e segurança da população.

O grupo “Saúde e cuidados pessoais” é composto por três subgrupos, a saber: 1) “Produtos farmacêuticos e óticos”; 2) “Serviços de Saúde”; 3) “Cuidados pessoais”. E cada subgrupo é formado por itens e subitens que estão representados na Figura 3.

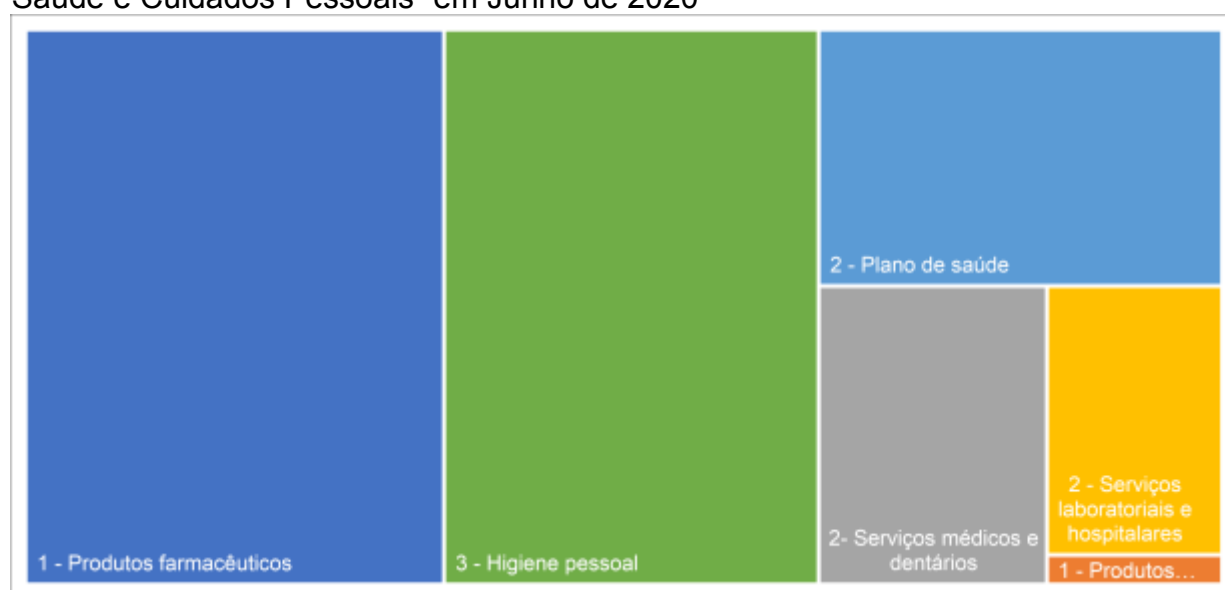
Figura 3 – Estrutura de Agregação do Grupo “Saúde e Cuidados Pessoais” do IPC-CEPES

Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O subgrupo “Produtos farmacêuticos e óticos” detém o maior peso na estrutura de ponderação do grupo, compondo 35,75% do peso do grupo, enquanto o subgrupo “Serviços de saúde” compõe 32,94% e o subgrupo “Cuidados pessoais” é responsável por 31,31%, com base nos valores de junho de 2020.

Considerando todos os itens que compõem o grupo “Saúde e cuidados pessoais”, a representação do peso de cada um na estrutura de ponderação do grupo está ilustrada no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Participação do Peso de Cada Item na Estrutura de Ponderação do Grupo “Saúde e Cuidados Pessoais” em Junho de 2020



Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Após essa breve apresentação da composição do grupo “Saúde e cuidados pessoais”, a análise que se segue visa atender ao objetivo central do estudo. Nesta seção, a análise se dará ao nível do subitem, visto que a composição deste grupo envolve menos subitens e itens do que o grupo “Alimentação e bebidas”.

Na Tabela 3 estão as variações mensais e acumuladas para o primeiro semestre de 2019 e de 2020 dos subgrupos e itens que compõem o grupo “Saúde e cuidados pessoais” do IPC-CEPES. Com base nas informações nesta tabela, tem-se que no primeiro semestre de 2019 a variação acumulada do grupo “Saúde e cuidados pessoais”, isto é, o quanto os preços dos produtos que compõem este grupo, em média, aumentaram, foi 2,00%. Já no ano de 2020, para o primeiro semestre, a alta nos preços foi um pouco menor, sendo, em média, de 1,64%.

Tabela 3 – Grupo “Saúde e Cuidados Pessoais”: Variação Mensal e Acumulada (%) nos Meses do Primeiro Semestre de 2019 e de 2020

		2019							2020							
		jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	Acum. Sem.	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	Acum. Sem.	Acum. 12 meses
Grupo	6 - Saúde e cuidados pessoais	0,46	0,01	-0,13	0,43	1,12	0,09	2,00	0,64	0,95	-0,95	-0,22	0,36	0,87	1,64	1,18
Subgrupo	6.1 - Produtos farmacêuticos e óticos	1,74	-0,21	-1,46	0,07	2,16	-0,63	1,62	2,55	1,49	-3,46	-1,19	0,73	1,75	1,75	-2,24
Item	6.1.01 - Produtos farmacêuticos	1,76	-0,12	-1,47	0,09	2,25	-0,64	1,84	2,67	1,63	-3,56	-1,24	0,74	1,92	2,04	-2,14
Item	6.1.02 - Produtos Óticos	0,49	-4,18	-1,19	-0,87	-1,76	-0,24	-7,56	-2,49	-5,02	1,34	1,08	0,14	-6,14	-10,84	-6,50
Subgrupo	6.2 - Serviços de saúde	0,33	0,41	0,68	0,37	0,37	0,37	2,55	0,02	0,55	0,56	1,22	0,54	-0,02	2,90	5,60
Item	6.2.01 - Serviços médicos e dentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,95	0,00	0,08	1,53	0,88	-0,16	1,36	3,43
Item	6.2.02 - Serviços laboratoriais e hospitalares	-0,18	0,18	1,46	0,00	0,00	0,00	1,46	0,17	1,29	1,21	2,18	-0,07	-1,17	3,63	4,54
Item	6.2.03 - Plano de saúde	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	0,80	4,88	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	3,61	7,57
Subgrupo	6.3 - Cuidados pessoais	-0,92	-0,12	0,70	0,92	0,64	0,68	1,90	-0,89	0,72	0,47	-0,59	-0,25	0,79	0,24	0,82
Item	6.3.01 - Higiene pessoal	-0,92	-0,12	0,70	0,92	0,64	0,68	1,90	-0,89	0,72	0,47	-0,59	-0,25	0,79	0,24	0,82

Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Tabela 4 – Grupo “Saúde e Cuidados Pessoais”: Impacto (p.p.) dos Subgrupos e Itens nos Meses do Primeiro Semestre de 2019 e de 2020

		2019							2020						
		jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	Acum. Sem.	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	Acum. Sem.
Grupo	6 - Saúde e cuidados pessoais	0,05	0,00	-0,01	0,04	0,12	0,01	0,21	0,07	0,10	-0,10	-0,02	0,04	0,09	0,17
Subgrupo	6.1 - Produtos farmacêuticos e óticos	0,07	-0,01	-0,06	0,00	0,08	-0,02	0,06	0,10	0,06	-0,13	-0,04	0,03	0,07	0,07
Item	6.1.01 - Produtos farmacêuticos	0,07	-0,00	-0,06	0,00	0,09	-0,02	0,07	0,10	0,06	-0,14	-0,05	0,03	0,07	0,08
Item	6.1.02 - Produtos Óticos	0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,00	-0,01	-0,00	-0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	-0,01
Subgrupo	6.2 - Serviços de saúde	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,08	0,00	0,02	0,02	0,04	0,02	-0,00	0,10
Item	6.2.01 - Serviços médicos e dentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	0,00	0,00	0,02	0,01	-0,00	0,01
Item	6.2.02 - Serviços laboratoriais e hospitalares	-0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,02	-0,00	-0,01	0,03
Item	6.2.03 - Plano de saúde	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,07	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,06
Subgrupo	6.3 - Cuidados pessoais	-0,03	-0,00	0,02	0,03	0,02	0,02	0,06	-0,03	0,02	0,02	-0,02	-0,01	0,03	0,01
Item	6.3.01 - Higiene pessoal	-0,03	-0,00	0,02	0,03	0,02	0,02	0,06	-0,03	0,02	0,02	-0,02	-0,01	0,03	0,01

Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Nota: Impactos (do grupo, dos subgrupos e dos itens) na variação do IPC-CEPES.

Dos três subgrupos que compõem o grupo “Saúde e cuidados pessoais”, em dois, a população de Uberlândia pagou mais caro no primeiro semestre de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019, a saber, o subgrupo “Produtos farmacêuticos e óticos” e o subgrupo “Serviços de saúde”. Esses subgrupos também tiveram um impacto maior no acumulado no primeiro semestre de 2020 em comparação ao mesmo período para 2019, como está mostrado na Tabela 4.

O subgrupo “Produtos farmacêuticos e óticos” apresentou um impacto de 0,06 p.p. no primeiro semestre de 2019, sendo 0,01 p.p. menor que o impacto registrado no primeiro semestre de 2020 (0,07 p.p.). Já o subgrupo “Serviços de saúde” apresentou impactos de 0,08 p.p. em 2019 e de 0,10 p.p. em 2020. O único subgrupo que apresentou um impacto menor no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período para o ano de 2019 foi o subgrupo “Cuidados pessoais”, já que em 2019 o impacto foi 0,06 p.p. e em 2020 foi 0,01 p.p..

A análise mensal permite compreender a diferença entre o comportamento dos preços no grupo “Saúde e cuidados pessoais” entre os anos de 2020 e 2019. Por meio da Tabela 3 e da Tabela 4, tem-se que em janeiro e fevereiro de 2020 o aumento médio dos preços do grupo “Saúde e cuidados pessoais” foi maior do que o registrado para esses meses no ano de 2019. Em ambos os meses de 2020 o destaque ficou para o item “Produtos farmacêuticos”, com o maior impacto positivo, 0,10 p.p. (janeiro de 2020) e 0,06 p.p. (fevereiro de 2020). Já no ano de 2019, esse item apresentou um impacto negativo, -0,06 p.p., no mês de fevereiro, juntamente com outros dois itens: “Higiene pessoal” (-0,004 p.p.) e “Produtos óticos” (-0,004 p.p.).

No mês de março, em ambos os anos, o grupo apresentou deflações, sendo que em 2020 essa deflação foi mais intensa. Mais uma vez, o destaque é para o item “Produtos farmacêuticos” que em março de 2020 apresentou uma queda de 3,56% e o maior impacto negativo (-0,14 p.p.), enquanto em março de 2019 a variação foi -1,47% e impacto de -0,06 p.p., que também representou o subitem com o maior impacto negativo no grupo.

Já em abril, enquanto em 2019 houve inflação, em 2020 o grupo fechou o mês com uma deflação. Esses resultados foram impulsionados pelo item “Produtos farmacêuticos” que apresentou um aumento de 0,09% em 2019 e uma redução de 1,24% em 2020, provavelmente, essa diferença esteja relacionada ao reajuste anual dos preços dos medicamentos que ocorreu em abril de 2019, enquanto em 2020 esse reajuste foi postergado para junho.

Ademais, em abril de 2020, cabe destacar a alta dos preços dos serviços médicos e dentários e dos serviços laboratoriais e hospitalares, contribuindo para conter uma queda ainda mais expressiva da variação do grupo. Em parte, o aumento nos preços desses serviços pode estar relacionado a pandemia de COVID-19 e o aumento de demanda por leitos em Uberlândia.

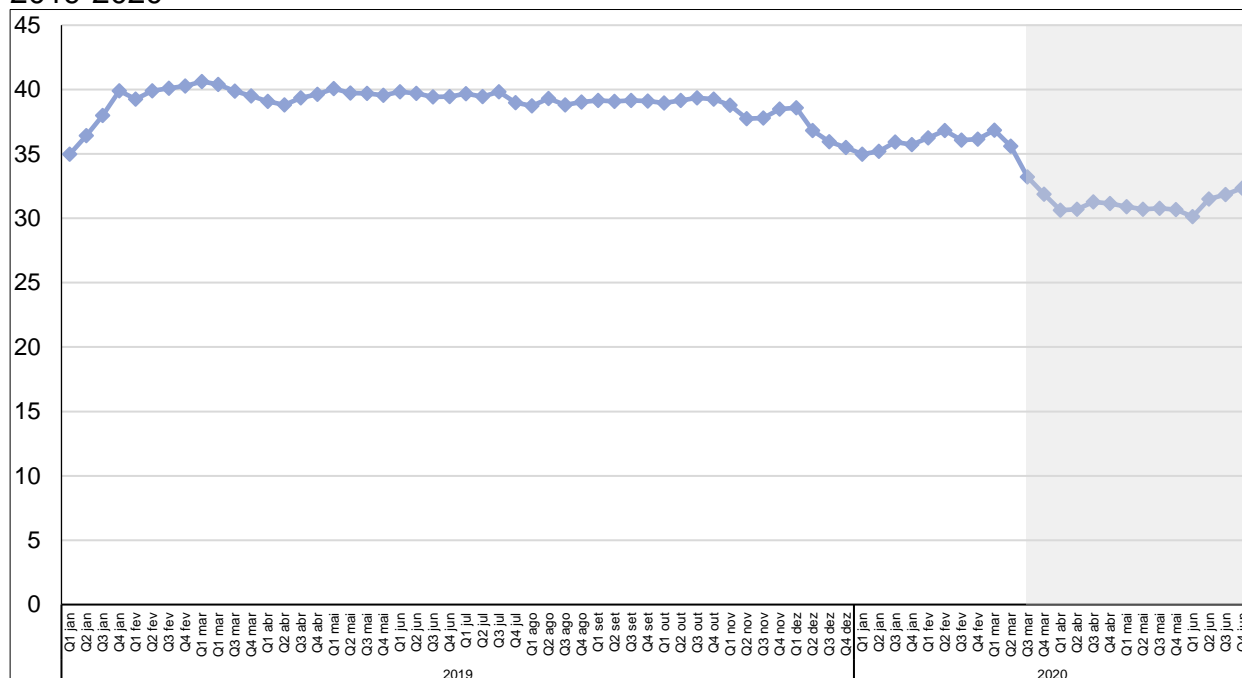
A inflação do grupo “Saúde e cuidados pessoais” em maio de 2019 foi superior à registrada no mesmo mês para o ano de 2020, enquanto o inverso foi verificado em junho. E como verificado nos demais meses, o item “Produtos farmacêuticos” apresentou a principal contribuição para a inflação de maio de 2019 e de junho de 2020.

Considerando que o item “Produtos farmacêuticos” foi o destaque em todos os meses e que ele detém o maior peso dentre os itens que integram o grupo “Saúde e cuidados pessoais” (Gráfico 8), é interessante analisar os subitens que o compõem.

Esse item apresentou uma variação acumulada no primeiro semestre de 2019 de 1,84% e impacto de 0,07 p.p., enquanto em 2020 a variação acumulada no período foi 2,04% e impacto de 0,08 p.p..

Observa-se que no mês de março de 2020, quando foram registrados os primeiros casos de COVID-19 em Uberlândia, a variação do item “Produtos farmacêuticos” foi negativa, desse modo os preços dos produtos farmacêuticos ficaram, em média, 3,56% mais baratos, sendo o item que apresentou o maior impacto negativo dentre os itens do grupo “Saúde e cuidados pessoais” (Tabela 3).

Em abril de 2020, também houve uma redução nos preços do item “Produtos farmacêuticos”, que caíram, em média, -1,24%, apresentando um impacto de -0,05 p.p.; enquanto nos meses de maio e junho as variações foram positivas, registrando uma alta nos preços de 0,74% e 1,92%, respectivamente (Tabela 3). É possível observar uma trajetória ascendente da média móvel dos preços dos medicamentos nos últimos períodos analisados, como pode ser analisado no Gráfico 9. A alta nos preços de medicamentos em junho se deve à própria dinâmica no mercado farmacêutico em Uberlândia, mas também está relacionada com o reajuste anual dos preços dos medicamentos autorizado no início do mês pelo Governo Federal. Por meio do Gráfico 9 também é possível observar a trajetória descendente da média móvel dos preços de março de 2020 até fim do mês de abril, sinalizando que os preços, em média, estavam em queda nessas semanas.

Gráfico 9 – Média Móvel dos Preços (R\$) do Item “Produtos Farmacêuticos” – 2019-2020

saúde durante a pandemia de Coronavírus (AGÊNCIA SENADO, 2020). Tal projeto foi encaminhado e está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Resumidamente, o reajuste anual autorizado em 2019 foi de até 4,33% e ocorreu a partir de abril, enquanto no ano de 2020, o reajuste só pôde ocorrer a partir de junho (ainda podendo ser suspenso se o projeto de lei for aprovado em todas as instâncias) tendo como percentual máximo 5,21%. Salienta-se ainda que o reajuste anual dos medicamentos definido pelo CMED e autorizado pelo Governo não ocorre de maneira automática e imediata nos estabelecimentos, trata-se de uma definição de teto permitido de reajuste, sendo que cada empresa pode optar em aplicar (integral ou parcialmente) ou não o reajuste. Nas decisões estão envolvidas as estratégias comerciais de cada farmácia/drogaria.

Ademais, nem todos os medicamentos têm preços controlados e em 2019 foi publicada a Resolução nº 2, de 26 de março de 2019, que classifica os medicamentos em três grupos: “medicamentos liberados”, as indústrias farmacêuticas podem reajustar o preço fábrica do medicamento a partir das suas próprias avaliações, não publicando o preço máximo ao consumidor; “medicamentos liberados de fábrica”, neste grupo as farmacêuticas podem reajustar o preço fábrica dos medicamento quando desejarem, porém precisam obedecer a margem de comercialização prevista entre o preço fábrica e o preço máximo ao consumidor; “Medicamentos monitorados”, grupo que precisam seguir as determinações da CMED para o reajuste anual, sendo que essa Câmara monitora o teto máximo do índice de reajuste anual a ser praticado pelas indústrias farmacêuticas. (BRASIL, 2019).

Realizadas as considerações sobre o reajuste anual dos medicamentos, a análise que se segue engloba os subitens que compõe o item “Produtos farmacêuticos”. Na estrutura do IPC-CEPES, este item é composto por onze subitens de medicamentos que contribuem para o resultado da variação do item. Pretende-se mostrar a variação de preços de alguns subitens selecionados que apresentaram os maiores impactos nos resultados mensais do item¹¹⁵.

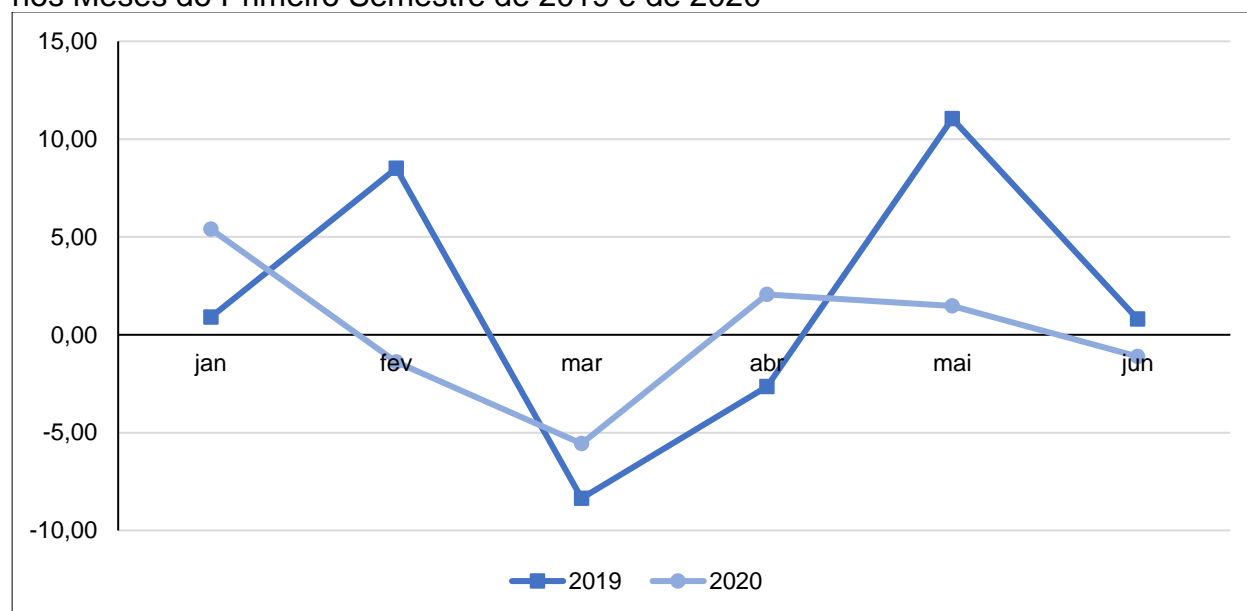
¹¹⁵ Salienta-se que o presente trabalho não está fazendo nenhuma recomendação de medicamentos para o tratamento de quaisquer doenças, nem defendendo a automedicação. Em caso de suspeita de qualquer doença e agravamento dos sintomas é importante procurar um serviço de saúde, consultando um profissional da área médica que poderá realizar o diagnóstico e recomendar o tratamento adequado. Como destacado na página oficial da OMS, até o momento, não há vacinas ou medicamentos específicos para o tratamento dos pacientes com COVID-19, mas, os tratamentos estão sendo pesquisados. Para mais informações sobre como proceder em caso de suspeita de COVID-19 conferir WHO (2020).

Iniciando a análise pela variação dos preços do subitem “Analgésico e antitérmico”, medicamentos utilizados para o tratamento de dor e para combater a febre (MEDPREV, 2020). Este subitem foi destaque no mês de março de 2020, tendo o maior impacto negativo neste mês e contribuindo para a deflação do item “Produtos farmacêuticos”; além de apresentar o segundo maior impacto positivo em maio último.

No primeiro semestre de 2019, o subitem “Analgésico e antitérmico” apresentou um impacto de 0,06 p.p. e um aumento, médio, nos preços de 9,35%, sendo uma variação acumulada muito superior à verificada no primeiro semestre de 2020, uma vez que a alta média dos preços desse subitem foi de 0,53% e o impacto de 0,004 p.p..

Como mostrado no Gráfico 10, no ano de 2020, a variação mais alta foi registrada no mês de janeiro, 5,40%. Já em fevereiro e março, o subitem “Analgésico e antitérmico” apresentou deflação, -1,39% e -5,56%, respectivamente. Em junho, também houve uma redução, média, nos preços de analgésicos e antitérmicos (-1,11%). Um aumento de preços foi registrado em abril (2,07%) e maio (1,47%), meses em que os números de casos confirmados de COVID-19 começaram a acelerar na cidade.

Gráfico 10 – Variação Mensal (%) dos Preços do Subitem “Analgésico e Antitérmico” nos Meses do Primeiro Semestre de 2019 e de 2020

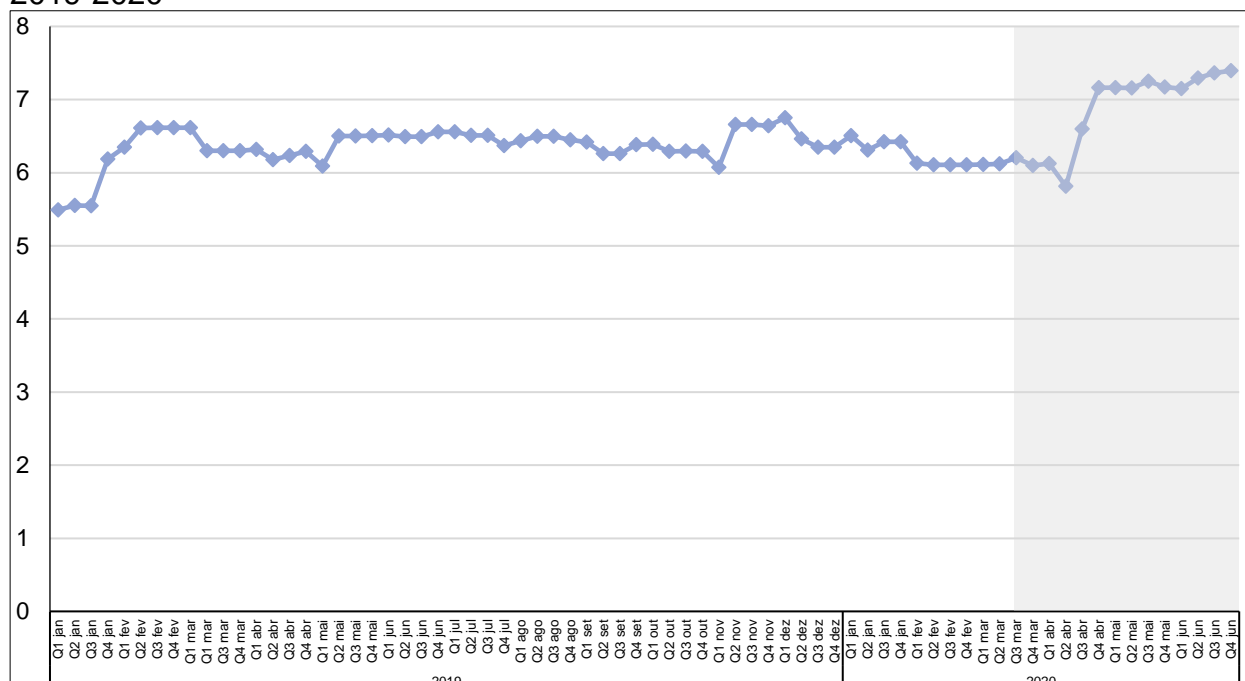


Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O Gráfico 11 mostra a média móvel dos preços do subitem “Analgésico e antitérmico” de janeiro de 2019 a junho de 2020, sendo possível observar a trajetória ascendente da média móvel dos preços a partir da Q2 de abril de 2020, sinalizando que os preços, em média, estavam aumentando. O patamar médio dos preços dos

analgésicos e antitérmicos a partir da última semana de abril foi superior a todas as semanas anteriores, se mantendo elevado mesmo com a leve redução nos preços no mês de junho.

Gráfico 11 – Média Móvel dos Preços (R\$) do Subitem “Analgésico e Antitérmico” – 2019-2020



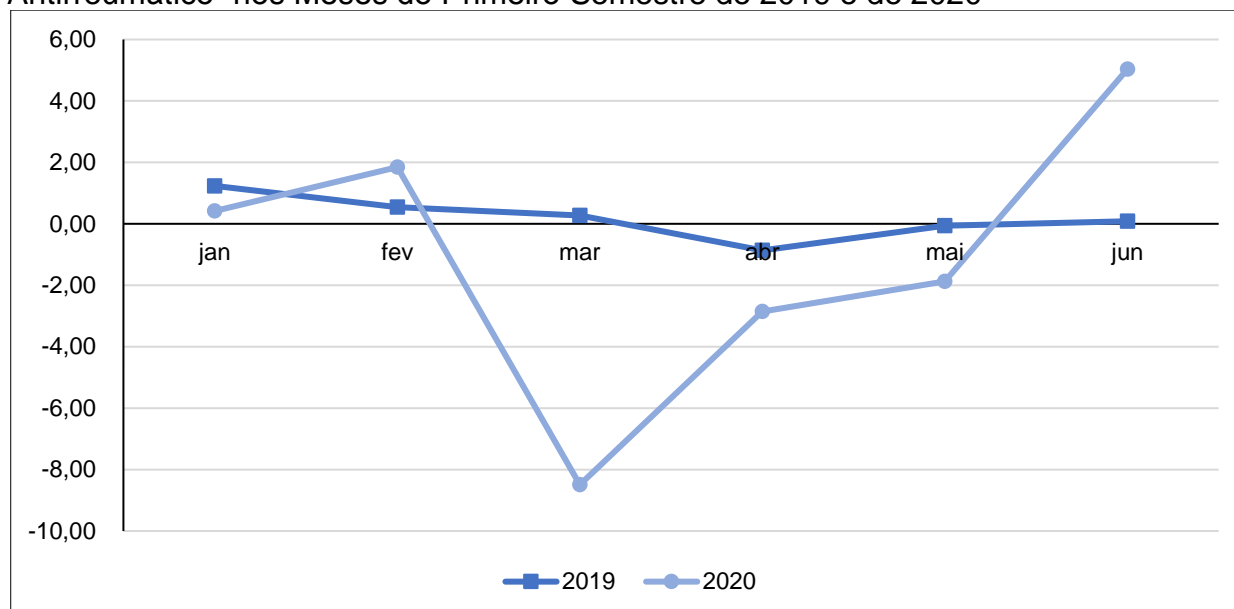
Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O próximo subitem analisado é o “Anti-inflamatório e antirreumático” (Gráfico 12), que envolve medicamentos para o tratamento de diversas inflamações e que também podem aliviar dores e febre (MEDPREV, 2020). A variação acumulada no primeiro semestre de 2019 foi 1,19% e impacto de 0,01 p.p., já no ano de 2020, para o mesmo período, a variação acumulada ficou em -6,31% e o impacto em -0,02 p.p.. Dessa forma, enquanto no primeiro semestre de 2019 registrou um aumento, médio, nos preços de remédios anti-inflamatório e antirreumático, no primeiro semestre de 2020 (período em que a pandemia começou), os preços deste subitem apresentaram uma queda.

A variação acumulada em 2020 para este subitem foi influenciada pela queda expressiva nos preços do subitem no mês de março, que em média, ficaram 8,49% mais baratos em comparação ao mês de fevereiro, representando o segundo maior impacto negativo no índice do Grupo dentre todos os subitens. Nos dois meses que se seguiram, o subitem “Anti-inflamatório e antirreumático” continuou apresentando deflação, contudo, em valores menores ao registrado em março. Em junho de 2020,

houve uma alta nos preços desse subitem, uma vez que a variação registrada foi 5,03%, sendo o subitem com o maior impacto positivo neste grupo.

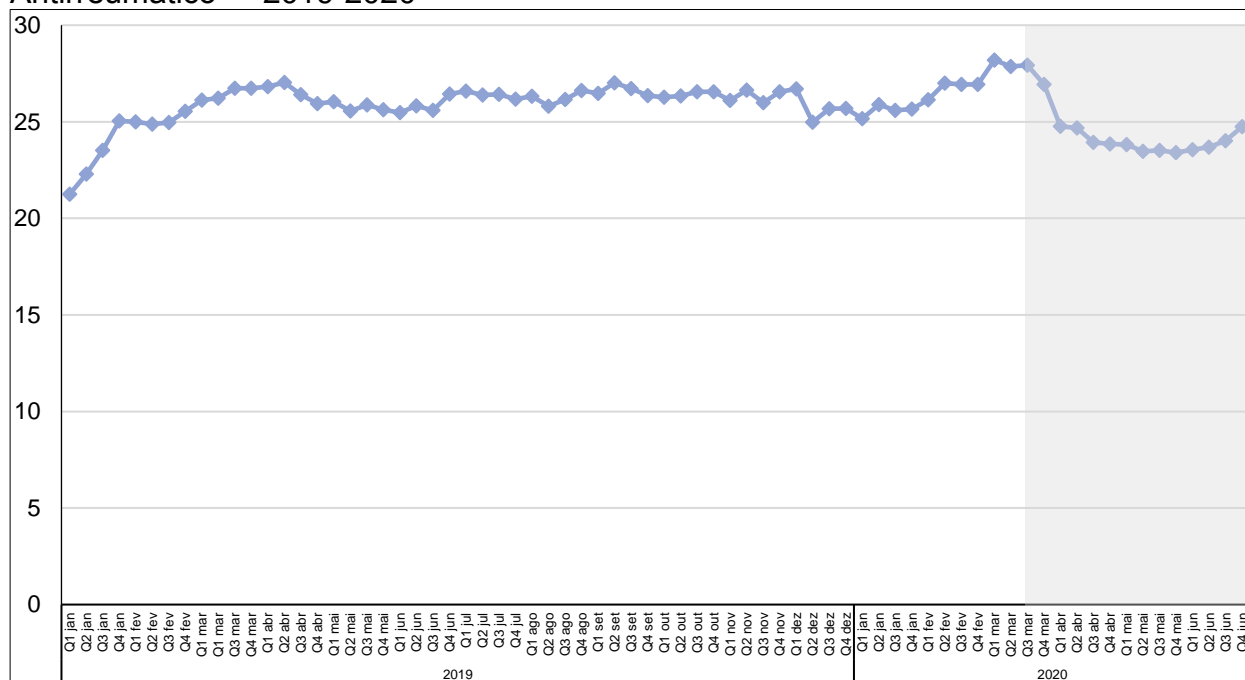
Gráfico 12 – Variação Mensal (%) dos Preços do Subitem “Anti-inflamatório e Antirreumático” nos Meses do Primeiro Semestre de 2019 e de 2020



Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

A média móvel dos preços do subitem “Anti-inflamatório e antirreumático” da Q1 de janeiro de 2019 a Q4 de junho de 2020 está representada no Gráfico 13. O patamar médio dos preços desse medicamento a partir da Q1 de abril de 2020 é inferior ao patamar registrado nos primeiros meses de 2020, bem como menor do que os valores registrados desde fevereiro de 2019. A média móvel descendente a partir da Q3 de março de 2020 indica que os preços, em média, estavam em queda. Já no início de junho de 2020, observa-se uma retomada no aumento médio nos preços de anti-inflamatórios e antirreumáticos.

Gráfico 13 – Média Móvel dos Preços (R\$) do Subitem “Anti-inflamatório e Antirreumático” – 2019-2020

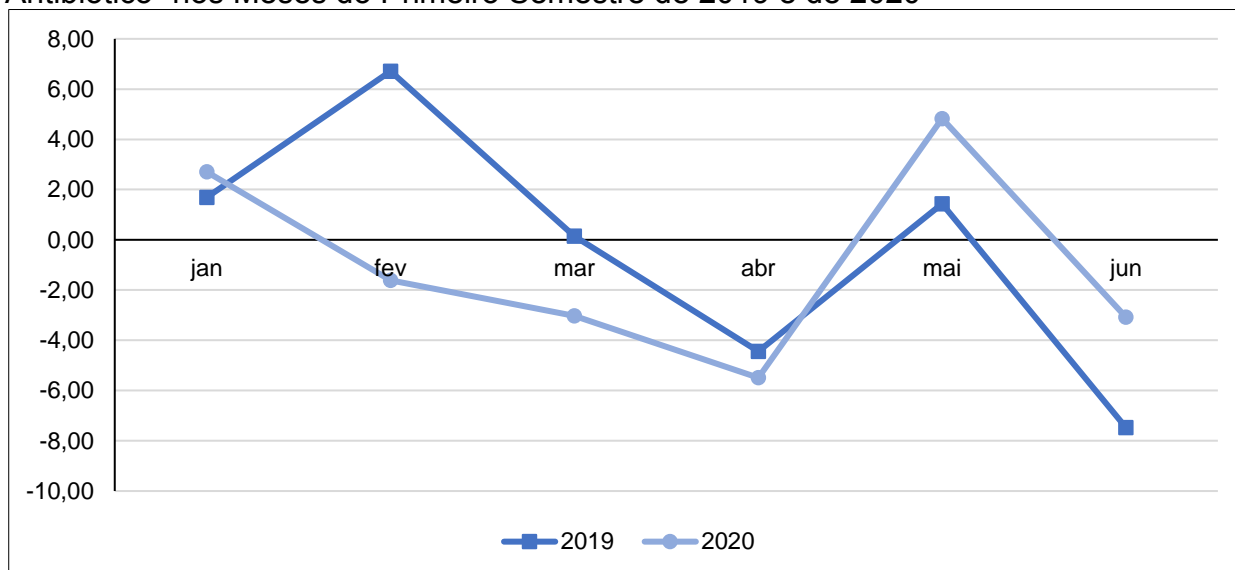


Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

No que tange as variações mensais no primeiro semestre de 2019 e de 2020 do subitem “Anti-infeccioso e antibiótico”, representadas no Gráfico 14, destaca-se que a variação acumulada e o impacto em ambos os semestres foram negativos: variação de -2,55% com impacto de -0,01 p.p. em 2019 e variação -5,92% com impacto de -0,02 p.p. em 2020. Assim, os preços desse medicamento apresentaram uma redução, em média, de 5,92% no primeiro semestre de 2020, sendo uma redução superior a queda, média, dos preços verificada no primeiro semestre de 2019. Ressalta-se que este subitem, dentre todos os subitens do grupo “Saúde e cuidados pessoais”, apresentou a principal contribuição para a inflação do grupo “Saúde e cuidados pessoais” registrada no mês de maio de 2020.

Nos seis primeiros meses de 2020, em quatro meses, o subitem “Anti-infeccioso e antibiótico” registrou deflação, sendo que a mais intensa foi em abril (-5,49%). Nos meses de janeiro e de maio de 2020, as variações foram positivas, sendo que no quinto mês do ano, os preços desses medicamentos aumentaram em média 4,83%.

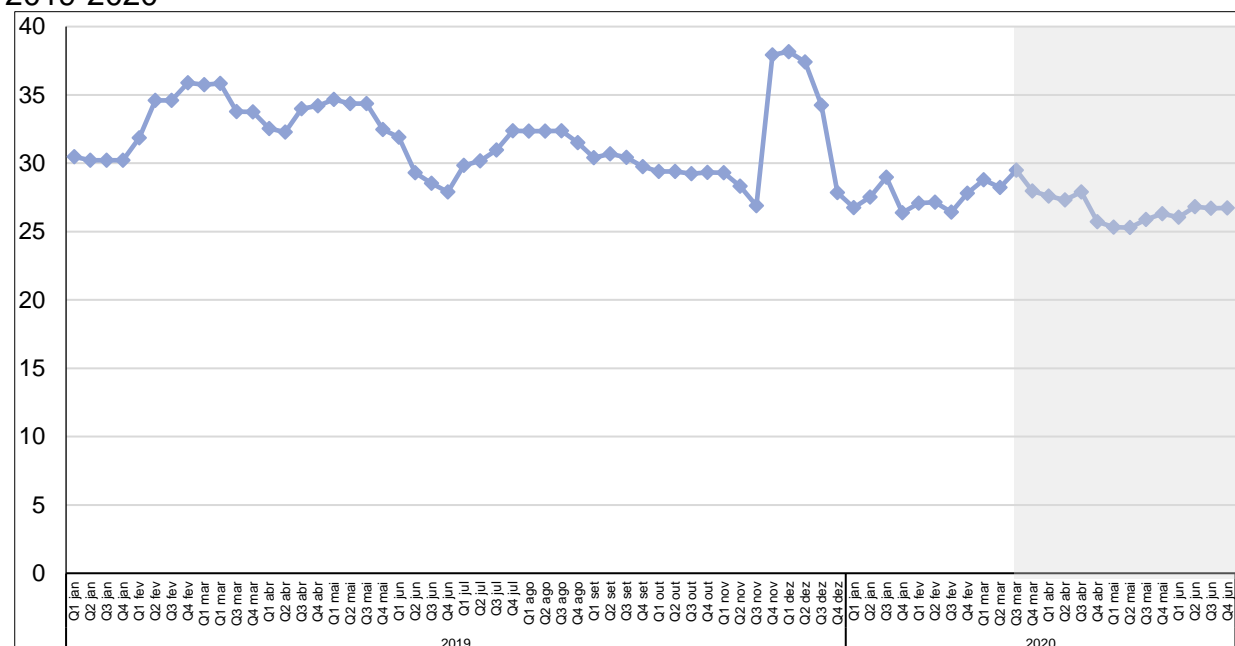
Gráfico 14 – Variação Mensal (%) dos Preços do Subitem “Anti-infeccioso e Antibiótico” nos Meses do Primeiro Semestre de 2019 e de 2020



Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O Gráfico 15 mostra a média móvel dos preços do subitem “Anti-infeccioso e antibiótico” de janeiro de 2019 a junho de 2020. Por meio dele é possível observar que ocorreu uma expressiva queda, média, dos preços no final de 2019 para o início de 2020 e que os preços no primeiro semestre de 2020 estão em patamares inferiores aos verificados em 2019. Como já mencionado houve uma deflação mais intensa no primeiro semestre de 2020 frente ao mesmo período de 2019.

Gráfico 15 – Média Móvel dos Preços (R\$) do Subitem “Anti-infeccioso e Antibiótico” – 2019-2020



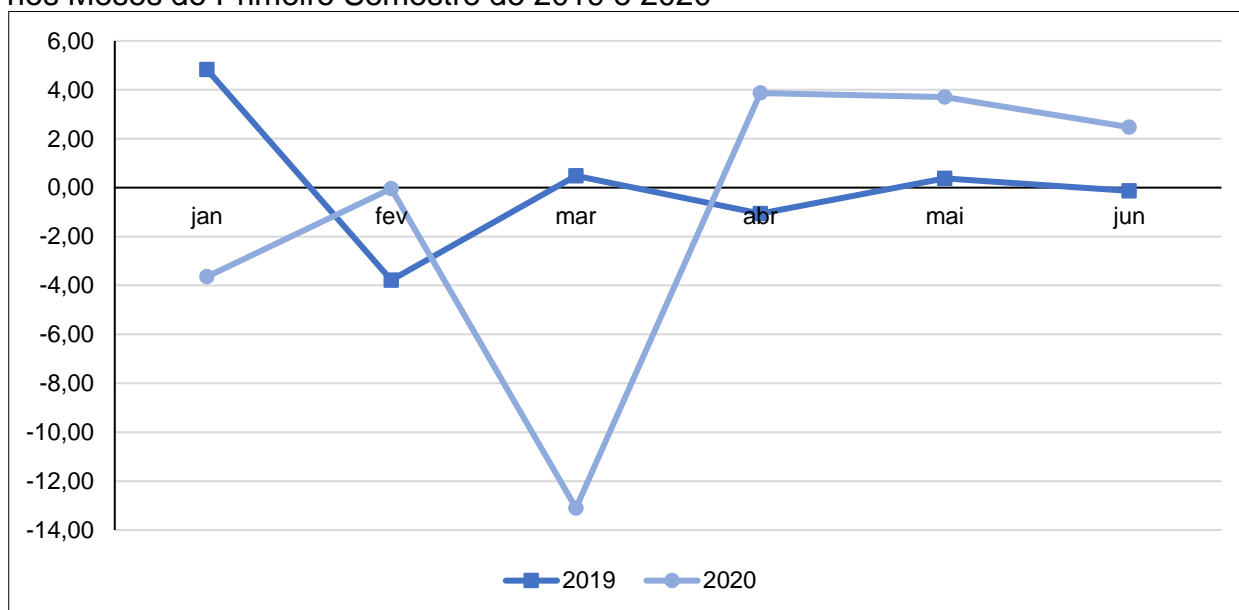
Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Nota: Eixo principal: média móvel dos preços; eixo secundário: número de casos de COVID-19 em Uberlândia.

Já o Gráfico 16 trata da variação mensal dos preços do subitem “Antigripal e antitussígeno”, que foi destaque nos meses março e maio de 2020. Por meio do gráfico, é possível verificar que nos três primeiros meses do ano de 2020 houve uma redução no nível médio dos preços, sendo que a mais intensa foi registrada em março (-13,10%), mês em que a curva da média móvel dos preços desse subitem apresentou uma trajetória descendente expressiva (Gráfico 17).

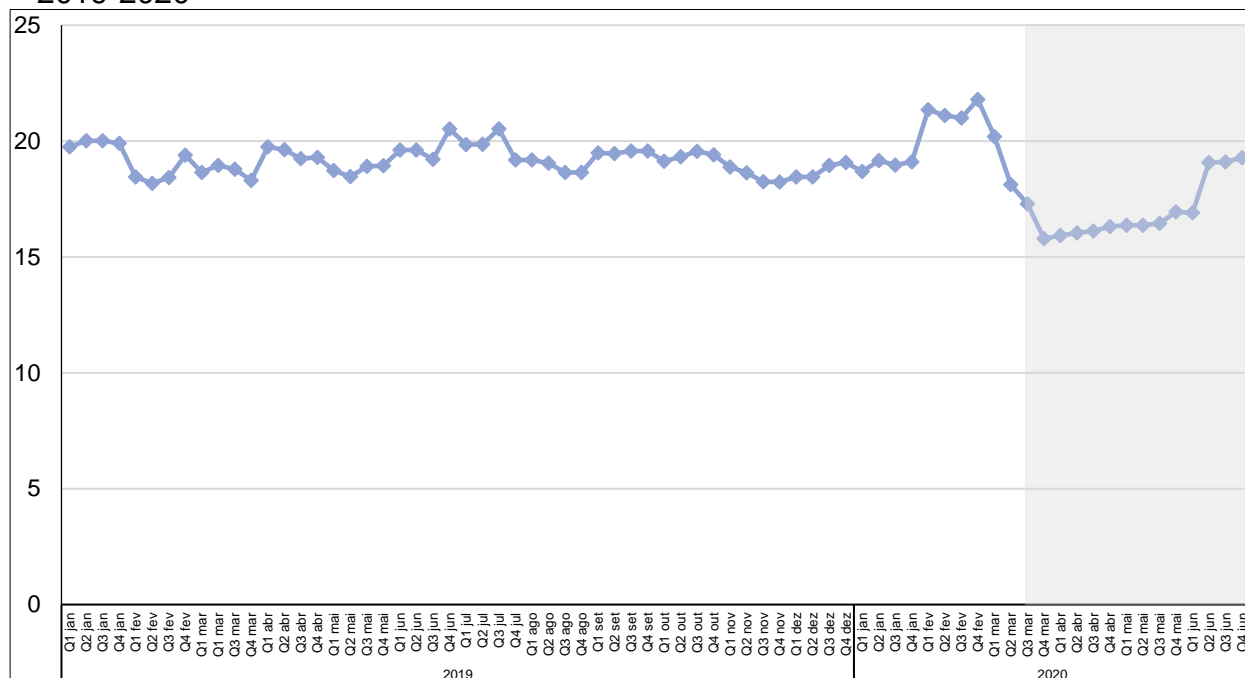
Nos últimos três meses do primeiro semestre de 2020, meses em que os casos de influências são mais frequentes no Brasil, os antigripais e antitussígenos apresentaram inflação, tendo uma aceleração nos preços em abril e desacelerações em maio e junho. Isto é, os aumentos médios nos preços nos últimos dois meses do semestre foram menores do que o aumento registrado em abril, porém a variação foi positiva, com os preços dos antigripais e antitussígenos aumentando em média 3,70% em maio e 2,48% em junho.

Gráfico 16 – Variação Mensal (%) dos Preços do Subitem “Antigripal e Antitussígeno” nos Meses do Primeiro Semestre de 2019 e 2020



Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Gráfico 17 – Média Móvel dos Preços (R\$) do Subitem “Antigripal e Antitussígeno” – 2019-2020



Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Vale destacar, ainda, que a variação acumulada no primeiro semestre de 2020 foi menor do que a variação acumulada no primeiro semestre de 2019 (-7,62% contra 0,51%). Então, verificou-se uma redução média nos preços de medicamentos antigripais e antitussígenos nos primeiros meses de 2020, enquanto em 2019 (primeiro semestre) houve um aumento.

Para finalizar, esta seção também ressalta o subgrupo “Serviços de saúde” que merece destaque tendo em vista o momento de crise sanitária e a alta da demanda por serviços de saúde, sendo importante conhecer a evolução dos custos desses serviços na cidade de Uberlândia nos primeiros meses de pandemia.

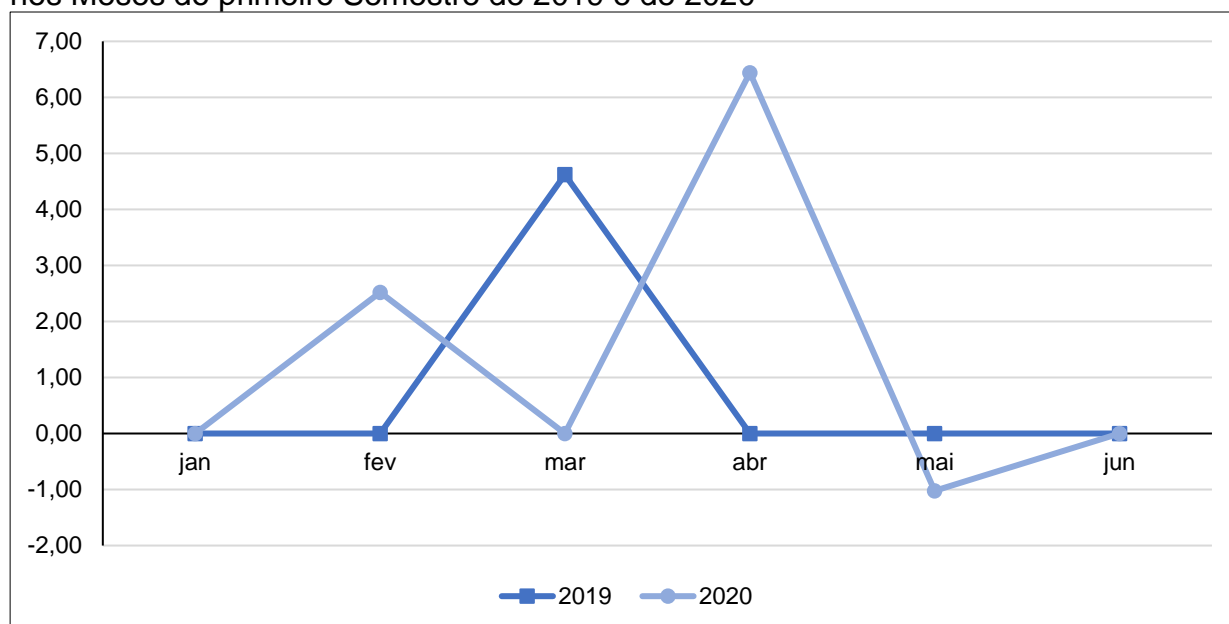
Como apresentado na Tabela 3, o subgrupo “Serviços de saúde” registrou inflação em todos os meses do primeiro semestre de 2019, tendo uma variação acumulada de 2,55%; já nos seis primeiros meses de 2020, apenas no último mês foi registrada uma deflação e a variação acumulada no período selecionado foi 2,90%.

Neste subgrupo evidencia-se que o item “Serviços laboratoriais e hospitalares”, que engloba serviços como Enfermaria e Unidade de Terapia Intensiva (UTIs) particulares, apresentou uma variação acumulada no primeiro semestre de 2020 de 3,63% e impacto de 0,03 p.p.. Isto é, no período analisado, os preços de Serviços laboratoriais e hospitalares aumentaram, em média, 3,63%, enquanto para o mesmo período do ano de 2019, os gastos com esses serviços subiram, em média, 1,46%,

representando um impacto de 0,01 p.p. no índice. Logo, as famílias uberlandenses pagaram mais caros por esses serviços no primeiro semestre de 2020.

Ao desagregar o item “Serviços laboratoriais e hospitalares”, observa-se que o subitem “Hospitalização e cirurgia” foi o subitem que mais contribuiu para o resultado do item no primeiro semestre de 2020, com impacto de 0,02 p.p. e variação acumulada em 8,01% (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Variação Mensal (%) dos Preços do Subitem “Hospitalização e Cirurgia” nos Meses do primeiro Semestre de 2019 e de 2020



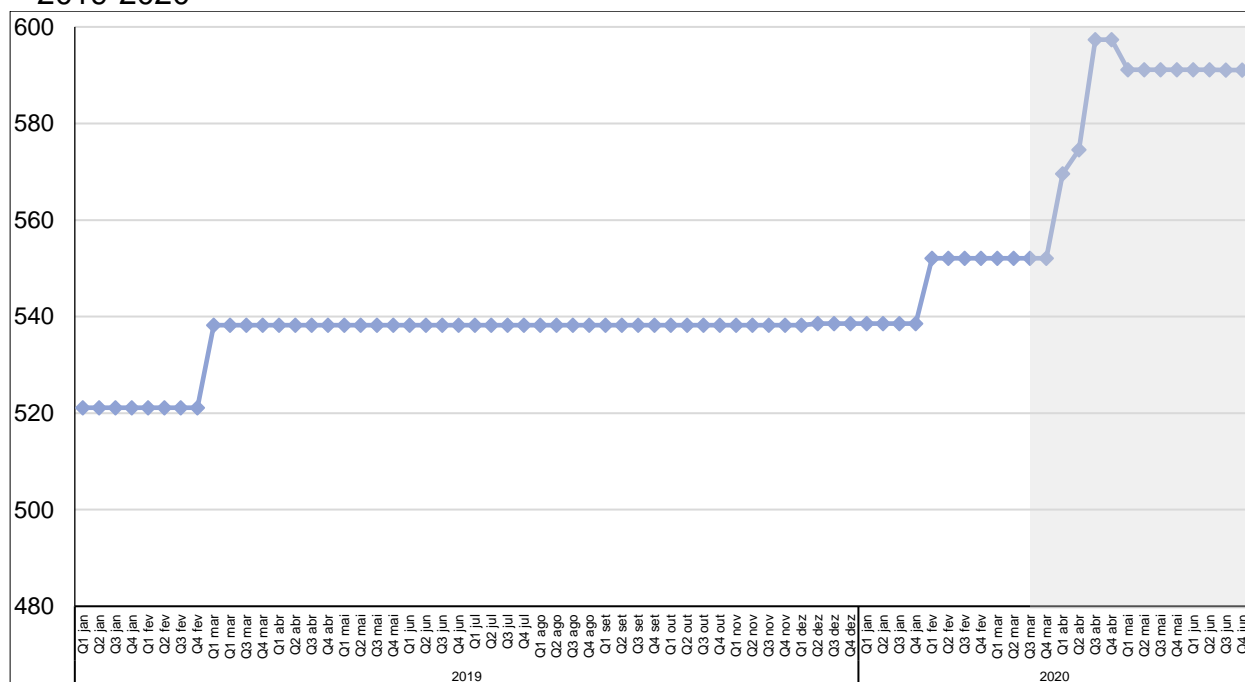
Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

No primeiro semestre de 2019, apenas no mês de março houve um aumento nos preços dos serviços de hospitalização e cirurgia, de 4,62%. Já no ano de 2020, dois aumentos nos preços foram registrados: o primeiro em fevereiro, quando a variação ficou em 2,52%, e o segundo em abril, quando a cidade de Uberlândia já tinha mais de 100 casos de COVID-19 confirmados. Os preços desses serviços aumentaram em média 6,44% em abril, recuaram 1,02% e permaneceram estáveis em junho.

A trajetória de aumento dos preços desse subitem pode ser analisada com base no Gráfico 19, que mostra que as altas, no primeiro semestre de 2020, ocorreram na primeira semana de fevereiro e em três semanas no mês de abril. Houve uma redução no início de maio, mas, o patamar da média móvel ficou superior ao registrado no ano anterior e nos primeiros meses do ano. A primeira alta nos preços dos serviços de hospitalização e cirurgia em 2020 (que ocorreu em fevereiro), provavelmente, se deve ao reajuste anual dos preços realizados pelos hospitais particulares e que sempre são

registrados no início de cada ano, como pode ser notado para o ano de 2019. Já o aumento, médio, nos preços em abril de 2020 pode estar relacionado com o aumento de demanda por esses serviços, devido a pandemia do novo Coronavírus, visto que os casos dessa doença começaram a ser registrados em março e sofreram altas expressivas nos meses que se seguiram. Ademais, no mês de abril mais de 80% dos leitos de UTI, na rede municipal, já estavam ocupados (UBERLÂNDIA, 2020).

Gráfico 19 – Média Móvel dos Preços (R\$) do Subitem “Hospitalização e Cirurgia” – 2019-2020



Fonte: Pesquisa Mensal de Preços do CEPES (CEPES, 2019; 2020). Elaboração CEPES/IERI/UFU.

4 - Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo principal analisar a dinâmica dos preços dos bens e serviços dos grupos “Alimentação e bebidas” e “Saúde e cuidados pessoais”, que compõem a estrutura do IPC-CEPES, no primeiro semestre de 2020. Os dados e informações utilizadas no trabalho advêm da Pesquisa Mensal de Preços do CEPES e permitem analisar as variações dos preços dos bens e serviços dos grupos de maneira desagregada.

Inicialmente, a análise envolveu as informações do grupo “Alimentação e bebidas”, que apresenta o maior peso no IPC-CEPES. Este grupo representou o maior impacto no índice no primeiro semestre de 2020 (0,72 p.p.), sendo responsável por

conter uma queda mais expressiva na variação acumulada no ano de 2020, que está em -0,10%, tendo em vista que os demais grupos, conjuntamente, apresentaram um impacto negativo.

A alta, média, nos preços de alimentos no primeiro semestre de 2020 se deve a vários fatores e em cada mês há itens que são os destaques, apresentando os maiores impactos e, assim, influenciando o resultado do grupo, como foi abordado na segunda seção. Entretanto, é importante recapitular que nos últimos meses esse grupo vem sendo afetado pela dinâmica dos preços das carnes, devido ao aumento da demanda externa por proteína animal, que tem impactado o preço no mercado nacional. E, não se pode deixar de mencionar, o atual cenário que Uberlândia e o mundo estão vivendo, como um dos elementos que influenciam os preços da economia. A pandemia de Covid-19 impôs novos hábitos que, provavelmente, estão impactando os preços do grupo “Alimentação e bebidas”, uma vez que o consumo da população, nos últimos meses, se concentrou nos gastos essenciais, em especial na alimentação.

Já os dados expostos na terceira seção mostraram que a evolução dos preços dos bens e serviços do grupo “Saúde e cuidados pessoais” no primeiro semestre de 2020 apresentaram um dinamismo semelhante ao ano anterior. Contudo, a alta nos preços deste grupo em 2020 foi um pouco superior à verificada no primeiro semestre de 2020, sendo impactada pelo aumento, médio, dos preços dos bens e serviços do subgrupo “Produtos farmacêuticos e óticos” e do subgrupo “Serviços de saúde” em 2020. A exceção fica para o subgrupo “Cuidados pessoais” que apresentou uma inflação no primeiro semestre de 2020 menor do que a inflação registrada em 2019.

Neste grupo, salienta-se a dinâmica dos preços dos produtos farmacêuticos que na maioria dos meses foram os principais destaques e responsáveis pela inflação do grupo. Esses produtos são bens monitorados, tendo os seus preços e reajustes administrados por órgãos públicos.

No ano de 2019, o reajuste anual ocorreu em abril, enquanto em 2020 esse reajuste foi postergado para junho, em razão da pandemia de Covid-19. O percentual máximo do reajuste concedido em 2020 foi superior ao teto de 2019. Esse reajuste não é automático e as empresas podem ou não aplicá-lo. Além do mais, a determinação dos preços dos medicamentos depende de outros fatores, por exemplo, da própria estratégia de cada estabelecimento e do grupo que o medicamento pertence. O fato é que se observou uma alta, média, nos preços nos meses em que os reajustes anuais

são autorizados e nos momentos em que a incidência de certas doenças é mais frequente (doenças sazonais, como a gripe).

Ressalta-se, ainda, os aumentos, médios, nos preços de serviços médicos e hospitalares no ano de 2020. Normalmente, em cada ano, registra-se apenas um reajuste nos preços desses serviços; porém, em 2020, ocorreu mais de um reajuste nos preços desses serviços. Considera-se que o primeiro aumento verificado no início de 2020 foi o reajuste anual esperado, enquanto a segunda alta nos preços dos “Serviços de hospitalização e cirurgia” pode estar relacionada ao surto da Covid-19, em razão de um aumento da demanda pelos serviços.

Por fim, as diferentes análises realizadas neste texto indicam que os preços e a própria dinâmica de consumo dos uberlandenses vem sendo impactada pela pandemia e pelos esforços de contenção da doença. Desse modo, o comportamento do IPC-CEPES e de seus diferentes componentes nos próximos meses dependerá da evolução da pandemia e de seus efeitos secundários.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Aprovada suspensão de reajuste de remédios e de planos de saúde. 2020.** Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/02/aprovada-suspensao-de-reajuste-de-remedios-e-de-planos-de-saude>>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Primeiro caso de Covid-19 no Brasil permanece sendo o de 26 de fevereiro.** 2020a. Disponível em:

<<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47215-primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-permanece-sendo-o-de-26-de-fevereiro>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus.** 2020b. Disponível em:

<<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

_____. Resolução nº 2, de 26 de Março de 2019. Disponível em:

<[https://www.in.gov.br/materia/-](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69238319/do1e-2019-03-29-resolucao-n-2-de-26-de-marco-de-2019-69238298)

[/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69238319/do1e-2019-03-29-resolucao-n-2-de-26-de-marco-de-2019-69238298](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69238319/do1e-2019-03-29-resolucao-n-2-de-26-de-marco-de-2019-69238298)>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICO-SOCIAIS (CEPES). **Guia Metodológico do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia – IPC-CEPES.** 2017. Disponível em:

<http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/CEPES_OP_IPC_CEPES_Guia_Metodologico_2017_03.pdf>. Acesso em: 20 agosto de 2020.

_____. **Boletim de Comércio Exterior - Região Intermediária de Uberlândia - setembro a dezembro e ano de 2019.** 2020b. Disponível em: <

http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/cepes_pe_boletim_comercio_exterior_regiao_intermediaria_udia_2019q3e2019.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2020.

_____. **Pesquisa Mensal de Preços.** Base de dados de 2019-2020. Disponível em:

<<http://www.ieri.ufu.br/cepes/metadados>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

CIELO. **Boletim Cielo.** 2020. Disponível em: <<https://www.cielo.com.br/boletim-cielo-varejo/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

FONTES, C. H. C.; SOUSA, G. F.; PRADO, P. H. M. A Importância do Índice de Preços ao Consumidor: Uma análise do IPC-CEPES no período de 1979 a 2019. In: CEPES.

Uberlândia – Painel de Informações Municipais Uberlândia / 2019: UFU EM DESTAQUE.

Uberlândia-MG: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais/Instituto de Economia e Relações Internacionais/Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em:

<http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/cepes_painel_informacoes_municipais_uberlândia_2019.3_1.pdf>, Acesso em: 12 de agosto de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema**

Nacional de Índice de Preços ao Consumidor. Base de dados de 2019-2020

disponibilizada no Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. 2019, 2020.

Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/inpc/quadros/brasil/julho-2020>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

MEDPREV. **Quais as diferenças entre antibiótico, analgésico, antitérmico e anti-inflamatório?** 2020. Disponível em: <<https://medprev.online/blog/qual-a-diferenca-entre-antibiotico-analgésico-antitérmico-anti-inflamatório.html#:~:text=A%20principal%20fun%C3%A7%C3%A3o%20dos%20anti,funcionando%20como%20analg%C3%A9sicos%20e%20antit%C3%A9rmicos.>>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

MINAS GERAIS. **Entenda o plano.** 2020. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/minasconsciente/entenda-o-programa>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS) Brasil. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus).** 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid-19&Itemid=875>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

UBERLÂNDIA, **Boletim Informativo Municipal.** 2020. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/coronavirus/boletim-municipal-informe-epidemiologico/>>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Q&A on coronaviruses (COVID-19).** 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/q-a-coronaviruses#:~:text=protect>>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

VI – Painel das Finanças Públicas da Prefeitura Municipal de Uberlândia, uma análise das receitas, despesas e endividamento (janeiro de 2016 a junho de 2020).

*Carlos José Diniz¹¹⁶
Rick Humberto Naves Galdino¹¹⁷
Tarcísio Fernandes de Paula¹¹⁸*

1 – Apresentação

O presente texto é fruto do trabalho da equipe do Observatório de Finanças Públicas Municipais do CEPES que atualmente está envidando esforços na construção de um amplo banco de dados sobre o tema. Os primeiros frutos dessa construção o leitor poderá observar nas tabelas e gráficos e no próprio texto dessa seção. Para tanto, a equipe do Observatório de Finanças Públicas Municipais optou por construir um texto dividido na forma mais clássica, ou seja, em três subseções: receita, despesa e endividamento.

Na subseção em que a Receita Pública da Prefeitura Municipal de Uberlândia é apresentada além de serem demonstradas todas as espécies de receitas e suas respectivas dinâmicas, o painel demonstra claramente a origem do surpreendente aumento observado nas receitas do município recentemente.

Na subseção da Despesa Pública são apresentados os diversos estágios pelos quais essa categoria passa e a dinâmica recente do comportamento das diversas espécies de despesas. O leitor notará que é essencial diferenciar o estágio de planejamento com de execução. E que há uma tendência à superestimação das despesas na fase do planejamento.

¹¹⁶ Economista / Pesquisador do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

¹¹⁷ Economista / Pesquisador do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

¹¹⁸ Economista / Pesquisador do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Na subseção cujo enfoque é a Dívida Pública será apresentada a trajetória em relação à capacidade de geração de receitas pelo município. Todavia, também é observado a trajetória temporal do estoque da dívida e o relativo controle dessa dívida.

Assim, a presente seção visa oferecer ao leitor um panorama recente das finanças públicas da Prefeitura Municipal de Uberlândia e apresentar análises sobre suas dinâmicas nas dimensões da receita, despesa e endividamento. Quando foi possível conjecturar sobre o impacto da Pandemia da COVID-19 na finança do município isso foi feito pontualmente em cada uma das dimensões em análise.

2 – Receitas Orçamentárias

2.1 - Introdução

As Receitas Orçamentárias do município de Uberlândia são apresentadas nesta seção de forma detalhada. A análise compreende o período de janeiro de 2016 a junho de 2020 para as Receitas Correntes e suas subcontas, e do 1º bimestre de 2016 ao 3º bimestre de 2020 para as Receitas Orçamentárias e de Capital. Estas diferenças nas temporalidades se devem à origem dos mesmos, sendo os dados mensais oriundos do Anexo 3 do RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária) que apresenta os dados para apuração da Receita Corrente Líquida do município, portanto, daí advêm os dados relativos às Receitas Correntes. Já os dados bimestrais têm origem no Anexo 1 também do RREO, que apresenta as Receitas Orçamentárias e suas subcontas.

A opção de trabalhar com Anexos distintos, permite, portanto, trabalhar com uma gama maior de contas a fim de compreender todo o desempenho das Receitas Orçamentárias, que é a conta mais agregada do município e também com as Receitas de Capital, ainda que, para isso, sejam disponibilizadas apenas as informações bimestrais. Trabalhar as Receitas Correntes de forma mensal, a partir do Anexo 3, permite verificar as flutuações em menor escala de tempo possível para esses dados, e também acessar algumas contas das Receitas Correntes que só aparecem de forma desagregada nesse Anexo 3, como é o caso da desagregação das Receitas com Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria e das Transferências Correntes que permitem verificar os impostos municipais e as transferências das Cota-partes de forma individual.

A intenção de buscar tantas opções temporais é para tentar capturar, em todos os detalhes possíveis, as variações de recursos, principalmente, neste período de pandemia distinguindo o que são variações cíclicas e normais daquelas que são fruto do momento ou em decorrência do momento. Além desta introdução, a próxima subseção apresenta o desempenho de todas as das Contas que compõem as Receitas Orçamentárias do município de Uberlândia e ao final, as considerações finais em uma subseção.

Portanto, essa subseção pretende apresentar a Receita Pública em suas espécies e tempo mais desagregado possível, para que com isso seja possível identificar a origem e a natureza das oscilações nessa rubrica.

2.2 - Receitas Orçamentárias de Uberlândia: janeiro de 2016 à junho de 2020

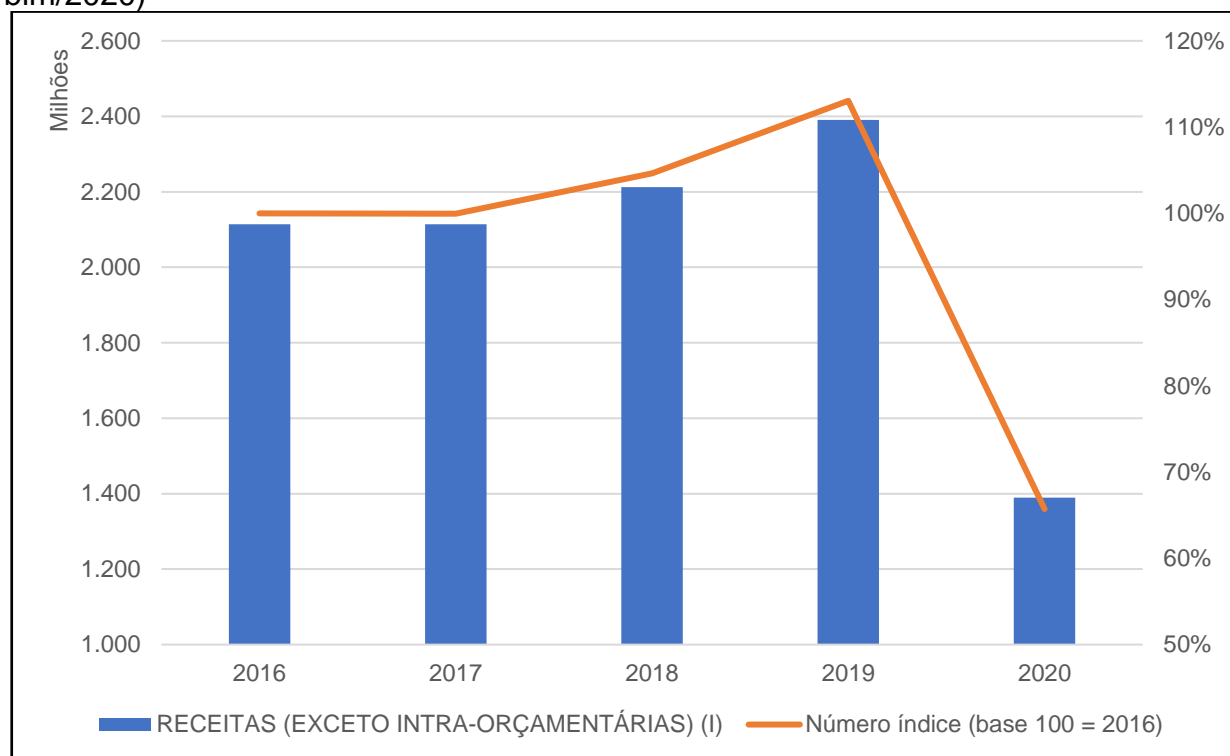
As Receitas Orçamentárias compreendem o maior nível de agregação possível das contas de um orçamento, cuja definição é apresentada a seguir:

Disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, a receita orçamentária é fonte de recursos utilizada pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade¹¹⁹.

O Gráfico 01, a Tabela 01 e a Tabela 03 apresentam os valores das receitas orçamentárias do município de Uberlândia no período de 2016 a 2020, bem como o desempenho relativo por meio de número índice (base 100 = 2016). Os valores referentes ao ano de 2020 estão representados apenas até o 3º bimestre (últimos dados disponíveis).

¹¹⁹ **Manual Técnico de Orçamento.** Ministério da Economia. Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mt02020:mto2020-versão14.pdf>. Acesso em: 19/08/2020.

Gráfico 01 – Valores e número índice anuais e do 1º semestre de 2020 da conta de Receitas Orçamentárias, em termos reais, base 100 = 2016 (1º bim/2016 – 3º bim/2020)

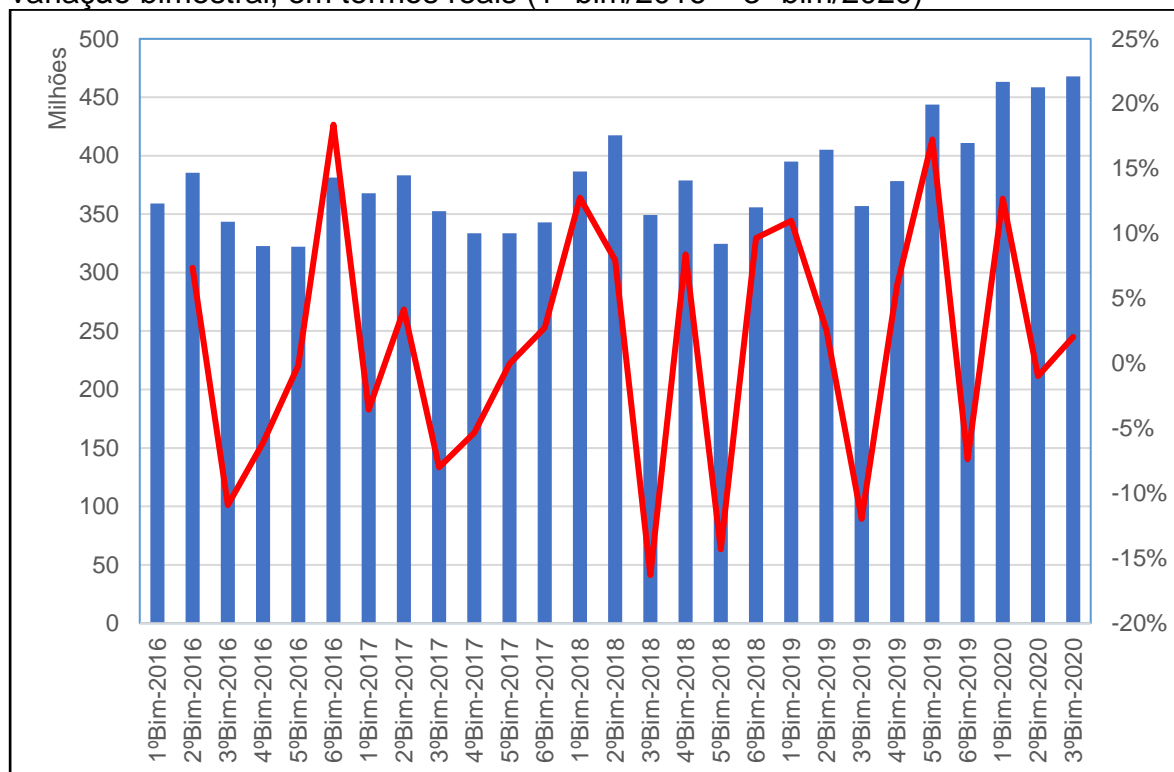


Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU. Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Conforme se verifica no Gráfico 01 as Receitas Orçamentárias de Uberlândia apresentam uma leve retração de -0,03% em 2017, cujo número índice fica em 0,99973, passando de R\$ 2.114.304.806,41 em 2016 para R\$ 2.113.741.329,78, em 2017. Já os anos de 2018 e 2019 são anos que apresentam desempenhos positivos das Receitas Orçamentárias, cujos números índices são 104,65 em 2018 e 113,05 em 2019, e os respectivos valores R\$2.212.617.446,03 e R\$ 2.390.221.065,00. Em 2020, até o fim do 3º bimestre as Receitas Orçamentárias já acumulam valores de R\$ 1.389.549.802,28, cujo número índice representa 66% da Receita Orçamentária de 2016, e quando comparada aos valores de 2019 representam 56,13%.

A fim de verificar os efeitos da crise da COVID-19 sobre as Receitas Orçamentárias a Tabela 4 apresenta os valores arrecadados até o 3º bimestre dos anos de 2019 e 2020, apenas para efeito de comparação, com intuito de reconhecer as grandes variações de valores nesses primeiros meses de pandemia. Tal análise será apresentada na próxima seção.

Gráfico 02 – Valores bimestrais da conta Receitas Orçamentárias e taxa de variação bimestral, em termos reais (1º bim/2016 – 3º bim/2020)



Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU. Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Antes, no entanto, é preciso apresentar algumas características que os dados disponíveis permitem, a fim de qualificar melhor o desempenho das Receitas Orçamentárias, a série de dados oficiais com menor intervalo de tempo para as receitas orçamentárias são disponibilizadas bimestralmente por meio do Anexo 1 do RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária). As informações básicas são fornecidas sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Uberlândia e após enviadas são disponibilizadas publicamente no Portal Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro)¹²⁰ a quais se encontram evidenciadas no Gráfico 02.

Cabe ressaltar que os valores financeiros utilizados neste trabalho estão em termos reais, deflacionados pelo IPCA, a nível de preços de 1º de agosto de 2020¹²¹.

As Receitas Orçamentárias consistem em um somatório, de recursos financeiros de várias fontes distintas. Acompanhar seu desempenho ao longo do ano permite

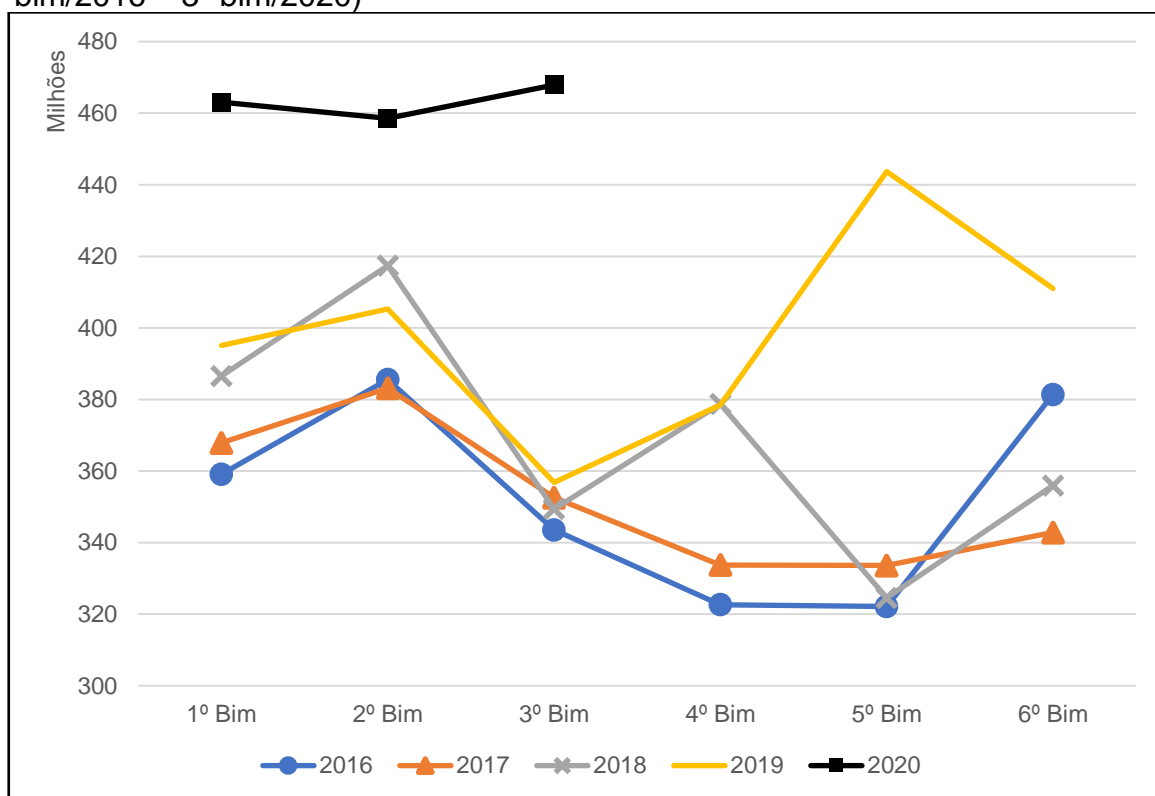
¹²⁰ Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf>. Acesso em: 01/08/2020.

¹²¹ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 07/08/2020.

verificar as flutuações entre um bimestre e outro, flutuações estas que se devem ao período de arrecadação de tributos, considerando que alguns desses têm características sazonais, enquanto outros, como as receitas de operações de crédito, por exemplo, são muito esporádicos. Nas próximas subseções este trabalho apresenta, de forma mais detalhada, essas flutuações quando destaca cada uma dessas fontes.

O Gráfico 2 demonstra as oscilações da Receita Orçamentária bimestral, sendo as maiores elevações registradas no 6º bimestre de 2016 (18,39%) e 5º bimestre de 2019 (17,26%) e as maiores oscilações negativas apresentadas no 3º bimestre de 2018 (-16,29%) e no 5º bimestre também de 2018 (-14,30%). Em termos de valores, a menor Receita Orçamentária bimestral ocorre no 5º bimestre de 2016 quando registra R\$ 322.138.092,26 e a maior ocorre no 3º bimestre de 2020 cujo valor é de R\$ 467.895.873,02.

Gráfico 03 – Valores bimestrais da conta Receitas Orçamentárias, em termos reais (1º bim/2016 – 3º bim/2020)



Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU. Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

O Gráfico 03 permite visualizar as características sazonais das Receitas Orçamentárias, com exceção de 2019 e 2020 nos demais anos em 2016, 2017 e 2018 o 2º bimestre é o que apresenta a maior entrada de recursos nos cofres públicos do

município, e o 5º bimestre é o que registra a menor entrada nos anos de 2016, 2017 e 2018. Os anos de 2019 e 2020 apresentam bimestres bem atípicos se comparados ao padrão vigente no breve período de 2016 a 2018.

Marcadamente desde o 5º bimestre de 2019 o município de Uberlândia tem apresentado grandes entradas de Recursos Orçamentários. Esses valores elevados destoam dos outros 4 anos anteriores, principalmente para os 1º, 2º e 3º bimestres de 2020. A análise dos dados em nível mais desagregado nas próximas subseções permite uma melhor compreensão deste momento ímpar por que passam as finanças públicas do município. A próxima subseção demonstra estes mesmos dados distinguindo os em Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Tabela 1 – Valor das contas da Receita Orçamentária e taxa de variação anual (2016-2019), em valores reais (R\$) e percentuais

Rótulo Conta / Ano	2016	2017	2018	2019	Δ 2017 /2016	Δ 2018 /2017	Δ 2019 /2018
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.114.304.806,41	2.113.741.329,78	2.212.617.446,03	2.390.221.065,00	-0,03	4,68	8,03
RECEITAS CORRENTES	1.991.650.858,85	2.060.972.621,94	2.102.251.089,12	2.263.551.252,04	3,48	2,00	7,67
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	455.575.029,05	481.889.327,74	508.627.981,10	551.723.114,69	5,78	5,55	8,47
CONTRIBUIÇÕES	98.519.209,99	112.302.635,34	105.302.817,23	109.686.160,16	13,99	-6,23	4,16
RECEITA PATRIMONIAL	55.517.007,42	57.337.691,76	72.413.126,71	31.957.207,14	3,28	26,29	-55,87
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.076,79	0,00	0,00	0,00	-100,00	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	203.073.421,32	211.795.708,50	217.207.600,27	246.265.510,34	4,30	2,56	13,38
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.085.877.612,77	1.092.006.175,27	1.092.609.234,33	1.252.273.688,40	0,56	0,06	14,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	93.083.501,51	105.641.083,32	106.090.329,49	71.645.571,31	13,49	0,43	-32,47
RECEITAS DE CAPITAL	122.653.947,56	52.768.707,85	110.366.356,91	126.669.812,96	-56,98	109,15	14,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	96.332.654,92	32.829.102,54	79.445.625,71	116.124.733,10	-65,92	142,00	46,17
ALIENAÇÃO DE BENS	13.412.572,35	14.072.757,43	6.549.284,35	4.935.387,30	4,92	-53,46	-24,64
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.749.473,56	5.599.880,87	23.189.611,23	5.609.692,56	-56,08	314,11	-75,81
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	159.246,73	266.967,00	1.181.835,62	0,00	67,64	342,69	-100,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	67.667.221,73	112.060.216,01	139.110.405,07	143.593.919,13	65,60	24,14	3,22
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.181.972.028,14	2.225.801.545,79	2.351.727.851,11	2.533.814.984,13	2,01	5,66	7,74

Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Tabela 2 – Taxa de participação das contas da Receita Orçamentária, anual (2016-2019) e 1º Semestre de 2020, em termos percentuais

Rótulo Conta / Ano	2016	2017	2018	2019	1º Semestre 2020
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.114.304.806,41	2.113.741.329,78	2.212.617.446,03	2.390.221.065,00	1.389.549.802,28
RECEITAS CORRENTES	94,20	97,50	95,01	94,70	95,14
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	21,55	22,80	22,99	23,08	19,60
CONTRIBUIÇÕES	4,66	5,31	4,76	4,59	4,29
RECEITA PATRIMONIAL	2,63	2,71	3,27	1,34	0,25
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	9,60	10,02	9,82	10,30	7,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51,36	51,66	49,38	52,39	60,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4,40	5,00	4,79	3,00	2,58
RECEITAS DE CAPITAL	5,80	2,50	4,99	5,30	4,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4,56	1,55	3,59	4,86	4,48
ALIENAÇÃO DE BENS	0,63	0,67	0,30	0,21	0,20
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,60	0,26	1,05	0,23	0,18
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,01	0,01	0,05	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3,20	5,30	6,29	6,01	6,01
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	103,20	105,30	106,29	106,01	106,01

Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Tabela 3 – Número índice das contas da Receita Orçamentária, anual (2016-2019), base 100 = 2016

Rótulo Conta / Ano	2016	2017	2018	2019
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	100	99,97	104,65	113,05
RECEITAS CORRENTES	100	103,48	105,55	113,65
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	100	105,78	111,65	121,10
CONTRIBUIÇÕES	100	113,99	106,89	111,33
RECEITA PATRIMONIAL	100	103,28	130,43	57,56
RECEITA AGROPECUÁRIA	100	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	100	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	100	104,30	106,96	121,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100	100,56	100,62	115,32
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100	113,49	113,97	76,97
RECEITAS DE CAPITAL	100	43,02	89,98	103,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100	34,08	82,47	120,55
ALIENAÇÃO DE BENS	100	104,92	48,83	36,80
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	100	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100	43,92	181,89	44,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100	167,64	742,14	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	100	165,60	205,58	212,21
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	100	102,01	107,78	116,12

Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU.
 Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Tabela 4 – Valor semestral das contas da Receita Orçamentária, taxa de variação, ponderação e variação ponderada (1º semestre 2019 x 1º semestre 2020), em valores reais (R\$) e percentuais

RECEITA / Período	1º Semestre 2019	1º Semestre 2020	Δ 1º semestre 2020 /1º semestre 2019	Ponderação	Variação ponderada
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.157.137.997,74	1.389.549.802,28	20,09	1,00	20,09
RECEITAS CORRENTES	1.116.616.689,07	1.321.975.443,24	18,39	0,96	17,75
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	294.715.713,91	272.376.162,02	-7,58	0,25	-1,93
CONTRIBUIÇÕES	58.166.741,91	59.621.854,77	2,50	0,05	0,13
RECEITA PATRIMONIAL	11.379.950,55	3.446.613,60	-69,71	0,01	-0,69
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	-	0,00	-
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	-	0,00	-
RECEITA DE SERVIÇOS	112.297.431,25	105.641.712,51	-5,93	0,10	-0,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	603.620.434,05	845.087.465,85	40,00	0,52	20,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.436.417,39	35.801.634,50	-1,74	0,03	-0,05
RECEITAS DE CAPITAL	40.521.308,67	67.574.359,04	66,76	0,04	2,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	36.722.998,78	62.307.656,71	69,67	0,03	2,21
ALIENAÇÃO DE BENS	2.176.033,99	2.787.653,74	28,11	0,00	0,05
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	-	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.622.275,90	2.479.048,59	52,81	0,00	0,07
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	-	0,00	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	69.393.895,15	83.546.837,84	20,40	0,06	1,22
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.226.531.892,89	1.473.096.640,11	20,10	1,06	21,31

Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

2.2.1 - Receitas Correntes e Receitas de Capital

O segundo maior nível de agregação das Receitas Orçamentárias permite diferenciar os recursos em Receitas Correntes e Receitas de Capital, ou seja, conforme a categoria econômica. Segundo o MTO-2020:

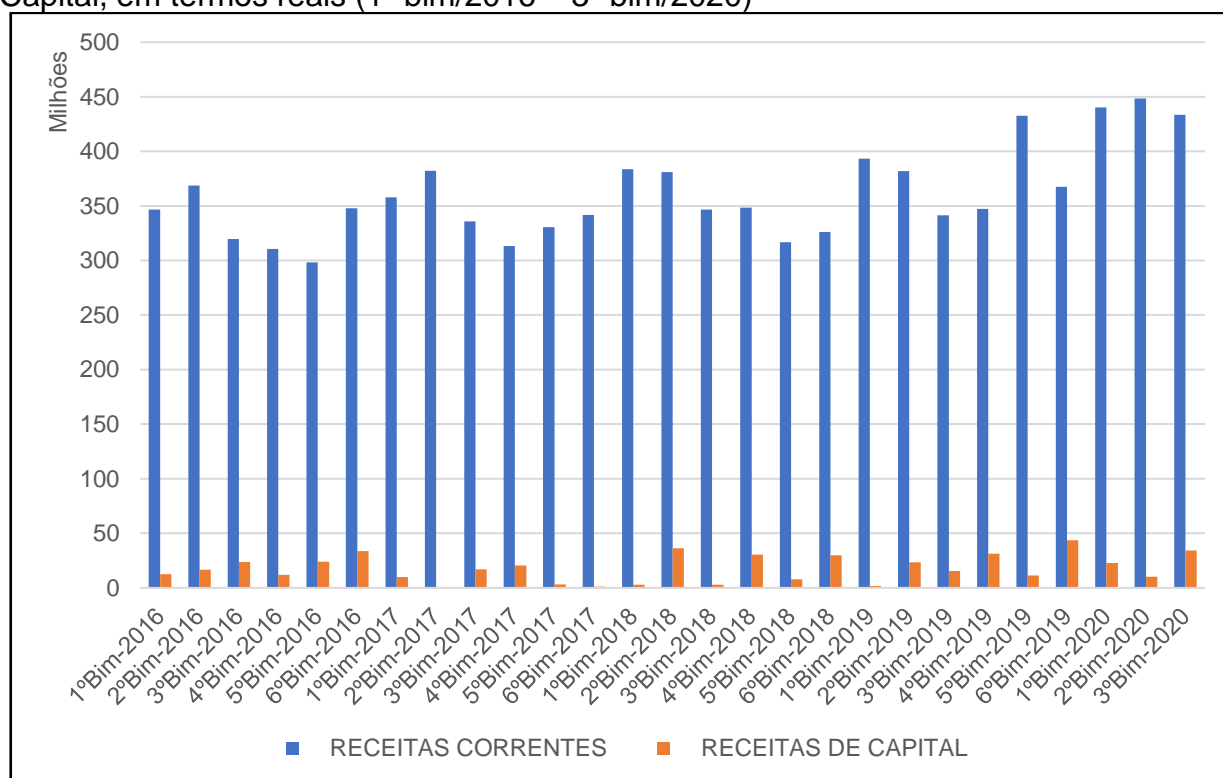
1 - Receitas Correntes: são arrecadadas dentro do exercício, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido, e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações correspondentes às políticas públicas. De acordo com o § 1º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964, classificam-se como correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); e demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes). 2 - Receitas de Capital: aumentam as disponibilidades financeiras do Estado. Porém, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido. De acordo com o § 2º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964, com redação dada pelo DecretoLei no 1.939, de 20 de maio de 1982, Receitas de Capital são as provenientes de: realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas; conversão, em espécie, de bens e direitos; recebimento de recursos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender Despesas de Capital; e, superávit do Orçamento Corrente. (MTO- 2020. Pg-20)

Esta distinção é importante pois, pelas próprias características dessas fontes de recursos, estes apresentam sazonalidades e fluxos bem distintos, sendo as Receitas Correntes mais cíclicas e cotidianas, geralmente atreladas à arrecadação de tributos próprios (locais) ou de transferências de outras esferas (União e Estado). Já as Receitas de Capital são mais esporádicas, e podem estar relacionadas: à venda de um bem; à transferência de recursos vinculados à aquisição ou construção de algum bem; ou, à tomada de crédito para financiar a aquisição construção de um bem por meio da realização de investimentos.

Antes de apresentar a composição característica de cada uma delas, é importante ressaltar que ao longo de todo o período analisado as Receitas Correntes são significativamente mais elevadas que as Receitas de Capital. Tal constatação pode ser visualizada por meio do Gráfico 4 que apresenta os valores das duas categorias econômicas, bimestralmente, de 2016 até o 3º bimestre de 2020, e por meio do Gráfico 5 que apresenta a participação relativa, em termos percentuais, das duas categorias, também bimestralmente.

Conforme o Gráfico 4, as maiores Receitas Correntes registradas no período ocorrem no segundo bimestre de 2020 com valores na ordem de R\$ 448.299.451,47, fato que chama muito a atenção por ser justamente o período de instalação da crise da COVID-19 em todo o país e, também, no município de Uberlândia. Entretanto, o comportamento das Receitas Correntes desde o 5º bimestre de 2019, ainda antes da instalação da pandemia, mostra que os valores de R\$ 432.445.617,38 estão significativamente acima das receitas auferidas nos diversos bimestres anteriores, sendo a máxima registrada no 1º bimestre de 2019, cujo valor corresponde a R\$ 393.400.047,38. Esta constatação será detalhada nas próximas subseções na análise das contas que compõem as Receitas Correntes.

Gráfico 04 – Valores bimestrais das contas de Receitas Correntes e Receitas de Capital, em termos reais (1º bim/2016 – 3º bim/2020)

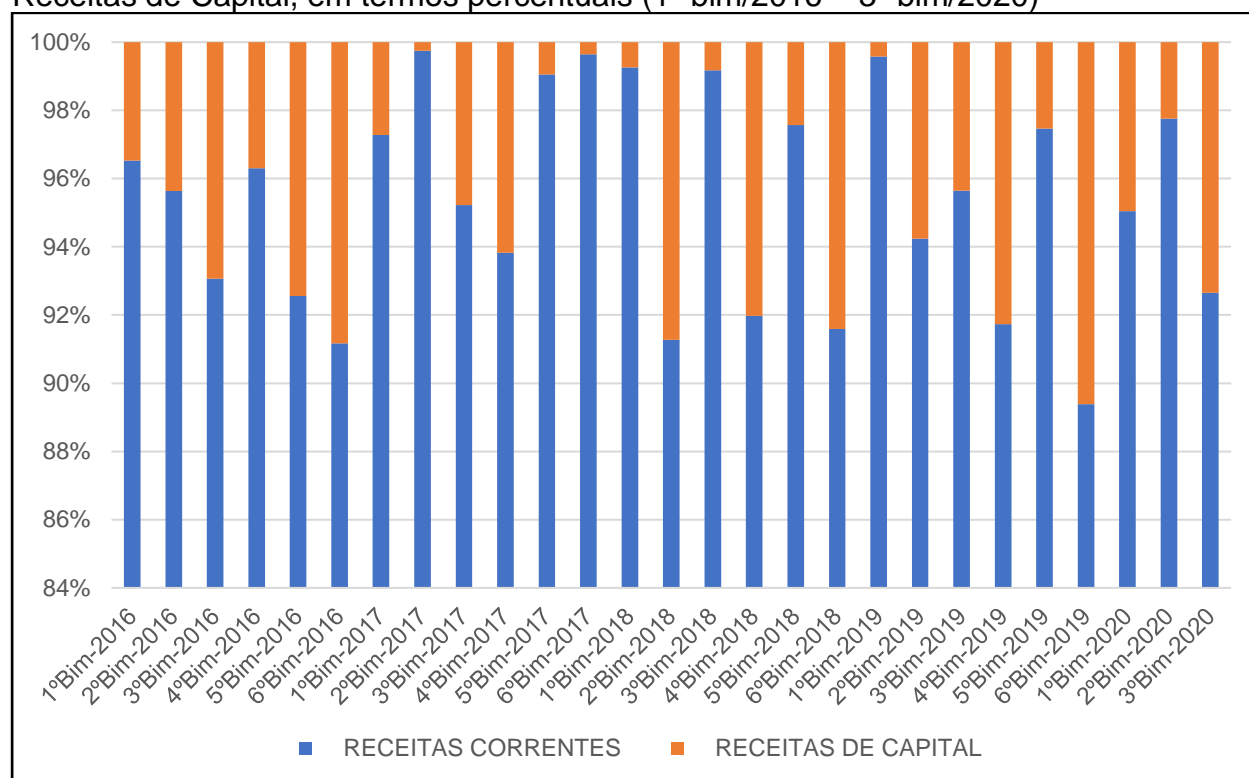


Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU. Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Entre as Receitas de Capital o maior valor registrado ocorre no 6º bimestre de 2019 (R\$ 43.607.824,11), período que também registra sua maior participação no total das Receitas Orçamentárias 10,61%, conforme se verifica Gráfico 5.

A análise das Receitas de Capital em termos de valores e de participação relativa é importante para verificar grandes variações que ocorrem no total das Receitas Orçamentárias, por serem esporádicas e as vezes relacionadas a grandes investimentos. No entanto, como demonstrado tanto no Gráfico 4 quanto no Gráfico 5, há um expressivo valor registrado em Receitas de Capital no 6º bimestre de 2019 e no 3º bimestre de 2020. Os valores registrados em Receitas de Capital nos bimestres 5º de 2019, 1º, 2º e 3º de 2020 não explicam as grandes Receitas Orçamentárias registradas, mesmo que sejam significativos, uma vez representam apenas 2,54% do total da Receita Orçamentária do 5º bimestre de 2019, 4,95% do 1º bimestre de 2020, 2,24% do 2º bimestre de 2020 e 7,35% do 3º bimestre de 2020.

Gráfico 05 – Participações relativas bimestrais das contas de Receitas Correntes e Receitas de Capital, em termos percentuais (1º bim/2016 – 3º bim/2020)



Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU. Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Os elevados valores registrados nas Receitas Orçamentárias nestes últimos bimestres são, portanto, explicados principalmente por fortes aumentos das Receitas Correntes, conforme verificado no Gráfico 4, associados a uma considerável Receita de Capital no 6º bimestre de 2019 e no 3º bimestre de 2020.

A próxima seção apresenta o desempenho das contas que compõem as Receitas de Capital, no intento de detalhar a origem destes recursos esporádicos.

2.2.2 - Receitas de Capital

As Receitas de Capital têm origem em diversas contas que consiste na constituição de dívidas por meio das Operações de Crédito. Na conversão, em espécie, de bens e direitos com a Alienação de Bens. No Recebimento de recursos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender Despesas de Capital, através das Transferências de Capital. Segundo o MTO-2020 *“A origem é o detalhamento das categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos”*.

Ainda conforme o MTO-2020 as contas que demonstram as origens das Receitas de Capital são:

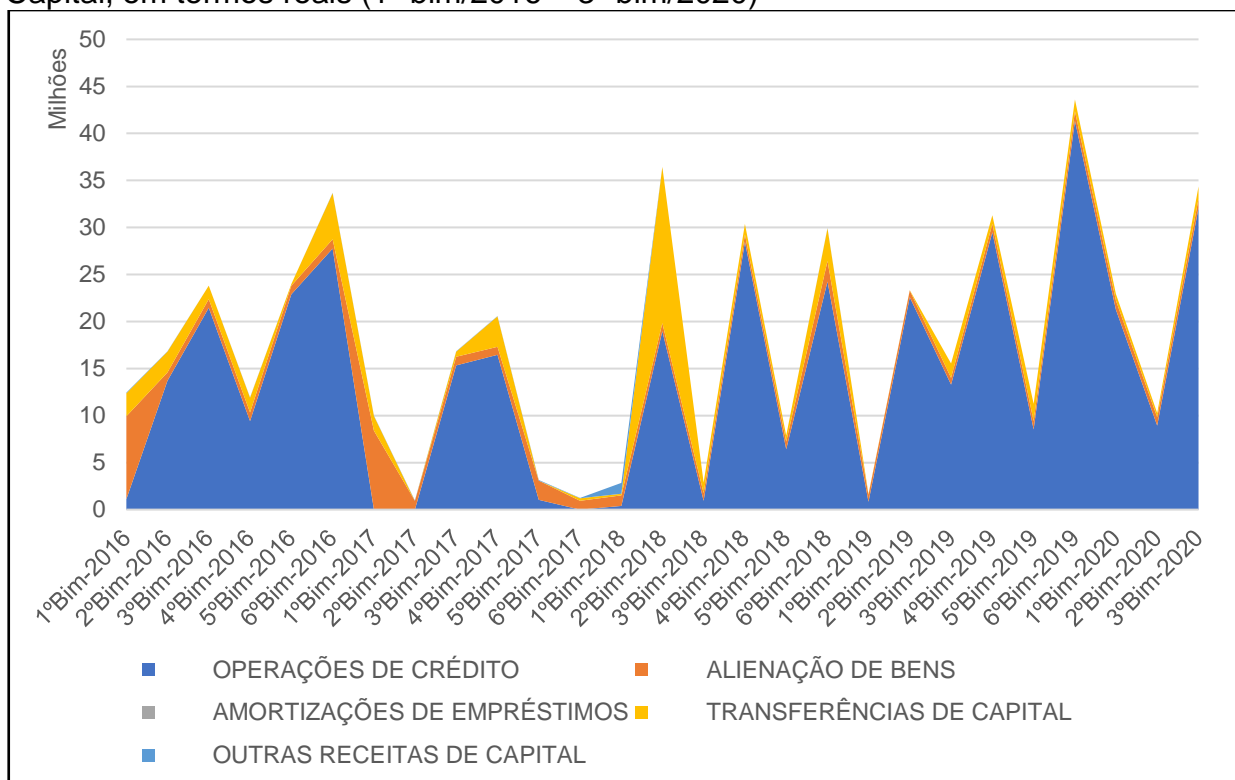
Operações de Crédito: recursos financeiros oriundos da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos junto a entidades públicas ou privadas, internas ou externas. Alienação de Bens: ingressos financeiros provenientes da alienação de bens móveis, imóveis ou intangíveis de propriedade do ente público. O art. 44 da LRF veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. Amortização de Empréstimos: ingressos financeiros provenientes da amortização de financiamentos ou empréstimos que o ente público haja previamente concedido. Embora a amortização do empréstimo seja origem da categoria econômica Receitas de Capital, os juros recebidos associados ao empréstimo são classificados em Receitas Correntes / de Serviços / Serviços e Atividades Financeiras / Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros, pois os juros representam a remuneração do capital. Transferências de Capital: recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas com investimentos ou inversões financeiras, independentemente da contraprestação direta a quem efetuou essa transferência. Por outro lado, a utilização dos recursos recebidos vincula-se ao objeto pactuado. Tais transferências ocorrem entre entidades públicas de diferentes esferas ou entre entidades públicas e instituições privadas. Outras Receitas de Capital: registram-se nesta origem receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita de capital, tais como resultado do Banco Central, remuneração das disponibilidades do Tesouro, entre outras (MTO- 2020)

A citação acima sobre as contas de origem é comum a todas as esferas da federação, União, estados e municípios. No entanto, em nível municipal as origens são mais restritas, se comparado aos demais níveis de governo - por exemplo, por não

emitir título de dívida e por não possuir Banco Central, como é o caso da União. Assim, a análise dessa conta em nível de município é consideravelmente mais simplificada.

O Gráfico 6 apresenta os valores registrados em todas as contas que compõem as Receitas de Capital do município de Uberlândia, bimestralmente de 2016 ao 3º bimestre de 2020. Conforme se verifica as Operações de Crédito é a conta mais frequente e aquela que registra os maiores valores da série, embora persista seu caráter irregular, com grandes flutuações entre um bimestre e outro, característica repassada e manifesta também na conta de Receitas Orçamentárias, como já constatada. As outras duas contas mais significativas, em termos de valores e de participação, também são esporádicas, tanto as Transferências de Capital quanto as Alienação de Bens.

Gráfico 06 – Valores bimestrais das subcontas que compõem as Receitas de Capital, em termos reais (1º bim/2016 – 3º bim/2020)



Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU. Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

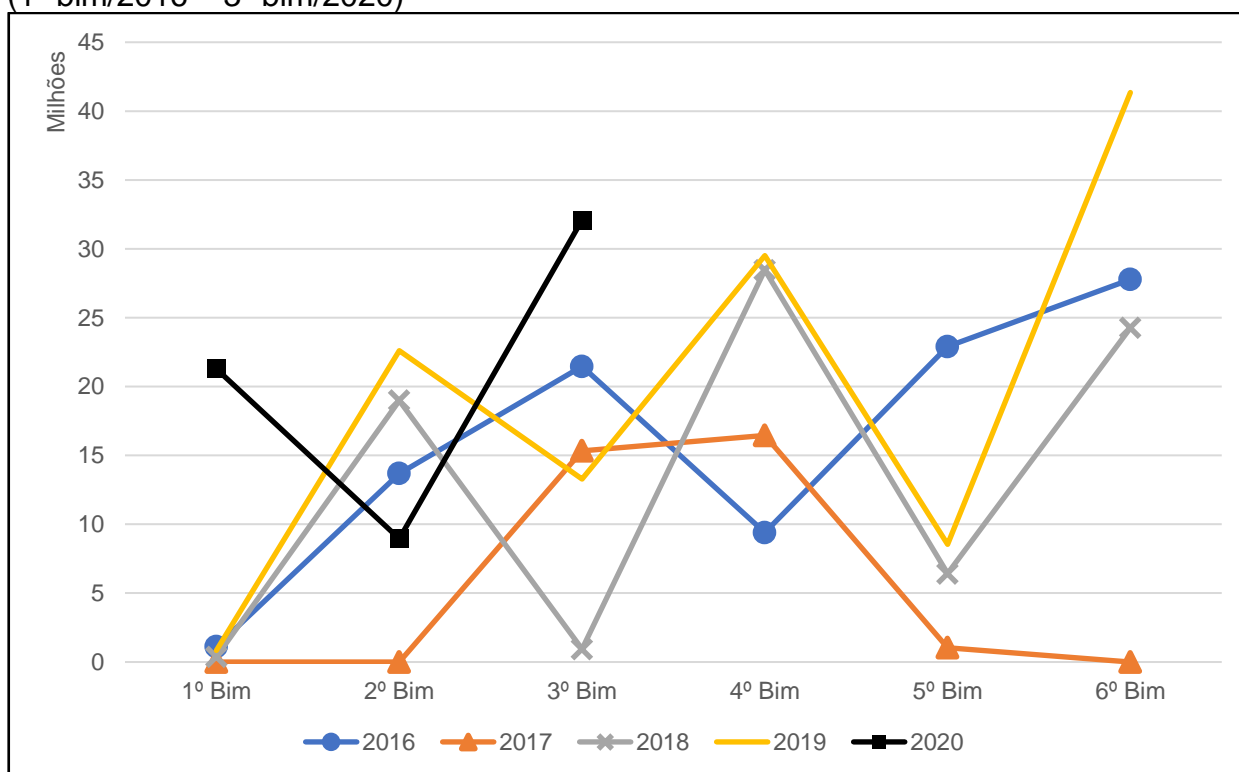
A conta que registra os ingressos de recursos por meio do recebimento de Amortizações de Empréstimos não apresenta valores em nenhum dos bimestres analisados para o município de Uberlândia. E a conta Outras Receitas de Capital

apresenta baixa participação se comparada as demais contas que fazem parte das Receitas de Capital, com lançamento de valores em alguns períodos e zerados em alguns outros, desde o 1º bimestre de 2019 a conta não apresenta valores registrados.

O maior valor registrado em Operações de crédito ocorre no 6º bimestre de 2019 R\$ 41.350.715,78, enquanto as Transferências de Capital registram seu maior valor no segundo bimestre de 2018 R\$16.613.802,26 e as Alienações de Bens no 1º bimestre de 2018 R\$ 8.814.715,98. As Outras Receitas de Capital apresenta seu maior registro também no 1º bimestre de 2018 com o valor de R\$ 1.161.301,61.

O Gráfico 7 apresenta o desempenho anual das Operações de Crédito a partir dos registros bimestrais, como já apontado, estes recursos apresentam grandes oscilações, geralmente de forma alternada. Sendo os maiores valores da série apresentados no 6º bimestre de 2019 R\$ 41.350.715,78 e o segundo maior R\$ 32.081.706,06 no 3º bimestre de 2020, o que demonstra que o município de Uberlândia tem realizado suas maiores operações de crédito nos últimos bimestres, considerando o período analisado.

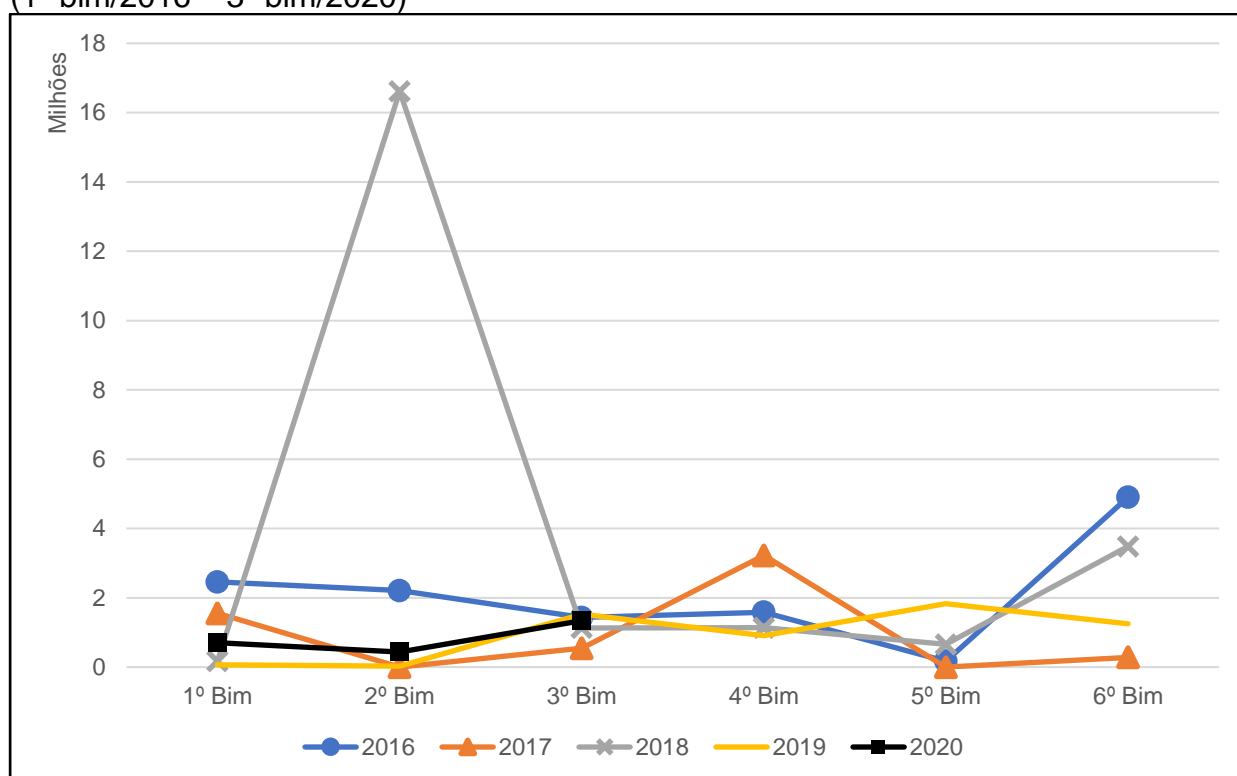
Gráfico 07 – Valores bimestrais da conta Operações de Crédito, em termos reais (1º bim/2016 – 3º bim/2020)



Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU. Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

O Gráfico 8 apresenta o desempenho anual das Transferências de Capital a partir dos registros bimestrais, estes recursos apresentam oscilações, mas têm como característica principal uma alta frequência associada a baixos valores, sendo apenas quatro bimestres com valores acima de R\$ 3.000.000,00. Entre estes, R\$ 4.901.560,87 no 6º bimestre de 2016, R\$ 3.222.846,16 no 4º bimestre de 2017, R\$ 3.483.341,23 no 6º bimestre de 2018 e R\$ 16.613.802,26 no 2º bimestre de 2018, valor este muito superior aos demais valores verificados para esta conta, consistindo, portanto, em um caso atípico para o período considerado.

Gráfico 08 – Valores bimestrais da conta Transferências de Capital, em termos reais (1º bim/2016 – 3º bim/2020)

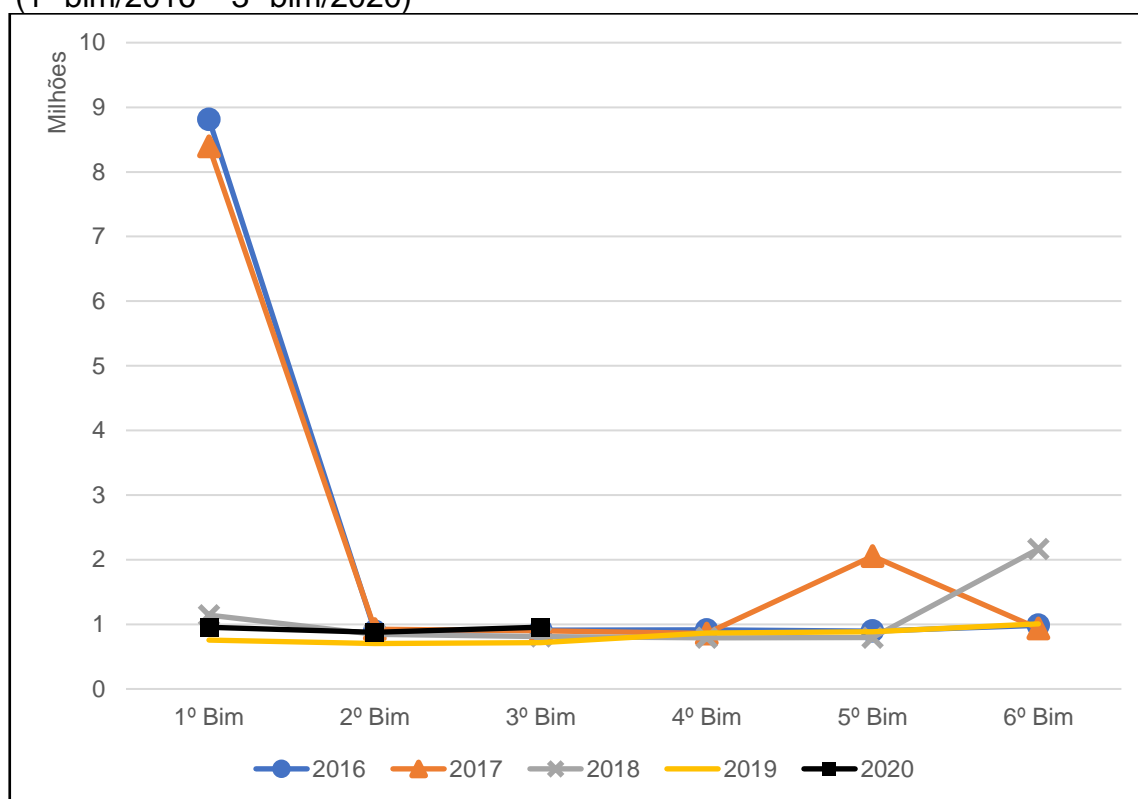


Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU. Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

O Gráfico 9 demonstra os valores obtidos com a Alienação de Bens, ou seja, com a venda de ativos. Estes recursos apresentam oscilações baixas, mas tem como característica sempre registrar valores, na maioria das vezes próximos a um (1) milhão de reais, sendo, portanto, frequente e geralmente associados a baixos valores. Há dois registros que destoam dos demais valores, sendo o maior deles R\$ 8.814.715,98 no 1º bimestre de 2016 e o segundo maior R\$ 8.395.009,00 no 1º bimestre de 2017. No 5º

bimestre de 2017 e 6º bimestre de 2018 os valores também estão acima dos demais, mas são na ordem de R\$ 2.054.522,26 e R\$ 2.165.322,26, respectivamente.

Gráfico 09 – Valores bimestrais da conta Alienação de Bens, em termos reais (1º bim/2016 – 3º bim/2020)



Fonte: Anexo 1 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, do 1º ao 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e do 1º ao 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Entre as Receitas de Capital ficou destacado que as fontes oscilam bastante e que, na maioria das vezes, a principal fonte de recursos são as Operações de Créditos, e que estas estão com valores mais altos nos últimos bimestres, sendo os maiores registrados no 6º de 2019 e 3º de 2020. As demais contas que compõem as Receitas de Capital apresentam valores mais baixos, no entanto, no 2º bimestre de 2018, as receitas de Transferências de Capital registram um valor considerável e bem acima dos demais valores registrados nesta mesma conta. Já a Alienação de Bens consiste em uma conta com registros frequentes, e na maioria das vezes próximos a um (1) milhão de reais, sendo os primeiros bimestres de 2016 e 2017 os de maiores valores, cujos registros estão bem acima dos demais bimestres da série.

A próxima subseção apresenta a composição detalhada das contas que denotam a origem das Receitas Correntes.

2.2.3 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes, conforme já apresentado, são bastantes expressivas para o município de Uberlândia, na maioria das vezes são responsáveis por mais de 90% das Receitas Orçamentárias nos bimestres analisados, conforme Gráfico 05

As Receitas Correntes são aquelas oriundas de Tributos, Contribuições, Patrimônio, Agropecuária, Indústria, Serviços (exploração de atividades econômicas), Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes. A citação a seguir apresenta a descrição detalhada das origens destes recursos:

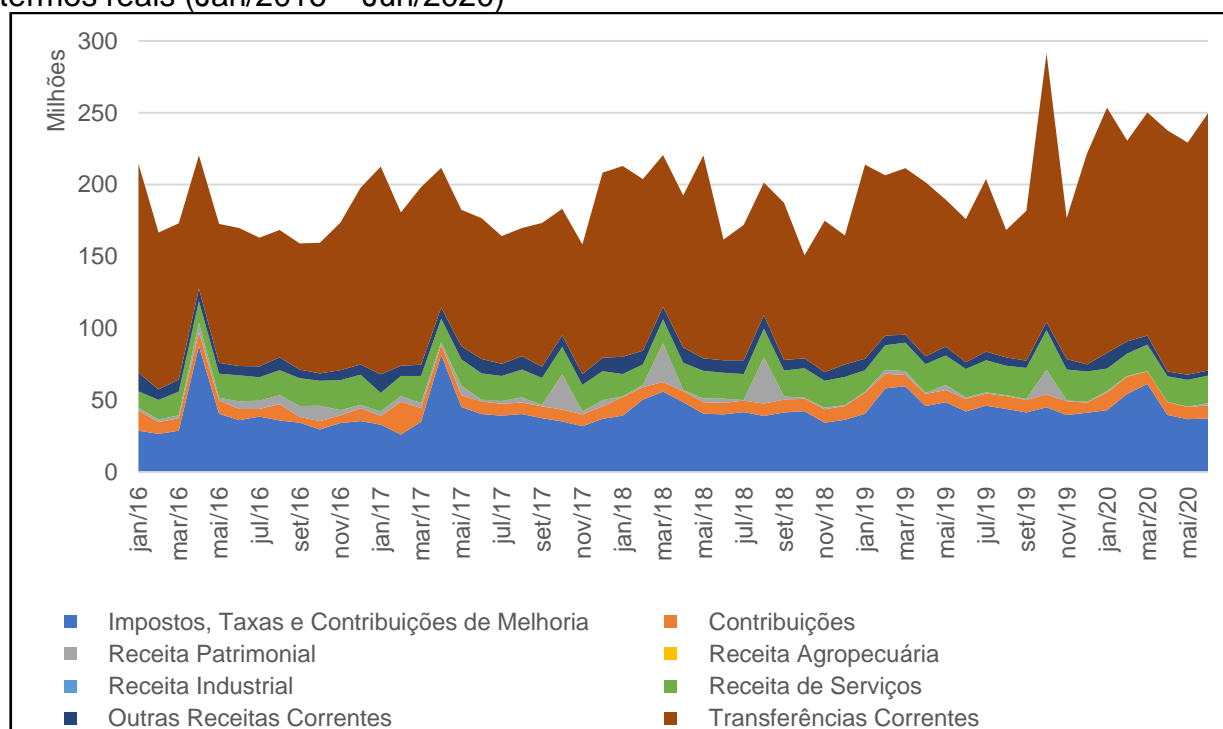
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: são decorrentes da arrecadação dos tributos previstos no art. 145 da Constituição Federal. Contribuições: são oriundas das contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, conforme preceitua o art. 149 da CF. Receita Patrimonial: são provenientes da fruição de patrimônio pertencente ao ente público, tais como as decorrentes de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras. Receita Agropecuária: receitas de atividades de exploração ordenada dos recursos naturais vegetais em ambiente natural e protegido. Compreende as atividades de cultivo agrícola, de cultivo de espécies florestais para produção de madeira, celulose e para proteção ambiental, de extração de madeira em florestas nativas, de coleta de produtos vegetais, além do cultivo de produtos agrícolas. Receita Industrial: são provenientes de atividades industriais exercidas pelo ente público, tais como a extração e o beneficiamento de matérias-primas, a produção e a comercialização de bens relacionados às indústrias mecânica, química e de transformação em geral. Receita de Serviços: decorrem da prestação de serviços por parte do ente público, tais como comércio, transporte, comunicação, serviços hospitalares, armazenagem, serviços recreativos, culturais, etc. Tais serviços são remunerados mediante preço público, também chamado de tarifa. Transferências Correntes: são provenientes do recebimento de recursos financeiros de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento que não impliquem contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou essa transferência. Por outro lado, a utilização dos recursos recebidos vincula-se à determinação constitucional ou legal, ou ao objeto pactuado. Tais transferências ocorrem entre entidades públicas de diferentes esferas ou entre entidades públicas e instituições privadas. Outras Receitas Correntes: constituem-se pelas receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita corrente, tais como indenizações, restituições, ressarcimentos, multas previstas em legislações específicas, entre outras. (MTO- 2020)

Especificamente nesta subseção os dados são obtidos por meio do Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), cuja periodicidade de

divulgação é bimestral e cobrem o período entre o 1º bimestre de 2016 e o 3º bimestre de 2020. Todavia, cabe destacar que o Anexo 3 do RREO apresenta os dados em uma frequência mensal, assim, permite-se verificar com maior detalhe temporal os ingressos dos recursos financeiros. Portanto, os dados trazem informações de janeiro de 2016 a junho de 2020, estes estão dispostos em gráficos que permitem visualizar a representação de toda a série de informações. Como forma de auxiliar no acompanhamento da leitura do trabalho os dados também são apresentados por meio das tabelas 5, 6, 7 e 8.

O Gráfico 10 representa a montante de recursos mensais de cada uma das contas que participam das Receitas Correntes, como já apontado, as Receitas Correntes têm apresentado, nos últimos períodos, e também em outubro de 2019, valores bem acima dos verificados nos demais períodos. A partir do Gráfico 10 verifica-se que as receitas de Transferências Correntes é a conta que apresenta esses valores atípicos. Na sequência essas variações serão detalhadas, conforme a análise de cada uma das contas.

Gráfico 10 – Valores mensais das subcontas que compõem as Receitas Correntes, em termos reais (Jan/2016 – Jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

A subconta Transferências Correntes é aquela que apresentam a maior participação no total das receitas correntes, seguida pela subconta de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, que é a segunda maior em termos de participação. Na sequência tem-se Receita de Serviços; Contribuições; Outras Receitas Correntes; e a Receita Patrimonial em termos de participação, conforme Gráfico 6, em 2019.

Cabe destacar que as contas de receita Agropecuária e Industrial, embora conste no rol de contas de Receitas Correntes, não serão posteriormente detalhadas. Já que a conta de Receita Industrial não registra valores durante todo o período analisado, e a conta Receita Agropecuária por não registrar valores desde outubro de 2016.

A próxima subseção apresenta o desempenho da conta e subcontas que compõem as receitas com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

2.2.3.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Nesta subseção são apresentados os valores das espécies tributárias que estão no rol de competência constitucional do município. Em geral, esses tributos estão relacionados a fatos geradores de cunho local, e são arrecadados e geridos pelo próprio ente arrecadador municipal. Assim podem diferir em termos, alíquotas e bases de cálculo, e períodos de arrecadação conforme as políticas tributárias de cada município.

Neste trabalho, a análise contempla apenas o município de Uberlândia. Para efeito de estudos comparativos, o CEPES tem algumas publicações que compreendem outros municípios. Para leitura sugere-se acessar os arquivos na página virtual da instituição.¹²²

Conforme as Tabela 5 e 6, em 2019, as receitas de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria representam a segunda maior conta dentre as Receitas Correntes, sendo menor apenas que as Transferências Correntes. Adicionalmente as tabelas 7 e 8 apresentam respectivamente o número índice das contas, e a variação semestral das Receitas Correntes.

¹²² www.ieri.ufu.br/cepes

Tabela 5 – Valor das contas das Receitas Correntes e taxa de variação anual (2016-2019), em valores reais e percentuais

Receita / Ano	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Δ 2017 /2016	Δ 2018 /2017	Δ 2019 /2018
RECEITAS CORRENTES (I)	2.138.509.814,37	2.219.162.976,18	2.263.070.608,12	2.442.645.261,57	3,77	1,98	7,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	456.507.418,12	482.313.153,37	509.726.754,75	552.784.820,63	5,65	5,68	8,45
IPTU	65.568.993,01	71.005.218,53	81.483.752,37	99.587.543,95	8,29	14,76	22,22
ISS	245.646.706,54	254.001.042,03	255.897.954,75	276.912.153,30	3,40	0,75	8,21
ITBI	53.762.039,59	59.687.656,59	74.611.481,06	71.327.687,34	11,02	25,00	-4,40
IRRF	53.372.259,29	57.581.447,74	60.184.570,47	54.234.813,33	7,89	4,52	-9,89
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	38.157.419,69	40.037.788,48	37.548.996,10	50.722.622,70	4,93	-6,22	35,08
Contribuições	98.779.785,16	112.403.516,95	105.505.172,87	109.922.891,47	13,79	-6,14	4,19
Receita Patrimonial	55.608.888,64	57.354.476,41	72.519.459,13	31.982.932,45	3,14	26,44	-55,90
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	71.816.683,25	31.055.246,65	-	-	-56,76
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	702.775,87	927.685,80	-	-	32,00
Receita Agropecuária	5.097,14	0,00	0,00	0,00	-100,00	-	-
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-
Receita de Serviços	203.516.052,12	212.014.382,38	217.636.956,13	246.730.948,43	4,18	2,65	13,37
Transferências Correntes	1.230.743.853,06	1.249.322.052,73	1.251.143.726,33	1.429.414.966,99	1,51	0,15	14,25
Cota-Parte do FPM	84.287.209,47	81.464.298,81	87.065.005,32	87.308.514,11	-3,35	6,88	0,28
Cota-Parte do ICMS	475.720.526,28	550.866.028,90	590.381.954,67	682.707.484,83	15,80	7,17	15,64
Cota-Parte do IPVA	136.716.379,75	133.575.136,42	147.958.755,57	124.943.887,14	-2,30	10,77	-15,55
Cota-Parte do ITR	4.725.816,04	4.651.447,03	5.563.776,65	6.842.727,44	-1,57	19,61	22,99
Transferências da LC nº 87/1996	2.913.156,78	3.057.094,56	3.082.647,69	0,00	4,94	0,84	-100,00
Transferências da LC nº 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-
Transferências do FUNDEB	224.070.779,57	220.671.778,75	168.870.076,38	262.629.524,06	-1,52	-23,47	55,52
Outras Transferências Correntes	302.309.985,17	255.036.268,27	248.221.510,03	264.982.829,41	-15,64	-2,67	6,75
Outras Receitas Correntes	93.348.720,13	105.755.394,34	106.538.538,91	71.808.701,60	13,29	0,74	-32,60

Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Tabela 6 – Taxa de participação das contas no total das Receitas Correntes, anual (2016-2019) e 1º Semestre de 2020, em termos percentuais

Receita / Ano	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	1º Semestre 2020
RECEITAS CORRENTES (I)	2.138.509.814,37	2.219.162.976,18	2.263.070.608,12	2.442.645.261,57	1.450.873.856,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21,35	21,73	22,52	22,63	18,77
IPTU	3,07	3,20	3,60	4,08	4,88
ISS	11,49	11,45	11,31	11,34	8,67
ITBI	2,51	2,69	3,30	2,92	2,26
IRRF	2,50	2,59	2,66	2,22	1,98
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1,78	1,80	1,66	2,08	0,99
Contribuições	4,62	5,07	4,66	4,50	4,11
Receita Patrimonial	2,60	2,58	3,20	1,31	0,24
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	3,17	1,27	0,23
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,03	0,04	0,01
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	9,52	9,55	9,62	10,10	7,28
Transferências Correntes	57,55	56,30	55,29	58,52	67,11
Cota-Parte do FPM	3,94	3,67	3,85	3,57	2,80
Cota-Parte do ICMS	22,25	24,82	26,09	27,95	31,12
Cota-Parte do IPVA	6,39	6,02	6,54	5,12	10,05
Cota-Parte do ITR	0,22	0,21	0,25	0,28	0,07
Transferências da LC nº 87/1996	0,14	0,14	0,14	0,00	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,20
Transferências do FUNDEB	10,48	9,94	7,46	10,75	10,19
Outras Transferências Correntes	14,14	11,49	10,97	10,85	12,69
Outras Receitas Correntes	4,37	4,77	4,71	2,94	2,48

Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Tabela 7 – Número índice das contas das Receitas Correntes, anual (2016-2019), base 100 = 2016

Receita / Ano	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
RECEITAS CORRENTES (I)	100,00	103,77	105,82	114,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	100,00	105,65	111,66	121,09
IPTU	100,00	108,29	124,27	151,88
ISS	100,00	103,40	104,17	112,73
ITBI	100,00	111,02	138,78	132,67
IRRF	100,00	107,89	112,76	101,62
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	100,00	104,93	98,41	132,93
Contribuições	100,00	113,79	106,81	111,28
Receita Patrimonial	100,00	103,14	130,41	57,51
Rendimentos de Aplicação Financeira	100,00	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	100,00	-	-	-
Receita Agropecuária	100,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	100,00	-	-	-
Receita de Serviços	100,00	104,18	106,94	121,23
Transferências Correntes	100,00	101,51	101,66	116,14
Cota-Parte do FPM	100,00	96,65	103,30	103,58
Cota-Parte do ICMS	100,00	115,80	124,10	143,51
Cota-Parte do IPVA	100,00	97,70	108,22	91,39
Cota-Parte do ITR	100,00	98,43	117,73	144,79
Transferências da LC nº 87/1996	100,00	104,94	105,82	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	100,00	-	-	-
Transferências do FUNDEB	100,00	98,48	75,36	117,21
Outras Transferências Correntes	100,00	84,36	82,11	87,65
Outras Receitas Correntes	100,00	113,29	114,13	76,93

Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU.
Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Tabela 8 – Valor semestral das contas das Receitas Correntes, taxa de variação, ponderação e variação ponderada (1º semestre 2019 x 1º semestre 2020), em valores reais e percentuais

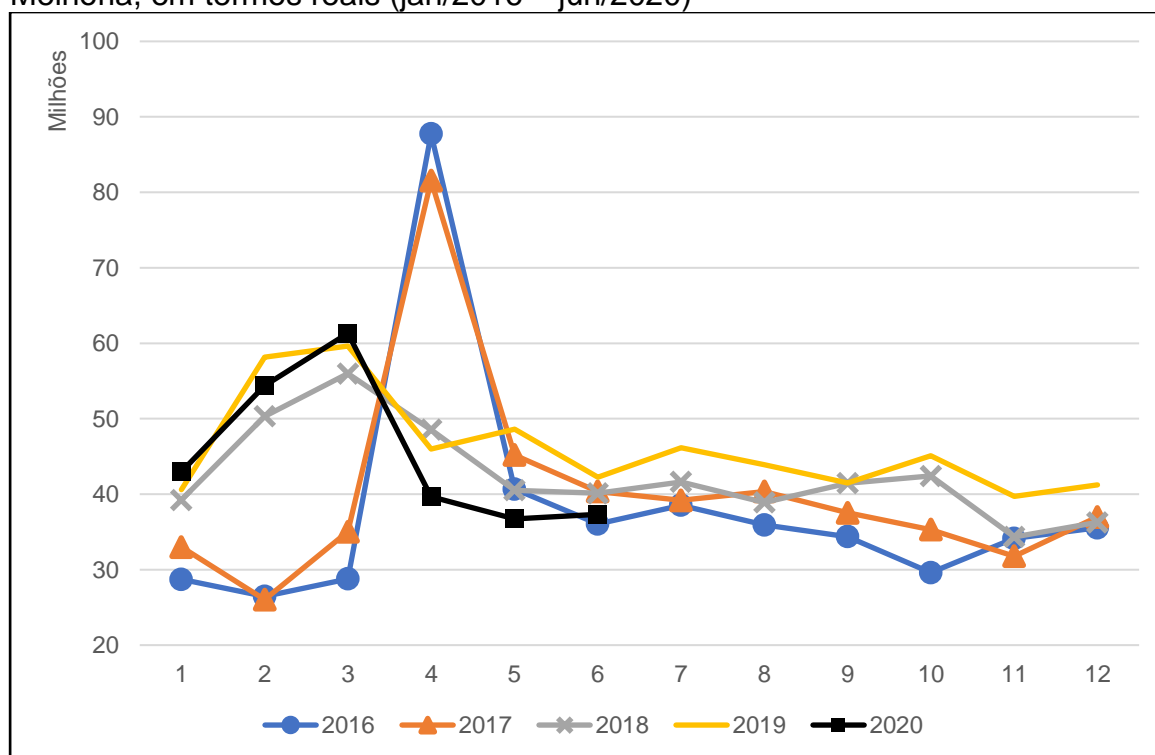
Receita / Período	1º Semestre 2019	1º Semestre 2020	Δ 1º semestre 2020 / 1º semestre 2019	Ponderação	Variação ponderada
RECEITAS CORRENTES (I)	1.198.897.619,35	1.450.873.856,15	21,02	1,00	21,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	295.233.723,54	272.387.858,49	-7,74	0,25	-1,91
IPTU	75.367.418,31	70.773.983,05	-6,09	0,06	-0,38
ISS	133.747.011,17	125.777.369,47	-5,96	0,11	-0,66
ITBI	34.031.517,98	32.733.888,09	-3,81	0,03	-0,11
IRRF	26.218.390,65	28.758.820,27	9,69	0,02	0,21
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	25.869.385,43	14.343.797,60	-44,55	0,02	-0,96
Contribuições	58.275.882,87	59.648.477,77	2,36	0,05	0,11
Receita Patrimonial	11.397.588,69	3.448.472,93	-69,74	0,01	-0,66
Rendimentos de Aplicação Financeira	10.936.943,39	3.269.054,43	-70,11	0,01	-0,64
Outras Receitas Patrimoniais	460.645,31	179.418,50	-61,05	0,00	-0,02
Receita Agropecuária	0,00	0,00	-	0,00	-
Receita Industrial	0,00	0,00	-	0,00	-
Receita de Serviços	112.474.622,58	105.671.551,20	-6,05	0,09	-0,57
Transferências Correntes	685.012.991,82	973.736.542,67	42,15	0,57	24,08
Cota-Parte do FPM	45.086.148,08	40.624.160,32	-9,90	0,04	-0,37
Cota-Parte do ICMS	283.520.642,68	451.452.810,46	59,23	0,24	14,01
Cota-Parte do IPVA	99.053.098,88	145.817.134,36	47,21	0,08	3,90
Cota-Parte do ITR	1.542.176,08	1.007.343,13	-34,68	0,00	-0,04
Transferências da LC nº 87/1996	0,00	0,00	-	0,00	-
Transferências da LC nº 61/1989	0,00	2.840.336,48	-	0,00	-
Transferências do FUNDEB	134.595.473,39	147.907.680,98	9,89	0,11	1,11
Outras Transferências Correntes	121.215.452,71	184.087.076,95	51,87	0,10	5,24
Outras Receitas Correntes	36.502.809,85	35.980.953,10	-1,43	0,03	-0,04

Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

O Gráfico 11 apresenta a evolução dos valores mensais registrados em Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias. Nota-se que há uma forte sazonalidade desta conta com as oscilações de alta correndo entre janeiro e abril, e de maio a dezembro oscilações de baixa. Em 2016 e 2017 o mês de abril apresenta os maiores registros da conta, são valores bem superiores aos demais meses, em 2018, 2019 e 2020, as curvas demonstram formatos muito parecidos, com elevações dos registros em fevereiro e março destes anos. Em termos anuais a conta de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria apresenta desempenho ascendente no período analisado, sendo R\$ 456.507.418,12 em 2016; R\$ 482.313.153,37 em 2017; R\$ 509.726.754,75 em 2018; e R\$ 552.784.820,63 em 2019.

Gráfico 11 – Valores mensais da conta Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

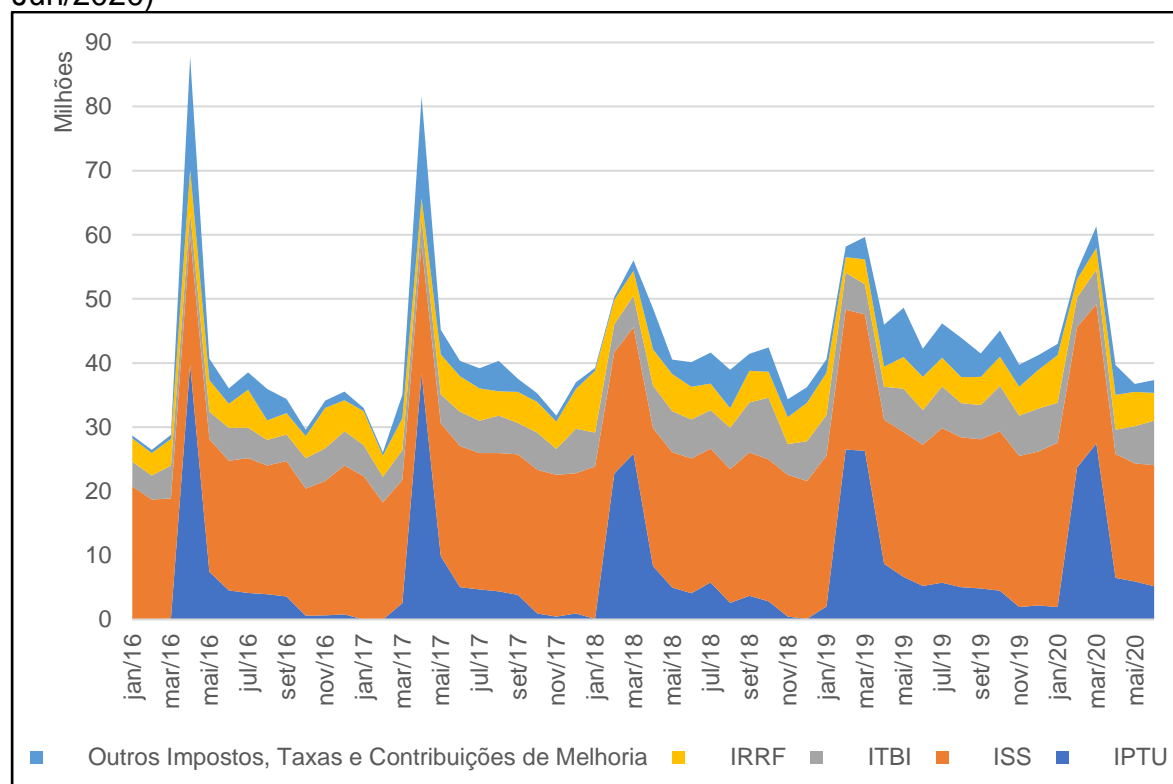
Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Conforme a Tabela 8, quando comparado os desempenhos acumulados nos seis primeiros meses de cada ano nota-se que os valores registrados em 2020 R\$

272.387.858,49 são -7,74% menores que os valores registrados em 2019 R\$ 295.233.723,54. Ou seja, são R\$ 22.845.865,05 a menos de arrecadação no mesmo período.

Enquanto o Gráfico 11 apresenta uma linha para cada ano o que permite compreender o padrão sazonal de arrecadação concentrada nos primeiros quadrimestres dos anos. O Gráfico 12 apresenta áreas cujos formatos apresentam um padrão cíclico anual do desempenho mensal das contas que compõem os Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria. Esse padrão cíclico está ilustrando a mesma sazonalidade percebida no Gráfico 11. Porém, o Gráfico 12 adiciona a informação de esta sazonalidade apresentada está fortemente relacionada às receitas do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) que é a origem da apresentada no gráfico anterior.

Gráfico 12 – Valores mensais das subcontas que compõem as receitas com Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, em termos reais (Jan/2016 – Jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Em termos de valores, o ISS (Imposto sobre Serviços de Quaisquer Natureza) é a principal fonte tributária do município de Uberlândia, em todos os anos analisados, seguido do IPTU que consiste na segunda maior fonte também durante todo o período. Já o ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos) consiste na terceira maior fonte e o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) é a quarta maior fonte. A conta Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria consiste na quinta e última conta, em termos de valores, entre aquelas que compõem os Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria durante o período analisado.

Todas as contas apresentam valores crescentes em 2017, se comparado aos valores de 2016. Em 2018, com exceção de Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria que apresenta queda de -6,22%, passando de R\$ 40.037.788,48, em 2017, para R\$ 37.548.996,10 em 2018, todas as demais contas apresentam desempenhos positivos. Em 2019 tanto o ITBI quanto o IRRF apresentam quedas, -4,40% e -9,89%, respectivamente, se comparados aos respectivos valores de 2018. As demais contas apresentam desempenhos positivos.

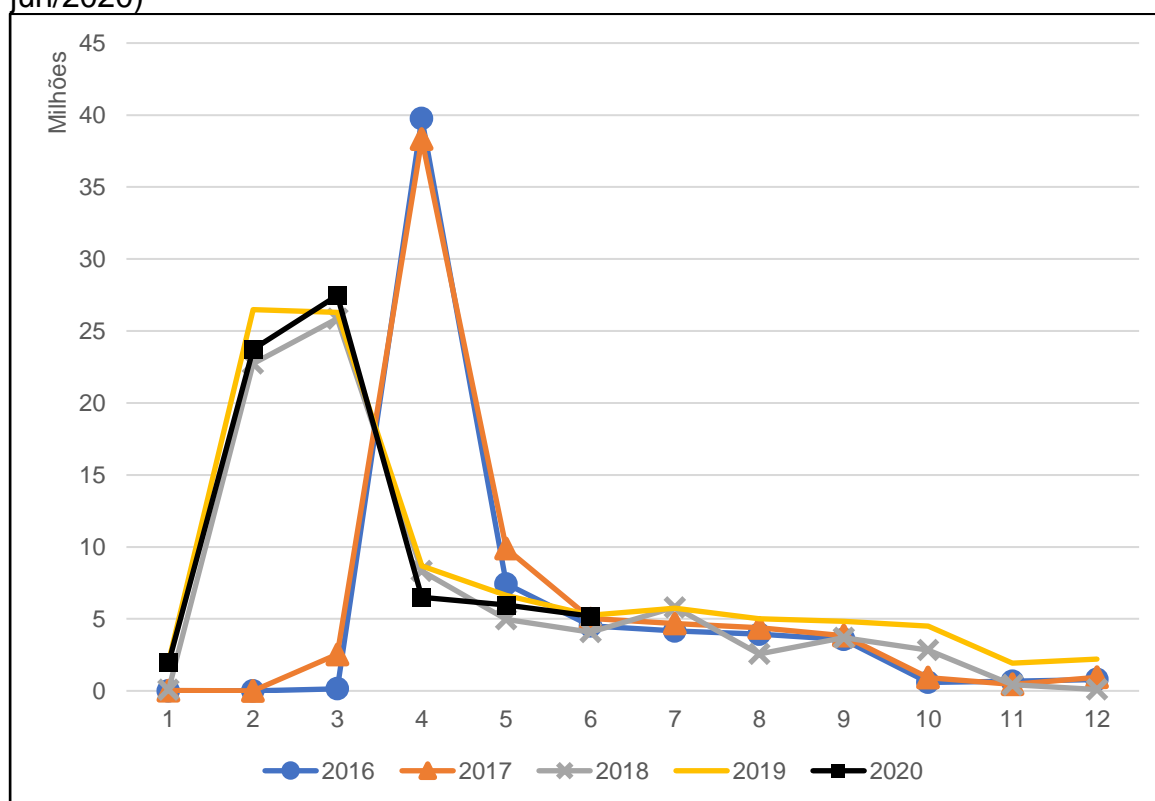
Quando comparado o desempenho do primeiro semestre de cada ano, nota-se que Todas as contas apresentam valores crescentes em 2017, se comparado aos valores de 2016. Em 2018, com exceção de Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria que apresenta queda de -6,22%, passando de R\$ 40.037.788,48 em 2017 para R\$ 37.548.996,10 em 2018, todas as demais contas apresentam desempenhos positivos. Em 2019 tanto o ITBI quanto o IRRF apresentam quedas, -4,40% e -9,89%, se comparado aos respectivos valores de 2018. As demais contas apresentam desempenhos positivos.

IPTU (imposto Predial e Territorial Urbano)

O IPTU, como já mencionado, consiste na segunda maior fonte de recursos tributários para o município de Uberlândia atrás, apenas, do ISS. As flutuações sazonais concentradas no primeiro quadrimestre é a característica mais perceptível no Gráfico 13. E esta característica sazonalidade é transposta para as contas de consolidação superiores, inclusive no total das Receitas Orçamentárias, no total das Receitas Correntes e da conta Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria cujas curvas assumem praticamente os mesmos formatos. Assim, é visto que as foram

receitas concentradas no mês de abril em 2016 e 2017, e distribuídas entre fevereiro e março em 2018, 2019 e 2020. Em abril de 2016 o valor arrecadado no mês corresponde a 60,65% de todo o valor arrecadado com IPTU no ano. E em 2019 os valores arrecadados nos meses de fevereiro e março representam 53% do valor arrecadado em todo o ano.

Gráfico 13 – Valores mensais da conta IPTU, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.
Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Em termos anuais o IPTU assume uma trajetória ascendente de recursos, com crescimento em todos os anos analisados, sendo de 8,29% em 2017, 14,76% em 2018 e 22,22% em 2019. Se comparado aos valores de 2016, apresentou, em 2019, um valor 51,88% maior.

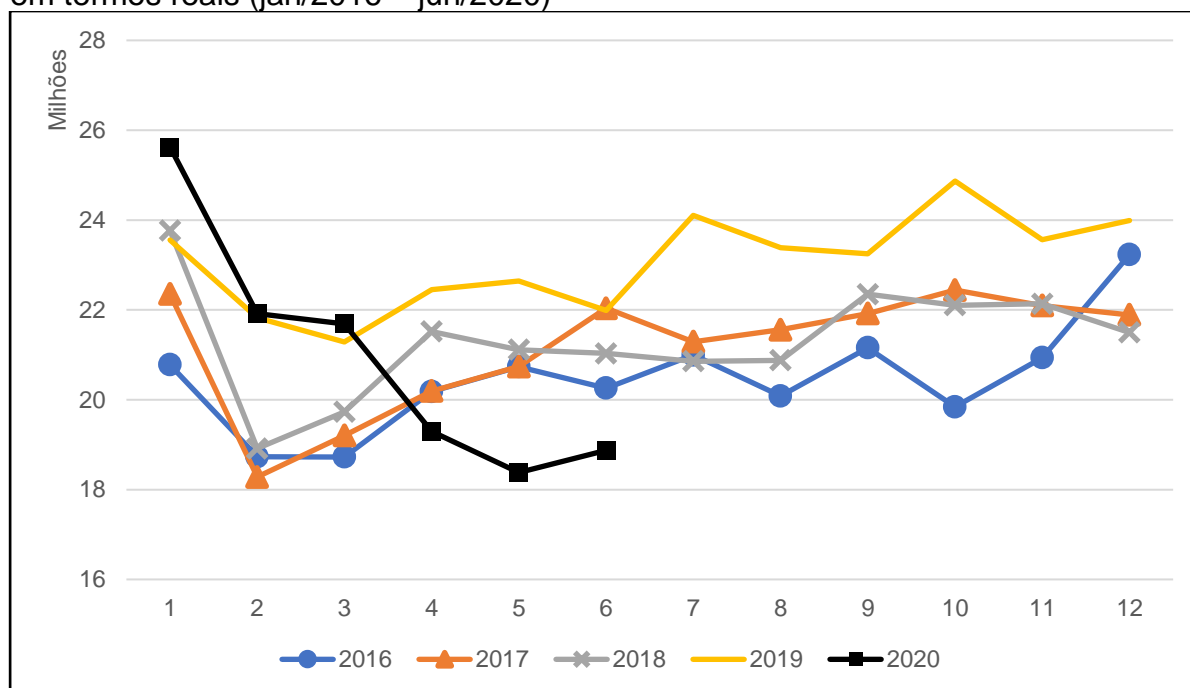
Nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, o IPTU apresenta uma trajetória de queda de -6,09% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esta queda contribui com -0,38 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre.

ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza)

O ISS, como já mencionado, consiste na maior fonte de recursos tributários para o município de Uberlândia, apresenta oscilações ao longo do ano conforme se verifica no Gráfico ISS. Em todos os anos é comum uma maior arrecadação em janeiro seguida por uma característica queda em fevereiro, nos demais meses seguiu trajetória ascendente com pequenas oscilações ao longo dos meses.

Os maiores valores mensais de 2020 ocorrem em janeiro com arrecadação de R\$ 25.625.468,30. Em seguida após uma queda característica em fevereiro, os meses de março, abril e maio também apresentam quedas, e em junho uma leve recuperação. Em 2019 o maior valor arrecadado ocorre em outubro cujo valor corresponde a R\$ 24.867.709,12. Todos os meses do segundo semestre de 2019 apresentam valores máximos mensais na série analisada. Em 2018 o valor máximo mensal arrecadado também é em janeiro R\$ 23.763.327,83. Em 2017, o valor máximo ocorre outubro R\$ 22.441.481,62 e em 2016 em dezembro R\$ 23.229.756,66.

Gráfico 14 – Valores mensais da conta ISS, Taxas e Contribuições de Melhoria, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

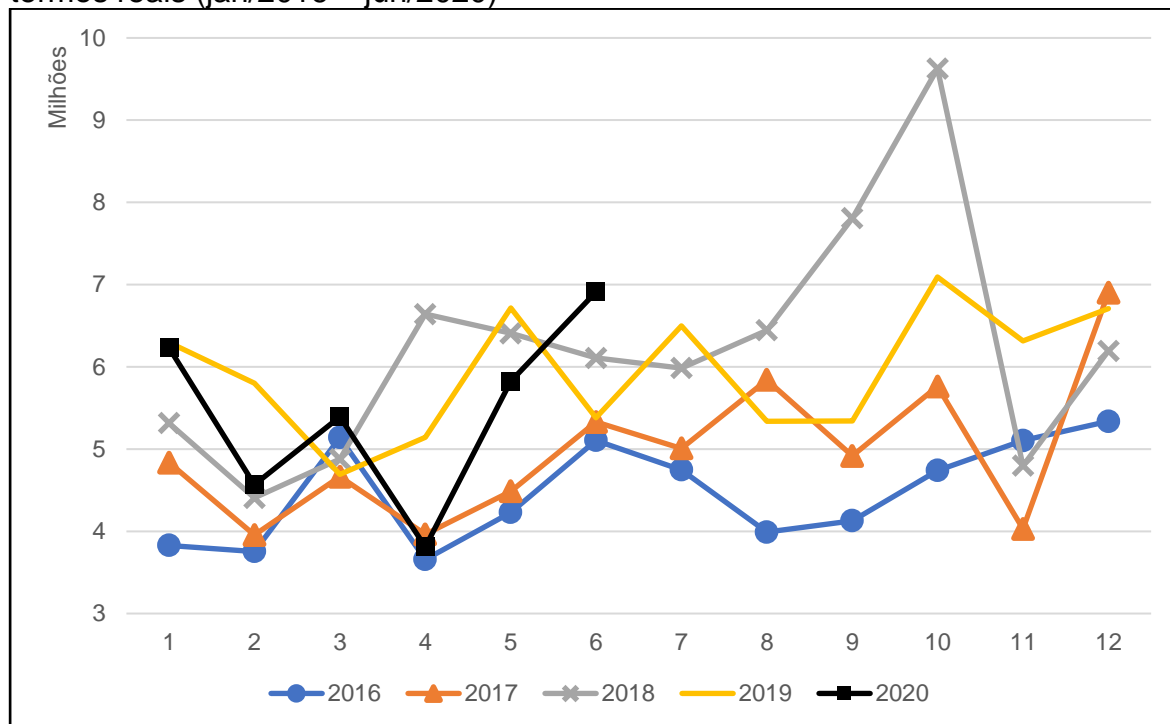
Em termos anuais o ISS também assume trajetória ascendente de recursos, com crescimento em todos os anos analisados, sendo de 3,40% em 2017, 0,75% em 2018 e 8,21% em 2019. Se comparado aos valores de 2016, apresenta, em 2019, um valor 12,73% maior.

O ISS apresenta queda de -5,96% nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esta queda contribui com -0,66 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre. Nota-se principalmente nos meses de abril e maio fortes quedas provavelmente relacionadas a crise da COVID-19.

ITBI (Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis)

O ITBI é a terceira maior fonte de recursos tributários municipais para o município de Uberlândia atrás do ISS e do IPTU, nota-se que há alternância entre altas e baixas nos primeiros seis meses de cada ano e uma maior dispersão nos últimos 6 meses de cada ano. Verifica-se uma arrecadação atípica em outubro de 2018, que corresponde a 12,90% de todo o valor arrecadado no ano.

Gráfico 15 – Valores mensais da conta ITBI, Taxas e Contribuições de Melhoria, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.
Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

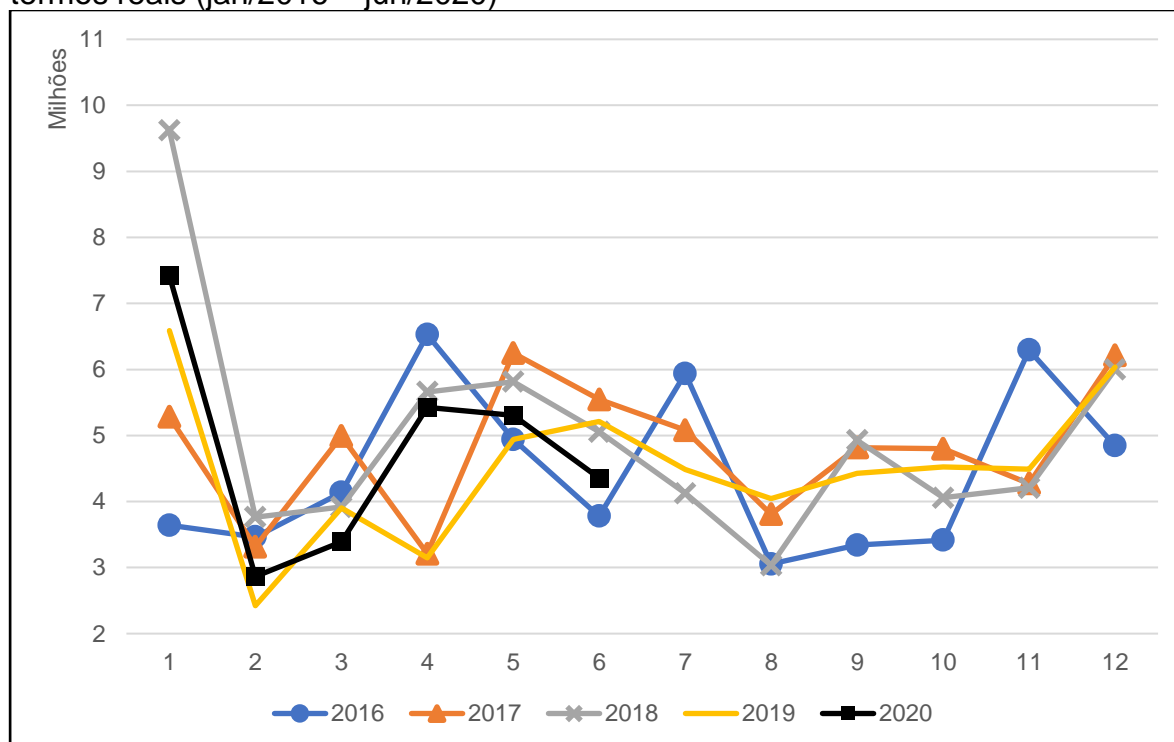
Em termos anuais o ITBI assume uma trajetória ascendente de recursos em 2017 e 2018 e de queda em 2019, sendo de 11,02% em 2017, 25,00% em 2018 e - 4,40% em 2019. Se comparado aos valores de 2016, apresentou, em 2019, um valor 32,67% maior.

Nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, o ITBI apresenta uma trajetória de queda de -3,81% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esta queda contribui com -0,11 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre.

IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)

O IRRF representa a quarta fonte de recursos tributários para o município de Uberlândia em ordem de grandeza, atrás do ISS, do IPTU e do ITBI. Há alguma sazonalidade em janeiro e fevereiro, sendo o mês de fevereiro um período de queda característica. Após a queda em fevereiro o IRRF segue trajetória de alta em março e de flutuações alternadas nos demais meses do ano.

Gráfico 16 – Valores mensais da conta IRRF do município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

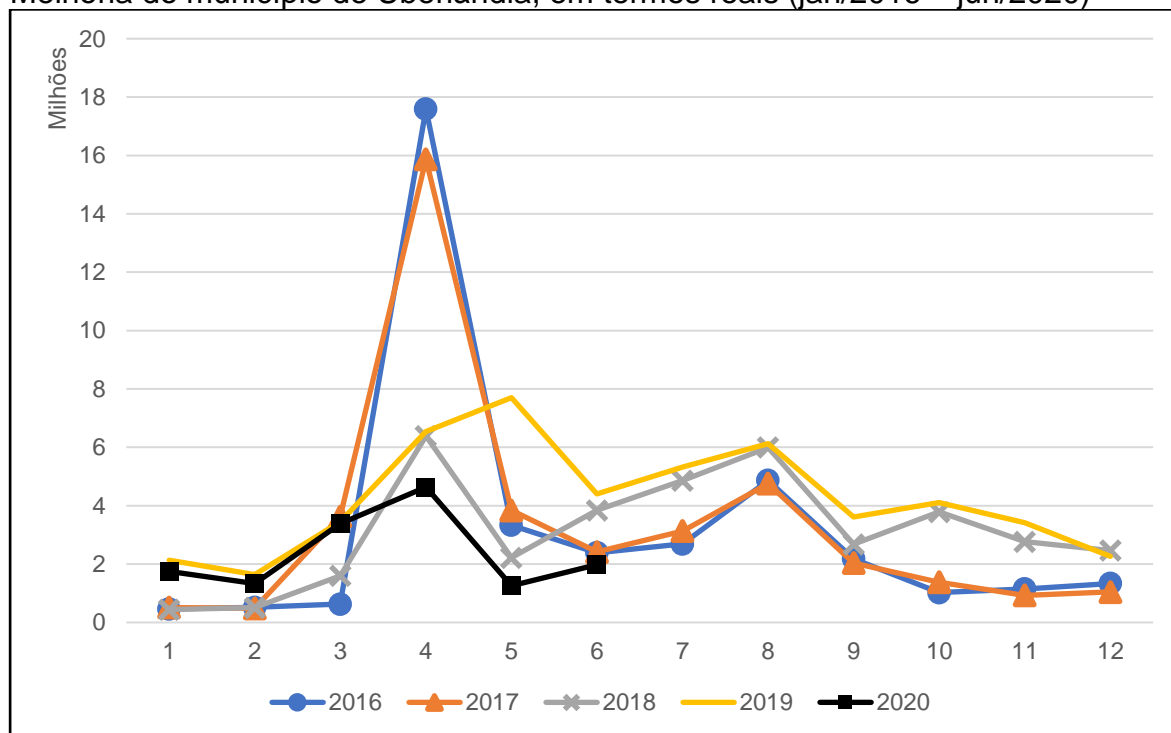
Em termos anuais o IRRF assume uma trajetória ascendente de recursos nos anos de 2017 e 2018 e queda em 2019, cuja taxas são 7,89% em 2017, 4,52% em 2018 e -9,89% em 2019. Se comparado aos valores de 2016, apresenta, em 2019, um valor apenas 1,62% maior.

Nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, o IRRF apresenta elevação de 9,69% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento contribui com 0,21 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre.

Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

A conta Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, compreende todas as demais receitas tributárias do município não apresentadas em contas específicas, como já mencionado, consiste na menor conta de recursos tributários para o município de Uberlândia.

Gráfico 17 – Valores mensais da conta Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria do município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.
Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Essa conta apresenta flutuações sazonais cujas características se assemelham bastante com as características das flutuações do IPTU com receitas que se concentram no mês de abril em 2016 e 2017, e estão distribuídas entre março e abril em 2018, 2019 e 2020. Em abril de 2016 o valor arrecadado no mês corresponde a 46,11% de todo o valor arrecadado na conta em todo o ano.

Em termos anuais a conta Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria assume uma trajetória alternada, com crescimento de recursos em 2017, queda em 2018 e forte crescimento em 2019. Cujas taxas são 4,93% em 2017, -6,22% em 2018 e 35,08% em 2019. Se comparado aos valores de 2016, apresentou, em 2019, um valor 35,08% maior.

Nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, a conta Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria apresenta uma trajetória de forte queda de -44,55% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa queda contribui com -0,96 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre.

A próxima subseção apresenta as receitas de Contribuições, que é a quarta conta das Receitas Correntes em termo de valores.

2.2.3.2 – Contribuições

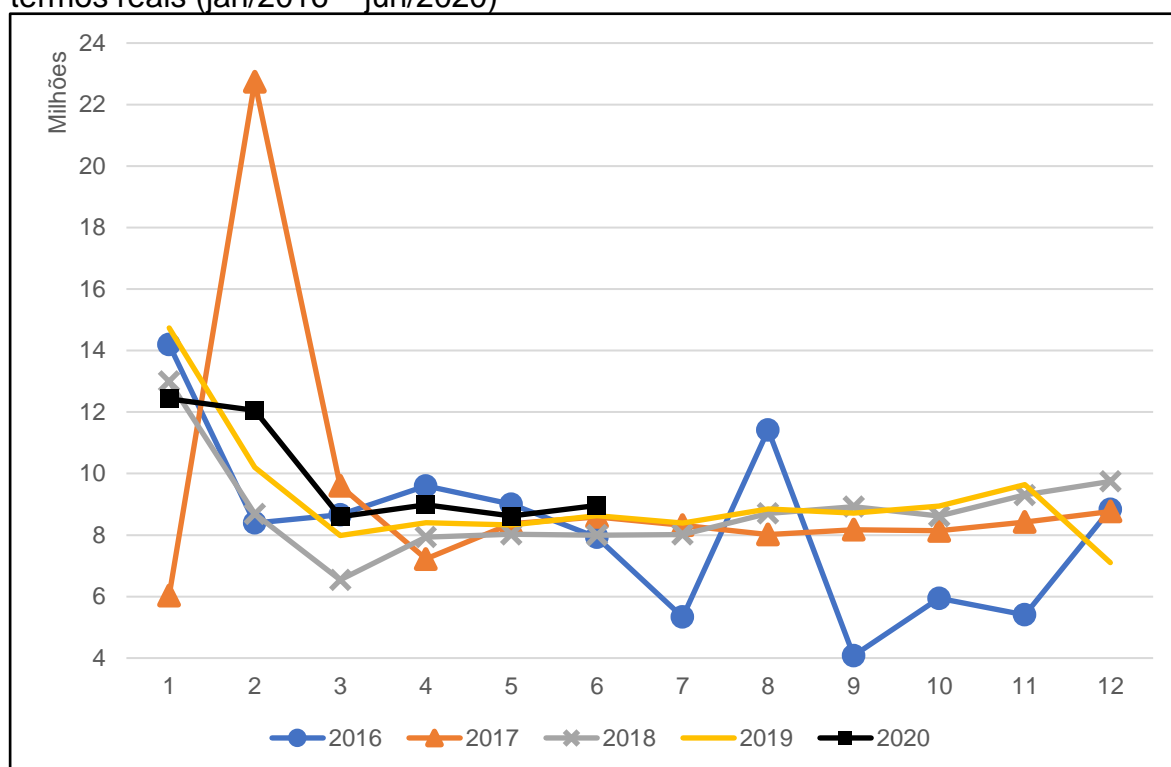
Conforme a Tabela 6 as receitas de Contribuições representam a quarta maior conta dentre as Receitas Correntes, como já apresentado no MTO-2020 as *contribuições são oriundas das contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, conforme preceitua o art. 149 da CF.*

As Contribuições, com exceção de 2016 e 2017, apresentam poucas oscilações ao longo do ano conforme se verifica no Gráfico 18. Em todos os anos é comum uma maior arrecadação em janeiro seguida por uma característica queda em fevereiro. Já nos demais meses seguiu trajetória estável, com baixas oscilações. Em 2016 e 2017, há fortes oscilações, sendo que em 2016, essas oscilações ocorrem no segundo semestre, e em 2017 pontualmente em fevereiro, cujo valor arrecadado R\$

22.742.690,93 é bem atípico e acima do segundo maior valor mensal da série R\$ 14.735.649,88 que ocorrem janeiro de 2019.

Em termos anuais as Contribuições apresentam desempenho com trajetórias alternadas, sendo 13,79% de crescimento de recursos em 2017, queda de -6,14% em 2018 e crescimento de 4,19% em 2019.

Gráfico 18 – Valores mensais da conta Contribuições município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

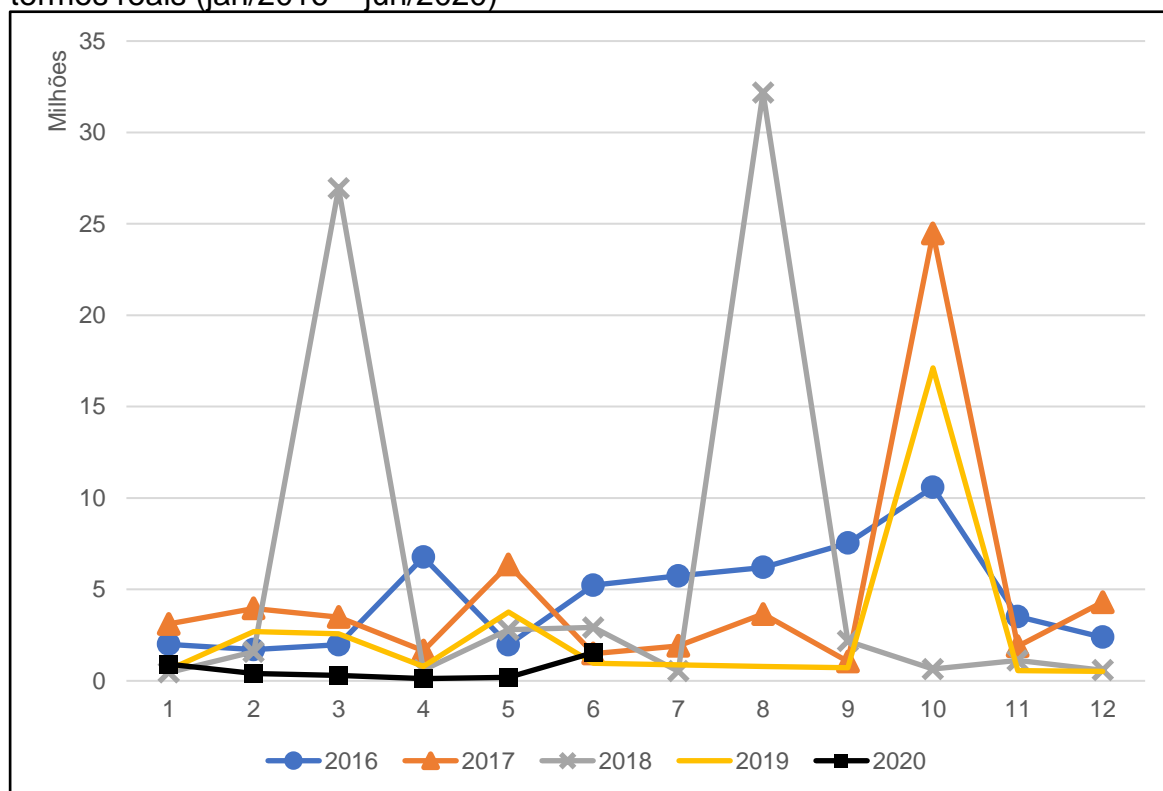
Analisando os últimos seis meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, as receitas de Contribuições apresentam aumento de 2,36% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento contribui com 0,11 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre.

A próxima subseção apresenta a Receita Patrimonial do município de Uberlândia.

2.2.3.3 – Patrimonial

Conforme a Tabela 6 a Receita Patrimonial consiste na sexta maior conta dentre as Receitas Correntes, é também a menor em termos de valores uma vez que as Receitas Agropecuária e Industrial não são analisadas neste relatório por não registrarem valores no período analisado, como já mencionado anteriormente. Segundo o MTO-2020 a *Receita Patrimonial: são provenientes da fruição de patrimônio pertencente ao ente público, tais como as decorrentes de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras.*

Gráfico 19 – Valores mensais da conta Patrimonial do município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

A Receita Patrimonial apresenta baixos valores arrecadados se comparada às demais contas das Receitas Correntes. No entanto, em alguns momentos pontuais há registros de valores consideráveis. O maior valor mensal de 2020 ocorreu em junho com arrecadação de R\$ R\$ 1.542.174,63. Em 2020 os meses de fevereiro a maio registram as menores Receitas Patrimoniais entre os anos selecionados. Em 2019,

2017 e 2016 os maiores valores arrecadados ocorrem no mês de outubro, respectivamente, R\$ 17.120.799,94; R\$ 24.467.782,53 e R\$ 10.586.400,07. Já em 2018 no mês de agosto R\$ (32.182.883,70) e em março (R\$ 26.944.884,79).

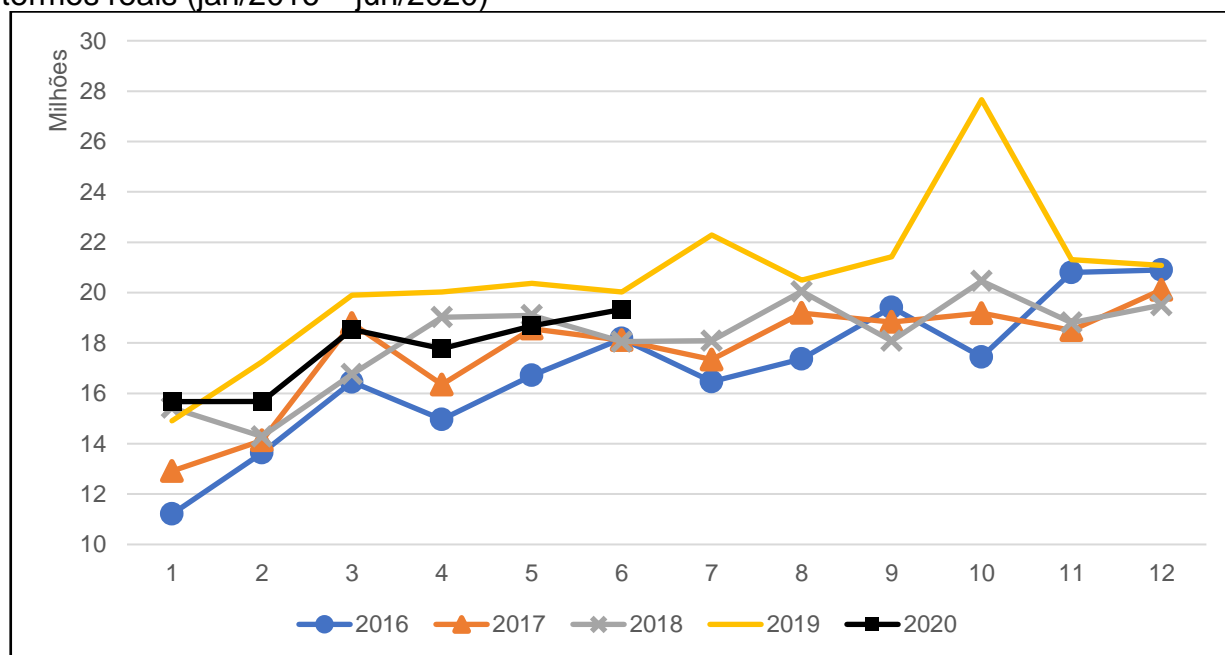
Em termos anuais a Receita Patrimonial assume trajetória ascendente de recursos em 2017 e 2018 e queda em 2019, sendo 3,14% em 2017, 26,44% em 2018 e -55,90% em 2019.

A Receita Patrimonial apresenta queda de -69,74% nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, se comparada ao mesmo período do ano anterior. Essa queda contribui com -0,66 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre. Nota-se que estes valores estão bem abaixo dos demais apresentados nos mesmos períodos dos anos anteriores.

2.2.3.4 – Serviços

As receitas de Serviços consistem na terceira maior fonte de recursos das Receitas Correntes para o município de Uberlândia, apresenta oscilações ao longo do ano conforme se verifica no Gráfico 20.

Gráfico 20 – Valores mensais da conta Serviços do município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Em todos os anos os recursos demonstram trajetórias ascendentes ao longo dos meses, sendo comum valores menores em janeiro e maiores nos últimos meses de cada ano.

Os maiores valores mensais de 2020 ocorre em junho com o registro de R\$ 19.331.299,86. Nos demais meses, desde janeiro, a trajetória é ascendente com uma queda apenas em abril. Em 2019 e 2018 os maiores valores registrados ocorrem em outubro com os seguintes valores R\$ 27.658.978,15 em 2019 e R\$ 20.457.818,28 em 2018. Em 2017 e 2016 os maiores valores registrados ocorrem nos meses de dezembro, sendo R\$ 20.107.353,61 em 2017 e R\$ 20.899.202,08 em 2016.

Em termos anuais, as receitas de Serviços também assumem trajetória ascendente de recursos, com crescimento em todos os anos analisados, sendo de 4,18% em 2017, 2,65% em 2018 e 13,37% em 2019. Se comparado aos valores de 2016, essa conta apresenta em 2019 um valor 21,23% maior.

A receita de Serviços apresenta queda de -6,05% nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esta queda contribui com -0,57 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre. Nota-se nos meses de fevereiro a junho desempenho abaixo do verificado nos mesmos meses do ano anterior, queda provavelmente relacionadas à crise do COVID-19.

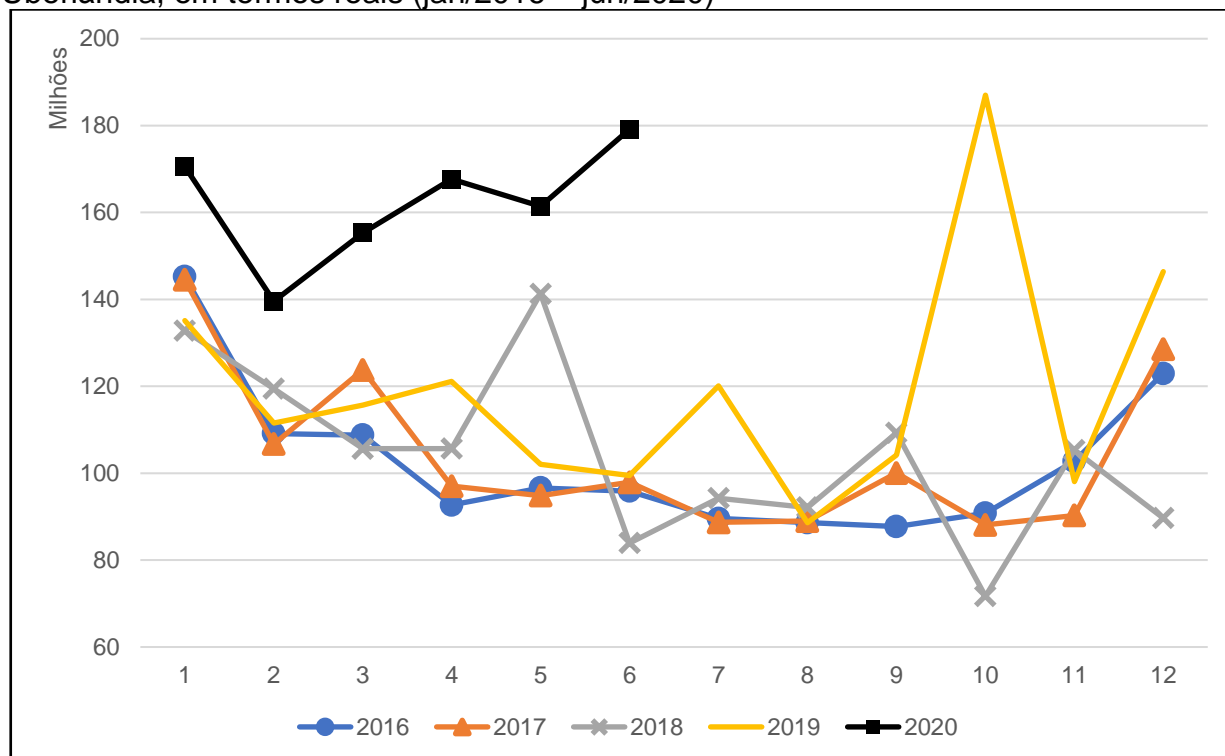
2.2.3.5 - Transferências Correntes

Conforme a Tabela 6 as receitas de Transferências Correntes representam a maior conta dentre as Receitas Correntes, cuja participação em 2019 atinge 58,52%.

O Gráfico 21 apresenta a evolução dos valores mensais registrados em Transferências Correntes, nota-se que há uma sazonalidade desta conta com algumas oscilações, sendo comum valores altos em janeiro seguidos por quedas sucessivas nos meses seguintes até setembro, quando há uma leve inflexão e aumentos contínuos até dezembro. Há algumas exceções como é o caso do mês de outubro de 2019 e os seis primeiros meses de 2020 que registram valores acima dos demais meses, característica também já mencionada na análise das contas com maior nível de agregação, tanto nas Receitas Correntes quanto nas Receitas Orçamentárias. Como

as Receitas de Transferências Correntes têm grande participação no total das Receitas Correntes e por conseguinte as Receitas Correntes no total das Receitas Orçamentárias, qualquer variação expressiva nas Receitas de Transferências tende a ser repassadas para as contas em maior nível de agregação.

Gráfico 21 – Valores mensais da conta Transferências Correntes do município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

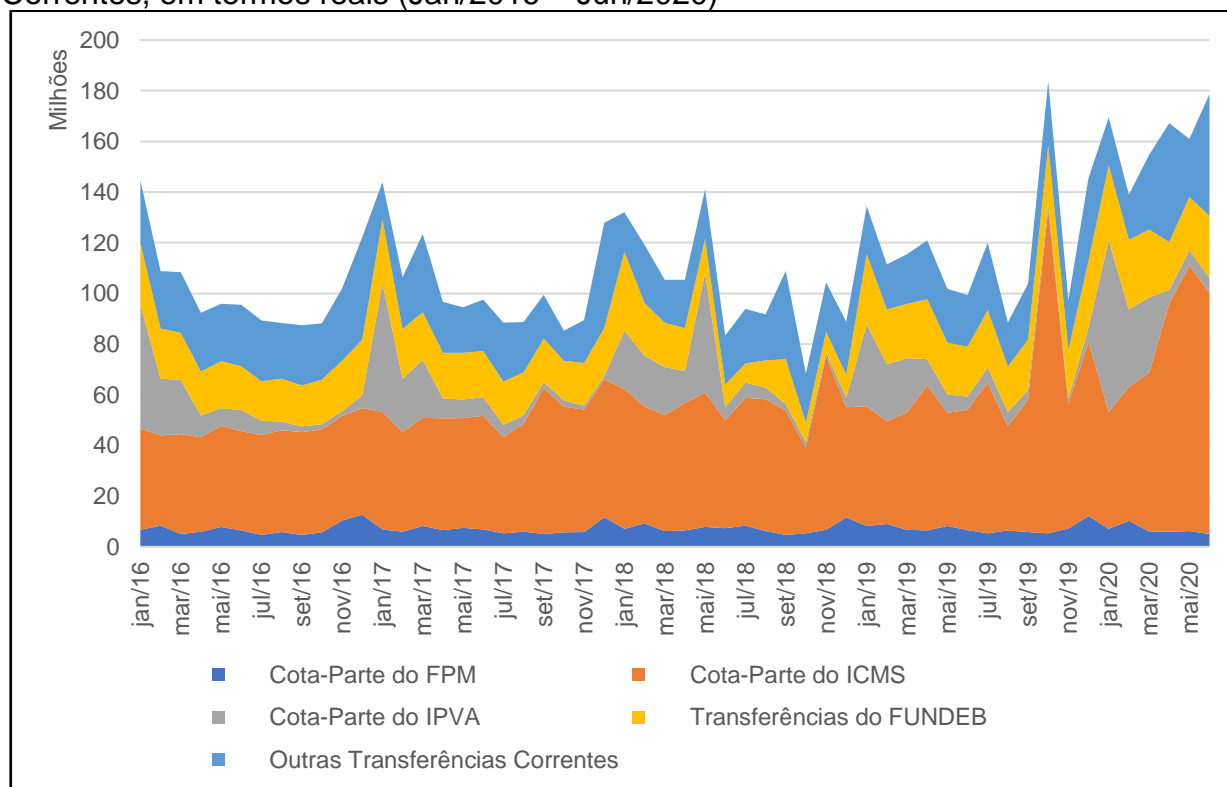
A análise das contas que compõem as Transferências Correntes nas próximas subseções permite uma melhor visualização dessas grandes variações.

Em termos anuais a conta de Transferências Correntes apresenta desempenho ascendente no período analisado, sendo R\$ 1.230.743.853,06 em 2016, R\$ 1.249.322.052,73 em 2017, R\$ 1.251.143.726,33 em 2018, e R\$ 1.429.414.966,99 em 2019, cujas taxas de crescimentos correspondentes são: 1,51% em 2017; 0,15% em 2018 e 14,25% em 2019. Se comparado aos valores de 2016, essa conta apresenta em 2019 um valor 16,14% maior.

No último semestre, de janeiro de 2020 a junho de 2020, as Transferências Correntes apresentam uma forte elevação de 42,15% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento contribui com 24,08 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre. Nota-se nos seis primeiros meses de 2020 desempenho acima do verificado nos mesmos meses do ano anterior, o que sugestivamente pode estar relacionadas também a crise da COVID-19.

O Gráfico 22 apresenta o desempenho mensal das contas que compõem as Transferências Correntes. A sazonalidade percebida no Gráfico 21 também é notada neste gráfico por meio da sazonalidade apresentada principalmente pelas receitas da Cota-parte do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), da Cota-parte do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e Cota-parte do ITR (Imposto sobre a propriedade Territorial Rural) que é a origem da sazonalidade apresentada no gráfico anterior.

Gráfico 22 – Valores mensais das subcontas que compõem as Transferências Correntes, em termos reais (Jan/2016 – Jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

As oscilações apresentadas pela Cota-parte do ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) em outubro de 2019 e nos meses iniciais de 2020 demonstram que esses valores estão acima dos valores apresentados pela mesma conta nos demais períodos do ano. Esses resultados talvez sejam os que mais têm influenciado as grandes elevações que já foram percebidas nas contas de maior nível de agregação, tanto nas Transferências Correntes, Receitas Correntes e Receitas Orçamentárias.

Em termos de valores, a Cota-parte do ICMS é a principal fonte de transferências de receitas para o município de Uberlândia, em todos os anos analisados, seguido de Outras Transferências Correntes que consiste na segunda maior fonte. As Transferências do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) constitui na terceira maior fonte de recursos transferidos. Em seguida tem-se Cota-parte do IPVA; a Cota-Parte do FPM; e Cota-parte do ITR.

As receitas de Transferências da LC nº 87/1996 (Lei Kandir) e as Transferências da LC nº 61/1989 (IPI-Exportação) não têm apresentado registros regulares para o município de Uberlândia. Enquanto as Transferências da LC nº 87/1996 registraram valores apenas nos meses de 2016, 2017 e 2018, e não apresentaram nenhum valor nos meses de 2019 e 2020, as Transferências da LC nº 61/1989 passa os quatro primeiros anos analisados sem registrar valor algum, enquanto em 2020 são registrados valores em todos os meses. Essas alternâncias dos registros dificultam qualquer interpretação. Em outros trabalhos futuros estas inconsistências serão melhor detalhadas. Por ora cabe ressaltar que os valores registrados também não são muito expressivos se comparados as demais contas que fazem parte das Transferências Correntes.

Em 2017, apenas a Cota-parte do ICMS e as Transferências da Lei Kandir apresentam desempenhos positivos, em todas as demais contas foram observadas reduções. Já em 2018, com exceção das Transferências do FUNDEB e Outras Transferências Correntes, todas as demais mostraram desempenhos positivos. Em 2019, com exceção da Cota-parte do IPVA, que registra queda, todas as demais apresentam crescimento de valores transferidos.

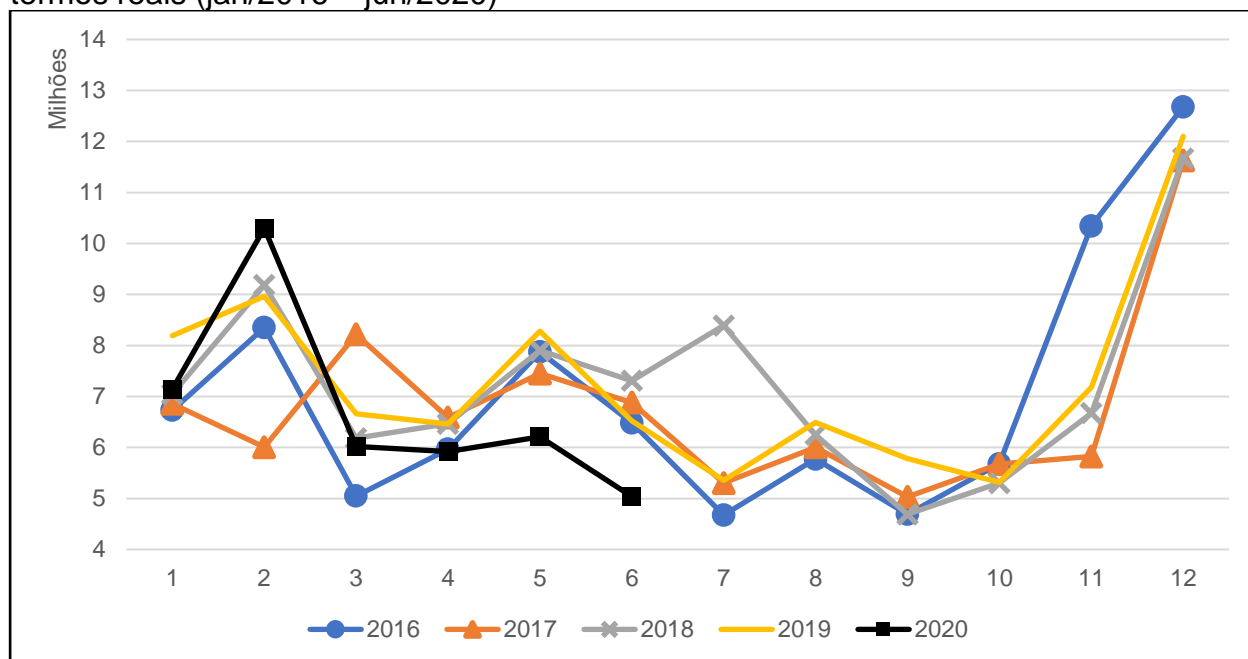
Quando comparado o desempenho do primeiro semestre de 2020, com o desempenho do primeiro semestre de 2019, nota-se que a Cota-parte do FPM evidencia queda de -9,90%, bem como a Cota-parte do ITR com queda de -34,68%. Já as demais contas todas registram aumentos, sendo que algumas com aumentos muito expressivos também em termos de valores como é o caso da Cota-parte do ICMS que aumenta 59,23%, da Cota-parte do IPVA 47,21%, de Outras Transferências Correntes 51,87% e das Transferências do FUNDEB 9,89%.

A seguir as contas que compõem as Transferências Correntes são apresentadas de forma detalhada.

Cota-parte do FPM (Fundo de Participação dos Municípios)

A Cota-parte do FPM, como já mencionado, consiste na quinta maior fonte de recursos dentre as Transferências Correntes para o município de Uberlândia. E apresenta oscilações ao longo do ano conforme se verifica no Gráfico 23. Em todos os anos é comum um maior repasse em dezembro, devido a um repasse adicional do próprio fundo neste mês. No período de janeiro a setembro notam-se oscilações mensais com trajetória declinante até setembro, quando há inflexão e nos meses seguintes continuam as oscilações positivas até dezembro.

Gráfico 23 – Valores mensais da Cota-parte do FPM do município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Os maiores valores mensais de 2020 ocorrem em fevereiro com o repasse de arrecadação de R\$ 10.299.060,21. Em seguida após uma elevação característica em fevereiro, os meses de março e abril também apresentam quedas: maio apresenta uma curta recuperação, porém bem abaixo dos valores do mesmo mês em anos anteriores, e, em junho, uma nova queda. Em 2019, o maior valor arrecadado R\$ 12.099.632,40 ocorre em dezembro, assim como ocorre nos demais anos, sendo R\$ 12.679.341,53 em 2016, R\$ 11.631.389,36 em 2017 e R\$ 11.664.537,62 em 2018.

Em termos anuais a Cota-parte do FPM apresenta queda de recursos em 2017, de -3,35%, em 2018 e 2019, crescimento de 6,88% e 0,28%, respectivamente. Se comparado aos valores de 2016, apresenta, em 2019, um valor 3,58% maior.

A Cota-parte do FPM apresenta queda de -9,90 nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa queda contribui com -0,37 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre. Nota-se principalmente, nos meses de maio e junho, fortes quedas provavelmente relacionadas a crise da COVID-19.

Cota-parte do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços¹²³)

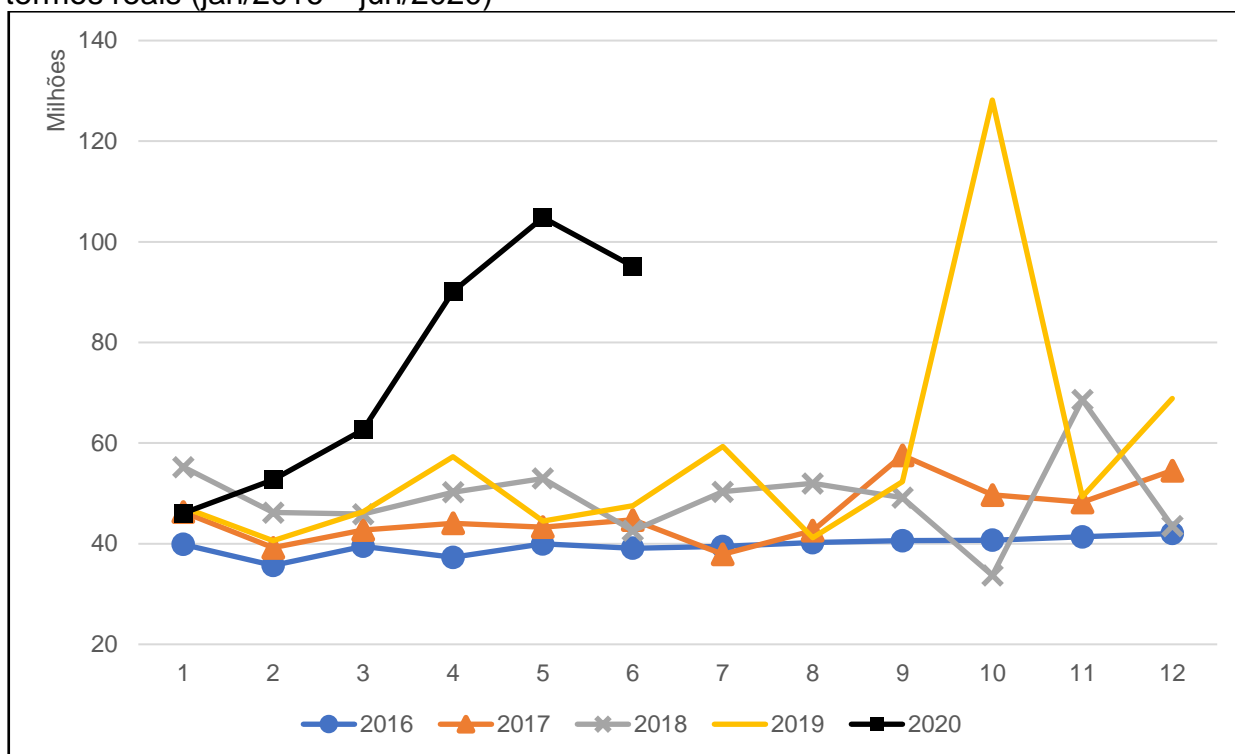
A Cota-parte do ICMS consiste na maior fonte de recursos de Transferências Correntes do Município de Uberlândia, e apresenta oscilações ao longo do ano conforme se verifica no Gráfico 24. Em todos os anos, os recursos demonstram trajetórias bastante estáveis com recursos significativamente relevantes em todos os meses, com exceção de outubro de 2019 e dos meses de março, abril, maio e junho de 2020 que apresentam valores muito acima dos verificados nos demais meses analisados.

Os maiores valores mensais de 2020 ocorre em maio com o repasse de R\$ 104.808.766,82. Nos demais meses, desde janeiro, a trajetória é ascendente com uma queda apenas em junho, frisando as discrepâncias com os valores registrados em todos os períodos anteriores. Em 2019 os maiores valores repassados ocorrem em outubro R\$ 128.177.524,80 valor este também bem acima do padrão vigente em outros

¹²³ Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

meses, com exceção de 2020. Em 2018, o maior repasse ocorre em novembro (R\$ 68.590.950,15); em 2017 em setembro (R\$ 57.568.233,60) e em 2016 em dezembro (R\$ 42.014.744,58).

Gráfico 24 – Valores mensais da Cota-parte do ICMS do município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

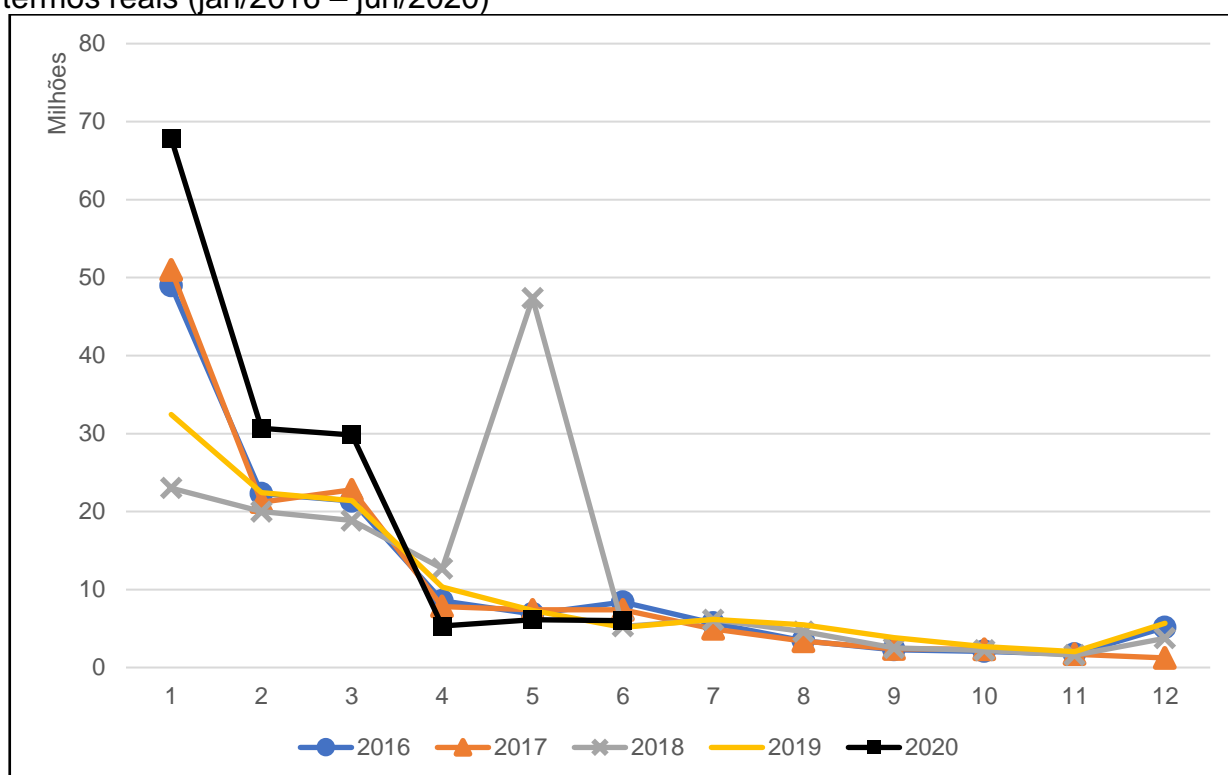
Em valores anuais os repasses da Cota-parte do ICMS apresentam trajetória ascendente de recursos, com crescimento em todos os anos analisados, sendo 15,80% em 2017, 7,17% em 2018 e 15,64% em 2019. Se comparado aos valores de 2016, apresentam em 2019 valores mais elevados em 43,51%.

A Cota-parte do ICMS apresenta aumento de 59,23% nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento contribui com 0,24 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre. Nota-se que, principalmente, nos meses de outubro de 2019 e março, abril, maio e junho de 2020 há fortes aumentos dos repasses desta conta, fato que é incomum, sobretudo em um período de grave crise em decorrência do COVID-19. Esses valores discrepantes serão retomados nas conclusões.

Cota-parte do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores)

A Cota-parte do IPVA, é a quarta maior fonte de recursos dentre as Transferências Correntes para o município de Uberlândia, apresenta forte sazonalidade e oscilações de janeiro a junho e de julho a dezembro estabilidade e valores declinantes, conforme se visualiza no Gráfico 25. Em todos os anos é comum um maior repasse em janeiro, e menores, mas ainda significativos em fevereiro e março.

Gráfico 25 – Valores mensais da Cota-parte do IPVA do município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Em maio de 2018 há um registro atípico com o repasse de valores bem acima do verificado para este mês, porém em janeiro, fevereiro e março deste mesmo ano os valores repassados são bem menores que os verificados no mesmo período dos outros anos, tal constatação sugeri que os valores repassados em maio tenham sido acumulados nos meses anteriores deste mesmo ano, alterando o período de repasse. Esta interpretação não passa de uma hipótese, pois pode ser fruto de alterações do prazo de vencimento do tributo que dá origem ao referido repasse, por exemplo.

Os maiores valores mensais, com exceção de 2018, ocorrem nos meses de janeiro, sendo R\$ 67.853.887,00 em 2020, R\$ 32.441.907,99 em 2019, R\$ 50.993.192,46 em 2017 e R\$ 48.956.093,83 em 2016. Em 2018 maio é o mês que apresenta o maior repasse R\$ 47.349.296,16. Nota-se que os valores repassados em janeiro de 2019 mesmo sendo referentes ao exercício 2019, é bem abaixo dos valores repassados no mesmo mês dos demais anos analisados.

Os meses de fevereiro e março também são muito significativos e com sazonalidade muito próximas nesses meses dos diferentes anos. Geralmente os valores repassados em cada um dos meses de fevereiro e março correspondem à metade do valor repassado no mês de janeiro.

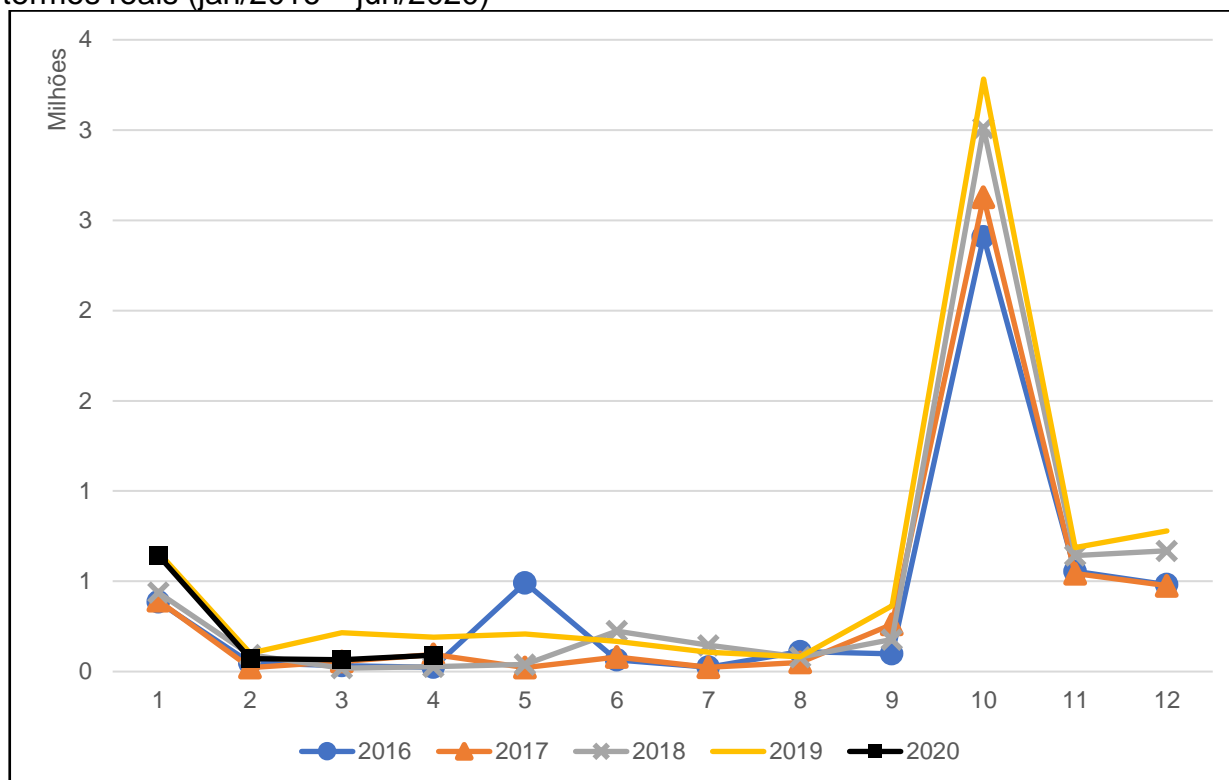
Em termos anuais a Cota-parte do IPVA apresenta queda de recursos em 2017 de -2,30%, aumento em 2018 10,77% e nova queda em 2019 de -15,55%. Se comparado aos valores de 2016, apresenta em 2019 um valor que corresponde a 91,39%, ou seja, -8,61% menor.

Os repasses da Cota-parte do IPVA apresentam aumentos de 47,21% nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento contribui com 3,90 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre. Nota-se que a crise do COVID-19 parece não ter afetado os repasses da Cota-parte do IPVA, em parte provavelmente, pelos meses de maiores arrecadações não serem diretamente afetados pela pandemia, sobretudo janeiro.

Cota-parte do ITR (Imposto Territorial Rural)

A Cota-parte do ITR consiste na sexta maior fonte de repasses das Transferências Correntes para o município de Uberlândia, conforme a Tabela 6. O Gráfico 26 demonstra que o ITR tem uma acentuada sazonalidade, com repasses muito concentrados no mês de outubro, por exemplo, em 2019, cujos repasses neste mês corresponderam a 47,97% dos valores repassados em todo o ano. Os meses de novembro, dezembro e janeiro também apresentam arrecadações com características sazonais, porém, bem mais baixas que no mês de outubro. Nos demais meses predominam a associação entre baixos valores repassados e baixas oscilações, período compreendido entre fevereiro e setembro de todos os anos analisados.

Gráfico 26 – Valores mensais da Cota-parte do ITR do município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Os maiores valores repassados a título de Cota-parte do ITR ocorrem nos meses de outubro de cada ano, como já mencionado, sendo R\$ 2.408.790,78 em 2016, R\$ 2.627.262,91 em 2017, R\$ 3.010.738,43 em 2018 e R\$ 3.282.395,83 em 2019. No entanto, em 2020 a maior arrecadação até junho ocorre no mês de janeiro, cujo valor é R\$ 642.659,29.

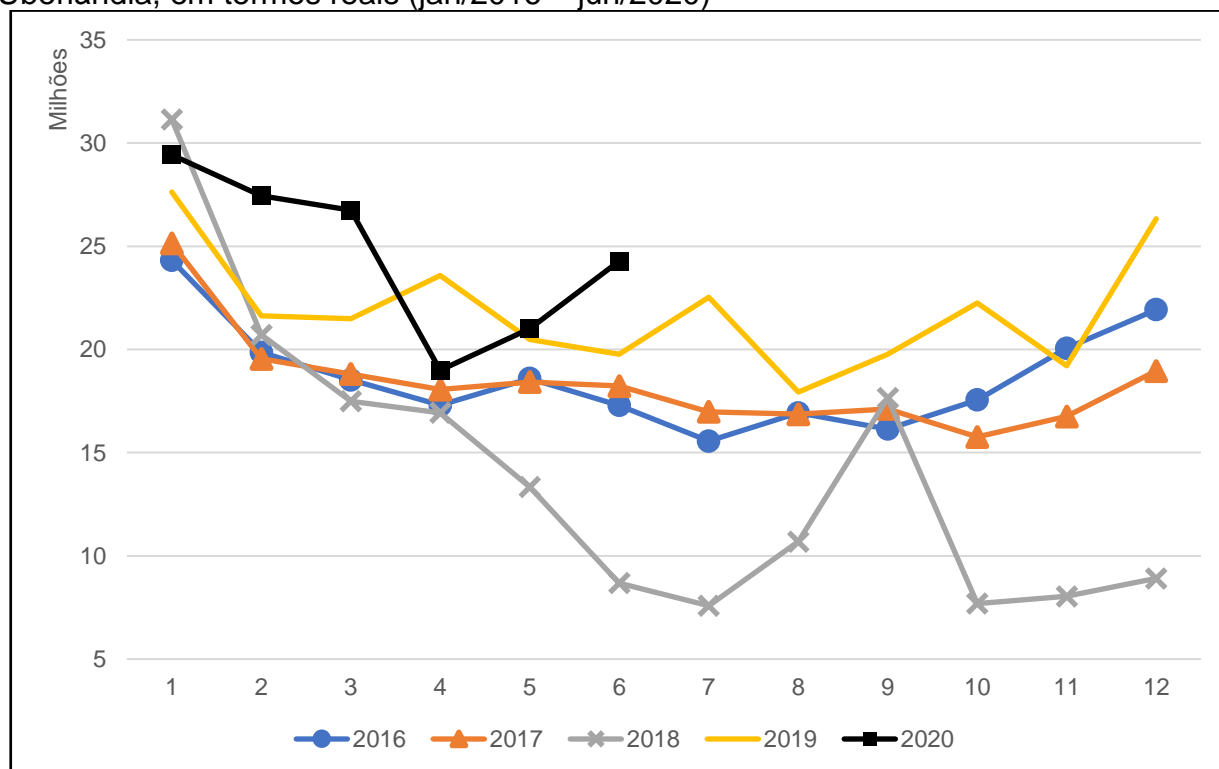
Em termos anuais, a Cota-parte do ITR apresentou queda de -1,57% em 2017, e aumentou de 19,61% em 2018 e 22,99% em 2019. Se comparado aos valores de 2016, apresentou em 2019 valores mais elevados, na ordem de 44,79%.

A Cota-parte do ITR apresenta queda de -34,68% nos últimos 6 meses, de janeiro a junho de 2020, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa queda contribui com -0,04 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre. Nota-se principalmente quedas nos meses de março e abril, quedas provavelmente relacionadas à crise da COVID-19.

Transferências do FUNDEB¹²⁴

As Transferências do FUNDEB representam a terceira maior fonte de recursos de Transferências Correntes do Município de Uberlândia, apresenta oscilações ao longo do ano conforme se verifica no Gráfico 27. Em todos os anos os recursos demonstram transferências maiores nos meses de janeiro, com queda característica em fevereiro, nos meses seguintes nota-se maior dispersão e tendência de queda até setembro quando apresentam inflexões e trajetória ascendente.

Gráfico 27 – Valores mensais das Transferências do FUNDEB do município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.

Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

Cabe destacar a forte oscilação verificada em 2018, com quedas significativas de repasses do FUNDEB nos meses de maio, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro. Em 2020 também se nota comportamento de aumento destes repasses no momento da crise da COVID-19, o que consiste em paradoxo diante dos aumentos verificados nos repasses de fevereiro, março e junho especialmente.

¹²⁴ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Os maiores valores mensais de cada ano ocorrem todos no mês de janeiro. Cujos valores são: R\$ 24.319.447,59 em 2016; R\$ 25.149.844,66 em 2017; R\$ 31.150.975,89 em 2018; R\$ 27.626.808,23 em 2019 e R\$ 29.426.874,63 em 2020.

Em valores anuais os repasses do FUNDEB apresentam trajetória de queda de em 2017 e 2018 e crescimento em 2019, sendo -1,52% em 2017, -23,47% em 2018 e 55,52% em 2019. Se comparado aos valores de 2016, apresenta, em 2019, elevação de 17,21%.

As Transferências do FUNDEB apresentam aumentos de 9,89% nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento contribui com 1,11 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre.

Como mencionado, há uma espécie de paradoxo nos valores de 2020 sobretudo nos meses de pandemia que apresentam fortes elevações de recursos Transferidos do FUNDEB. No entanto, como esta conta é destinada apenas para ações e programas específicos de educação, provavelmente não está relacionado à COVID-19.

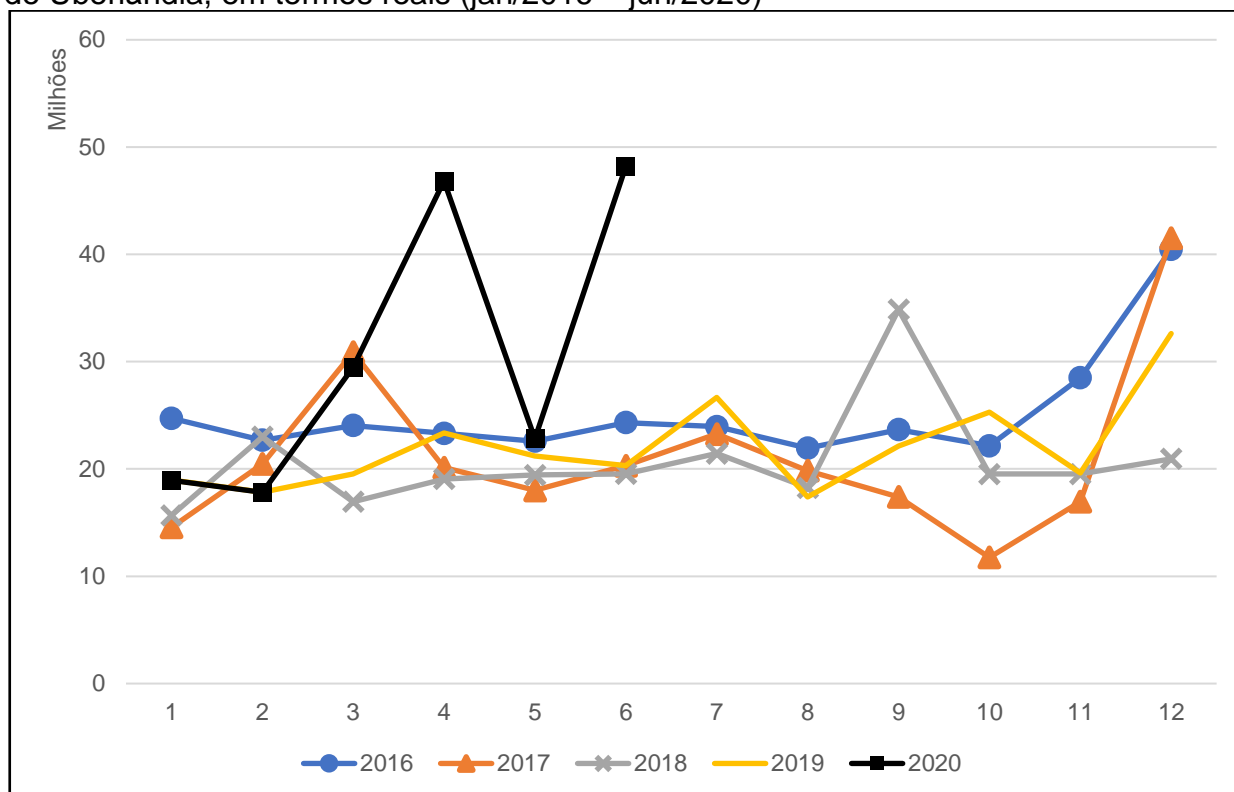
Outras Transferências Correntes

A conta Outras Transferências Correntes, consiste na segunda maior fonte de recursos dentre as Transferências Correntes para o município de Uberlândia. Com exceção do ano de 2020, nos demais anos de janeiro a agosto há baixas oscilações e prevalência de elevados valores. Entre setembro e dezembro nota-se maiores oscilações e elevação considerável dos valores no mês de dezembro, com exceção de 2018. Tais características gerais se verifica no Gráfico 28.

Em 2020, nota-se comportamento atípico dos valores de Outras Transferências Correntes com grandes oscilações de valores principalmente nos meses de abril e junho.

Os maiores valores mensais de 2020 ocorrem em junho R\$ 48.208.167,80 e abril R\$ 46.830.640,92 alternado com um valor regular em maio, dentro dos padrões para o mesmo mês de anos anteriores. Em 2019, 2017 e 2016 os maiores valores transferidos por esta conta ocorrem no mês de dezembro, sendo R\$ 32.622.167,42 em 2019; R\$ 41.498.932,70 em 2017 e R\$ 40.467.962,34 em 2016. Em 2018, o maior valor ocorre em setembro R\$ 34.844.670,61.

Gráfico 28 – Valores mensais da conta Outras Transferências Correntes do município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.
Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

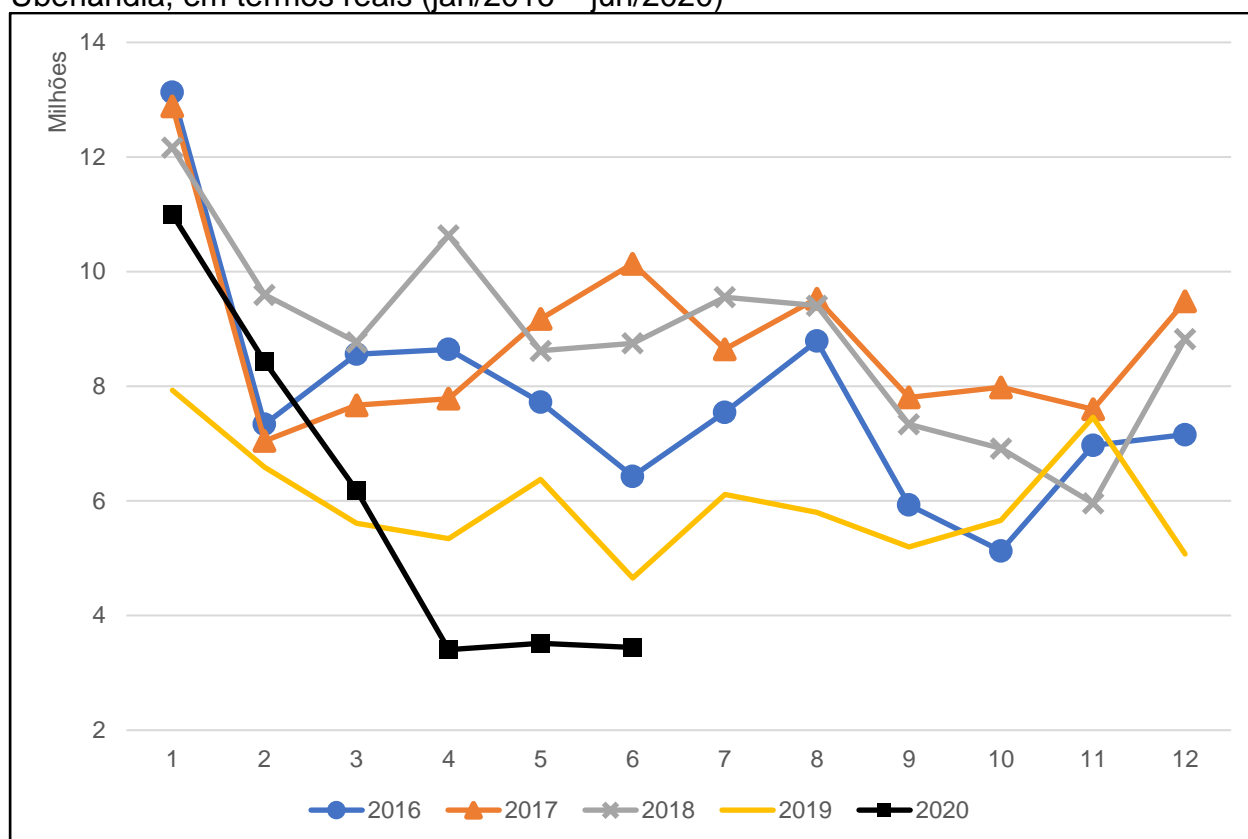
Em valores anuais, a conta Outras Transferências Correntes apresenta queda de -15,64% em 2017, queda de -2,67% também em 2018 e elevação de 6,75% em 2019. Se comparado aos valores de 2016, apresentou, em 2019, valores correspondentes a 87,65%, portanto uma queda de -12,35% no período.

A conta Outras Transferências Correntes apresenta elevação de 51,87% nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento contribui com 5,24 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre. É a segunda maior elevação entre as todas as contas e, pelo valor contribui significativamente para o aumento verificado nas Transferências Correntes, Receitas Correntes e Receitas Orçamentárias. Nota-se fortes elevações principalmente nos meses de abril e junho provavelmente relacionadas à crise da COVID-19.

2.2.3.6 - Outras Receitas Correntes

Conforme o MTO-2020 a conta *Outras Receitas Correntes*: *constituem-se pelas receitas cujas características não permitam o enquadramento nas demais classificações da receita corrente, tais como indenizações, restituições, ressarcimentos, multas previstas em legislações específicas, entre outras.*

Gráfico 29 – Valores mensais da conta Outras Receitas Correntes do município de Uberlândia, em termos reais (jan/2016 – jun/2020)



Fonte: Anexo 3 do RREO-Relatório Resumido de Execução Orçamentária, 6º Bimestres de 2016, 2017, 2018, 2019 e 3º Bimestre de 2020 - SICONFI/STN; IPCA-IBGE. Elaboração própria.
Comentário: a preços de 1º de agosto de 2020.

A conta Outras Receitas Correntes consiste na quinta maior fonte de recursos das Receitas Correntes para o município de Uberlândia, apresenta oscilações ao longo do ano conforme se verifica no Gráfico 29. Em todos os anos os recursos demonstram trajetórias descendente ao longo dos meses, sendo comum valores maiores no mês de janeiro e prevalência de oscilações nos demais meses do ano.

Os maiores valores mensais de todos os anos selecionados são registrados em janeiro, sendo R\$ 13.129.275,68 em 2016, R\$ 12.886.924,23 em 2017, R\$ 12.165.377,74 em 2018, R\$ 7.930.976,51 em 2019 e R\$ 10.995.500,63 em 2020.

Em termos anuais, a conta Outras Receitas Correntes apresenta aumento de recursos em 2017 de 13,29%, e também em 2018 de 0,74%. Em 2019 apresenta uma forte queda de -32,60%. Se comparado os valores de 2016 com os valores apresentados em 2019 há uma queda de 23,07%, pois, os valores em 2019 representam apenas 76,93% dos valores desta conta de 2016.

Conforme se verifica na Tabela 8 os recursos de Outras Receitas Correntes apresentaram queda de -1,43% nos últimos 6 meses, de janeiro de 2020 a junho de 2020, se comparados ao mesmo período do ano anterior. Essa queda contribui com - 0,04 pontos percentuais no desempenho de 21,02% de crescimento das Receitas Correntes no último semestre. Nota-se, nos meses de abril, maio e junho desempenho bem abaixo do verificado nos mesmos meses dos anos anteriores, queda provavelmente relacionada à crise da COVID-19.

3 - Despesa Orçamentária

3.1 - Conceitos¹²⁵

Pode-se classificar a despesa orçamentária em três etapas: planejamento; execução; e controle e avaliação.

A etapa do planejamento e contratação abrange, de modo geral, a fixação da despesa orçamentária, a descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira e o processo de licitação.

A fixação da despesa orçamentária insere-se no processo de planejamento e compreende a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada, tendo em vista os recursos disponíveis e observando as diretrizes e prioridades traçadas pelo governo. A despesa é fixada pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

O valor do orçamento inicial fixado pela LOA é distribuído no âmbito da Unidade Orçamentária por Funcional Programática, Elemento da Despesa e Fonte de Recursos e corresponde à dotação inicial. Já a dotação atual corresponde ao valor inicial acrescido e/ou reduzido pelos créditos e/ou alterações aprovados.

¹²⁵ Manuais de Receita Nacional e de Despesa Nacional, aprovados pela Portaria Conjunta Secretaria do Tesouro Nacional/Secretaria de Orçamento Federal nº 3, de 15 de outubro de 2008.

Na etapa de execução, conforme previsto na Lei Federal nº 4.320/64, os estágios da despesa orçamentária são o empenho, a liquidação e o pagamento.

O empenho¹²⁶ é o ato do ordenador de despesa, autoridade competente, que cria a obrigação de pagamento. Ele consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico, é formalizado mediante a emissão de um documento denominado Nota de Empenho, do qual deve constar o credor e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária. Quando o valor empenhado for insuficiente para atender a despesa a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado. Caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado parcialmente. Será anulado totalmente quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido, ou ainda, no caso de ter sido emitido incorretamente.

A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem por objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar, e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

O pagamento é a entrega de numerário ao credor por meio de crédito em conta corrente e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa. Sua validação junto à rede bancária implica em um crédito para o favorecido e comprova, para a administração estadual, a quitação de uma obrigação.

Neste trabalho serão tratados os dados de despesas da Prefeitura Municipal de Uberlândia pela ótica do pagamento, desta forma verificaremos a efetiva transferência de recursos do município para outros entes.

3.2 - Aplicação de recursos do município

Despesa pública é a aplicação de recursos do município para custear os serviços de ordem pública ou para investir no desenvolvimento da cidade. Na Lei Orçamentária Anual (LOA), as despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social foram aprovadas, respectivamente, com o valor inicial de R\$ 2.534.134.000,00; R\$ 2.559.364.000,00; e R\$ 2.963.795.275,00 para os anos de 2017, 2018 e 2019, já as despesas pagas não ultrapassaram em nenhum desses anos 85% os valores orçados.

¹²⁶ O artigo 60 da Lei Federal nº 4.320/64 veda a realização de despesa sem prévio empenho.

Levando a acreditar que esses orçamentos anuais foram superestimados na origem, apesar da dinâmica econômica do período estar relativamente estabilizada (Tabela 9).

Tabela 9: Participação das Despesas Pagas de 2017, 2018 e 2019 em relação às suas respectivas Leis de Orçamentos Anuais (LOA) – valores em R\$

Prefeitura Municipal de Uberlândia	2017	2018	2019
Lei Orçamentária Anual ¹	2.534.134.000,00	2.559.364.000,00	2.963.795.275,00
Despesas pagas ²	2.115.935.972,09	2.183.192.485,28	2.357.361.546,23
Participação % LOA=100%	83%	85%	80%

Fonte: 1) Lei Orçamentária Anual: LOA 2017; 2018 e 2019¹²⁷; 2) RREO Anexo 2: 2017; 2018 e 2019 (). -
Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Fazendo-se as mesmas comparações, entre as Despesas Empenhadas e Liquidadas dos primeiros semestres de 2017; 2018; 2019; e 2020, percebe-se que, no exercício de 2017, da dotação autorizada para a despesa (R\$ 2.534.134.000,00), empenhou-se R\$ 1.271.504.081,53. Na relação débito e crédito desse período, liquidou-se R\$ 826.684.942,44 (65%), não necessariamente foram quitados as mesmas notas empenhadas no período.

Tabela 10: Participação das Despesas Liquidadas dos primeiros semestres de 2017, 2018, 2019 e 2020 em relação às despesas empenhadas no mesmo período (Valores em R\$).

Prefeitura Municipal de Uberlândia	2017	2018	2019	2020
Despesas empenhadas ^{1º}	1.271.504.081,53	1.495.311.105,05	1.721.099.457,57	1.885.879.345,77
Despesas Liquidadas ^{1º}	826.684.942,44	873.278.436,33	967.171.583,24	1.119.682.688,93
Participação % Despesa empenhada=100%	65%	58%	56%	59%

Fonte: SINCONF STN 2020: RREO- Anexo 2 - 1ºB de 2016 ao 3º Bim de 2020 - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

As participações das Despesas Liquidadas dos primeiros semestres de 2018, 2019 e 2020 em relação às Despesas Empenhadas no mesmo período, ficaram praticamente estáveis, com leve acréscimo de 1% de 2018 para 2020.

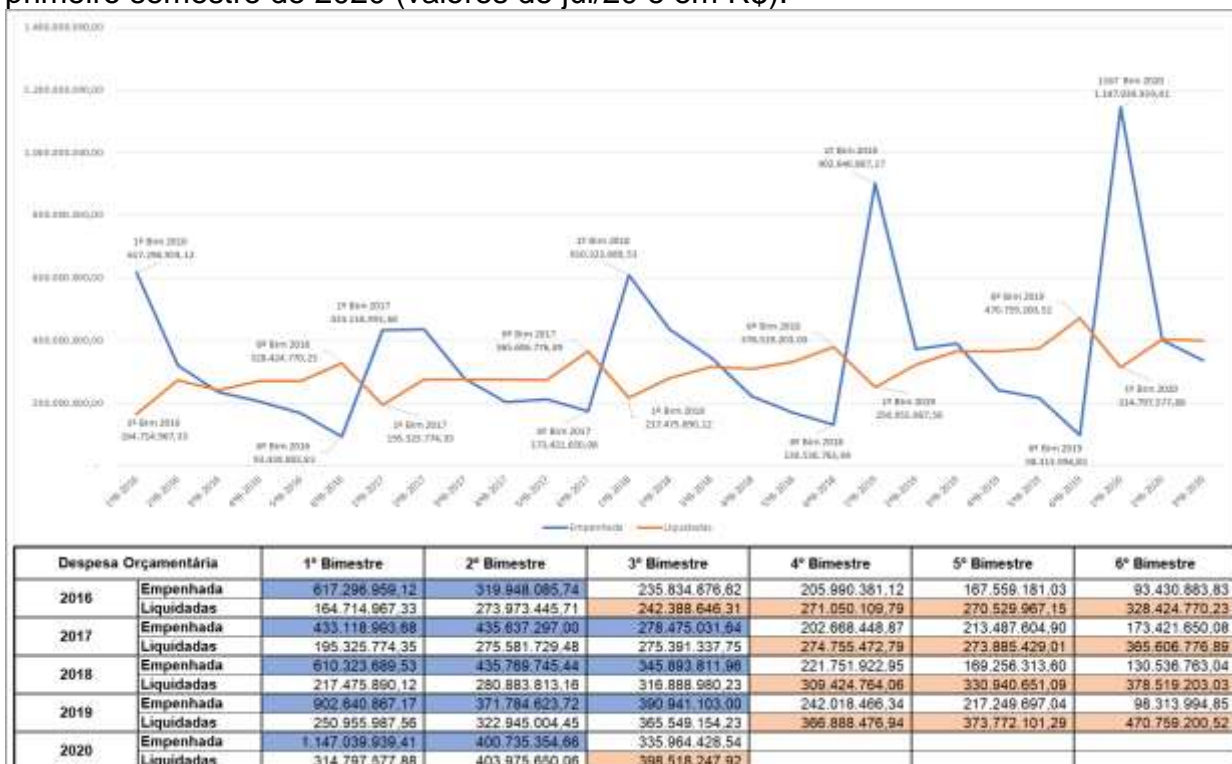
¹²⁷ <https://www.uberlandia.mg.gov.br/portal-da-transparencia/orcamento-municipal/lei-orcamentaria-anual-loa>

Entre 2019 e primeiro semestre de 2020 os valores empenhados sofreram um crescimento médio de R\$ 204.791.754,75 (12,3%). Já a média dos valores liquidados cresceram 9,6%, atingindo R\$ 97.665.915,50. Portanto, em média, os empenhos ficaram R\$ 107.125.839,25 acima dos liquidados no período.

A constatação de que os valores empenhados nos primeiros semestres são superiores aos liquidados é melhor visualizada no Gráfico 30. Nele percebe-se que, invariavelmente, em relação à concentração dos empenhos, há pontos de máximos nos primeiros bimestres do ano; e mínimos nos últimos bimestres. Por outro lado, as Despesas Liquidadas contrariam este comportamento: os pontos de máximos são realizados últimos bimestres, ficando os pontos de mínimos nos primeiros.

Neste interim, na tabela do Gráfico 30, pode-se generalizar que nos primeiros semestres de cada ano, concentra-se as Despesas Empenhadas, ficando para a segunda metade o período de maior liquidação. Ressalta-se que a Despesa orçamentária depende de autorização legislativa para ser realizada e que não pode ser efetivada sem a existência de crédito orçamentário que a corresponda suficientemente.

Gráfico 30: Despesa Orçamentária Empenhadas e Liquidadas de 2016 a 2019 e primeiro semestre de 2020 (valores de jul/20 e em R\$).



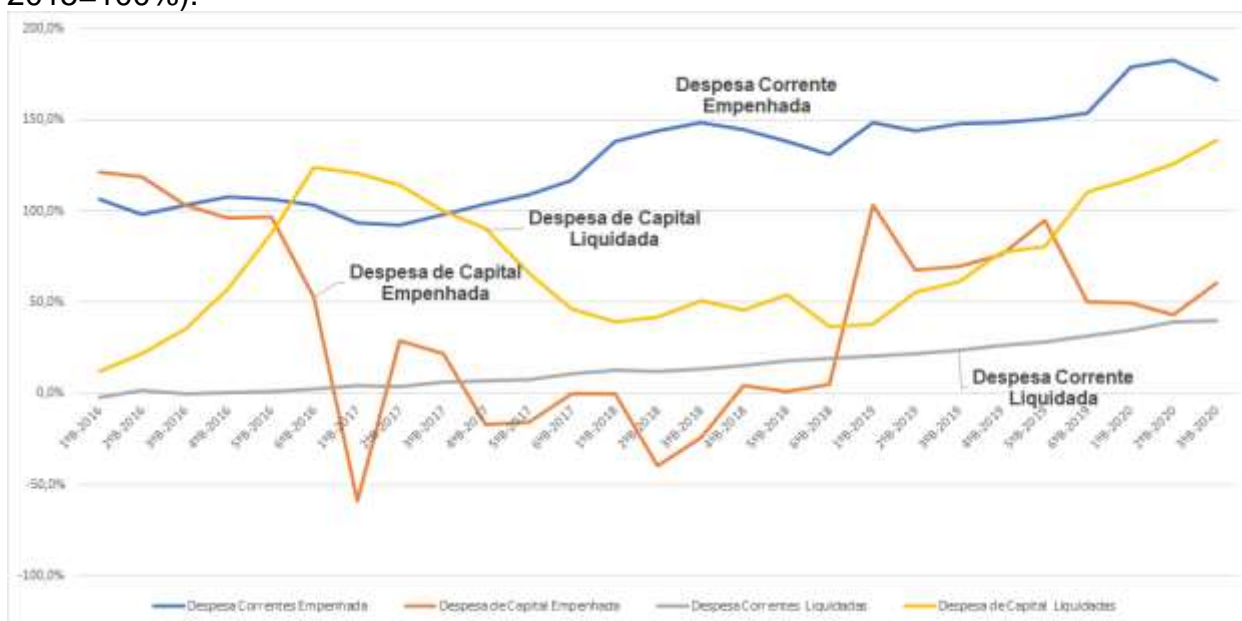
Fonte: SINCONF STN 2020: RREO- Anexo 2 - 1ºB de 2016 ao 3º Bim de 2020 - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Como observado no Gráfico 31, na variação percentual das médias móveis de doze meses, as Despesas Correntes liquidadas cresceram 39,9% no período compreendido entre janeiro de 2016 e o primeiro semestre de 2020, quando comparadas às de dezembro de 2015, contabilizando um crescimento médio próximo a 0,7% ao mês.

Com relação ao desembolso, este foi de R\$ 357.916.040,17 no terceiro bimestre de 2020, superando em R\$ 203.731.484,27 ao praticado no primeiro bimestre de 2016.

Nesse período ocorreram três momentos distintos da Despesa de Capital Liquidadas: do primeiro ao sexto bimestre de 2016 uma aceleração dos pagamentos, saindo de R\$ 2.173.022,42 e chegando a R\$ 57.544.153,05; segue-se a este período um momento de redução destas obrigações, tendo como ponto de mínimo o primeiro bimestre 2019 quando a liquidação foi de R\$ 4.787.938,30; e, no último terço, nova aceleração dessas liquidações, fechando o sexto bimestre de 2020 em R\$ 40.748.363,07.

Gráfico 31: Variação percentual das médias móveis de doze meses, dos valores das Despesa Orçamentária Empenhadas e Liquidadas de janeiro de 2016 ao primeiro semestre de 2020 (valores de jul/20 em R\$ – média simples dos 12 meses de 2015=100%).



Fonte: SINCONF STN 2020: RREO- Anexo 2 - 1ºB de 2016 ao 3º Bim de 2020 - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

As despesas públicas, assim como as receitas são classificadas em categorias econômicas, também chamadas de natureza da despesa e têm como objetivo responder à sociedade o que será adquirido e qual o efeito econômico do gasto

público. Dividem-se em Despesas Correntes e Despesas de Capital, de acordo com o art. 12 da Lei 4.320/1964.

3.3 - Despesas correntes

Dos valores declarados pela Prefeitura de Uberlândia, nas Despesas Correntes, chama a atenção o primeiro bimestre de 2020, em que os R\$ 980.115.909,98 empenhados correspondem a 29,6% da previsão orçamentaria de R\$ 3.316.753.000,00 prevista pela LOA de 2020, lembrando que estes empenhos foram feitos antes da pandemia do novo Coronavírus e, portanto, não sendo por ela justificados.

Tabela 11: Despesa Orçamentária Correntes Empenhadas e Liquidadas do primeiro bimestre de 2016 ao terceiro de 2020 (em valores de jul/20 – em R\$).

2016	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Empenhada	457.745.160,31	299.290.420,14	218.696.160,73	186.262.333,35	159.105.892,78	134.276.090,80
Liquidadas	154.184.555,90	262.224.192,99	216.276.668,71	245.616.480,53	232.257.493,83	277.006.129,14
2017	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Empenhada	407.346.941,29	302.394.748,34	269.710.705,44	232.358.601,78	202.831.433,17	195.594.951,69
Liquidadas	186.751.631,16	268.277.807,69	259.343.334,35	255.707.770,81	253.012.030,59	327.706.640,84
2018	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Empenhada	583.596.968,21	351.191.435,93	315.700.718,47	215.149.080,53	162.395.616,64	147.978.960,66
Liquidadas	214.052.784,19	271.329.050,20	292.945.709,11	293.544.230,57	302.447.511,15	353.282.713,96
2019	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Empenhada	741.940.017,33	331.700.696,31	356.846.194,05	226.644.240,08	184.588.037,93	179.172.194,23
Liquidadas	246.352.323,74	298.779.915,67	336.082.134,54	337.169.808,94	342.122.204,85	420.096.169,78
2020	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Empenhada	980.115.909,98	369.496.635,80	276.030.637,88			
Liquidadas	304.036.430,83	372.446.085,63	357.916.040,17			

Fonte: SINCONF STN 2020: RREO- Anexo 2 - 1ºB de 2016 ao 3º Bim de 2020 - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

3.3.1 - Despesas de custeio

Destinadas à manutenção dos serviços criados anteriormente à Lei Orçamentária Anual (LOA), as Despesas de custeio correspondem, dentre outros gastos, os com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e gastos com obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

Novamente percebe-se uma concentração anormal dos empenhos na conta Outras despesas Correntes. Os R\$ 1.140.906.421,85 verificados no primeiro semestre

de 2020 (34,4% da LOA 2020), foram destinados, principalmente, para malha viária de Uberlândia.

Tabela 12: Despesas correntes bimestrais, no período de 2016 a 2019 e primeiro semestre de 2020 (em valores de jul/20 e em R\$).

Despesas de Correntes no bimestre	Pessoal e encargos sociais empenhados	Pessoal e encargos sociais liquidados	Juros e encargos da dívida empenhados	Juros e encargos da dívida liquidados	Outras despesas correntes empenhadas	Outras despesas correntes liquidadas
1ºB-2016	107.957.977,30	73.114.897,84	11.436.008,02	1.077.357,66	338.351.175,00	79.992.300,40
2ºB-2016	106.057.115,47	137.645.074,01	0,00	1.051.634,56	193.233.304,67	123.527.484,42
3ºB-2016	115.061.426,26	76.519.014,03	-122.548,42	1.130.239,12	103.757.282,88	138.627.415,56
4ºB-2016	112.400.316,37	114.210.710,89	514.031,69	1.356.732,44	73.347.985,29	130.049.037,20
5ºB-2016	107.342.079,13	109.581.851,33	292.182,34	1.387.078,29	51.471.631,31	121.288.564,21
6ºB-2016	145.031.558,62	134.976.803,93	-4.722.404,83	1.720.363,70	-6.033.062,98	140.308.961,51
1ºB-2017	113.990.045,39	106.283.612,61	13.201.635,83	2.025.760,03	280.155.260,08	78.442.258,53
2ºB-2017	111.325.311,04	114.645.450,73	0,00	1.755.693,34	191.069.437,30	151.876.663,62
3ºB-2017	122.521.029,42	119.884.616,93	421.065,97	2.195.207,07	146.768.610,05	137.263.510,34
4ºB-2017	122.190.243,34	119.691.176,80	0,00	2.082.219,68	110.168.358,45	133.934.374,32
5ºB-2017	114.203.376,70	113.515.724,31	-165.973,61	2.261.529,22	88.794.030,07	137.234.777,06
6ºB-2017	153.361.802,38	151.001.271,85	-975.825,09	2.301.010,58	43.208.974,39	174.404.358,41
1ºB-2018	123.919.826,41	120.126.292,65	19.158.024,04	2.299.732,14	440.519.117,76	91.626.759,39
2ºB-2018	124.563.264,13	123.826.758,74	0,00	2.293.021,86	226.628.171,80	145.209.269,61
3ºB-2018	135.996.837,21	133.711.901,09	0,00	2.489.580,49	179.703.881,26	156.744.227,53
4ºB-2018	135.315.622,38	132.123.835,47	0,00	2.528.306,94	79.833.458,15	158.892.088,15
5ºB-2018	126.908.290,83	126.275.957,99	0,00	3.878.951,34	35.487.325,81	172.292.601,82
6ºB-2018	165.054.823,00	163.893.430,98	-4.191.282,83	1.890.848,74	-12.884.579,51	187.498.434,24
1ºB-2019	131.245.069,74	126.399.226,75	18.268.742,64	3.174.960,30	592.426.204,95	116.778.136,69
2ºB-2019	128.405.605,48	128.824.581,04	28.253,11	3.277.943,55	203.266.837,72	166.677.391,08
3ºB-2019	144.256.184,24	144.655.778,72	0,00	3.514.288,03	212.590.009,81	187.912.067,79
4ºB-2019	147.517.438,36	144.401.771,22	-570.661,05	3.730.774,49	79.697.462,77	189.037.263,23
5ºB-2019	141.311.684,66	139.933.532,25	2.247.337,20	4.107.409,28	41.029.016,07	198.081.263,33
6ºB-2019	181.626.798,25	181.842.342,32	1.804.491,10	4.257.957,68	-4.259.095,13	233.995.869,79
1ºB-2020	151.104.730,14	148.694.618,69	26.360.591,85	4.615.355,65	802.650.587,99	150.726.456,48
2ºB-2020	157.288.252,01	155.731.778,73	2.824.929,75	4.847.291,82	209.383.454,03	211.867.015,08
3ºB-2020	147.158.258,05	145.724.775,15	0,00	4.953.342,55	128.872.379,83	207.237.922,47

Fonte: SINCONF STN 2020: RREO- Anexo 2 - 1ºB de 2016 ao 3º Bim de 2020 - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

3.4 - Despesas de capital

A despesa de capital compreende as transferências de capital, sob a forma de subsídios ao investimento e outras transferências de capital, bem como as despesas de investimento (formação bruta de capital e aquisições líquidas de cessões de ativos

não financeiros não produzidos). Em contabilidade pública o conceito de despesa de capital inclui ainda as aquisições de ativos e passivos financeiros.

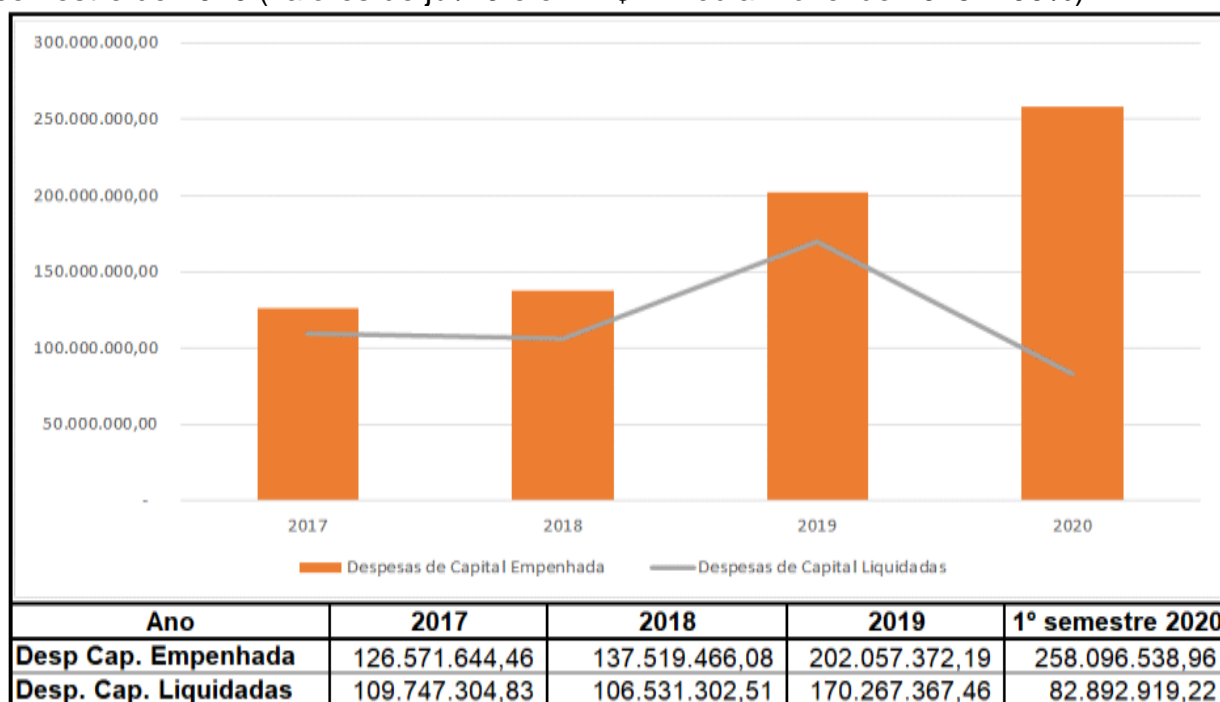
Tabela 13: Despesa Orçamentária de Capital Empenhadas e Liquidadas do primeiro bimestre de 2016 ao terceiro de 2020 (em valores de jul/20 e em R\$).

2016	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Empenhada	159.551.798,81	20.657.665,60	17.138.715,89	19.728.047,77	8.453.288,24	-40.845.206,97
Liquidadas	10.530.411,43	11.749.252,73	26.111.977,60	25.433.629,26	38.272.473,32	51.418.641,09
2017	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Empenhada	25.772.052,39	133.242.548,66	8.764.326,20	-29.690.152,91	10.656.171,73	-22.173.301,61
Liquidadas	8.574.143,18	7.303.921,79	16.048.003,40	19.047.701,99	20.873.398,43	37.900.136,05
2018	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Empenhada	26.726.721,32	84.578.309,51	30.193.093,50	6.602.842,42	6.860.696,95	-17.442.197,62
Liquidadas	3.423.105,93	9.554.762,95	23.943.271,12	15.880.533,50	28.493.139,93	25.236.489,07
2019	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Empenhada	160.700.849,84	40.083.927,41	34.094.908,95	15.374.226,26	32.661.659,11	-80.858.199,37
Liquidadas	4.603.663,82	24.165.088,78	29.467.019,69	29.718.668,00	31.649.896,44	50.663.030,74
2020	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Empenhada	166.924.029,43	31.238.718,87	59.933.790,66			
Liquidadas	10.761.147,05	31.529.564,43	40.602.207,75			

Fonte: SINCONF STN 2020: RREO- Anexo 2 - 1ºB de 2016 ao 3º Bim de 2020 - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Na Tabela 13 os valores negativos percebidos, principalmente nos 6º Bimestres, correspondem a cancelamentos de empenhos.

Gráfico 32: Variação percentual das médias móveis de doze meses, dos valores das Despesa Orçamentária Empenhadas e Liquidadas de janeiro de 2016 ao primeiro semestre de 2020 (valores de jul/20 e em R\$ – média móvel de 2015=100%).



Fonte: SINCONF STN 2020: RREO- Anexo 2 - 1ºB de 2016 ao 3º Bim de 2020 - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O Gráfico 32 ilustra o aumento do endividamento do nos últimos três anos e meio, pois quando comparado a 2017, as Despesas de Capital Empenhada cresceram, respectivamente 8,6%, 46,9% e 27,7% em 2018, 2019 e primeiro semestre de 2020. No último período o crescimento foi de R\$ 131.524.894,49 (103,9%) na comparação com o total de 2017, apesar de representar apenas seis meses do exercício de 2020.

3.4.1 - Despesas de investimentos

As Despesas de investimento correspondem às despesas necessárias ao planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, constituição ou aumento do capital do Estado que não sejam de caráter comercial ou financeiro, incluindo-se as aquisições de imóveis considerados necessários à execução de tais obras.

A Tabela 14 demonstra que o aumento dos empenhos, na conta Despesas de Capital, foram para possibilitar Investimentos, este fato reforça a constatação de que a cidade de Uberlândia não gera recursos próprios, suficientemente, para atender suas necessidades de investimento.

Tabela 14: Despesas empenhadas e liquidadas de Investimentos e Amortização da dívida, do período de 2016 a 2019 e primeiro semestre de 2020 (valores de jul/20 e em R\$).

Despesas de Capital no bimestre	2016	2017	2018	2019	1º sem 2020
Investimentos empenhados	176.710.074,75	115.463.158,50	121.623.058,29	181.922.928,05	221.905.719,02
Investimentos liquidados	155.325.276,04	98.450.417,35	90.216.868,19	149.760.979,25	71.315.187,09
Amortização da dívida empenhada	7.974.234,60	11.108.485,97	15.896.407,80	20.134.444,14	36.190.819,94
Amortização da dívida liquidada	8.191.109,39	11.296.887,48	16.314.434,32	20.506.388,21	11.577.732,13

Fonte: SINCONF STN 2020: RREO- Anexo 2 - 1ºB de 2016 ao 3º Bim de 2020 - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

3.5 - Classificação Funcional¹²⁸

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.

Tabela 15: Total das despesas pagas nos anos de 2017 a 2019 e primeiro semestre de 2020 nas principais funções do governo, exceto as intra-orçamentárias (valores de jul/20e em R\$).

Prefeitura Municipal de Uberlândia	2016	2017	2018	2019	Primeiro semestre de 2020
Despesas (exc. Int. orç.)	2.158.415.285,71	2.115.935.972,09	2.183.192.485,28	2.357.361.546,23	1.888.025.603,54
Saúde	558.087.541,15	612.451.388,89	606.555.983,14	671.921.974,47	580.410.579,84
Educação	490.121.567,63	476.734.056,59	497.886.145,73	477.161.494,89	291.540.452,35
Saneamento	291.819.784,20	243.827.972,53	272.833.266,68	313.032.820,86	321.712.043,64
Administração	305.123.337,30	256.264.991,11	234.002.393,21	252.109.768,57	174.182.052,48
Urbanismo	192.944.687,73	178.297.654,56	159.540.048,69	179.024.603,94	210.131.539,64
Previdência Social	145.806.533,28	168.477.174,83	196.901.951,27	216.637.615,00	117.130.431,80
Assistência Social	49.153.278,84	50.213.057,38	50.272.093,81	53.445.664,96	35.166.475,50
Legislativa	48.105.619,52	46.859.674,22	47.525.157,00	44.460.795,85	21.109.869,30
Encargos Especiais	21.391.928,31	29.364.529,35	36.595.016,10	45.208.112,18	65.494.690,97
Desporto e Lazer	18.736.166,15	17.679.434,79	24.133.130,64	25.255.824,44	18.914.763,51
Segurança Pública	9.624.690,52	12.563.534,04	24.055.589,05	23.651.104,06	15.216.069,07
Agricultura	12.033.016,15	12.320.297,12	14.697.218,81	16.850.216,91	9.200.420,62
Judiciária	2.695.324,33	7.179.400,51	8.267.939,68	19.953.871,12	11.131.693,14
Gestão Ambiental	2.241.518,17	1.782.959,66	6.144.824,41	9.562.963,85	10.336.127,28
Cultura	2.965.433,97	1.643.456,23	2.253.150,55	5.097.036,97	5.453.307,05
Habitação	7.025.537,51	198.231,92	1.114.506,79	3.458.698,36	196.166,47
Trabalho	3.910,00	56.463,00	159.615,53	394.073,31	657.881,59
Comércio e Serviços	350.991,60	21.695,36	149.531,51	125.801,76	12.635,94
Ciência e Tecnologia	184.419,34	0	104.922,69	9.104,75	28.403,36

Fonte: SINCONF STN 2020: RREO- Anexo 2 - 1ºB de 2016 ao 3º Bim de 2020 - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

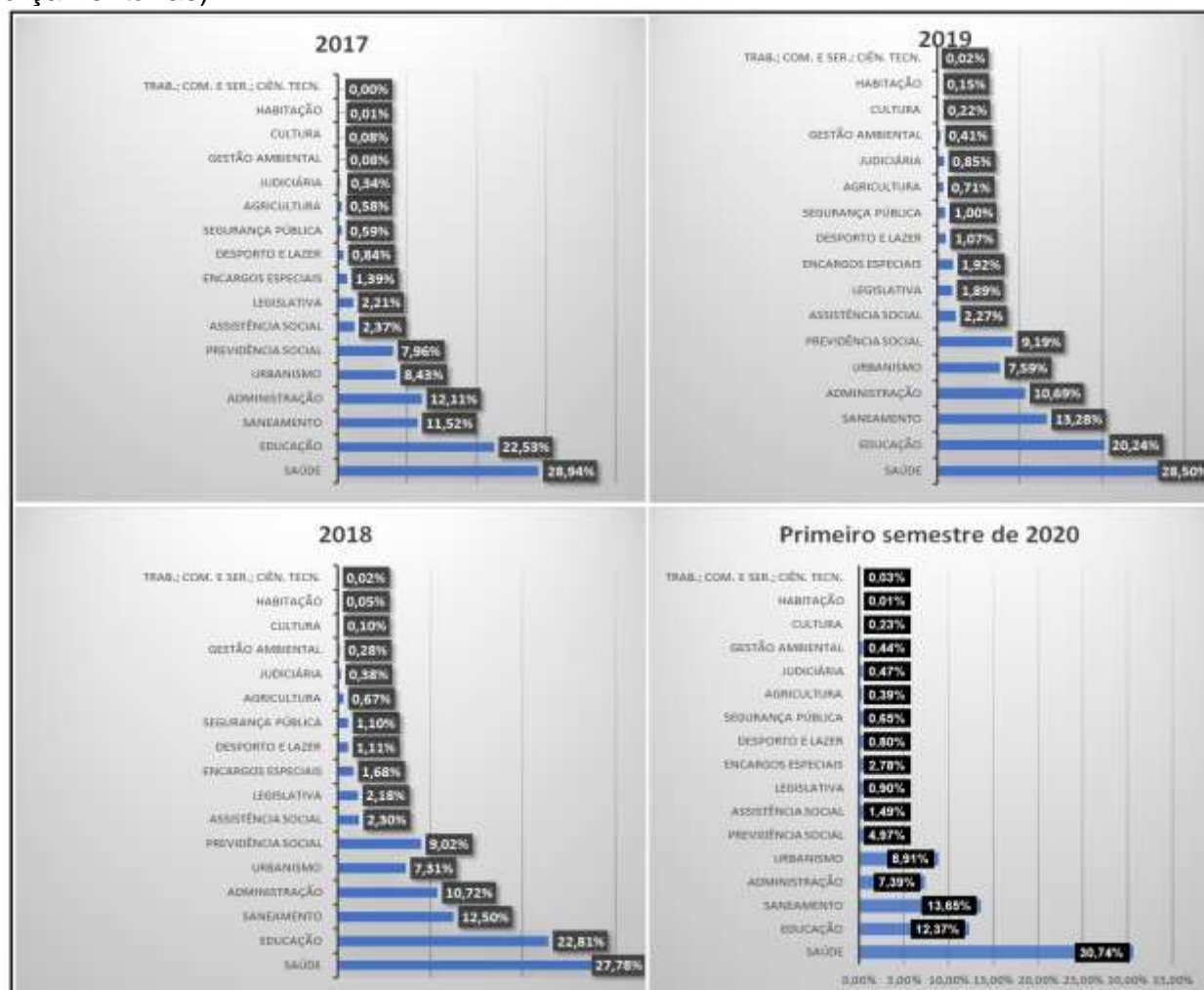
Sob a ótica das funções de governo, mais de 72% do total pago nos anos de 2017 a 2019 e primeiro semestre de 2020, foram referentes a quatro funções Saúde,

¹²⁸ "A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42/1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo. Trata-se de uma classificação independente dos programas e de aplicação comum e obrigatória, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público". Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª Edição - https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484

Educação, Saneamento e Administração. Em 2020 a pandemia ocasionou um súbito aumento das despesas com saúde, totalizando em R\$ 580.410.579,84, mais de 86,4% do total gasto em todo o ano passado.

Entre os pagamentos realizados no primeiro semestre de 2020 merece destacar, também, os Encargos Especiais, com desembolso de R\$ 65.494.690,97 (crescimento de 144,9% e de 306,2% quando comparado a 2019 e 2016, respectivamente), e Previdência Social, em que os R\$ 117.130.431,80 pagos no primeiro semestre de 2020 representa 80,3% do total anual de 2016. A função Encargos Especiais engloba a dívida pública. A função Previdência Social abrange os gastos com benefícios previdenciários, aposentadorias e pensões.

Gráfico 33: Distribuição percentual do total das despesas pagas nos anos de 2017 a 2019 e primeiro semestre de 2020, nas principais funções do governo (exceto as intra-orçamentárias).



Fonte: SINCONF STN 2020: RREO- Anexo 2 - 1ºB de 2016 ao 3º Bim de 2020 - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O Gráfico 33 ilustra a distribuição dos valores pagos nas principais funções do governo do primeiro bimestre de 2017 ao terceiro de 2020. Nele percebe-se bem, como demonstrado anteriormente, a concentração de pagamentos em poucas funções, com destaque para a saúde em R\$ 580.410.579,84 e 30,74% dos empenhos liquidados.

Apesar da pouca expressão da função Urbanismo na distribuição percentual do total das despesas pagas no primeiro semestre de 2020 (7,59%), ela já totaliza R\$ 210.131.539,64, crescendo respectivamente 117,4% e 171,9%, em relação a 2019 e a 2017.

Comparadas com o exercício anterior, o total das Despesas (exceto Intra-orçamentárias) liquidadas no primeiro semestre de 2020 (R\$ 1.888.025.603,54) correspondeu a 80,1% do total pago no ano de 2019 (R\$ 2.357.361.546,23).

Quadro 1: Demonstrativo da despesa com saúde, conforme o Anexo XVI do relatório resumido de execução orçamentária / RREO

Demonstrativo da Lei de Responsabilidade Fiscal - Anexo XVI
O Município mun - mun não transmitiu os dados para cálculo do demonstrativo.

Fonte: <http://siops.datasus.gov.br/consleirespfiscal.php?S=1&UF=31;&Municipio=317020;&Ano=2020&Periodo=1> - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU

O Ministério da Saúde criou o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) para garantir o acompanhamento das Receitas e Despesas em ações e serviços públicos de saúde. A Informação Contábil fornece os dados necessários da União, dos Estados e dos Municípios para alimentar o sistema. É no SIOPS que gestores da União, Estados e Municípios declaram todos os anos os dados sobre gastos públicos em saúde, por meio da Informação Contábil. Este estudo ficou prejudicado porque até às 20 horas do dia 22 de agosto de 2020 o Município de Uberlândia não havia apresentado essas informações referentes ao exercício de 2020, conforme Quadro 1.

4 – Despesas com pessoal e Restos a Pagar

4.1 - Despesas com pessoal

A observância ao Limite de Gastos com Pessoal no Setor Público é tratada com grande importância na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Estes limites para os

Municípios são 54% para o Poder Executivo e de 6% para o Poder Legislativo. A LRF estabelece também o Limite Prudencial de 51,3% e o Limite de Alerta de 48,6%.

Tabela 16: Apuração do Cumprimento do Limite Legal de gastos com pessoal, do 1º Quadrimestre de 2017 a 1º Quadrimestre de 2020 (valores em R\$).

Período	Receita Corrente Líquida Ajustada	Despesa com pessoal	Participação %
1º Quadrimestre 2017	3.500.337.753,90	964.366.119,48	55,10
2º Quadrimestre 2017	3.559.974.901,20	893.780.297,42	50,28
3º Quadrimestre 2017	3.626.242.043,74	903.250.162,31	49,85
1º Quadrimestre 2018	3.728.778.453,70	925.107.186,12	49,65
2º Quadrimestre 2018	3.853.675.881,74	924.162.334,51	48,14
3º Quadrimestre 2018	3.848.731.501,56	879.364.987,16	45,86
1º Quadrimestre 2019	3.941.542.085,74	847.030.644,76	42,97
2º Quadrimestre 2019	3.972.121.552,70	858.208.474,35	43,23
3º Quadrimestre 2019	4.321.413.078,92	896.058.219,96	41,50
1º Quadrimestre 2020	4.597.021.617,18	908.643.194,37	39,53

Fonte: SINCONF STN 2020: RGF-Anexo 01 - DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

O município de Uberlândia, no aspecto de Gestão de Pessoal, está organizado e passou a atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal no segundo quadrimestre de 2018, quando saiu do Limite de Alerta 48,14%. Encerrou 2018 com 45,86%, 2019 abaixou para 41,50% e apresenta uma tendência favorável para 2020, pois até o 1º quadrimestre apresentou queda para 38,53%.

Já no primeiro quadrimestre de 2017 com 55,10% ultrapassou o Limite Máximo de 54,86%, mas ao final do ano estava com 49,85% (Limite de Alerta 48,6%). Estes limites são sensíveis a conjuntura econômica, pois no final de ano as despesas com pessoal aumentam consideravelmente (incidência do 13º salário e das férias) e as Receitas têm um desempenho inferior ao do começo de ano (ausências do IPTU e IPVA principalmente).

Os “*Extratos de termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários*”¹²⁹, CADPREV nº 000949/2017, 1021/2017, 1022/2017 e 00180/2019, foram publicado no Diário Oficial do Município de Uberlândia, objetivando o parcelamento e confissão de débitos previdenciários do município de Uberlândia e o

¹²⁹ <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/procuradoria-geral-do-municipio/diario-oficial-uberlandia/>

IPREMU, no valor total de R\$ 190.861.281,06 (sintetizados no Quadro 2), ilustram uma das poucas saídas que tem a administração para cumprir com as exigências previdenciárias, em um momento de crise econômica, financiando-as e deduzindo o seu valor das Despesas com pessoal. Essa tem assim, um duplo efeito: aliviando momentaneamente o caixa e atendendo ao Limite de Gastos com Pessoal.

Quadro 2: Extratos de termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários – Partes: Município de Uberlândia e Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia (IPREMU)

Acordo CADPREV Nº	Data do acordo	Valor	Prazo do parcelamento (em meses)	Vencimento da primeira parcela
000949/2017 ¹	12 de setembro / 2017	R\$ 46.451.824,20	200	05/10/2017
1021/2017 ¹	12 de setembro / 2017	R\$ 55.707.024,17	200	15/10/2017
1022/2017 ¹	12 de setembro / 2017	R\$ 21.421.726,00	200	25/10/2017
00180/2019 ²	13 de março / 2019	R\$ 67.280.706,69	60	20/03/2019

Fonte: 1) Diário Oficial do Município - Prefeitura Municipal de Uberlândia, 12 de setembro de 2017 Ano XXIX Nº 5215-A (página 6); 2) Diário Oficial do Município - Prefeitura Municipal de Uberlândia, 14 de março de 2019 Ano XXXI • Nº 5581 (página 3) - Elaboração CEPES/IERI/UFU.

4.2 – Restos a Pagar

O conceito de Restos a Pagar está na Lei 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. O artigo 36 dessa norma diz o seguinte: *“Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas”*.

É bom lembrar que um dos princípios do Orçamento Público é a anualidade, que determina a vigência do orçamento para somente o exercício ao qual se refere, não sendo permitida a sua transferência para o exercício seguinte. Por isso a Lei 4.420/64 é clara ao dizer que ...*“o registro dos restos a pagar far-se-á por exercício”*. Neste sentido temos duas possibilidades para os Restos a Pagar, os processados e os não-processados.

Restos a Pagar Processados correspondem a despesas inscritas em restos a pagar liquidadas e não pagas. Isso significa que o credor já realizou seu serviço e/ou

entregou os materiais previstos em contrato dentro do exercício, tendo o direito líquido de receber o pagamento. Na Tabela 1, essas correspondem aos menores valores e totalizando R\$25.699.216,55 em 2019.

Já os restos a pagar não-processados são aqueles em que as despesas estão empenhadas, mas não estão liquidadas. Nesse caso, ainda não foi apurado se o credor realizou o serviço ou entregou o material. De acordo com o Decreto 7.654/2011, “os restos a pagar inscritos na condição de não-processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição”. Estes por representarem o acumulado de vários exercícios representam somas maiores, sendo que no ano de 2019 correspondeu a R\$92.485.992,90.

Tabela 17: Restos a Pagar processados e Restos a Pagar não-processados da Prefeitura Municipal de Uberlândia, anos de 2017; 2018; e 2020.

Período	2017	2018	2019
Restos a pagar empenhados e não liquidados de exercícios anteriores	25.772.705,92	21.949.639,25	25.699.216,55
Restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício	90.137.325,64	99.852.025,56	92.485.992,90
TOTAL	115.910.031,56	121.801.664,81	118.185.209,45

Fonte: SINCONF STN 2020: RGF-Anexo 05 - Uberlândia. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

Embora devidamente regulamentada pela citada lei geral dos orçamentos, esta situação de pagamentos tardios a título de restos a pagar deveria ser eventual e, no máximo, residual. Infelizmente, o que se observa hoje em dia é o uso excessivo e abusivo dos restos a pagar por numerosos governos, equiparável a uma manobra artificiosa contábil de postergação do cumprimento de obrigações financeiras, servindo de mecanismo indireto de rolagem de dívida (enquadrado legalmente como dívida flutuante, nos termos do artigo 92 da Lei nº 4.320/64), em que se acumulam débitos pretéritos naquela conta, sem haver recursos financeiros suficientes para a sua satisfação.

Em verdade, através do uso imoderado da conta de restos a pagar, cria-se um orçamento alternativo, apenas com obrigações de pagar, mas sem fonte de recursos,

adiando-se de maneira indefinida o adimplemento de dívidas previamente contraídas. Cujo resultado é a criação de alternativas para financiar o curto prazo, um adiantamento de recursos não orçamentário.

5 - Trajetória da Dívida da Prefeitura Municipal de Uberlândia entre 2016 e 2020

5.1 - Considerações Preliminares

Nessa subseção do Painel de Informações Municipais de Uberlândia-MG no ano 2020 demonstra-se ao leitor a trajetória da dívida da Prefeitura Municipal de Uberlândia entre os anos 2016 e 2020. A partir dessa demonstração e à luz das subseções anteriores onde foram demonstradas as dinâmicas do comportamento das receitas de despesas conjectura-se sobre a sustentabilidade dessa dívida.

Para desenvolver a proposta dessa seção foi construído um banco de dados a partir das informações disponibilizadas pelos entes da federação à Secretaria Tesouro Nacional-STN em cumprimento aos dispositivos da LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF. Para essa subseção, foram utilizados em especial os artigos 54 e 55 (inciso I, alínea "b") da LRF que definem o Relatório de Gestão Fiscal-RGF e suas funções. Conforme Grupos Técnicos de Padronização de Relatórios e Demonstrativos Fiscais e de Procedimentos Contábeis da STN a Demonstração da Dívida Consolidada é feita no Anexo-02 do RGF.

5.2 - O Anexo 02 do Relatório de Gestão Fiscal

O Relatório de Gestão Fiscal enviado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia do primeiro quadrimestre do presente ano apresentou uma Dívida Consolidada Líquida de R\$ 155.957.480,00 frente a uma Receita Corrente Líquida no valor R\$ 2.298.510.809. Portanto, a razão entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e Receita Corrente Líquida (RCL) foi de 6,79%. Antes de estabelecer quaisquer juízos sobre os valores apresentados, notadamente, a razão entre Dívida Consolidada Líquida e

Receita Corrente Líquida é importante definir a natureza e os conceitos dessas rubricas.

Para o entendimento da natureza e do conceito dessas rubricas é necessário categorizá-las em duas espécies: 1) conceituais e 2) resultantes de operações matemáticas. Tanto a Dívida Consolidada Líquida quanto Receita Corrente Líquida se enquadram como resultantes de operações matemáticas, ou seja, resultam de operações matemáticas com rubricas conceituais ou até mesmo com outras rubricas resultantes de outras operações matemáticas.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) é resultante de deduções no saldo Dívida Consolidada (DC) dos montantes de Disponibilidade de Caixa (DCX) e Demais Haveres Financeiros (DHF). Entretanto, o conceito de Disponibilidade de Caixa (DCX) também resulta da dedução no saldo da Disponibilidade de Caixa Bruta (DCXB) dos valores Restos a Pagar Processados (RPP). Assim, em termos matemáticos:

$$DCL = DC - (DCX + DHF) \quad \text{Equação 1}$$

$$DCX = DCXB - RPP \quad \text{Equação 2}$$

Substituindo a Equação 2 em Equação 1 no termo Disponibilidade de Caixa (DCX):

$$DCL = DC - [(DCXB - RPP) + DHF]$$

$$DCL = DC - DCXB + RPP - DHF \quad \text{Equação 3}$$

Após a manipulação matemática das rubricas que compõem Dívida Consolidada Líquida (DCL) derivamos quatro rubricas conceituais:

- Dívida Consolidada (DC);
- Disponibilidade de Caixa Bruta (DCXB);
- Restos a Pagar Processados (RPP);
- Demais Haveres Financeiros (DHF);

Assim, segue um breve resumo do conceito dessas rubricas nos termos do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS, Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, Válido a partir do exercício financeiro de 2020 10ª edição, Versão 3 – 26.02.2020 da Secretaria Tesouro Nacional¹³⁰.

- a) **“Dívida Consolidada:** Considera-se Dívida Consolidada o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes

¹³⁰ <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2020/26-2>

de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operação de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais posteriores a 05/05/2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, das operações de crédito que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento.” [Página 572]

b) **“Disponibilidade de Caixa Bruta:** Registra o valor bruto da disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa, representada pelo somatório de Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.” [Página 576]

c) **“Restos a Pagar Processados:** Registra o saldo dos restos a pagar processados inscritos no exercício de referência, dos restos a pagar processados de exercícios anteriores e dos restos a pagar não processados de exercícios anteriores que foram liquidados no exercício de referência, decorrentes da execução orçamentária da despesa, tais como: fornecedores, convênios a pagar, pessoal a pagar, encargos sociais a recolher, provisões diversas e débitos diversos a pagar.”. [Página 576]

d) **“Demais Haveres Financeiros:** Registra o total dos saldos do exercício anterior e do exercício de referência até o quadrimestre correspondente, dos haveres financeiros, com exceção da Disponibilidade de Caixa, a qual já foi registrada em linha específica. Serão registrados nessa linha, por exemplo, investimentos e aplicações temporárias, além de valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos dos respectivos ajustes para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos..” [Página 577]

A definição da rubrica Receita Corrente Líquida foi desenvolvida nas subseções anteriores. Mas no contexto do Anexo-02 do Relatório de Gestão Fiscal é especificada da seguinte forma pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª edição: “Registra o valor da Receita Corrente Líquida, do exercício anterior e do exercício de referência até o quadrimestre correspondente” [Página 578]. Ou seja, Receita Corrente Líquida é acumulada em um intervalo de três quadrimestres.

Após essa digressão sobre as principais variáveis que contabilizam a dívida pública a Tabela 18 apresenta Demonstração da Dívida Consolidada feita no Anexo-02 do Relatório de Gestão Fiscal enviado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia do

primeiro quadrimestre. Destaca-se que na elaboração desse quadro pelo CEPES/IERI/UF optou-se por uma sintetização dos dados ao suprimir rubricas e colunas em que não apresentaram movimentações no período, e também que os dados estão em valores reais. Caso o leitor necessite ver o mesmo relatório em sua versão analítica com todas as contas e em valores nominais sugerimos o seguinte sítio da internet que consta na nota de rodapé¹³¹.

Tabela18: Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 02 - Prefeitura Municipal de Uberlândia – Ano 2020 – Primeiro Quadrimestre, valores reais (R\$).

RUBRICAS DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2019-3	2020-1
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	514.878.062	528.745.683
Dívida Contratual	514.878.062	528.745.683
Empréstimos	343.657.275	365.461.432
Internos	343.657.275	365.461.432
Parcelamento e Renegociação de dívidas	171.220.787	163.284.251
De Contribuições Previdenciárias	171.220.787	163.284.251
DEDUÇÕES (II)	195.619.574	372.788.203
Disponibilidade de Caixa	192.868.887	369.980.743
Disponibilidade de Caixa Bruta	256.417.766	378.957.502
(-) Restos a Pagar Processados	63.548.880	8.976.759
Demais Haveres Financeiros	2.750.688	2.807.460
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	319.258.487	155.957.480
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	2.167.192.905	2.298.510.809
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	2.167.192.905	2.298.510.809
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	23,76%	23,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	14,73%	6,79%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	2.600.631.487	2.758.212.970
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	2.340.568.339	2.482.391.673
RP NÃO-PROCESSADOS		57.882.825

Fonte: SICONFI-STN 2020. Elaboração CEPES/IERI/UFU

O estoque de dívida da Prefeitura Municipal de Uberlândia demonstra estar em níveis relativamente controláveis quando se usa como parâmetro a razão (DCL/ RCL) entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL), pois, no primeiro quadrimestre de 2020 atingiu o valor de 6,79% contra 14,73% no terceiro quadrimestre 2019. Corrobora com essa interpretação de relativo controle da dívida o

¹³¹ https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf.

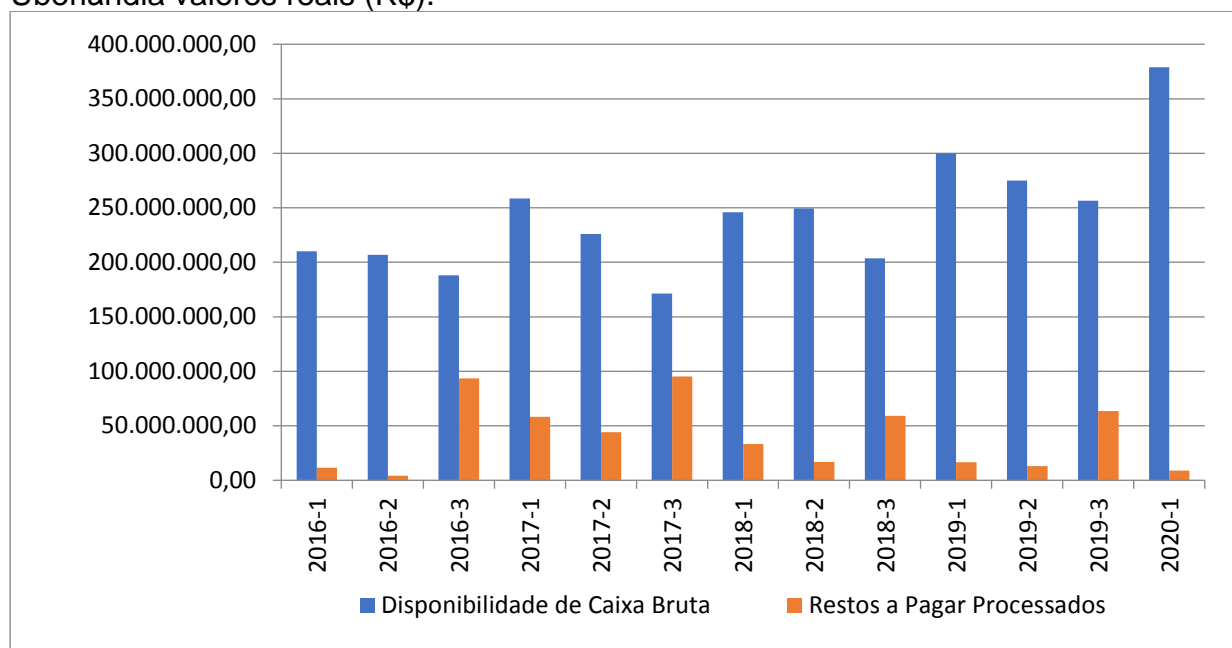
fato de que o limite estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 43/01, art. 9º, para Estados, Distrito Federal e Municípios é de 120%. Todavia, essa grande variação na razão (DCL/ RCL) do último quadrimestre de 2019 para o primeiro quadrimestre é um forte indicativo das limitações desse indicador. Contribuíram decisivamente para essa grande variação em queda da razão DCL/ RCL que a Tabela 18 apresenta fatores sazonais, demonstrados à frente, nas rubricas Disponibilidade de Caixa Bruta e Restos a Pagar Processados associados a um forte aumento na Receita Corrente Líquida também apresentada à frente.

5.3 - As limitações da razão DCL/ RCL na análise da trajetória da dívida.

O Gráfico 34 demonstra o comportamento da Disponibilidade de Caixa Bruta (DCXB), e Restos a Pagar Processados (RPP) quadrimestralmente. No eixo vertical estão plotados os valores em Reais das rubricas Disponibilidade de Caixa Bruta (DCXB); e Restos a Pagar Processados (RPP). No eixo horizontal estão plotados os quadrimestres dos anos 2016 até o primeiro quadrimestre de 2020. E no primeiro quadrante estão plotadas as barras que demonstram a variação ao longo dos quadrimestres das rubricas Disponibilidade de Caixa Bruta (DCXB) e RPP.

O Gráfico 34 apresenta um padrão sazonal no comportamento dessas rubricas, notadamente, no primeiro quadrimestre de cada ano a Disponibilidade de Caixa Bruta (DCXB) atinge seus máximos e os RPP seus mínimos. Ou seja, existe um efeito somado entre as duas rubricas que a Equação 3 capta: $DCL = DC - DCXB + RPP - DHF$, pois, quando a Disponibilidade de Caixa Bruta (DCXB) aumenta a Dívida Consolidada Líquida (DCL) diminui, e quando RPP diminui a DCL diminui.

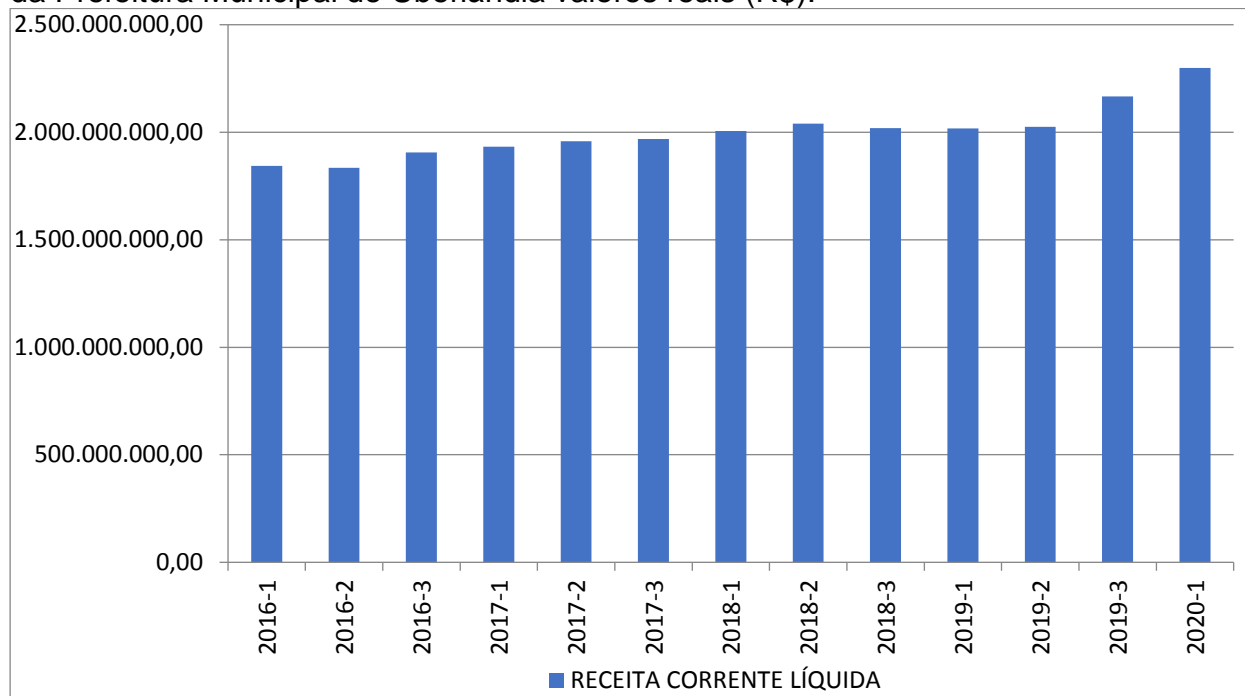
Gráfico 34: Série quadrimestral das rubricas Disponibilidade de Caixa Bruta (DCXB) e o Restos a Pagar Processados (RPP) entre 2016 e 2020 da Prefeitura Municipal de Uberlândia valores reais (R\$).



Fonte: SICONFI-STN 2020. Elaboração CEPES/IERI/UFU

O comportamento da Receita Corrente Líquida já foi apresentado nas subseções anteriores. Entretanto, é importante demonstrar o comportamento dessa variável no mesmo padrão temporal do Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 02, ou seja, quadrimestral. Isso pode ser observado no Gráfico 34. No eixo vertical estão plotados os valores em Reais da rubrica Receita Corrente Líquida. No eixo horizontal estão plotados os quadrimestres dos anos 2016 até o primeiro quadrimestre de 2020. E no primeiro quadrante estão plotadas as barras que demonstram a variação ao longo dos quadrimestres da rubrica Receita Corrente Líquida. O Gráfico 35 apresenta forte inflexão a partir do terceiro quadrimestre de 2019. Em termos numéricos, a magnitude dessa inflexão, descontados os efeitos da inflação, foi um incremento na Receita Corrente Líquida na ordem 13,47% em relação ao segundo quadrimestre de 2019.

Gráfico 35: Série quadrimestral da rubrica Receita Corrente Líquida entre 2016 e 2020 da Prefeitura Municipal de Uberlândia valores reais (R\$).



Fonte: SICONFI-STN 2020. Elaboração CEPES/IERI/UFU

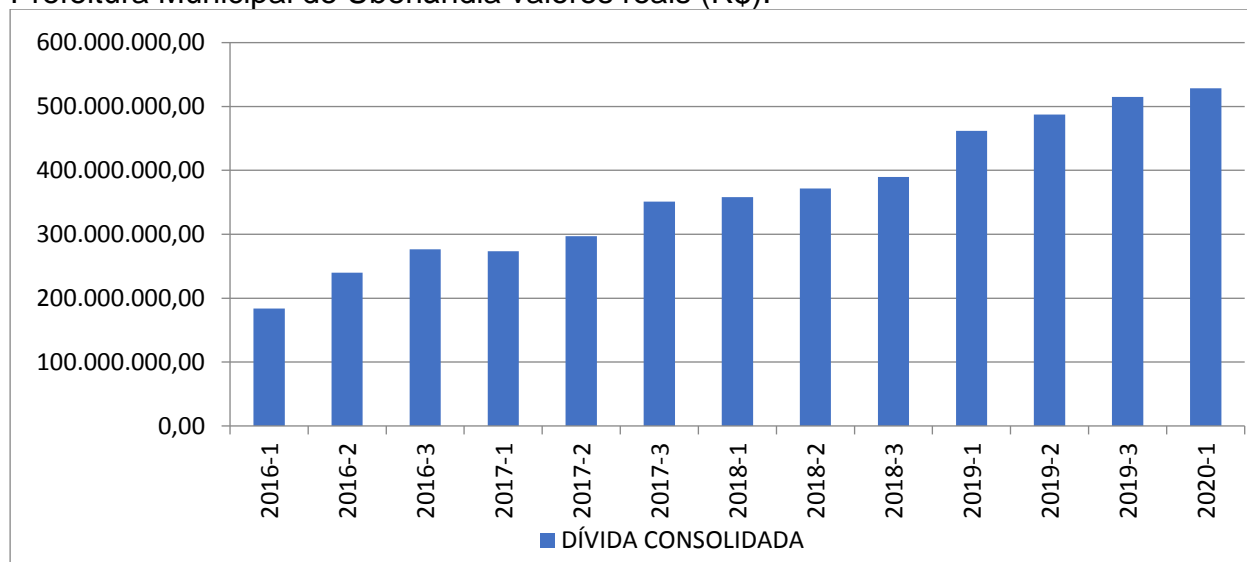
Em virtude da sazonalidade nas contas Disponibilidade de Caixa Bruta, e Restos a Pagar Processados e, do súbito e robusto aumento da Receita Corrente Líquida, entende-se que a razão DCL/ RCL deve ser observada com reservas. Corroborando com isso o fato do estoque da dívida representado na rubrica Dívida Consolidada da Tabela 18 ter um aumento real de 2,62% do último quadrimestre de 2019 para o primeiro de 2020.

5.4 - A trajetória do estoque de dívida da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

O Gráfico 36 demonstra a trajetória do estoque de dívida da Prefeitura Municipal de Uberlândia quadrimestralmente. No eixo vertical estão plotados os valores em Reais da Dívida Consolidada. No eixo horizontal estão plotados os quadrimestres dos anos 2016 até o primeiro quadrimestre de 2020. E no primeiro quadrante estão plotadas as barras que demonstram a variação ao longo dos quadrimestres da Dívida Consolidada. Como está claro no Gráfico 36, a Dívida Consolidada vem sofrendo um aumento sistemático desde 2016. Todavia, o patamar de 23,00% na razão (DC/ RCL) entre a Dívida Consolidada (DC) e a Receita Corrente Líquida (RCL), como o

apresentado no Tabela 18 também é um indicador de relativo controle sobre o estoque dívida.

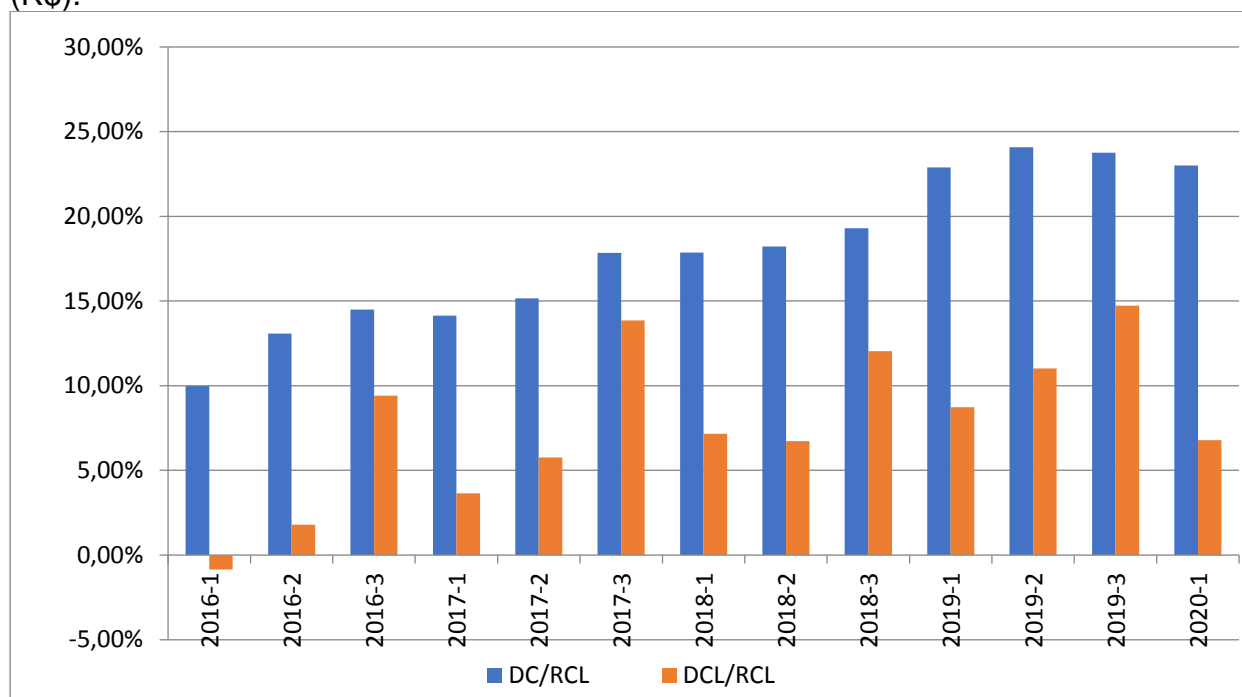
Gráfico 36: Série quadrimestral da rubrica Dívida Consolidada entre 2016 e 2020 da Prefeitura Municipal de Uberlândia valores reais (R\$).



Fonte: SICONFI-STN 2020. Elaboração CEPES/IERI/UFU

O conhecimento de que o estoque de dívida da Prefeitura Municipal de Uberlândia está aumentando de forma persistente é importante. Porém é necessária uma referência para balizar o quanto esse aumento é realmente significativo, e essa referência pode ser a capacidade de geração de receita. Tendo em vista esse estoque de dívida, apresentamos o Gráfico 37 que demonstra as séries da razão Dívida Consolidada sobre à Receita Corrente Líquida (DC/ RCL) e da razão Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (DCL/ RCL) plotadas no eixo vertical. No eixo horizontal estão plotados os quadrimestres dos anos 2016 até o primeiro quadrimestre de 2020. E no primeiro quadrante estão plotadas as barras que demonstram a variação ao longo dos quadrimestres dos percentuais da Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida.

Gráfico 37: Série quadrimestral das razões (DC/ RCL) e (DCL/ RCL) Dívida Consolidada entre 2016 e 2020 da Prefeitura Municipal de Uberlândia valores reais (R\$).



Fonte: SICONFI-STN 2020. Elaboração CEPES/IERI/UFU

O Gráfico 37 apresenta uma situação de relativo controle de dívida para Prefeitura Municipal de Uberlândia tanto na razão (DC/ RCL) quanto na razão (DCL/ RCL). Porém é importante entender se há a probabilidade de o estoque da dívida sair de uma trajetória controlada para uma trajetória explosiva. Para tanto temos que comparar o ritmo de crescimento do estoque da dívida com ritmo de geração de receita pelo município.

O Gráfico 38 demonstra a taxa de variação quadrimestral da Receita Corrente Líquida e da Dívida Consolidada. No eixo vertical estão plotados os percentuais das taxas de variação da Dívida Consolidada da Receita Corrente Líquida. No eixo horizontal estão plotados os quadrimestres dos anos 2016 até o primeiro quadrimestre de 2020. E no primeiro quadrante estão plotadas as linhas das taxas de variação da Dívida Consolidada da Receita Corrente Líquida de um quadrimestre para outro.

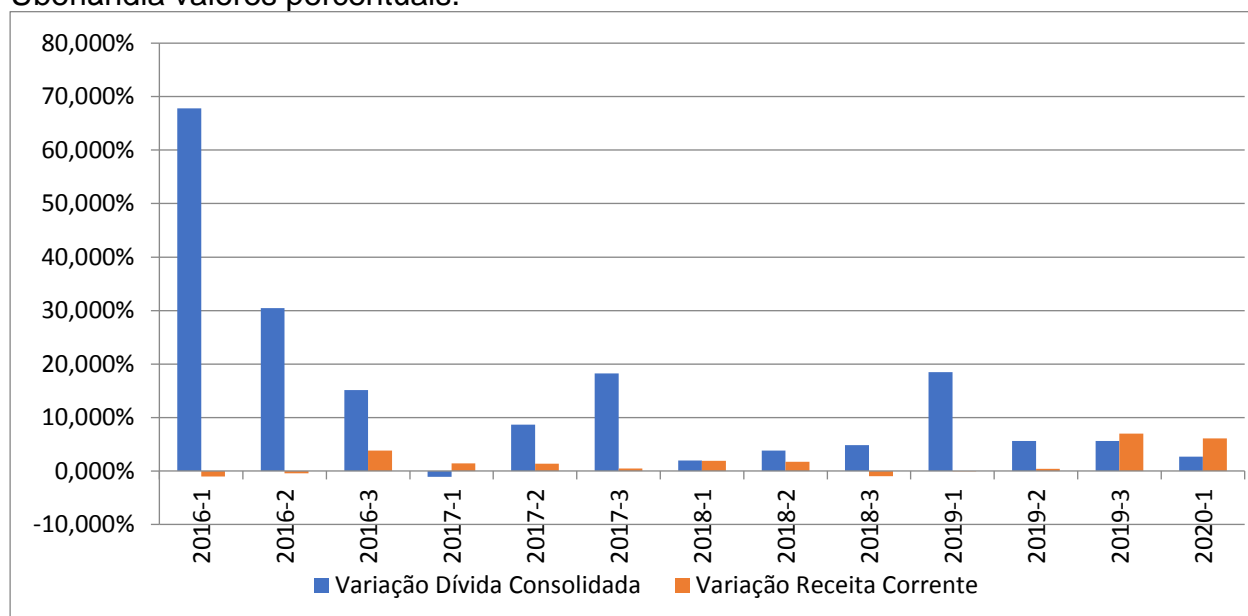
No Gráfico 38, a exceção dos quadrimestres 2017-1, 2019-3, 2020-1, a taxa de variação da Dívida Consolidada é constantemente maior do que a da Receita Corrente Líquida, isso pode indicar um provável descontrole da dívida nos médio e longo prazos. Entretanto, em um período mais recente, somente nos quadrimestres 2017-3 e 2019-1

a taxa de variação ficou acima de 18% e no quadrimestre 2017-2 próximo de 9%.

Essas fortes variações episódicas derivam de fatos eventuais como aumento nos investimentos por decisão discricionária do gestor público ou por surgimentos de passivos não provisionados. Assim as informações do Gráfico 38 junto com as do Gráfico 36 indicam que dívida está crescendo em saltos e não por uma dinâmica própria relacionada a aumento nos custos de rolagem da dívida e/ou de desequilíbrios entre receitas e despesas.

O Gráfico 38 dá a noção de que a Dívida Consolidada cresce em um ritmo mais acelerado que o ritmo do crescimento das receitas. Todavia, o gráfico não dá a exata noção de como essa diferença de ritmo pode inviabilizar a capacidade de gestão da Prefeitura Municipal de Uberlândia, pois, ele não informa a velocidade de crescimento da dívida.

Gráfico 38: Série quadrimestral a taxa de variação quadrimestral da Receita Corrente Líquida e da Dívida Consolidada entre 2016 e 2020 da Prefeitura Municipal de Uberlândia valores percentuais.



Fonte: SICONFI-STN 2020. Elaboração CEPES/IERI/UFU

Para compreender a dimensão da velocidade da trajetória da dívida da Prefeitura Municipal de Uberlândia deve-se lançar mão de um referencial temporal. Para tanto, a Tabela 19 a seguir apresenta uma análise que incorpora o aspecto temporal.

A Tabela 19 analisa como a variação no estoque da Dívida Consolidada pode inviabilizar a gestão do Poder Executivo Municipal. Para tanto, utiliza-se como

referencial os 120% de limite para a razão (DCL/ RCL) estabelecido pelo Senado. Pois, caso atinja esse limite o município é obrigado a entrar em um regime fiscal extremamente austero conforme a Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Nos termos da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, art. 3º:

“Art. 3º A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, não poderá exceder, respectivamente, a:
I - no caso dos Estados e do Distrito Federal: 2 (duas) vezes a receita corrente líquida, definida na forma do art. 2º; e
II - no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, definida na forma do art. 2º.
Parágrafo único. Após o prazo a que se refere o caput, a inobservância dos limites estabelecidos em seus incisos I e II sujeitará os entes da Federação às disposições do art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.”

E nos termos do art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000- a Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;

II - obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

§ 2º Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

§ 3º As restrições do § 1º aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º O Ministério da Fazenda divulgará, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.

§ 5º As normas deste artigo serão observadas nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas.”

Portanto, na Tabela 19 a partir da variação quadrimestral ($Q_{t-1} - Q_t$) da Dívida Consolidada calcula-se a quantidade de quadrimestres necessários para se atingir o Limite do Senado, e por consequência, a quantidade de anos para se atingir tal limite.

No Tabela 19 chama atenção o fato de que a exceção dos quadrimestres em que houve forte variação episódica da dívida o prazo para se atingir o limite do Senado passa de trinta anos. Essa informação nos permite ponderar que a Prefeitura Municipal de Uberlândia está com a sua dívida controlada. Obviamente, podem surgir passivos não provisionados que podem modificar essa trajetória controlada da dívida, entretanto, a análise da possível existência desses passivos não faz parte do escopo do presente texto.

Tabela 19: Estimativa quadrimestral dos anos necessários para a Prefeitura Municipal de Uberlândia atingir o limite legal de endividamento.

Ano- Quadrime stre	Dívida Consolidada (DC)	Variação DC Quadrimestral (Qt-1 - Qt)	Receita Corrente Líquida	Limite 120% Senado	Quadrimestre para atingir limite	Ano para atingir limite
2016-1	184.013.123	74.352.462	1.843.902.445	2.212.682.934	29,8	9,9
2016-2	240.021.329	56.008.206	1.835.282.094	2.202.338.512	39,3	13,1
2016-3	276.271.861	36.250.533	1.905.312.431	2.286.374.917	63,1	21,0
2017-1	273.293.036	-2.978.825	1.932.662.089	2.319.194.507	-778,6	-259,5
2017-2	297.032.742	23.739.706	1.958.638.141	2.350.365.769	99,0	33,0
2017-3	351.180.222	54.147.481	1.967.945.908	2.361.535.090	43,6	14,5
2018-1	358.048.582	6.868.359	2.004.994.181	2.405.993.017	350,3	116,8
2018-2	371.703.484	13.654.902	2.039.749.778	2.447.699.734	179,3	59,8
2018-3	389.622.462	17.918.979	2.019.524.811	2.423.429.773	135,2	45,1
2019-1	461.709.272	72.086.809	2.018.055.347	2.421.666.417	33,6	11,2
2019-2	487.653.993	25.944.722	2.025.673.297	2.430.807.957	93,7	31,2
2019-3	514.878.062	27.224.069	2.025.673.297	2.430.807.957	89,3	29,8
2020-1	528.745.683	13.867.621	2.025.673.297	2.430.807.957	175,3	58,4

Fonte: SICONFI-STN 2020. Elaboração CEPES/IERI/UFU

6 - Considerações Finais

Conforme se verificou ao longo das subseções que o enfoque foi Receitas Públicas e desde o Gráfico 2, o município de Uberlândia apresenta, em termos de finanças públicas, uma situação atípica e ao mesmo tempo paradoxal nos primeiros 6 meses do ano de 2020, com considerável alta das Receitas Orçamentárias em um momento de pandemia, cujas expectativas comumente indicariam o contrário.

No entanto, a análise mais detida das subcontas que compõem as Receitas Orçamentárias demonstra que esses aumentos estão associados a uma forte entrada de recursos financeiros principalmente via Transferências Correntes por meio de Cota-partes do ICMS. Essa Cota-parte, desde outubro de 2019, tem apresentado altos valores, que prevaleceram também de março a junho de 2020 (último dado disponível). Algumas outras transferências também apresentam fortes altas de recursos neste 1º semestre, como é o caso da Cota-parte do IPVA, e de Transferências do FUNDEB.

Essas altas parecem desconectadas das fontes tributárias de origem, uma vez que as arrecadações de ICMS e IPVA do Estado de Minas Gerais apresentam redução em decorrência da pandemia nesse mesmo período¹³², com quedas, inclusive nominais, de valores arrecadados de ICMS nos meses de abril, maio e junho.

A explicação para esses valores altos repassados a título de ICMS, IPVA e FUNDEB está além da compreensão que esses dados e o desempenho econômico deste momento permitem. Pois, remetem a acordos judiciais que Uberlândia tem firmado, tanto no período recente contra o Estado de Minas Gerais junto a AMM¹³³ (Associação dos Municípios Mineiros), quanto a disputas antigas que estavam suspensas e foram reativadas como é o caso do processo que solicita a reintegração do IPI ao cálculo do VAF de Uberlândia¹³⁴. Esses acordos estão sendo pagos em parcelas mensais, e explicam parte do paradoxo destes valores.

Cabe destacar que os impactos econômicos da pandemia inevitavelmente recaem sobre os repasses das Cota-partes dos vários impostos, pois, mesmo sendo

¹³² Disponível em:

<http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/receita_estado/evolucao_anual_da_arrecadacao_do_ICMS_por_produto/>. Acesso em 21/08/2020.

¹³³ Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/Acordo_EMG_-_AMM/ACORDO_EMG_E_AMM.pdf>. Acesso em 21/08/2020.

¹³⁴ Disponível em:

<http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/compensacao/judicial/files/uberlandia_parcela06_14072020.pdf>. Acesso em: 21/08/2020.

altos os recursos neste período pelo motivo citado acima, os efeitos negativos sobre a arrecadação impedem que estes valores sejam ainda maiores. Portanto, se não fossem os valores repassados via acordos judiciais as cota-partes estariam reproduzindo fielmente o desempenho negativo que os impostos de origem têm enfrentado.

Além das subcontas já citadas, as Outras Transferências Correntes também têm apresentado altos valores em períodos recentes, principalmente em abril e junho, provavelmente capturando os efeitos dos valores repassados para as ações de combate à pandemia por meio de verbas discricionárias. Sendo esta a conta que possibilita este tipo de repasse, tende, portanto, a registrar estas ações.

Entre as Receitas de Capital é perceptível o aumento desta conta no primeiro semestre de 2020, principalmente por meio das Operações de crédito que mais que dobrou de valores se comparado ao mesmo período de 2019.

Por outro lado, as receitas próprias do Município de Uberlândia estão enfrentando perdas significativas no primeiro semestre de 2020, com exceção do IRRF, todas as demais contas amargam quedas significativas, tanto o IPTU, quanto o ISS, o ITBI e a conta Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

Por incidir sobre o patrimônio, a queda de receita do IPTU sugere que seja por inadimplência, uma vez que sua base de incidência é bastante estável e não tem passado por reduções de alíquotas recentes. Já as quedas do ISS e do ITBI parecem refletir diretamente o momento de pandemia neste primeiro semestre de 2020.

Em tempo, cabe compartilhar a seguinte indagação: como o município de Uberlândia enfrentará este segundo semestre ainda tão incerto? Será que a pandemia abrandará e dará o fôlego necessário para suportar uma retomada das atividades econômicas e, por conseguinte, aumentos tanto dos tributos próprios quanto das cota-partes? Ou será que os acordos judiciais ainda darão o fôlego necessário para abrandar os efeitos da pandemia no município? Claro contando também que este momento é sem precedentes e, portanto, as ações das demais esferas da federação deverão ser solidárias, somando esforços e recursos com o município.

A aplicação de recursos da Prefeitura Municipal de Uberlândia para custear os serviços de ordem pública ou para investir no desenvolvimento do município foram assim distribuídos nas Leis Orçamentária Anual (LOA) de 2017 a 2020:

- no ano de 2017, as despesas dos orçamentos fiscal (R\$ 1.688.510.000,00) e da seguridade social (R\$ 845.624.000,00) foram aprovadas com o valor inicial de R\$ 2.534.134.000,00;
- na LOA de 2018 as despesas dos orçamentos fiscal (R\$ 1.658.473.000,00) e da seguridade social (R\$ 900.891.000,00) foram aprovadas com o valor inicial de R\$ 2.559.364.000,00;
- em 2019 a LOA as despesas dos orçamentos fiscal (R\$ 2.028.335.000,00) e da seguridade social (R\$ 935.460.275,00) foram aprovadas com o valor inicial de R\$ 2.963.795.275,00; e,
- Já em 2020 a LOA as despesas dos orçamentos fiscal (R\$ 2.221.037.700,00) e da seguridade social (R\$ 1.095.715.300,00) foram aprovadas com o valor inicial de R\$ 3.316.753.000,00.

Ao final desses anos, após a aprovação de créditos adicionais, a dotação autorizada alcançou o montante pago de R\$ 2.115.935.972,09 no ano de 2017, R\$ 2.183.192.485,28 em 2018, R\$ 2.357.361.546,23 em 2019 e de R\$ 1.119.682.688,93 de despesas liquidadas no primeiro semestre de 2020, equivalente a 83%, 85% e 80% nos anos de 2017, 2018 e 2019, respectivamente. A Despesa empenhada¹³⁵ no Primeiro semestre de 2020 foi de R\$1.885.879.345,77 (8,7% acima do praticado em 2018).

Desse montante, foram inscritos em restos a pagar empenhados e não liquidados de exercícios anteriores R\$ 25.772.705,92, R\$ 21.949.639,25 e R\$ 25.699.216,55. Como restos a pagar empenhados e não liquidados dos exercícios foram inscritos R\$ 90.137.325,64, R\$ 99.852.025,56 e R\$ 92.485.992,90. Ficando o total não pago para os anos de 2017, 2018 e 2019 em R\$ 115.910.031,56, R\$ 121.801.664,81 e R\$ 118.185.209,45, respectivamente.

Sob a ótica das funções de governo, mais de 72% do total pago nos anos de 2017 a 2019 e primeiro semestre de 2020, foram referentes a quatro funções Saúde, Educação, Saneamento e Administração. Em 2020 a pandemia ocasionou um súbito aumento das despesas com saúde¹³⁶, totalizando em R\$ 580.410.579,84, mais de 86,4% do total gasto em todo o ano anterior. Porém, este estudo ficou prejudicado porque até às 20 horas do dia 22 de agosto de 2020 o Município de Uberlândia não

¹³⁵ O empenho de despesa é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Poder Público a obrigação de pagamento

¹³⁶ Lembrando que este estudo ficou prejudicado porque até às 20 horas do dia 22 de agosto de 2020 o Município de Uberlândia não havia apresentado essas informações referentes ao exercício de 2020

havia apresentado as informações referentes ao exercício de 2020 na plataforma do no SIOPS, onde, gestores da União, Estados e Municípios declaram todos os anos os dados sobre gastos públicos em saúde, por meio da Informação Contábil.

Do valor global empenhado em 2017 referem às funções Previdência Social R\$ 123.580.574,37 não foram pagos em 2017 e R\$ 67.280.706,69 em 2019, conforme os “*Extratos de termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários*”¹³⁷, CADPREV nº 000949/2017, 1021/2017, 1022/2017 e 00180/2019, foram publicado no Diário Oficial do Município de Uberlândia, objetivando o parcelamento e confissão de débitos previdenciários do município de Uberlândia e o IPREMU. Demonstrando que o município teve que recorrer a estruturas alternativas para financiar o seu caixa.

Na dimensão da Dívida Pública, os dados do Anexo-02 do Relatório de Gestão Fiscal apontam para um inequívoco controle da dívida pública da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Isso coloca o município muito bem posicionado estrategicamente em uma inédita conjuntura de juros baixos, pois, existe muito espaço para o município endividar a um custo muito baixo.

Portanto, o debate acerca da dívida pública, no caso do município de Uberlândia deverá migrar da postura de austeridade no manejo da dívida pública para a gestão estratégica na seleção de projetos de investimentos que dinamizem a economia da cidade e que tenham um efeito positivo sobre as receitas do município e diminuição nas despesas permanentes.

¹³⁷ <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/procuradoria-geral-do-municipio/diario-oficial-uberlandia/>

Referência bibliográfica

- Brasil.** Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Orçamento Federal. Manual Técnico de Orçamento MTO 2020 Brasília Edição 2020 (14a versão) Disponibilizada em 18 de Agosto de 2020.
- Brasil.** Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Despesa Nacional. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008. 120p.
- Brasil.** Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 2019 (8ª edição)
- Brasil.** Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual De Demonstrativos Fiscais, Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, Válido a partir do exercício financeiro de 2020 10ª edição, Versão 3 – 26.02.2020.
- Brasil** Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), Demonstrativo da despesa com saúde, conforme o Anexo XVI do relatório resumido de execução orçamentária / RREO - <http://siops.datasus.gov.br/consleirespfiscal.php?S=1&UF=31;&Municipio=317020;&Ano=2020&Periodo=1>
- Prefeitura Municipal de Uberlândia,** Diário oficial do município, <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/procuradoria-geral-do-municipio/diario-oficial-uberlandia/> Ano XXIX Nº 5215-A (página 6); Ano XXXI; Nº 5581 (página 3).
- Jund, S.** (2008). Administração, Orçamento e Contabilidade Pública (3rd ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- SIOPS,** Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde <http://siops.datasus.gov.br/consleirespfiscal.php?S=1&UF=31;&Municipio=317020;&Ano=2020&Periodo=1>
- API-SICONFI,** Application Programming Interface do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro Disponível em: <URLs> <http://apidatalake.tesouro.gov.br/docs/siconfi/>
http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2015&in_periodo=1&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206
http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2015&in_periodo=2&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206
http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2015&in_periodo=3&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206
http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2015&in_periodo=1&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206
http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2015&in_periodo=2&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206
http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2015&in_periodo=3&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2016&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=1&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2016&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=2&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2016&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=3&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2016&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=1&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2016&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=2&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2016&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=3&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2017&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=1&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2017&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=2&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2017&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=3&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2017&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=1&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2017&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=2&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2017&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=3&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2018&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=1&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2018&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=2&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2018&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=3&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2018&in_periodo=cidade=Q&nr_periodo=1&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2018&in_periodo=Q&nr_perodo=2&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2018&in_periodo=Q&nr_perodo=3&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2019&in_periodo=Q&nr_perodo=1&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2019&in_periodo=Q&nr_perodo=2&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2019&in_periodo=Q&nr_perodo=3&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2019&in_periodo=Q&nr_perodo=1&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2019&in_periodo=Q&nr_perodo=2&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2019&in_periodo=Q&nr_perodo=3&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2020&in_periodo=Q&nr_perodo=1&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2001&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rgf?an_exercicio=2020&in_periodo=Q&nr_perodo=1&co_tipo_demonstrativo=RGF&no_anexo=RGF-Anexo%2002&co_poder=E&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2015&nr_perodo=1&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2015&nr_perodo=2&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2015&nr_perodo=3&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2015&nr_perodo=4&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2015&nr_perodo=5&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2015&nr_perodo=6&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2016&nr_perio do=1&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2016&nr_perio do=2&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2016&nr_perio do=3&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2016&nr_perio do=4&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2016&nr_perio do=5&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2016&nr_perio do=6&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2017&nr_perio do=1&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2017&nr_perio do=2&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2017&nr_perio do=3&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2017&nr_perio do=4&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2017&nr_perio do=5&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2017&nr_perio do=6&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2018&nr_perio do=1&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2018&nr_perio do=2&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2018&nr_perio do=3&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2018&nr_perio do=4&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2018&nr_periodo=5&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2018&nr_periodo=6&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2019&nr_periodo=1&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2019&nr_periodo=2&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2019&nr_periodo=3&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2019&nr_periodo=4&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2019&nr_periodo=5&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2019&nr_periodo=6&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2020&nr_periodo=1&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2020&nr_periodo=2&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

http://apidatalake.tesouro.gov.br/ords/siconfi/tt/rreo?an_exercicio=2020&nr_periodo=3&co_tipo_demonstrativo=RREO&no_anexo=RREO-Anexo%2001&id_ente=3170206

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES

Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1J – Salas 1J 121 / 130 / 132
Campus Santa Mônica CEP: 38.400-902. Uberlândia – Minas Gerais.
Fone: (34) 3239-4328 / (34) 3239-4527

Site: <http://www.ieri.ufu.br/cepes> **e-mail:** cepes@ufu.br